

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

NATACHA SIMEI LEAL

Nome aos bois

Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite
(Versão Corrigida)

São Paulo

2014

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Nome aos bois

Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite

(Versão Corrigida)

Natacha Simeí Leal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor (a).

Orientadora: Profa. Dr. Ana Cláudia Duarte Rocha Marques

São Paulo

2014

*De acordo,
Ana Cláudia Duarte Rocha Marques*

“ Nós somos bois... Bois-de-carro... Os outros, que vêm em manadas, para ficarem um tempo-das-águas pastando na invernada, sem trabalhar, só vivendo e pastando, e vão-se embora para deixar lugar aos novos que chegam magros, esses todos não são como nós...

- Eles não sabem que são bois... - apoia enfim Brabagato, acenando a Capitão com um esticão da orelha esquerda. - Há também o homem...

- É, tem também o homem-do-pau-comprido-com-o-marimbondo-na-ponta... - ajunta Dançador, que vem lerdo, mole-mole, negando o corpo. - O homem me chifrou agora mesmo com o pau...

- O homem é um bicho esmochado, que não devia haver. Nem convém espiar muito para o homem. É o único vulto que faz ficar zozzo, de se olhar muito. É comprido demais, para cima, e não cabe todo de uma vez, dentro dos olhos da gente.

- Mas eu já vi o homem-do-pau-comprido correr de uma vaca... De uma vaca. Eu vi.” (João Guimarães Rosa em Conversa de Bois)

“Em cada grupo de mil pessoas, talvez se possa tirar uma, dotada de acuidade visual e critério suficientes para que se torne um excelente criador. E não basta ser dotado dessas qualidades; para que se alcance tal condição, será necessário empenhar-se com perseverança indômita no estudo do assunto por anos a fio, durante toda uma existência, ou do contrário o fracasso será certo.” (Charles Darwin em Origem das Espécies)

Agradecimentos

Uma tese de doutorado, especialmente na Antropologia, é esforço tanto de um trabalho individual, quanto coletivo. Sem as inúmeras pessoas e instituições que agradecerei a seguir, esta pesquisa não teria sido realizada. Com isto, não quero compartilhar com elas, eventuais falhas ou imprecisões que este trabalho traz. Antes, quero ressaltar que grande parte do empenho em produzir esta pesquisa veio do estímulo proporcionado por questões compartilhadas com amigos, mestres, familiares e interlocutores.

Ao professor Décio Zylbersztajn pelas conversas sobre agronegócio. Aos funcionários da ABCZ agradeço pelas lições sobre gado indiano, em especial ao Thiago Reccicopo, que disponibilizou documentos do Museu do Zebu. À Dona Yeda e ao Sr. Arnaldo pelas boas prosas. Ao Arnaldinho, Maria Isabel e João Marcos agradeço pela atenção e disponibilidade. Ao Sr. Mário Borges e ao Claudio Totó pelas aulas sobre bois nas pistas de julgamento. Ao Jonas Barcelos, pela preciosa entrevista.

Ao Fabio Fatori pelas caronas aos leilões e pelas conversas sobre o mercado de gado de elite. À Lu e à Carol pela acolhida, sempre divertida, em Uberaba. E a todos aqueles, que será impossível enumerar, que contribuíram com pesquisa ao me receberem em fazendas, centrais de inseminação artificial e laboratórios onde foi realizado o trabalho de campo deste doutorado.

Palavras me faltam para agradecer minha estimada orientadora Ana Claudia Marques. Foi um prazer compartilhar estes anos de pesquisa, que ultrapassam o tempo do doutorado. Suas contribuições na minha formação como antropóloga tiveram início já no meu mestrado. Ana não só foi minha professora na disciplina de Antropologia Clássica, como esteve presente nas bancas de qualificação e de defesa da dissertação. Com Ana Claudia aprendi que uma boa Antropologia é resultado de empenho, rigor e de uma pitada, considerável, de paixão. Ana Claudia é uma orientadora de mão cheia, sempre disponível para debates, leituras e para a solução de quaisquer problemas burocráticos que a academia sempre impõe. Ela é uma das pessoas a quem dedico este trabalho.

Agradeço à FAPESP pelos quatro anos de bolsa. Sem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, a realização das incursões a campo e participação em congressos seria mais limitada. Devo agradecer também à Secretaria do Programa de

Antropologia Social da Universidade de São Paulo, especialmente à Soraya e à Ivanete, que sempre se prontificaram a atender minhas demandas.

Gostaria de agradecer aos mestres Heitor Frúgoli, Jorge Grespan, Marcio Silva, Silvia Caiuby e Rose Satiko, com quem realizei as disciplinas do doutorado. Aos professores John Comerford e Stélio Marras que estiveram presentes no meu exame de qualificação. E ao José Guilherme Cantor Magnani que orientou meu mestrado.

Devo ainda mencionar a contribuição de pesquisadores com quem pude compartilhar os resultados parciais de meu doutorado em congressos, especialmente àqueles que estão comprometidos com a consolidação no Brasil do campo da Antropologia das Relações Humano-Animais. Um grande abraço para Caetano Sordi, Ciméa Bevilaqua, Felipe Vander Velden, Graciella Froehlich, Guilherme Sá e, em especial, para a amada Samantha Gaspar.

Agradeço aos membros do Hybris, Bruno, Fabi, Fernanda, Florbela, Nicolau e, em especial, a Yara, pelas reuniões e debates, sempre muito inspiradores. À Ana Flávia Bádue pela leitura criteriosa do meu exame de qualificação, pelo compartilhamento de inquietações, políticas e acadêmicas, mas principalmente pela nossa amizade. E à Dani Perucci, um desses presentes maravilhosos que a vida nos reserva.

Ao Carlos Filadelfo, meu amigo de fé, irmão, camarada, pela nossa trajetória, desde pequeninhos, na Antropologia. Espero que este doutorado seja apenas uma das etapas a compartilharmos na vida.

Quero deixar meus agradecimentos ao Enrico Spaggiari, meu antropólogo favorito, ao Igor Scaramuzzi pela doçura, ao Alexandre Barbosa Pereira pela sensatez, à Michelly Escoura, Julia Goyatá e Jacqueline Teixeira pelas risadas, à Marina Barbosa pela ajuda com a bibliografia e pelas conversas sempre prazerosas. Ao Marcelo Florido pelas lições de parentesco, ao Giancarlo Machado pelos saberes sobre skate e mineiridade, à Cecília Turatti pelas conversas sobre valor e economia e à Thaís Brito pela lealdade à amizade, à antropologia e ao bom humor. Aos queridos colegas Julia Ruiz e Luis Felipe Hirano. Ao casal vinte Ana Cecília Bueno e Leandro Mahalem e ao Luis Fernando Pereira, pra sempre na memória.

Ao Tiago Aragão e à Bruna Penha pelos bons momentos em congressos e em Brasília. À Luciana Scanonni e ao meu eterno orientador, Álvaro Banducci Jr., pela torcida e amizade. Ao professor David Tauro pela sabedoria. Ao Arnaldo Romero, que partiu desse

mundo numa destas fatalidades bestas, mas sem antes me presentear com um livro de Alberto Alves Santiago, essencial para a realização desta pesquisa. À Nádia Kubota, pelos momentos sempre divertidos. À Joana Medrado por nossos papos sobre a pecuária zebuína. Às conversas sobre ciência “de verdade” com os amados Isabel Veloso, Tatiana Nunes e Evandro Anselmo. E à Sabrina Aréco, por quem nutro amor e admiração desde a graduação, intensificados pelas trocas acadêmicas, afetivas e étlicas que estabelecemos durante nossos respectivos doutorados.

À Íris Morais Araújo dedico um parágrafo inteiro. Sem ela, meu doutorado não seria o mesmo. Aprendi muito, e espero continuar aprendendo, sobre antropologia e outras coisas legais. Íris foi a mais grata descoberta que estes anos de pesquisa me trouxeram. Obrigada mesmo pela amizade.

Agradeço ao “Baiano”, Carol Nocetti e Paulo Celestino pela presença em mais esta etapa. À Sá, Riri, Yara, Maciel, Diógenes, Danilo, Vitão e Cepa, meus amigos de MS, pela certeza de bom papo, boa música e diversão. E ao querido Arnaldo Domingues, que como eu, também aprecia bois e boiadas.

Ao “Baby”, Giovani Tápia, agradeço pelo companheirismo, que resistiu às intempéries que uma pesquisa de doutorado traz. Aos meus pais Angelina e Sérgio, meus avôs Idalina, Lécio, Maria do Carmo e Agenor, às minhas tias Suzana e Virgínia e aos meus primos, Cássio e Leandro, que compartilham as agruras das ciências sociais, pelo apoio incondicional e torcida. A vocês, meus amores, dedico esta tese.

Resumo:

Está é uma tese sobre homens e bois. Através de pesquisa de campo em feiras agropecuárias, centrais de inseminação artificial, laboratórios, fazendas e do exame de registros genealógicos, manuais zootécnicos e outros textos e documentos publicados ou de arquivo, são explorados sob uma perspectiva antropológica aspectos e conceitos do âmbito do parentesco, das biotecnologias, da economia, das políticas de Estado relacionados a um segmento particular da pecuária no Brasil: o gado de elite.

A pecuária de elite é um ramo da bovinocultura que produz espécimes reprodutores desenvolvidos para melhorar a qualidade de espécimes de comuns, de corte, que são encaminhados aos frigoríficos. Ao mesmo tempo, esse ramo se realiza em alto grau de autonomia em relação à pecuária de corte, constituindo um mercado com regras e atores específicos. O trabalho se concentra sobre a narrativa de uma invenção brasileira, do Triângulo Mineiro – o gado zebu –, que como tantas outras invenções nacionais, se fez a partir de investimentos nas ideias de sangue, família e raça. Zebus são, por excelência, de elite no Brasil e sua constituição mobiliza conceitos de sangue, genes, genealogia, raça, mestiçagem, pureza (entre outros), que se consolidam ao passo que aos animais é atribuído valor de mercado. O mercado de gado de elite, que contemporaneamente mobiliza cifras milionárias através da venda de bovinos em leilões, do uso de biotecnologias e da venda de células reprodutivas (sêmen e embriões), determina o valor das reses e de seus criadores, de zebus e de zebuzeiros. A invenção e realização deste ramo da pecuária, mais que zootécnica, é sobretudo política, pois trata da consolidação de elites de bovinos e elites de criadores no Brasil.

Palavras-Chave: Elite, Família, Raça, Pecuária, Sangue, Zebu.

Abstract:

This is a thesis about men and oxen. Through field research on agricultural fairs, artificial insemination centers, laboratories, farms and examining genealogical records, husbandry manuals, as well as other texts, published documents or archives. In this thesis, aspects of the framework and concepts of kinship, biotechnologies, the economy, government policies relating to a particular segment of livestock in Brazil - the cattle elite - will all be explored from an anthropological perspective.

The cattle elite is a branch of breeding cattle that produces specimens developed to improve the quality of specimens of common cutting, which are sent to slaughterhouses. At the same time, this branch carries a high degree of autonomy in relation to beef cattle, constituting a market with specific rules and actors. The work focuses on the narrative of a Brazilian invention, from the Triângulo Mineiro – the zebu cattle - which like so many other national inventions was made from investments in the ideas of blood, family and race. Zebu cattle are, per excellence, the cattle elite in Brazil, and its constitution mobilizes concepts of blood, genes, genealogy, race, miscegenation and purity (among others), which consolidate these animals' market value. The cattle market elite - which simultaneously mobilizes millions in money by selling at auctions, by the use of biotechnology and by the sales of reproductive cells (semen and embryos), determining the value of the cattle and their owners, i.e the zebu and the *zebuzeiros* (*zebu breeders*). The invention and implementation of this branch of husbandry, more than zootechnical, is actually political, because it pertains to the consolidation of the elites of cattle and the elites of family breeders in Brazil.

Key- Words: Elites, family, livestock, race, blood, zebu.

Lista de Siglas

ABCN : Associação Brasileira dos Criadores de Nelore

ABCN/MS: Associação Brasileira dos Criadores de Nelore de Mato Grosso do Sul.

ABCG: Associação Brasileira de Criadores de Gir

ABCZ : Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

EFSA: European Food Safety Authority

FIV: Fertilização in vitro

IA: Inseminação Artificial

PZZ: Provas Zootécnicas

RG: Registro Genealógico

RGN: Registro Genealógico de Nascimento

RGD: Registro Genealógico Definitivo

SRG: Serviço de Registro Genealógico

SRTM: Sociedade Rural do Triângulo Mineiro

FIV: Fertilização in vitro

TE: Transferência de Embriões

TN: Transferência Nuclear

Sumário

Introdução	14
Os zebras e o mercado de gado de elite brasileiro	16
Parentesco, economia e política	20
A pesquisa de campo	22
A tese	25
Capítulo 1 – “Conversa pra boi dormir”: raça, seleção, registro e o gado zebu	29
1.1 A Inglaterra e a carne. O Brasil e o boi	32
1.2 Uberaba, Índia e o zebu	38
1.3 O mercado da carne, as biotecnologias, as provas zootécnicas e o gado de elite	52
1.4 Raça e seleção	55
1.5 O registro genealógico	64
1.6 Os julgamentos de animais	74
1.7 Os programas de aprimoramento genético	82
Capítulo 2 - Entre fazendas e laboratórios	88
2.1 O mercado de elite	91
2.2 Do mercado “real”: a pecuária de corte	98
2.2.1 As arrobas, as altas, as baixas e a “vaca papel”	107
2.3 Das camadas da pecuária	110

2.4 Da influência dos três P's: o pasto	123
2.5 Das biotecnologias	128
2.5.1 Das centrais de inseminação artificial	131
2.5.2 Outras biotecnologias: FIV, TE e clonagem	138
Capítulo 3 – Do valor do gado de elite	149
3.1 As coxias dos leilões de gado de elite	158
3.1.1 A venda de Absoluta e o “bom relacionamento”	164
3.2 Por uma sociologia e história dos leilões	168
3.3 Os leilões de gado brasileiros	173
3.4 Da arte do olho engordar o gado: o ‘algo a mais’	178
3.5 Das dádivas, dívidas e circulação de homens e bois no mercado de gado de elite	189
Capítulo 4 – O “sangue” dos zebus e dos “zebuzeiros”	200
4.1 O <i>inbreeding</i> dos zebuzeiros ou o “crochê” dos Borges e dos Rodrigues da Cunha	207
4.2 O “sangue”, a “convivência”, o trabalho e a sucessão	222
4.3 O “sangue” dos zebus e dos zebuzeiros	231
4.4 O “sangue” dos investidores: a trajetória de Jonas Barcelos	235
4.5 O “choque de sangue”	244
4.6 O sangue, a genética e a genealogia dos zebus	247
Capítulo 5 – O boi tropical	252
5.1 O boi e o Brasil	259

5.2 Raça, sangue e nação	264
5.3 Dos homens e dos bois	274
5.4 O boi tropical: Octávio Domingues, entre a zootecnia e eugenia	280
5.5 Os zebus, os zebuzeiros e o Brasil	288
Considerações Finais	291
Referências bibliográficas	302
Glossário	319

Ilustrações:

Imagem 1: Exterior do zebu	34
Imagem 2: Manoel Lemghruber	36
Imagem 3: Expedição de João e Octaviano Martins Borges	43
Imagem 4: Primeiro Registro Genealógico	48
Imagem 5: Kavardi	51
Imagem 6: Fajardo	56
Imagem 7: Cortes da carne bovina	63
Imagem 8: Marca RGN	72
Imagem 9: Marca RGD	72
Imagem 10: Marcas Genitores	72
Imagem 11: Marca criador	72
Imagem 12: Marca carimbo de era	73
Imagem 13: Certificado de Registro Genealógico	74
Imagem 14: Comemoração de tratadores de gado	78
Imagem 15: Julgamento	81
Imagem 16: Estrangeiros no Parque Fernando Costa	89
Imagem 17: Viera Souto do zebu	92
Imagem 18: Comet	94
Imagem 19: Banco de sêmen	135
Imagem 20: Croqui do tatersal Mário Cruvinel Borges	154
Imagem 21: Catálogo do leilão Mata Velha	162
Imagem 22: Painel com o lance pago por Absoluta	165
Imagem 23: Parla	182
Imagem 24: Placa Ipê Ouro	222

Introdução

“Eles sempre estão falando de seus animais. Algumas vezes, eu me desesperava porque jamais discutia qualquer coisa com os jovens que não fosse gado e moças, e mesmo o assunto moças levava inevitavelmente ao assunto gado. Qualquer assunto que começasse, e de qualquer ângulo que o abordasse, logo estaríamos falando de vacas e bois, vitelas e novilhos, carneiros e ovelhas, bodes e cabras, bezerros e cabritos. Já mencionei que essa obsessão – pois é isso que parece para um estranho – deve-se não somente ao grande valor econômico do gado, mas também ao fato de que ele constitui o vínculo de numerosos relacionamentos sociais. Os Nuer têm tendências para definir todos os processos e relacionamentos sociais em função do gado. Seu idioma social é um idioma bovino.” (Evans-Pritchard: 27, 2005 [1941])

Assim o antropólogo Evans-Pritchard justifica o porquê de ter sido essencial para a realização de sua pesquisa conhecer o idioma bovino compartilhado pelos Nuer. Ele lembra que para viver entre estes pastores da África Setentrional teve de dominar um vocabulário referente ao gado e aos rebanhos. *Cherche la vache*, para Pritchard, é o melhor conselho a ser dado aqueles que anseiam entender a vida Nuer.

Foi também acompanhando vacas e touros que este doutorado se realizou. Mas ao invés de observar os cenários e arranjos políticos de pastores africanos, o trabalho de campo foi realizado em feiras agropecuárias, leilões, julgamentos de animais, laboratórios, centrais de inseminação artificial e fazendas localizadas no Triângulo Mineiro. Como Evans-Pritchard, também tive de aprender o idioma bovino compartilhado por criadores, técnicos, leiloeiros, jurados de animais, veterinários e zootecnistas, com quem conversei ao longo da pesquisa.

Esse idioma, essencial para se conhecer genealogias, identificar os méritos de vacas “doadoras” e touros “raçadores”, pensar os efeitos do uso de biotecnologias, justificar os preços milionários por quais estes espécimes são vendidos em leilões e também fundamental para se perceber as qualidades dos selecionadores destes bovinos, é parte da controversa pecuária de gado de elite brasileira, objeto desta tese.

Muito se escreveu, e ainda continua a se escrever, sobre a pecuária bovina brasileira. Boiadas ocuparam os sertões durante a colônia (Figueiredo: 1994). Deram origem à

civilização do couro no Nordeste (Abreu: 1988 [1907]) e às charqueadas do Sul (Furtado: 2007 [1959] ; Prado Jr: 2010 [1941]). Chegaram ao Oeste, à Amazônia e ao Pantanal (Banducci Jr: 2007; Sodré: 1941; Vander Velden: 2012). Fizeram vaqueiros, gaúchos e peões; fazendeiros e políticos; zebus e zebuzeiros.

No Brasil, a pecuária bovina se fez, e ainda se faz, como um enunciado sobre as alianças entre humanos e não-humanos: é economia e símbolo, pureza e mistura, acaso e intenção, meio e tecnologia, natureza e cultura, portanto, um tema antropológico por excelência.

De certo ponto de vista, esta tese, sobre um ramo particular da pecuária contemporânea, se circunscreve nesta clássica temática das ciências sociais brasileiras. Porque por um lado, a bovinocultura de elite recupera tradições, por outro é o próprio discurso sobre práticas modernas de seleção e manejo.

Regularmente são veiculadas informações sobre os efeitos da pecuária bovina na economia do país. Secas ou chuvas, barreiras sanitárias, zoonoses (como a febre aftosa), demandas e embargos do mercado internacional impactam a pecuária de corte e, logo, a rica indústria frigorífica nacional. O que se veicula pouco, é que na terra do maior rebanho bovino comercial do planeta, se comercializam os bovinos mais caros do mundo. E que também por isso, são considerados “de elite”.

A Inglaterra foi quem inventou o mercado de gado de elite no século XVIII. Através do controle sobre a reprodução dos animais, publicação regular de pedigrees e uso de cercas, fizeram raças bovinas e um mercado pecuário moderno. Mas aqui no Brasil, tal mercado, que se consolida no século XX, ganhou suas especificidades. Está diretamente relacionado à pecuária de corte, mas não se confunde com ela.

Espécimes de elite são “raçadores”, aqui ou na Inglaterra. Por terem um conjunto de características (fenotípicas, genealógicas, genéticas e estéticas) consideradas exemplares, no Brasil, o maior produtor de carne bovina do planeta, são especialmente utilizados para aprimorar a qualidade de reses comuns, de corte, que são abatidas. São os progenitores - os pais, avôs ou bisavôs - de reses que são encaminhadas aos frigoríficos.

Este conjunto de atributos raciais corporificados por estes espécimes reprodutores opera como uma espécie de reserva de valor. Não sem razão, os ingleses inventores do mercado de gado de elite o entendem como uma indústria de “estoque de sangue” (Franklin:

2007). Animais de elite, de genealogia registrada e que, por isso, recebem um “manejo” especial, tendem a ser preservados. Tais animais “raçadores”, que ao transmitirem seus atributos ao longo de gerações aprimoram a qualidade da carne nacional através de seus descendentes de picanhas tenras e macias, raramente são abatidos. Ou seja, muito raras são as oportunidades de se provar a carne de uma rês de elite.

De um lado, não há nada de controverso nisso. Nas pecuárias mais rudimentares, touros ganhões sempre serviram para aprimorar a produção. Escolhidos em virtude de suas qualidades fenotípicas, emprenham as vacas do rebanho. No caso da criação de gado de elite brasileiro, cuja função é gerar “reprodutores” e “doadoras” e que, contemporaneamente, se realiza através do uso de biotecnologias, abater espécimes, que não só chegam a custar milhões de reais, como podem gerar lucros extraordinários aos seus donos através do comércio de sêmen e embriões, parece mesmo ser um contrassenso. Por que razão abater esses bois, verdadeiras “reservas de valor genético”?

Por outro lado, vale notar que ao se avaliar estes animais em julgamentos que acontecem nas feiras de pecuária ou selecioná-los nas fazendas, tenta-se prospectar, através da análise de atributos fenotípicos (o tamanho do lombo, o arqueamento das costelas) o quanto sua carne seria tenra e macia se por acaso fossem abatidos, mesmo sabendo que eles jamais serão porque são de elite. Estes espécimes são selecionados e melhorados, a partir de certos critérios comuns ao gado de corte, mas participam dos circuitos de uma outra pecuária, a de elite. Foi esta a primeira controvérsia que orientou a presente pesquisa.

Os zebus e o mercado de gado de elite brasileiro

As fazendas de gado de corte do Sudeste, do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro são usualmente ocupadas por bois brancos, altos, com cupim. Animais deste tipo também são maioria nas feiras agropecuárias realizadas por todo o país. Estes espécimes, da raça Nelore, ocupam as pastagens brasileiras massivamente desde pelo menos a década de sessenta do século XX. No país do maior rebanho comercial do mundo e que comercializa as reses mais caras do mundo, 80% dos bovinos são da raça Nelore.

Nelores são zebus. Assim como bovinos das raças Gir, Guzerá, Brahman e Indubrasil. São zebus porque têm cupins protuberantes e são de origem indiana. Zebu, portanto, não é exatamente uma raça como muitas pessoas podem vir a pensar, mas uma das nomenclaturas que se dá aos animais da subespécie *Bos taurus indicus*.

Considerados “rústicos” e adaptados às intempéries do clima e das verminoses dos trópicos por pecuaristas e zootecnistas, os zebus chegaram em várias levadas ao país especialmente na primeira metade do século XX. Mascates e pecuaristas do Triângulo Mineiro, atentos às necessidades da emergente indústria da carne, realizaram longas e sucessivas expedições à Índia com o objetivo de trazer zebus ao país.

Ao importar e depois “racear” bovinos de origem indiana, criadores “triangulinos” engendraram dois movimentos paralelos e complementares: a consolidação de uma pecuária capaz de abastecer os mercados internos e externos da carne e a invenção de um mercado pecuário de elite nacional. Através do investimento em publicações regulares de genealogias bovinas, promoção de feiras e julgamentos de gado, organização de associações de criadores, consolidação de saberes zootécnicos, uso de biotecnologias e comercialização destes espécimes em leilões, pecuaristas do Triângulo Mineiro fizeram zebus com características “raras”, especiais. Estes, considerados de elite, passaram a ser utilizados como modelos raciais para a bovinocultura praticada nos trópicos.

Se a história das importações de gado da Índia, da centralidade do Triângulo Mineiro como fornecedor de espécimes “raçadores” zebus para todo o país, e, logo, de formação de um rebanho nacional (de corte e de elite) a ser descrita nesta tese ainda foi pouco abordada por estudiosos das ciências sociais brasileiras, criadores e memorialistas produziram bastante material a esse respeito. Há muitos livros de memórias, álbuns de fotografias, biografias e diários organizados por criadores de zebus. A Associação Brasileira dos Criadores de Gado Zebu (ABCZ), instituição que promove o controle racial destes espécimes no Brasil, preserva um museu com um rico acervo de vídeos e fotografias.

Seja através das narrativas das intrépidas expedições à Índia, das estórias sobre vendas milionárias nos leilões, da publicação de genealogias familiares ou da trajetória reprodutiva de espécimes “raçadores”, “zebuzeiros”, os criadores destes espécimes, reconhecem-se e orgulham-se de serem os inventores e os principais selecionadores do “gado dos trópicos”.

Neste processo de consolidação de um tipo de gado nacional, capaz de se aclimatar e avançar pelos sertões, criadores uberabenses enobreceram seus bovinos e a si mesmos. Pecuaristas do Triângulo Mineiro, outrora afastados política e espacialmente, fizeram-se uma elite. Assim, zebuzeiros fizeram zebus e zebus fizeram zebuzeiros. Se estes bois se adaptaram aos trópicos, criadores adaptaram seus conhecimentos para desenvolvê-los aqui. Desde então, Uberaba concentra os principais criatórios de gado de origem indiana do país, além de laboratórios e centrais de inseminação artificial. Também promove as mais importantes feiras agropecuárias e leilões disputadíssimos em que animais são vendidos por cifras milionárias.

O mercado de gado de elite no Brasil, portanto, desenvolve mais que espécimes “raçadores”. Os bovinos mais caros do mundo são brasileiros e zebus. Se por um lado, o investimento na seleção destas reses gerou, indubitavelmente, efeitos na pecuária de corte (já que contemporaneamente mais de 80% do rebanho nacional é zebu), por outro desenvolveu um mercado paralelo a ela, fundamentado em outros critérios que não exclusivamente os zootécnicos ou econômicos. Mais que abastecer as necessidades das indústrias frigoríficas, as relações entre zebus e zebuzeiros são capazes de compor um enunciado sobre as elites agrárias brasileiras. É também sobre isso que versa esta tese.

Em sua análise sobre o mercado de cavalos “raçadores” na Inglaterra, a antropóloga Rebecca Cassidy (2009) defende que esses animais “puro-sangue”, utilizados em corridas, têm muito a dizer sobre a aristocracia inglesa. Na Inglaterra, o pedigree é mais do que um mecanismo capaz de sugerir as qualidades individuais e familiares das reses, pois elucida a história da indústria de “estoque de sangue”, que se fundamentou através de critérios patriarcais, hereditários e aristocratas. Para Cassidy, não é coincidência que estes cavalos “raçadores” sejam de propriedade de famílias “com brasão”, estas, que como seus equinos têm pedigree, também se fizeram a partir de critérios patriarcais, hereditários e aristocratas. Essas famílias concentram em suas mãos há algumas gerações o “sangue” destes cavalos. Mesmo com as tecnologias reprodutivas, que permitem replicar e distribuir a genética destes animais, há grupos familiares, nomeados como ‘guardiões de sangue’, que controlam as novas cruzas e seleções. O mercado inglês de cavalos “raçadores”, afirma Cassidy, passa pelo crivo destas famílias e está orientado por um idioma do parentesco que relaciona humanos e não-humanos.

Aqui, como na Inglaterra, o mercado de zebus “raçadores” também se faz através de uma retórica de parentesco. Foi especialmente diante do controle do fluxo do “sangue” dos

zebus e da publicação regular de genealogias que a pecuária de gado de elite se fez historicamente. Mas a indústria de “estoque de sangue” no Brasil tem outras especificidades. Um bovino “puro-sangue” brasileiro não é exatamente um bovino “puro-sangue” inglês. Os saberes da chamada zootecnia tropical, que se consolidaram muito em função da seleção de gado zebu, e que também serão discutidos nesta tese, trabalharam de maneira muito original as ideias de adaptação, mestiçagem e pureza. A criação destes espécimes se fez, e ainda se faz, ora pelo “refrescamento”, ora pela “concentração” do “sangue” destes “raçadores” ao longo das gerações.

O fato é que criadores brasileiros inventaram uma maneira própria de se selecionar e “racear” gado. Isto é muito valorizado, especialmente no mercado de gado de elite. Tal fórmula brasileira de seleção e melhoramento flerta com outras invenções nacionais, de que, inclusive, é contemporânea. O sentido da pecuária zebuína, portanto, mais que zootécnico, é político. Através do “raceamento” de animais, ocupação de territórios e uso de biotecnologias, a pecuária zebuína, desde a década de 30, quando se consolida, vincula fazendeiros e Estado em um projeto de nação.

Esta contínua relação entre zebuzeiros e zebras, produz criadores e reprodutores. Se estes animais não são exatamente de propriedade de uma aristocracia (já que no Brasil, diferentemente da Inglaterra de Cassidy, não houve exatamente uma), são, indubitavelmente, de propriedade de uma elite, que se fez, e ainda se faz, através de seus bois e de um idioma do parentesco. Há algumas gerações, famílias de zebuzeiros lidam com famílias de zebras. Estas não só são proprietárias destes espécimes, como de um saber necessário para selecioná-las e comercializá-las, fundamental para o mercado de gado de elite.

Neste sentido, o idioma do parentesco (seja através do “sangue”, da hereditariedade, da genética, das genealogias, das famílias) importa aos zebras e também aos zebuzeiros. Tais ideias, produtoras de atributos humanos e não-humanos, se fazem presentes nas compras e vendas nos leilões, na seleção destes espécimes nas fazendas, no julgamento destes nas feiras de pecuária. Esta reversibilidade entre homens e de bois de elite, cara a um mercado familista como é este ramo da pecuária, é um dos principais eixos analíticos que percorrerá esta tese.

Parentesco, economia e política

O presente trabalho trata de famílias e de parentesco, de economia e de política. Ao descrever as especificidades do mercado de gado de elite brasileiro, objetivo desta tese, de algum modo, fez-se necessário articular estes domínios. E não apenas por estes serem temas clássicos da antropologia. Na seleção destes animais nas fazendas, no uso de biotecnologias, nas compras e vendas nos leilões, nas alianças entre criadores e mesmo no processo de invenção e consolidação dos zebus como raças bovinas nacionais, tais domínios estão implícitos. Esta tese é apenas uma tentativa de explicitar a articulação das ideias de família e parentesco, política e economia neste universo.

Na pecuária de gado elite, a referência ao parentesco e, logo, a linhagens, famílias, genealogias, genética e “sangue”, seja para falar de bois ou de homens, é uma constante. Nos processos de feitura e venda de animais de elite, as trajetórias genealógicas de “raçadores” sempre são lembradas. Seja nas fazendas, nos laboratórios de inseminação artificial e *fertilização in vitro*, nas feiras agropecuárias, julgamentos ou nos leilões, os principais cenários onde este segmento da pecuária se realiza, as genealogias destas reses jamais são esquecidas. Estes espécimes são de elite, entre outras coisas, porque têm pedigree.

Mas as genealogias destas reses são mais que registros de transmissão de substâncias e atributos. Elas são resultado de uma autoria. Pecuáristas, ao realizarem a seleção destes espécimes, tentam elaborar acasalamentos ideais. Por conhecerem as qualidades raciais dos ascendentes com maestria e fundamentando-se em ideias de “sangue”, hereditariedade e genética, prospectam gerar progênes superiores e assim fazem espécimes de elite. Portanto, uma genealogia bovina bem-sucedida tanto faz reses, quanto criadores de elite.

Não são apenas genealogias bovinas que criadores de zebu devem conhecer. Como este é um mercado em que algumas poucas famílias atuam, na realização de bons negócios em leilões, se leva em consideração relações genealógicas humanas. É preciso saber com quem se negocia, porque as compras e vendas nos leilões são capazes de estabelecer relações de reciprocidade e camaradagem que enredam vínculos para além dos cenários dos julgamentos ou pregões. E isto, de algum modo, também será contemplado neste trabalho.

Nestas arenas públicas de compra e venda, sobretudo, deve-se saber fazer alianças com pecuaristas com notório saber sobre o gado. Estes, possuidores de “bom olho” e saber

genealógico, identificam a qualidade de boas reses porque conhecem os atributos raciais de certas linhagens e famílias bovinas, e por isso, conseguem desenvolver reses superiores.

São tão raros os espécimes de elite, quanto são seus criadores. Se poucos bovinos conseguem corporificar o conjunto de atributos necessários para serem considerados como tal, e também por isso são vendidos por cifras milionárias, poucos são os selecionadores capazes de fazê-los ou adquiri-los por quantias consideráveis em leilões. Neste sentido, há uma certa escassez que rege a lei de oferta e demanda por criadores e espécimes de elite neste mercado. Porque na pecuária de gado de elite, zebus e zebuzeiros produzem o valor uns dos outros.

A pecuária de gado de elite brasileira, reafirmo, produz criadores e bovinos. Esta é uma de suas especificidades. É também de elite, porque é restrita. São poucos os personagens, sejam eles homens ou bois, que convivem nos leilões, julgamentos e exposições. Por isso, uma das tarefas a qual me proponho nesta tese é descrever tanto como são feitos criadores, quanto espécimes de elite. Se zebuzeiros tradicionais herdaram propriedades, relações e o saber da seleção, criadores novatos comumente nomeados como “investidores”, que ao entrarem neste mercado adquirem animais, fazendas e investem em biotecnologias, se ‘familiarizam’ (Comerford: 2003). É sempre fazendo famílias, de criadores ou de bovinos, que a pecuária de gado de elite se realiza.

Este é um mercado que faz circular considerável montante de dinheiro (seja através das compras e vendas em leilões ou comércio de sêmen ou embriões), mas nessas transações financeiras também se produz reputações, bovinas e humanas. Prestígio é tão importante no mercado de gado de elite, quanto acasalamentos certos, genealogias e capital para adquirir reses, fazendas ou investir em biotecnologias. Portanto, a pecuária de gado de elite é também da ordem política.

Por serem necessários muitos olhares sobre esse mercado para tentar compreendê-lo, é difícil circunscrever esta tese em um único campo disciplinar da antropologia. Se dialoguei com autores que pensaram ciência e tecnologia, também conversei com os que discutiram parentesco. Com vistas a entender a produção do valor (de homens e bois), flertei com a antropologia econômica e mesmo com teóricos da zootecnia e da biologia. Para pensar a consolidação do gado zebu no Brasil investi em autores contemporâneos, que vêm pensando relações-humanos e animais e, concomitantemente, foi necessário conversar com clássicos do pensamento social brasileiro que analisaram a bovinocultura e mesmo o discurso racista nacional.

Tal esforço analítico fez-se necessário porque este mercado é polissêmico. Zebus e zebuzeiros, nas feiras agropecuárias, leilões, julgamentos e laboratórios, produzem relações que os ultrapassam. Concomitantemente, suas práticas e saberes iluminam e conversam com outros domínios e cenários. Exatamente por isso que a pecuária de gado de elite é um objeto tão controverso e cujos efeitos, certamente, não se encerram nas análises feitas nesta tese. O presente trabalho é apenas uma pista que conjuga relações entre homens, bois, natureza, cultura, economia, ciência, política e Estado em um segmento da bovinocultura brasileira.

A pesquisa de campo

O conselho de Evans-Pritchard, *Cherche la vache!*, foi literalmente a diretriz metodológica do começo da pesquisa de campo. Minha proposta inicial era escolher um grande reprodutor e seguir as inúmeras relações que ele produzia. Na época, ainda conhecia pouco da pecuária de gado de elite. Imaginava que poderia acompanhar, no curto tempo de um doutorado, o processo de seleção, manejo, venda em leilão do “raçador” e, quem sabe, de produção e abate de seus descendentes.

Para uma pesquisa sobre mercado de gado de elite brasileiro, o corte da rede de Strathern (1996), parece ter feito mais sentido do que as redes infinitas de Latour (2012). Não só porque a produção de um espécime de elite é um processo demorado e porque estes animais produzem centenas de milhares de filhos (o comércio de sêmen e embriões através das centrais e dos laboratórios, a ser descrito nos capítulos a seguir, é mesmo pujante). Mas especialmente porque apesar da pecuária comercial e a de elite estarem diretamente relacionadas no Brasil, há um corte que as separa. Se há um tipo de boi desenvolvido para o abate, cujo preço é avaliado em arrobas, há um outro desenvolvido para fornecer genética que é comercializado em suntuosos leilões. Assim, há pecuaristas que desenvolvem criatórios voltados ao mercado da carne e outros voltados à elite.

Tais considerações sobre a trajetória da pesquisa, todavia, só conseguiram ser pensadas com o necessário afastamento no tempo e no espaço entre a pesquisa de campo e a escrita da tese que um trabalho de antropologia exige. Foi ao frequentar feiras, julgamentos, leilões e palestras da Associação dos Criadores de Zebu, observar processos laboratoriais de coleta de sêmen, *fertilizações in vitro* e clonagens, visitar fazendas e conversar com criadores,

selecionadores, mascates, mas também jornalistas, zootecnistas e fotógrafos que as diferenças entre estes ramos da pecuária tornaram-se evidentes e que o contorno analítico desta pesquisa ganhou forma.

Vale lembrar que na graduação e no mestrado já havia estudado feiras agropecuárias realizadas em Londrina- PR, Campo Grande- MS e São Paulo - SP. Já sabia que Uberaba-MG sediava as feiras, julgamentos e leilões mais prestigiados do país. Mas a presença de espécimes zebus, especialmente da raça Nelore, nestes eventos era tão naturalizada para mim, que pensar sobre a entrada e a seleção destes rebanhos no país não era uma questão no início de meu doutorado.

Sabia que estes espécimes de origem indiana, expostos e julgados em feiras de pecuária, eram vendidos por cifras milionárias em leilões, tinham “registro” e que suas células reprodutivas eram utilizadas para aprimorar a qualidade de espécimes que eram encaminhados ao abate. Munida dessas informações, naquele momento, a pesquisa iria tratar do mercado de gado de elite brasileiro, sem fazer as necessárias conexões com as especificidades da pecuária zebuína.

O primeiro interlocutor que eu procurei era um pecuarista de Mato Grosso do Sul. Não coincidentemente era um criador de gado Nelore. Ele disse-me que não desenvolvia, exatamente, espécimes de elite e que me indicaria para uma conversa com outro pecuarista. Este segundo criador, também sul-mato-grossense, me recebeu, mas não se colocou muito aberto para que eu frequentasse sua fazenda. O convívio com uma antropóloga, naquele estado que é palco de inúmeros conflitos agrários entre indígenas e ruralistas, não parecia interessante àquele criador. Todavia, ele sugeriu que eu visitasse uma central de inseminação artificial.

Mas o acesso a esta central não foi exatamente fácil. Um professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Universidade de São Paulo, especialista em agronegócio, teve de intervir para que eu visitasse o laboratório localizado na cidade de Ribeirão Preto- SP. Foi ali, observando processos de coleta de sêmen e conversando com técnicos, veterinários e peões, que os caminhos analíticos desta pesquisa começaram a ser traçados com mais precisão.

Naquela central falava-se das cifras milionárias que as coletas de sêmen poderiam gerar, de leilões, da importância das genealogias desses animais, das diferenças entre um

espécime P.O (Puro de Origem) e um L.A (Livro Aberto), mas também dos “zebuzeiros” de Uberaba. Criadores que não só eram os principais proprietários das reses que eram coletadas ali, como eram notórios entendedores de gado. A veterinária responsável pelas coletas daquela central, inclusive, disse-me que seria fundamental para a minha pesquisa que eu conversasse com um pecuarista uberabense em especial, Arnaldo Manuel Machado Borges, que segundo ela, era quem mais entendia de gado zebu no Brasil.

Uberaba, a partir daquele momento, tornou-se meu destino. Na busca pelo contato com Arnaldo Manuel Machado Borges, acabei conhecendo outros criadores e frequentadores (jornalistas, gerentes de fazendas, representantes comerciais) do mercado de gado de elite brasileiro. Durante os anos de 2011, 2012 e 2013 fui inúmeras vezes a Uberaba. Em temporadas de 15 a 20 dias, realizadas na maioria das vezes durante a ocorrência de feiras de pecuária, quando frequentei julgamentos, leilões, visitei laboratórios, centrais de inseminação e palestras. Mas também fazendas, bibliotecas e arquivos da cidade.

Assim, nas idas e vindas a Uberaba, pude entrevistar Arnaldo Manuel Machado Borges, seus filhos (Maria Isabel e João Marcos) e conversar longamente com seus pais (Dona Yeda e Sr. Arnaldo). A trajetória desta família, de notório saber sobre o gado e cuja história é a própria história da consolidação da pecuária zebuína no Brasil, será descrita nesta tese.

Da mesma maneira, estabeleci contatos com outras duas figuras fundamentais da pecuária zebuína brasileira. Foi observando um julgamento de animais durante uma feira agropecuária em Uberaba e compartilhando minhas impressões sobre a qualidade do gado na pista com Claudio Totó e Mario Cruvinel Borges que os conheci.

No cenário da feira, entrevistei pela primeira vez Claudio Totó e posteriormente tive a oportunidade de visitar suas fazendas localizadas em Três Lagoas-MS, participar de um de seus leilões realizados naquela mesma cidade e encontrá-lo nas ocasiões de leilões e julgamentos em Uberaba. Além disso, Totó e seus filhos me ofereceram uma longa e preciosa entrevista.

A partir de um contato inicial na mesma feira, o Sr. Mário Borges e eu viemos a nos encontrar em várias outras ocasiões em Uberaba. Gentilmente, ele me levou às fazendas do criatório em que trabalha, Mata Velha, onde tive oportunidade de observar parte dos processos de seleção e manejo dos animais. As histórias de Mário Borges também serão

trazidas a esta tese. A fazenda Mata Velha, onde ele trabalha, promove os leilões mais concorridos do Brasil. Por isso, notícias sobre aquele criatório são veiculadas com frequência pela imprensa especializada em agronegócio. A trajetória do proprietário da Mata Velha, Jonas Barcelos, na pecuária zebuína também será contemplada em um dos capítulos desta tese. Além de eu ter participado algumas vezes dos leilões da fazenda e, através de Mário Borges ter conhecido parte do sistema de produção do criatório, também tive a oportunidade de entrevistar Jonas Barcelos.

Trazer as histórias, impressões e trajetórias de Sr. Arnaldo e Dona Yeda, de Arnaldo Manuel, João Marcos e Maria Isabel, de Sr. Mário Borges, de Cláudio Totó e Jonas Barcelos, meus interlocutores privilegiados, foi a maneira que eu encontrei de dar cor (e cara) a este mercado que conjuga, concomitantemente, a assepsia dos laboratórios, das centrais e das fazendas e a pessoalidade e o familismo dos leilões e julgamentos.

De algum modo, consegui me inserir no mercado de gado de elite, não sei precisar se por pura sorte ou por empenho. Pesquisar elites não é exatamente uma tarefa fácil. Se no começo da pesquisa tinha dificuldades em acessar os leilões, aos poucos, fui conseguindo garantir meu lugar nas disputadas mesas destes eventos. Se fotógrafos, jornalistas e representantes comerciais ficavam receosos com a minha presença, passaram a me oferecer caronas e conversar livremente sobre o mercado de gado de elite. Mas, principalmente, foi procurando com afincos estes criadores e selecionadores, sempre atribulados com suas inúmeras tarefas profissionais, que pude entrevistá-los, conhecê-los e visitar suas propriedades, conseguir o bastante de sua confiança para que me pusessem a ouvi-los e me apresentassem a seus familiares, a seus currais, a seus mundos.

A tese

Esta tese está dividida em cinco capítulos. O primeiro deles, de título “Conversa pra boi dormir: raça, seleção, registro e o gado zebu”, é uma tentativa de situar o leitor no controverso mercado de gado de elite brasileiro. Através de um breve apanhado histórico das importações de gado da Índia, da fundação da Associação Brasileira de Criadores de Zebu e do mercado da carne no Brasil, da descrição do Serviço de Registro Genealógico desta associação, da dinâmica de funcionamento e da importância dos julgamentos de animais nas

feiras de pecuária e da análise sobre os efeitos produzidos pelos programas de aprimoramento genético, apresento aportes iniciais sobre a pecuária de gado de elite.

No capítulo 2, de nome “Entre fazendas e laboratórios”, procurei fazer distinções e aproximações entre a pecuária de corte e a de elite. Para tanto, faço um breve apanhado histórico e etnográfico da produção de bovinos de elite no mundo, descrevo como opera a pecuária de cria, recria e engorda, o mercado de futuros do boi gordo, o manejo dos espécimes reprodutores, para assim, com Schneider e com antropólogas britânicas que discutiram tecnologias reprodutivas e parentesco (Sarah Franklin, Marilyn Strathern, Janet Carsten, Rebecca Cassidy, entre outras), pensar as relações e dissonâncias destas duas frentes da produção pecuária brasileira. Neste capítulo há uma ênfase na análise da importância do uso de biotecnologias (inseminação artificial, fertilização *in vitro*, transferência de embriões) para a realização do mercado de gado de elite brasileiro.

Já no terceiro capítulo, “Do valor do gado de elite”, apresento reflexões sobre uma questão bastante controversa: “Por que bovinos de elite custam tanto?”. Através da descrição de um dos leilões em que acompanhei em detalhes, de uma breve história dos leilões no mundo, da análise dos leilões de gado de elite brasileiros, dos efeitos produzidos pelos “bons olhos” dos criadores na seleção destas reses e de autores da antropologia que pensaram economia em diversos contextos etnográficos, defendo o porquê do valor de homens e de bois de elite serem indissociáveis neste mercado.

Em “O Sangue dos zebus e dos zebuzeiros”, capítulo 4, analiso como a categoria nativa “sangue” é acionada no universo do gado de elite, tanto para pensar homens, quanto para pensar bois. No capítulo, trago a trajetória familiar e empresarial de dois prestigiados criadores de gado Nelore de elite, Arnaldo Manuel Machado Borges e Jonas Barcelos. Desse modo, discuto como pecuaristas tradicionais e novatos tanto produzem o seu próprio “sangue”, o “sangue” de seus bois, quanto suas reputações no mercado de gado de elite. Além disso, aponto como o “sangue”, através dos processos zootécnicos de “refrescamento” e “consanguinidade”, sempre foi um tema da bovinocultura de reprodutores de origem zebu.

O quinto capítulo, “O boi tropical”, trata sobre raça e Estado-Nação. É fato, que a ideia de raça perpassa por todos os outros capítulos da tese. Um espécime de elite é, fundamentalmente, de “raça”. Mas a necessidade de discutir o tema com mais profundidade surgiu, especialmente, a partir da leitura de manuais zootécnicos da primeira metade do século XX. A consolidação do gado zebu como o “boi dos trópicos” na década de 30, carrega muitas

semelhanças com outros processos - históricos, econômicos, raciais, de constituição de uma ideia de Estado nacional brasileiro. Por isso, investi em leituras de autores clássicos da antropologia e do pensamento social brasileiro, que tanto pensaram a criação de bois no país, quanto as teorias racialistas aqui desenvolvidas, a fim de descrever como a invenção de uma “zootecnia tropical” e do próprio gado zebu são parte de um projeto de Estado que vincula família, nação e raça.

Nas primeiras vezes em que fui à Uberaba, passeando despreziosamente pela cidade, notei que muitos estabelecimentos tinham a alcunha ou faziam referência ao gado zebu. A principal rede de supermercados é a “Zebu”. Uma das agências de turismo uberabenses é a “Zebulândia”. A mais famosa churrascaria de Uberaba, inclusive localizada no parque de exposições da cidade, é a “Cupim Grill”. No Shopping Center, os setores do estacionamento são separados com nomes de raças zebuínas, pode-se parar o carro nas áreas Nelore, Guzerá, Gir, Brahman, Tabapuã ou Indubrasil.

Há lojas de sapatos, lanchonetes e açougues com o nome de zebu. A mascote do Uberaba Sport Club, um time de futebol da cidade, é uma vaca zebu. A logomarca de uma concorrida choperia uberabense, a Colorado, é um boi zebu. E mesmo o coletivo, que divulga as bandas de rock underground da cidade publica um fanzine que tem zebu em seu nome: o “Zebuzine”. Sem mencionar, que as principais ruas e avenidas de Uberaba têm a alcunha de notórios zebuzeiros.

Ali naquela cidade, que se consagrou nacionalmente por ter sido inventora de uma pecuária de elite brasileira, zebuzeiros e não-zebuzeiros, de fato, compartilham e vivificam um idioma bovino. Em Uberaba, como entre os Nuer de Evans-Pritchard, o gado constitui o bem mais prezado, é a posse social mais importante.

Talvez, porque a pecuária zebuína brasileira em sua forma mais sofisticada, e por isso “de elite”, seja mais do que simplesmente um mercado em que bois “raçadores” selecionados em fazendas e manipulados em laboratórios são vendidos por cifras milionárias. Ela é mesmo um universo, que ao conjugar trajetórias bem-sucedidas de reprodutores e criadores engendra cosmologias e uma visão de mundo bastante particular. É sobre este universo que versa esta tese.

Este universo, que se realiza especialmente em leilões suntuosos, laboratórios assépticos, fazendas equipadas e em julgamentos disputadíssimos promovidos nas feiras de pecuária, cenários restritos e por isso ainda pouco conhecidos e estudados, produzem efeitos que afetam não só zebuzeiros, zootecnistas, jurados ou jornalistas da imprensa especializada em agronegócio. E não apenas porque os zebus “raçadores” são fornecedores de atributos aos espécimes de corte (e é com estes que nos alimentamos). A pecuária de gado de elite, através das cifras milionárias que faz circular, das alianças e negócios entre famílias e de um projeto político e zootécnico que, desde pelo menos a década de 30, articula Estado e pecuaristas é mesmo um enunciado sobre controvérsias do Brasil.

Capítulo 1

“Conversa pra boi dormir”: raça, seleção, registro e o gado zebu

No início do ano de 2011 a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) promoveu um seminário que reuniu especialistas das áreas de zootecnia e veterinária, criadores, estudantes, jurados de gado e representantes de associações de ruralistas para discutir o futuro da pecuária brasileira. Há mais de quinze anos um evento dessa natureza não acontecia. Debatia-se ali, os critérios de análise racial de bovinos de origem zebu (das raças Nelore, Guzerá, Gir, Indubrasil e Brahman), tanto para pensar o mercado da carne, quanto para refletir sobre as estratégias de seleção, controle e criação dos animais.

O seminário, além de ponto de encontro de autoridades do agronegócio da pecuária, funcionou com uma espécie de “reciclagem” para juízes de gado. Jurados jovens, e mesmo os mais antigos, participaram do encontro para se atualizarem acerca dos critérios contemporâneos para a avaliação de bovinos em julgamentos de feiras de pecuária. Além de participarem das palestras e debates, fizeram um minicurso em que avaliavam individualmente os mesmos animais. Tal atividade teve dois objetivos fulcrais: comparar as avaliações dos jurados e definir pressupostos mais rígidos para a análise racial dos bovinos no contexto das exposições.

A atmosfera do seminário era tensa, autoridades no assunto gado proferiram palestras que eram seguidas de debates calorosos. O fato é que tanto os especialistas e técnicos, quanto os criadores se mostravam apreensivos com o futuro da pecuária, o que ia além da discussão sobre a importância do gado de elite. Atentos às necessidades de um “mercado verde”¹,

¹ Há uma preocupação entre os pecuaristas em promover uma produção “mais sustentável” exigida, especialmente, por mercados consumidores estrangeiros. Isso tem feito criadores e associações de ruralistas repensarem o abate e as maneiras de se criar gado, os problemas fundiários do país e a própria qualidade da carne. Neste seminário, inclusive, uma das palestras foi dedicada ao assunto. Dr. Rondó, médico e criador de gado, proferiu uma palestra de título “Sinal Verde para a Carne Vermelha” em que defendeu a importância do consumo de carne bovina para a nutrição humana. Enfatizou, entretanto, que a boa carne é resultado de uma produção adequada, que é a “natural”: bovinos devem se alimentar apenas de pasto (não podem ser confinados e se alimentar de ração). As associações de criadores estão bastante atentas a estas necessidades ecologicamente corretas, a ABCN (Associação Brasileira de Criadores de Nelore), tem estimulado seus associados a criarem o “Nelore Verde”, carne produzida para atender, especialmente, o mercado europeu.

pensavam em maneiras de agradar consumidores nacionais e internacionais cada vez mais exigentes. Porque o Brasil tem o maior rebanho bovino comercial² do mundo, mas não é o maior exportador de carne.

Mais de 80% da carne bovina produzida no país é de origem zebu. E esse foi um dos motivos para que esta associação, a ABCZ, promovesse o seminário. O objetivo do encontro era o de reavaliação, e isso estava, inclusive, em seu nome: “Seminário de Revisão dos critérios de análise de raças zebuínas”. Os participantes estavam bastante empenhados em debater os problemas da pecuária e em pensar estratégias efetivas para a solução deles.

Especialistas em zootecnia, veterinária e pecuaristas de gado de corte não se acertavam com os criadores de gado de elite. Enquanto os primeiros defendiam que a pecuária brasileira deveria voltar suas estratégias a critérios voltados ao comércio da carne, os últimos faziam uma defesa da importância do pedigree e da utilização de animais de elite para aprimorar os rebanhos.

Sobre uma questão, todos os participantes concordavam: os bovinos zebus são os mais aptos a viverem em território brasileiro porque são resistentes ao clima e às verminoses, e logo, são capazes de gerar mais carne. Segundo os presentes no encontro, em nenhum outro lugar do planeta, a não ser na Índia, país de origem desses animais, os zebus se adaptaram com tanta facilidade. E se essa combinação de território com adaptação é tão eficiente, discutiam o porquê do país não exportar ainda mais carne.

Juízes, criadores e especialistas também concordavam a respeito de outro ponto: o Brasil tem um aparato técnico-científico bastante avançado para aprimorar qualitativa e quantitativamente a produção de bovinos. O acesso a tecnologias reprodutivas está cada vez mais “democratizado” e, pelo menos desde a década de setenta do século XX, pequenos e grandes pecuaristas utilizam a inseminação artificial e podem submeter seus rebanhos a “programas de avaliação genética” capazes de mensurar a qualidade da carne e a capacidade de gerar bons descendentes.

O que não era consenso e gerava os debates mais inflamados, era o porquê do mercado de gado de elite continuar tão “aquecido”, se técnicas mais eficientes que o pedigree

² Segundo dados da ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne) de 2013 o Brasil possui 211. 279 milhões de cabeças de gado. A Índia possui um rebanho bovino ainda maior, de mais de 300 milhões de cabeças, mas nem todos os seus estados exploram a pecuária para fins comerciais.

e a avaliação fenotípica estão disponíveis a tantos pecuaristas. Discutiam o porquê dos animais avaliados nas “pistas” de julgamentos das feiras de pecuária continuarem a ser considerados como modelos reprodutivos, se o instrumento que os avalia, “o olhar humano”, é um tanto subjetivo.

Alguns zootecnistas e veterinários ainda argumentavam que as reses de elite jamais sobreviveriam como as comuns, porque funcionavam como um “laboratório”: são tanto “melhoradas” geneticamente, quanto recebem um “manejo” especial. Por serem superalimentadas e habitarem “cocheiras”, são grandes e musculosas, logo, exibem contornos corporais bastantes distintos dos espécimes encaminhados ao abate: estes, criados à solta no pasto, são mais “rústicos”, menores e mais resistentes às intempéries naturais (clima e zoonoses).

Técnicos e representantes da ABCZ tentavam fazer a mediação entre criadores e esses especialistas argumentando que era necessário ter bom senso. Afirmavam que o trabalho dos primeiros selecionadores de gado de elite foi fundamental para o desenvolvimento das tecnologias reprodutivas. Diziam que os critérios de análise utilizados nos julgamentos não eram obsoletos e que a aposta da associação era aliar cada vez mais os critérios das “pistas” com os programas de avaliação genética. Para a ABCZ, tanto os julgamentos de animais de elite, como as avaliações genéticas utilizadas em animais comuns estão relacionados ao mercado da carne. Os representantes da associação argumentavam no seminário que um juiz, ao analisar um animal de elite em uma feira de pecuária, não considera somente critérios de beleza e tamanho, também está atento a certas características que demonstram o quanto aquela rês é capaz de gerar descendentes de carne tenra e macia. E que apesar de os programas de avaliação genética serem instrumentos mais certos, capazes de mensurar padrões que estão além do fenótipo, consideravam os efeitos do pedigree.

O preço das reses de elite também gerou uma série de discussões e quase nenhum consenso. Enquanto técnicos e estudiosos questionavam o porquê desses espécimes serem tão caros, os criadores defendiam seu alto valor do mercado. Diziam que essas reses eram resultado de muito trabalho, que seleção e “manejo” adequado tinham um alto custo. E que apesar deste mercado ser considerado restrito, fechado a uma minoria bastante endinheirada, seus efeitos chegavam às mesas dos consumidores de carne, porque a genética de elite está cada vez mais acessível aos criadores de gado comum.

Mas em um momento do encontro, a fala de um zootecnista, que também é pecuarista, destoou das demais. Ele afirmou que os efeitos da intensa seleção de animais de elite geravam mais problemas que resultados positivos. Disse que eles estavam grandes demais, gordos e que os critérios de idade, utilizados para avaliá-los nos julgamentos das feiras de pecuária, precisavam ser revistos. Afirmou que muitos criatórios utilizavam hormônios em suas reses, o que fazia com que elas tivessem tamanho e peso muito acima da média de seus “contemporâneos”. Tais diferenças, segundo ele, chegariam a ser desleais e estariam atrapalhando o trabalho de comparação dos juízes. Também foi enfático ao dizer que muitas fêmeas de elite eram inaptas a amamentar seus filhos por terem úberes excessivamente grandes e que touros não conseguiam copular naturalmente.

Esses efeitos, prosseguiu em sua fala, estimulavam criadores a adotar uma prática que foi comum no início da seleção de gado zebu no país: de ir até a Índia em busca de novos reprodutores. Apesar das facilidades de manipulação e controle promovidos pelas biotecnologias e da grande quantidade de animais em território brasileiro, considerava ainda necessário “refrescar o sangue” dos rebanhos de origem zebu. Segundo o criador e zootecnista, o manejo excessivo aliado a cruzas entre reses “consanguíneas”, prejudicava a qualidade dos animais reprodutores. Por isso, ele defendia um retorno ao passado da pecuária brasileira. Não só para avaliar historicamente quais escolhas de seleção e produção foram errôneas ou acertadas, mas principalmente para trazer à tona a importância de novas importações de espécimes nascidos na Índia. Com esse objetivo, achava essencial que ABCZ se organizasse para pressionar o governo, que proibia a entrada de reses indianas no país desde a década de sessenta.

1.1 A Inglaterra e a carne. O Brasil e o boi

Em *À propósito do boi* (1994), Aline Figueiredo sugere que os primeiros bovinos, mamíferos ruminantes da ordem dos artiodáctilos, teriam aparecido durante o período do Mioceno, no Himalaia, e teriam originado uma grande família Bovídea, o gênero *Bos*. Esta teria se dividido em dois troncos básicos: o de tipo “auroque” ou *Bos taurus taurus* teria se espalhado pela Europa e África Setentrional e o de tipo “zebu”, *Bos bos indicus*, teria se estabelecido no sul da Ásia e na África Meridional.

No primeiro capítulo do clássico *Origem das Espécies* ([1859] 2002: 48), Charles Darwin já mencionava a diferença entre bovinos de origem indiana, *Bos taurus indicus*, dos de origem europeia, *Bos taurus taurus*. Para o naturalista, as diferenças entre estas duas subespécies eram evidentes. Os hábitos, a voz, mas, principalmente, o cupim dos primeiros, o levaram a pensar que descenderiam de ancestrais distintos.

Foi o cupim acentuado dos *Bos taurus indicus*, espécimes que foram durante um longo período considerados “exóticos” pelos europeus, inclusive por Darwin, que fez com que fossem nomeados entre países de língua castelhana, genericamente como *cebus*, “bois de cupim”. Zebu, neste sentido, é uma corruptela do termo em português utilizada para cunhar bovinos asiáticos com cupim.

Não se conhece com exatidão o momento da entrada de bovinos em território brasileiro. É sabido que eles não são uma espécie nativa e o consenso é que teriam chegado ao país, em pequenos lotes, ao longo do século XVI (Furtado: 2007 [1959] , Prado Jr: 2010 [1941] , Vander Velden: 2012). Figueiredo (1994) sugere que o primeiro plantel de bovinos chega a mando do donatário Martim Afonso de Souza, de Portugal a São Vicente-SP, em 1534. No ano seguinte, segundo a historiadora, Duarte Coelho traz novos animais para a Capitania de Pernambuco.

Dos primeiros núcleos povoadores, os rebanhos acompanharam a faixa litorânea, de norte a sul e também o centro, o planalto e o norte do país. O uso destes animais facilitou a vida dos colonizadores: foram utilizados para transporte, como tração nos engenhos de cana-de-açúcar, para facilitar a ocupação dos sertões, além de fornecerem carne e leite. (Prado Jr: 2010, Furtado: 2005, Freyre: 2001). Os primeiros rebanhos que aqui se desenvolveram eram miúdos, de raças autóctones da Península Ibérica tais como Andaluza, Barrosã, Mirandesa, Galega, Aroquesa e Brava³ (Santiago: 1983, Figueiredo: 1994).

³ As raças de origem europeia, da subespécie *Bos taurus taurus*, se desenvolveram melhor em regiões frias como Austrália, Argentina, Canadá, Inglaterra, França, Estados Unidos e Nova Zelândia. No Brasil, têm presença, especialmente, nos rebanhos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As raças zebuínas (*Bos taurus indicus*) são consideradas mais “rústicas” que a europeias. Há uma antiga querela entre criadores de gado europeu e indiano no Brasil (a ser descrita ao longo da tese). Os primeiros dizem que a carne de seus animais é mais macia e que são melhores para a produção de leite. Os criadores de zebu, por outro lado, defendem que suas reses são mais resistentes e que se aclimataram ao país com muito mais facilidade. O fato é que a criação de gado zebu e de gado europeu parecem pertencer a dois mundos distintos no Brasil. Raramente os espécimes de

O zootecnista Alberto Alves Santiago (1983: 34), um agrônomo estudioso de raças zebuínas, intui que o Brasil recebeu em diversas ocasiões, ao longo dos séculos XVI e XVII, espécimes zebus, mas eles eram da África. Veleiros portugueses vindos de Cabo Verde, Marrocos, Angola e Moçambique, que trouxeram ao país plantas e especiarias tais como maxixe, quiabo, coqueiros de dendê e pimenta malagueta, também teriam trazido animais: jumentos, galinhas, carneiros e “bois de cupim”. Outros zootecnistas e historiadores da pecuária zebuína (Silva: 1947, Domingues: 1966) afirmam que bovinos nascidos na Índia só chegam ao Brasil em 1813. Um casal de origem Malabar, do noroeste da Índia, aporta em Salvador e através de cruzamentos com gado “crioulo” dá início a um tipo nacional, de mesmo nome. Estes exemplares trazidos durante a Colônia, através de acasalamentos, imprimiram alguns traços, especialmente as gibas e barbelas acentuadas, nos planteis brasileiros.

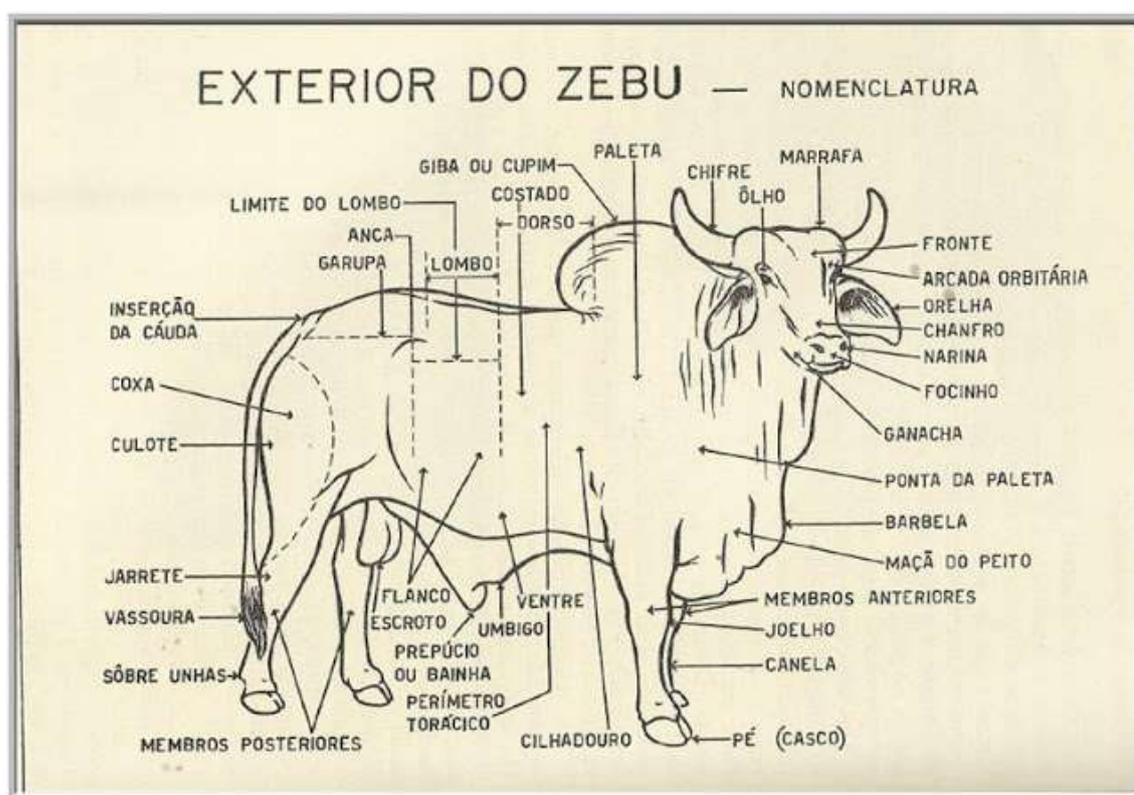


Imagem 1: Exterior do zebu (Fonte: <http://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2012/02/zebu-o-gado-dos-tropic.html>)

elite dessas duas frentes de produção são expostos nas mesmas feiras agropecuárias, tampouco são comercializados conjuntamente em leilões.

Na Fazenda Imperial de Santa Cruz, Dom Pedro I mantinha um haras e a criação de diversas espécies. Entre elas, havia um pequeno lote de zebus africanos, originários do Nilo. Os rebanhos desenvolvidos ali eram levados a outras zonas de criação do país. Em manuais de zootecnia (Santiago: 1983, Silva: 1947, Domingues: 1966), por exemplo, há notícia de um tipo, de nome “China”, desenvolvido especialmente em Mato Grosso e em Goiás nos séculos XVII, XVIII e XIX- posteriormente desaparecido com os investimentos mais sistemáticos na seleção de zebus indianos - que era originário de acasalamentos com espécimes africanos oriundos da fazenda imperial. A província do Rio de Janeiro, portanto, foi o primeiro núcleo mais consolidado de seleção dirigida de gado zebu.

A partir da década de sessenta do século XIX, com a ascensão do café, bovinos passaram a ser utilizados na tração dos grãos, para tanto, barões fluminenses importavam espécimes zebus. Eles eram “rústicos”, fortes, eficientes no transporte e no trabalho com o café. Estas importações pioneiras eram feitas, especialmente, de jardins zoológicos europeus. Estes bois, considerados “exóticos”, por apresentarem poucas semelhanças com os espécimes de origem europeia, em virtude do tamanho de suas gibas, eram expostos nestes zoológicos junto com camelos. O Barão do Paraná, por exemplo, que ganha tal título de Dom Pedro II exatamente por suas experiências de seleção e hibridação de animais de criação em sua fazenda de café no Vale do Paraíba, teria importado do Jardim Zoológico de Londres, junto com um casal de zebras, espécimes zebus.

É neste período, mais precisamente no ano 1870, que criadores e estudiosos da pecuária zebuína entendem que acontece a primeira entrada “intencional” de bovinos zebus ao país (Santiago: 1983, Domingues: 1966, Silva: 1947, Machado Borges: 2012). Um industrial suíço, Manoel Lemgruber, já criava espécimes “azebuados” em sua propriedade na cidade de Sapucaia, província do Rio de Janeiro. Em visita a um zoológico em Hamburgo, na Alemanha, aprecia a beleza e “rusticidade” de um casal de bovinos brancos, “exóticos”, e os traz ao Brasil.

Especialistas consideram esta importação como “intencional” porque ela teria dado início a um processo mais apurado de “azebuamento” dos plantéis brasileiros. Lemgruber não só acasalou estes espécimes importados, como passou a realizar acasalamentos destes com seus descendentes, desenvolvendo assim uma linhagem⁴. Além disso, promoveu novas

⁴ A família de Manoel Lemgruber mantém seu criatório de nelores até os dias de hoje. Um de seus principais “raçadores”, o 1646, tem o sêmen muito utilizado em acasalamentos contemporâneos. A marca

importações. Tornou-se um fornecedor de animais “puro-sangue” a outros criadores brasileiros que tanto os utilizavam para formar rebanhos também zebus, como para realizar cruzamentos, “azebruar” outras raças.

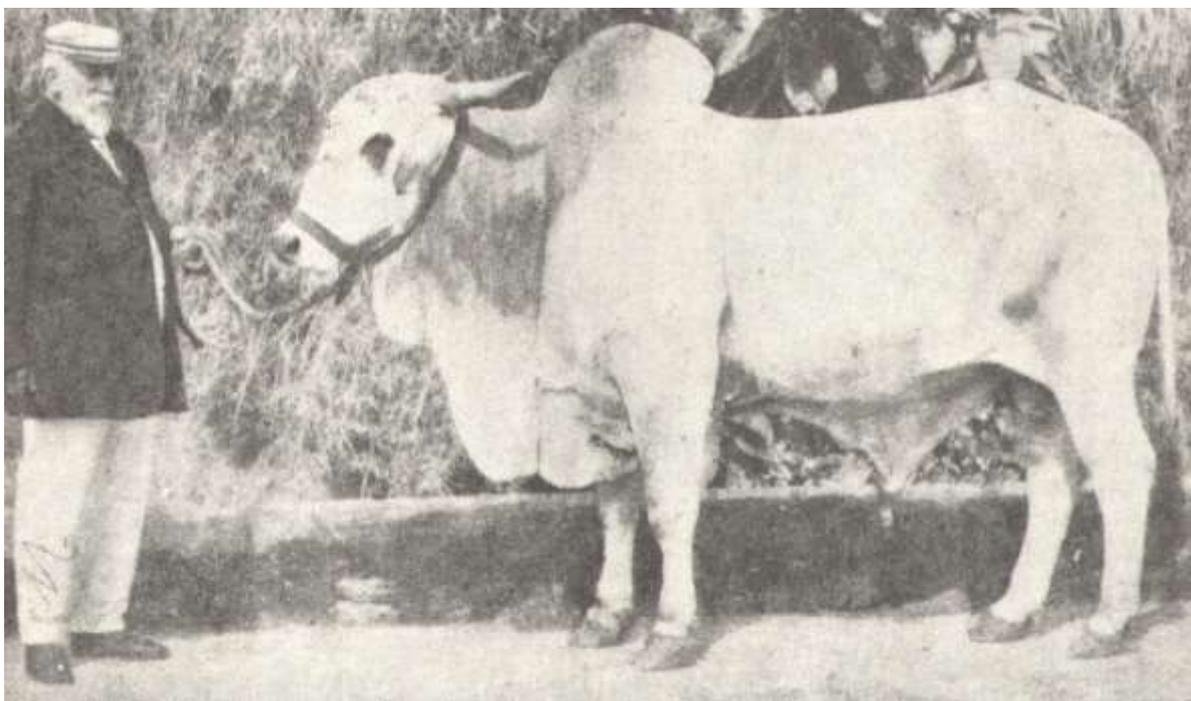


Imagem 2: Manoel Lemgruhber com um de seus reprodutores (Fonte: O Nelore, de Alberto Alves Santiago (1983))

Ao analisar a pecuária no alvorecer da república, Joana Medrado (2013) destaca que o investimento do Estado em ciência aplicada, através da realização de congressos agrícolas regulares, do incentivo a publicação de manuais zootécnicos e da inauguração de fazendas experimentais, estações de monta e escolas agrícolas entre o fim do século XIX e nas primeiras décadas do XX⁵, provoca um divisor de águas na bovinocultura brasileira: uma

Lemgruhber é das mais tradicionais do país. A fazenda localizada no Rio de Janeiro ainda existe, mas grande parte do criatório é mantido em uma propriedade na Bahia.

⁵ Destes investimentos do Estado em saberes modernos para o fomento da vocação agrícola do país, vale destacar: a realização de congressos agrícolas no Rio de Janeiro e em Recife em 1878; a fundação do Instituto Agrônomo de Campinas em 1887, que dá origem a ESALQ em 1892. A inauguração da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), também 1887, que foi fundamental para o estímulo a organização de uma pasta sobre o tema, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, fundado em

passagem do ‘pastoreio’ do Brasil Colônia, com vistas a ocupação territorial e abastecimento do mercado interno, para uma pecuária voltada a produção alimentar e ao mercado externo na Primeira República. Este empenho do Estado, segundo a historiadora, era efeito de um projeto de ‘modernização’, que queria conciliar o caráter essencialmente agrícola do Brasil com o fomento da industrialização.

Esta política de incremento da pecuária estava relacionada às ações de outro império, que não o brasileiro, a Inglaterra. Se aqui no Brasil a carne bovina era um produto consumido e comercializado nos sertões nordestinos e no sul durante a colônia, tendo, inclusive, originado ciclos econômicos, como o das ‘charqueadas’ (Caio Prado: 2010, Celso Furtado: 2005), na virada do século XIX para o XX torna-se uma demanda alimentar europeia. Com o comércio de carnes congeladas e com a escassez de alimentos na Europa devido a Primeira Guerra, a Inglaterra passa a controlar o comércio mundial de carne bovina.

A Europa, apesar do domínio de técnicas modernas de seleção e criação de animais desde o século XVIII - tais como o *inbreeding*, uso de cercas, pasto, rações e confinamentos (Darwin: 2002, Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984) - não tinha terras suficientes para o desenvolvimento de um tipo bovinocultura voltada ao abastecimento do mercado mundial da carne. A Inglaterra, então, passa a voltar seus olhos a outros celeiros alimentares, tais como Argentina, Brasil e Índia. Não só investe na instalação de frigoríficos nestes países sul-americanos, como começa a fomentar a necessidade do consumo de carne bovina entre suas classes trabalhadoras.

O primeiro matadouro do Brasil foi instalado na cidade de Barretos em 1913. De nome ‘Companhia Frigorífica e Pastoral’, era do grupo Anglo, de capital inglês. Nas décadas seguintes outras empresas frigoríficas - inglesas e norte-americanas - tais como Wilson et Company, Swift, Continental e Armour vêm para o país, fazendo com que as exportações de carne bovina brasileira, outrora praticamente nulas, crescessem abruptamente.

Zootecnistas entusiastas do zebu (Santiago: 1983, Domingues: 1966 e Silva: 1947) e as historiadoras da ABCZ (Rezende e Borges Lopes: 2001) analisam que a instalação destas

1909. A guinada na pecuária brasileira tem também como marcos a publicação por Joaquim Travassos, em 1903, de três documentos, de nome “Monografias Agrícolas”, em que o autor não só analisa as diferenças entre bovinos de origem indiana e europeia, como faz uma defesa da necessidade do consumo de proteína animal. Em 1913 é publicado o primeiro manual zootécnico brasileiro, “A Fazenda Moderna”, de Eduardo Cotrim e em 1917 é realizada a Primeira Conferência Nacional de Pecuária.

indústrias frigoríficas foi um estímulo para consolidar Uberaba, no alvorecer da república, enquanto uma centralidade da pecuária brasileira. A cidade era próxima de Barretos - sede da 'Companhia Frigorífica e Pastoril'- e desde, pelo menos, o século XIX concentrava propriedades voltadas à criação de bovinos. Mas estes autores destacam que foi, principalmente, a “audácia” de alguns criadores e comerciantes do Triângulo Mineiro, através do investimento na seleção de gado indiano na virada do século XIX e XX - seja através da compra de reprodutores dos barões do café fluminenses ou do patrocínio de sucessivas expedições à Índia com vistas a importar rebanhos ao Brasil - que tornou Uberaba fundamental para a bovinocultura brasileira. Torna-se, ao longo da primeira metade do século XX, não só uma provedora de espécimes encaminhados aos frigoríficos, como a fornecedora, por excelência, de “raçadores” zebus, desenvolvidos para aprimorar a qualidade dos rebanhos do Brasil Central.

É sobre parte do processo de invenção de uma pecuária de elite - através do investimento em publicação de pedigrees, em relações com o Estado, da organização de associações de ruralistas, promoção de feiras agropecuárias e julgamentos - que as páginas a seguir tratarão. Sobre a consolidação de um mercado, protagonizado por pecuaristas do Triângulo Mineiro, que fez zebus e “zebuzeiros”, bovinos e homens de elite.

1.2 Uberaba, Índia e o zebu

A região conhecida hoje como Triângulo Mineiro, que veio a ser central na seleção de gado zebu, está localizada entre os rios Grande e Paranaíba. Anteriormente pertencente à Capitania de Goiás, desde o século XVII, já fora percorrida por bandeiras paulistas. Era passagem, um entroncamento de caminhos. Ligava a sede da colônia às minas de Mato Grosso. Foi especialmente por este caráter, de passagem, que foi se tornando, nos séculos seguintes, um importante entreposto comercial. Já no século XIX tornou-se parada de tropeiros, que vindo do oeste do país, ali descansavam e seguiam viagem ao litoral e ao norte do país a fim de comercializar gado.

Foram os rebanhos bovinos que fizeram o Triângulo se tornar mineiro. Os tropeiros, que ao pararem utilizavam os campos da região para o gado descansar e se recuperar das viagens, reclamavam de ter de pagar tributos para comercializar seus animais em Minas

Gerais (Lourenço: 2007). Além disso, a região era distante da capital de Goiás. No ano de 1816, o Triângulo é anexado à Minas. Em 1836, a principal centralidade do antigo “Sertão da Farinha Podre” é elevada à vila, e vinte anos mais tarde, em 1856, à cidade, nomeada como Uberaba.

Em meados do século XIX, o “Sertão da Farinha Podre” recebe uma leva de povoamento. Com a decadência da mineração, elites que exploravam diamante e ouro em outras regiões de Minas Gerais, beneficiadas com terras, migram para localidade onde passam a trabalhar com a pecuária. A região era mesmo propícia à atividade: além de ser um entroncamento de estradas, o que facilitava o escoamento de gado para outras partes do país, tinha rios caudalosos e boas pastagens.

O alvorecer da república, como sugere Medrado (2013), foi mesmo significativo para a moderna pecuária brasileira, especialmente aos pecuaristas do antigo “Sertão da Farinha Podre”. E não só porque o investimento em saberes agrícolas era uma aposta econômica da emergente nação. No mesmo dia da proclamação da república, 15 de novembro de 1889, chega em Uberaba o primeiro zebu “puro-sangue”. Os irmãos Antônio e Zacarias Borges de Araújo, de uma família que veio para a localidade naquela leva de povoamento de meados do século XIX, trazem do Rio de Janeiro o touro Lontra, da raça Guzerá.

Lontra era mesmo de elite, em mais de um sentido. Ele teria chegado ao Brasil pelas mãos de Dom Pedro II. Conta-se, que o imperador teria ganhado o “raçador” de presente de um marajá indiano (Machado Borges: 2012, Santiago: 1983, Lopes e Rezende: 2001). O fato é que Antônio e Zacarias aproveitaram as comemorações da proclamação da república para celebrar seu feito. Trouxeram Lontra, mas também os outros zebus que tinham importado do Rio de Janeiro, para o centro da cidade e desfilaram com eles acompanhados da banda que embalava a comemoração oficial. Inauguravam, assim, a série de investimentos das elites locais em gado zebu.

Além disso, é naquele ano da proclamação da república, 1889, que a Companhia de Ferro Mogiana, que escoava café de São Paulo para o interior do Brasil, estende seus trilhos até Uberaba. O trem, além de facilitar o comércio de gado de pecuaristas locais para outras partes do país, especialmente São Paulo, trouxe também o signo da modernidade à região. (Lourenço: 2007, Oliveira: 2008) As elites locais não mais se entendiam como sertanejas. E

passaram a cunhar as adjacências do antigo Sertão da Farinha Podre como Triângulo Mineiro⁶.

O intercâmbio de rebanhos de “triangulinos” com cafeicultores, especialmente os fluminenses, trouxe não só animais à região, mas notícias sobre a criação. Os Borges, mas também outras famílias de elite, ouvindo falar sobre as qualidades do gado zebu, passaram a investir mais sistematicamente na seleção destes espécimes. Mas diferentemente dos barões fluminenses, que importavam animais de zoológicos europeus para empregá-los na tração, passaram a patrocinar uma série de expedições à Índia, entre o fim do século XIX até a década de sessenta do XX, com vistas a trazer animais ao país com a finalidade de formar rebanhos para abastecer a emergente indústria da carne fomentada pela Inglaterra.

A aposta destas importações pioneiras, segundo criadores e estudiosos que escreveram sobre o tema (Santiago: 1983, Domingues: 1966, Silva: 1947), era a de que os zebus, mais resistentes às altas temperaturas e às verminoses do que os bovinos de origem europeia, se adaptariam bem ao Brasil Central. Mas para tanto, era necessário trazer novos reprodutores para dar início a uma seleção mais rígida, já que o “sangue” daquelas primeiras reses trazidas ao país pelos barões fluminenses estava bastante “diluído”. Havia no Brasil muitos espécimes “azebuados”, que ocupavam o oeste e também o litoral e o nordeste do país, mas pouquíssimos zebus “puro-sangue”.

Medrado (2013) avalia que se por um lado o investimento nestas importações pioneiras sugere um esforço em desenvolver uma “pecuária tropical”, as viagens à Índia, um destino “exótico”, eram uma opção de grupos rurais, que no período, eram relativamente *outsiders* política e economicamente. Foram, exatamente, as intempéries destas expedições (a “audácia” destes primeiros exploradores, as longas viagens, as dificuldades nas compras e na importação destes animais) e, posteriormente, o controle sobre a propriedade de bovinos “raçadores” que tornaram fazendeiros e comerciantes “triangulinos” uma elite nacional. Necessário lembrar, que concomitantemente aos primeiros investimentos em importações de gado zebu, o Estado já voltava seus olhos para a potencialidade agropecuária da região. Em

⁶ Luis Augusto Bustamante Lourenço (2007), em sua tese de doutorado em Geografia sobre o impacto das linhas férreas no Triângulo Mineiro, narra que o desuso do nome Sertão da Farinha Podre se deu em 1889. A elite mais letrada passa a fomentar em jornais, através de artigos e crônicas, que com a chegada do trem aquela região, entre os rios Grande e Paranaíba, não poderia mais ser entendida com um sertão, apartado do resto do Brasil, e passam a cunhá-la como Triângulo Mineiro.

27 de outubro de 1896, o governo de Minas Gerais aprova um regulamento para a criação do Instituto Zootecnico de Uberaba, cujos objetivos, expressos no artigo primeiro do documento, eram:

“1. preparar profissionais para a industria criadora e para as mais importantes que se utilizam dos productos animaes; 2. ministrar uma instrucção agrícola geral, theorica e pratica aos alumnos que o frequentarem, de modo a espalhar o mais possivel no paiz os conhecimentos de agricultura racional; 3. estudar praticamente os meios de melhorar as raças de animaes do paiz, nos diversos pontos de vista da carne, do leite e do trabalho; 4. fornecer aos criadores reproductores de bôa raça, quer para a cobrição no estabelecimento, ou em postos estabelecidos nos municípios, quer por venda de animaes importados do estrangeiro ou educados no Instituto; 5. desenvolver a cultura das plantas forraginosas apropriadas á alimentação dos animaes.”

A primeira das expedições ao território indiano ocorre apenas dois anos depois da publicação do decreto que aprovava a fundação do Instituto Zootecnico de Uberaba, liderada por Teófilo de Godoy, natural de uma cidadezinha do Triângulo Mineiro próxima a Araguari, que viaja para Índia financiado pela família, no ano de 1898. A expedição parte em um vapor, passa em Cabo Verde, na França, no Egito até chegar em Bombaim. Retorna ao Brasil, em 1904, com sete cabeças de gado. Esta expedição é considerada por criadores e por zootecnistas como um marco para história da pecuária zebuína, já que dá início a um primeiro ciclo de importações que se estende, pelo menos, até a década de vinte do século XX.

Quando Godoy retorna, passa a publicar sistematicamente, no Jornal Araguari, seus diários de viagem, na coluna nomeada “Do Brasil à Índia⁷”, em que narra as suas dificuldades no trajeto e no transporte dos rebanhos, impressões sobre o povo indiano e suas análises sobre o gado. Em uma interessante passagem de seu diário, Teófilo de Godoy, fala da presença de camelos, elefantes, jumentos, ovelhas, mas especialmente, de zebus na paisagem indiana:

“Para consumo publico abatem bovinos, ovelhas e caprinos, sempre magros pela mingua de pastagens.

A apascentação do gado em rebanhos é mais um passeio quotidiano para tomarem ar do que alimentício, pois que são guardados nos campos já colhidos e donde se retirou a mínima herva.

⁷ Em 1936, uma das netas de Teófilo, Maria Cândida de Godoy, a Rolinha, publica um livro com o conjunto de textos publicados por seu avô no jornal Araguari. O trecho acima foi obtido desta publicação.

A' tarde são reconduzidos para as aldeias em cujos depósitos pluviais se desatrelam e banham, pernolitando nas praças vigiados pelos pastores e comendo minguada ração de palha ou capim celeirado.

Alimentam com caldos e sopas de cereais cozidos aos bezerros, cordeiros, jumentinhos aos quaes privam de sua primeira alimentação, o leite das mães, que exgotam para a fabricação de manteigas e queijos.

A manteiga misturada ao tutano e o sebo magro é o óleo usado na culinária.

Para aumentar a secreção oleosa dos animaes leiteiros dão-lhes ração de massas de cocos, amendoins, grandús, gergelim e outros oleosos.

Entre as cabras e ovelhas há varias raças boas leiteiras, distinguindo-se as de grandes orelhas e as de larga bossa, pendente a cauda.

Na raça bovina, a do zebu há tão grande variedade que depende de muita observação para qualifica-las.

Em primeiro lugar a raça Guzerate, como forte, grande e leiteira. Em segundo a Nellory, melhor leiteira, mas menor em tamanho, menos bella e de maior longevidade. Em terceiro lugar a de Hansi e em quatro lugar a de Nagaur, simplesmente pela sua altura e beleza de formas.

A raça Guzerate, na Presidencia de Bombay, está muito degenerada pelo cruzamento com a pequena raça de Mallabar e outras, sendo muito difícil obter-se puros especimens.

Estes estão sendo distinguidos pela cabeça larga, longa; testa proeminente; orelhas longas e largas; olhos pardos, rasgados; cornos longos e reforçados; pescoço curto e forte; longa e pesada goja que se prolonga ao umbigo; bossa alta; peito amplo e forte; ancas e quadris largos e declinados; pernas fortes e belamente afastadas a sustentarem o corpo. Medem de 7 a 8 palmos de alto, são valentes para o trabalho e resistentes ao calor. As vaccas são boas leiteiras, produzindo de 6 a 30 litros em 24 horas.

O gado Nellory, na Presidência de Madrás, é distinguido pela forma de seus cornos de 3 a 6 pollegadas de comprimento, inclinados para fora, conicos, afastados e despontados. Tem uma proteção larga, proeminente, e feroz olhar. Cabeça curta e narinas abertas; olhos redondos, pretos; orelhas largas, molles, decahidas; imensa bossa, frequentemente pendida para o lado, longa e pesada goja, corpo fraco; longas pernas; anca estreita, levantada e quadris fundos.

Medem de 6 a 7 palmos de altura.

A raça de Naguar, na India Central, possui os mais belos specimens e muito usados pelos nativos, por suas qualidades trotadoras, para tirar carros de passeio, razão por que é difícil obter-se deles reproductores, que são castrados em bezzeros aos quaes tornam-se por isso mais estimáveis.

Também da falta de cuidado tem resultado os cruzamentos degenerados de raças inferiores.

Medem de 7 a 8 palmos de alto, têm cabeça nervosa, longa, olhos rasgados e testa proeminente; cornos curtos, finos e pontas curvadas em torquez. No mais têm as mesmas formas do gado Guzerate, sendo mais estreitos e maus leiteiros.

Seu passo é quase igual ao de um bom cavalo trotador, mas são fracos para tirar pesados carros.

A raça Hansi é, com alguma diferença, igual á Guzerate, tendo, porém, menores orelhas, bossa, boja e substancia.

A côr predominante nos especimens são: creme, cinzenta, castanha, tricolor; mas existem nos cruzamentos muitas e variedades cores que temos no nosso gado nacional.

As vaccas são boas leiteiras e seu leite de côr creme.

O descuido na escolha dos reproductores degenerou todas as raças de gado indiano. Além disso, o uso de castrar-se os bezerros para adaptar-se aos vehiculos de passeio e transporte eliminou os mais belos typos, que não foram competentemente substituídos.

O costume geral de dar-se a Brahama animaes de toda especie, de boa ou má raça, animal esse inviolavel e inalienável é sagrado enquanto viver, degenerou as melhores raças” (Godoy: 1936, 78, 79)

Estimulados pelas informações de Godoy sobre a pecuária indiana e pelo emergente comércio mundial de carnes congeladas, outros criadores do Triângulo Mineiro passam também a patrocinar novas importações. Em 1906, o mascate Ângelo Costa traz de sua expedição à Índia 48 cabeças para o criador uberabense José Caetano Borges. Em 1907, mais 96 animais são importados. No ano de 1908 o governador de Minas Gerais, João Pinheiro, passa a incentivar e autorizar estas importações. Em 1910 é a vez de Armel de Miranda, em 1914 de João Martins Borges. E assim foram feitas outras expedições e importações nos anos seguintes.



Imagem 3:Expedição de João e Otaviano Martins Borges no ano de 1916 (Fonte: Museu do Zebu)

Historiadores e memorialistas da pecuária, que se dedicaram a escrever sobre o gado zebu, entendem que entre 1913 e 1921 ocorre o “apogeu” das importações de “bois de cupim” (Lopes e Rezende: 2001, Machado Borges: 2012). Mascates e comerciantes, a mando de criadores uberabenses, dirigem-se à Índia em sucessivas e longas expedições. Há registro de que entre 1904 - com o retorno de Godoy - até 1921, quarenta e cinco levadas de gado zebu são trazidas ao país, totalizando cerca de 5.500 reses. (Lopes e Rezende: 2001, Santiago: 1983)

Uberaba, que era um entreposto comercial de gado na virada do século, com as sucessivas importações, torna-se uma fornecedora de gado zebuino aos frigoríficos na primeira década do XX. Para facilitar seus negócios, criadores locais inauguram casas de importação de mercadorias na cidade, com vistas a facilitar a chegada dos animais. Passam a fazer propaganda dos bovinos zebrados na Argentina e no Uruguai. Mascates de gado começam a comercializar esses rebanhos nos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul. Assim o zebu se populariza. Exposições e julgamentos de gado são promovidos regularmente em Uberaba e periódicos que divulgavam as qualidades desses bovinos eram publicados.

Mas se uberabenses, com vistas a consolidar uma pecuária nacional, investiam na importação de espécimes zebrados, criadores paulistas, paralelamente, investiam em outro tipo bovino: o caracu. De maneira semelhante aos “triangulinos”, importavam espécimes europeus e os acasalavam com raças nativas. Como os criadores de zebu, os selecionadores de caracu queriam desenvolver tipos resistentes às verminoses e ao clima tropical. Pecuáristas paulistas e “triangulinos” passaram a disputar o mercado da pecuária e instaurou-se mesmo uma batalha: a “Guerra contra o Zebu”⁸.

Os paulistas diziam que os zebrados jamais poderiam ser domesticados, que sua carne era ruim, “dura”⁹, “fétida” e que os europeus só a consumiam porque viviam um período de

⁸ Tal disputa por um gado nacional merece algumas linhas. Entre os anos de 1917 e 1921, o jornal O Estado de São Paulo, manteve uma coluna de nome “Guerra contra o Zebu”. Ali, defensores do Caracu, paulistas, disputando subsídios estatais para o financiamento de importações e de investimentos zootécnicos com a emergente elite ganadeira “triangulina”, teciam considerações sobre as vantagens e desvantagens do gado indiano.

⁹ Vale destacar essa passagem. A maciez da carne é uma questão fundamental na pecuária. Segundo especialistas em zootecnia e veterinária a maciez é efeito do “marmoreio”, a capacidade de espécimes (bovinos e suínos) acumularem gordura intramuscular. O “marmoreio” produz a sensação palatal de sunculência. Há uma série de estudos realizados por zootecnistas e veterinários brasileiros ou mesmo matérias

guerra, de muita fome. Os criadores de zebu, por outro lado, contra argumentavam dizendo que isso só poderia ser dito por “zootecnistas de gabinete”, que por viverem a custa do Estado, que patrocinava as importações de gado europeu, nunca haviam frequentado o campo e que, por isso, eram inaptos a perceberem as vantagens dos rebanhos indianos.

Inspirado pelas iniciativas dos criadores de caracu, que além de se opor fervorosamente contra o zebu, já desenvolviam livros de registros genealógicos, o fazendeiro de Uberaba, Alceu de Miranda, em 1919, propôs fundar uma associação para controlar a qualidade de espécimes zebras nacionais e importados. Convoca criadores do Triângulo Mineiro para fundar a “Associação do Herd Book Zebu”. A ideia era que seus associados disponibilizassem informações sobre seus animais: idade e características fenotípicas de cada reprodutor, filiação, fotos e premiações ganhas em feiras agropecuárias, e se fossem importados, o lugar de origem e o local de desembarque das reses. A contrapartida da associação era oferecer certificados com o pedigree e garantir a publicação de um livro, a cada mil animais inscritos.

Mas a primeira batalha desta guerra pela consolidação de um gado nacional foi vencida pelos criadores paulistas de caracu. A Inglaterra, naquele mesmo ano de 1919, decreta o fim de importações de carne brasileira por estar muito “azebuada”. Era terminada a Primeira Guerra e as exportações da carne brasileira começavam a diminuir. O governo brasileiro regulamenta de forma mais rigorosa as importações de gado zebu e corta a concessão de auxílios para realizá-las. E mais: no ano de 1921, uma “peste bovina” aparece em rebanhos paulistas. Médicos sanitaristas afirmam que a doença teve origem com a importação de espécimes zebras. No mesmo ano de 1921, as importações de gado da Índia são completamente proibidas.

jornalísticas sobre o tema que tentam provar que a carne de zebus tem tanto marmoreio, quanto a de bovinos de origem europeia. Paralelamente, alguns pecuaristas têm realizado cruzamentos entre espécimes das raças Angus (inglesa) com Nelore (zebu) com vistas a produzir espécimes que são tanto resistentes ao clima brasileiro, quanto possuidores de uma carne tenra e macia.

Os criadores de gado Nelore, através de suas associações de ruralistas, no entanto, defendem que seus espécimes têm um carne que é tenra, macia e saudável. Afirmam que há resistência com o gado zebu desde o início de sua seleção e que teriam sido os criadores de caracu, os principais responsáveis por fomentar as ideias, que circulam até hoje, de que os nelores, além de ter uma carne dura, são espécimes bravos, indômitos.

Essa crise, “a guerra contra o zebu”, gerou efeitos perniciosos aos criadores “triangulinos”, dizem historiadores e zootecnistas. (Santiago: 1983, Lopes e Rezende: 2001, Machado Borges: 2012). A saída era buscar outros mercados consumidores. Propagandas dos animais zebuínos foram feitas nos Estados Unidos, México e Cuba, sem muito sucesso. Em 1928, fazendeiros se reúnem para pensar ações efetivas para a mudança desse quadro, e é então fundada uma nova associação de classe que veio substituir a do Herd Book Zebu: a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro.

Nos anos 30¹⁰, quando a SRTM se consolida, o zebu não era mais considerado como um espécime “exótico”, de carne “dura” e “fétida”. Os reprodutores de origem indiana de criadores uberabenses eram utilizados como “raçadores” capazes de aprimorar a qualidade das reses que eram encaminhadas aos frigoríficos. Diante deste novo estatuto da bovinocultura zebuína, uma das primeiras preocupações da SRTM foi a de estimular transações comerciais entre criadores mineiros e paulistas. Havia alguns criatórios de zebus em São Paulo, mas o estado ainda necessitava de bons reprodutores, que eram de propriedade dos fazendeiros “triangulinos”. Se a seleção de zebuínos se espalhava pelo Brasil, a SRTM, a associação que fazia o controle racial deste gado, também se expandia geográfica e politicamente. Além de instalar sedes regionais em outras cidades do Triângulo Mineiro e receber novos sócios, dá início a um projeto de criação de uma fazenda-experimental na cidade de Uberaba em parceria com o Ministério da Agricultura.

Ocorre que os fazendeiros de Uberaba ainda sofriam os efeitos da “guerra contra o zebu”. Com a quebra da importação de animais indianos, que pudessem “refrescar o sangue” dos bovinos em território nacional e facilitar a manutenção de determinadas características ao longo das gerações, alguns criadores, apoiados por Getúlio Vargas - um entusiasta do zebu -, desenvolvem, a partir de cruzamentos entre espécimes girs, guzerás e nelores, um novo tipo.

¹⁰ Vários criadores, durante entrevistas realizadas para esta pesquisa, mencionam a importância de Getúlio Vargas. Eles o consideram como o político que mais contribuiu com o avanço da pecuária, especialmente em Minas Gerais. Ele esteve presente na inauguração de várias feiras agropecuárias deste período, e foi quem estimulou a criação de fazendas modelos em Minas e no oeste de São Paulo. É interessante notar, que é em meados da década de 30 que a “Marcha para o oeste”, projeto de Vargas que teve por objetivo ocupar e desenvolver o interior do Brasil, tem início. Havia uma preocupação do Estado em tornar os sertões produtivos. O estímulo do governo, nesse período, em organizar associações de pecuaristas e em pensar em estratégias para aprimorar a criação, parece ser parte deste projeto mais amplo. Esta relação entre Estado e criadores de gado, especialmente nos governos de Vargas, será abordada no capítulo 5 desta tese.

Esta raça “mestiça” desenvolvida em Uberaba, considerada por seus criadores e pelo Estado como “legitimamente brasileira”, levava o nome de Indubrasil¹¹.

Em 1939 são instituídos, de fato, os padrões que caracterizam as raças zebuínas, a SRTM cria o Serviço de Registro Genealógico. A partir da expedição de certificados de “pureza” e de pedigree de espécimes girs, nelores, guzerás e indubrisis, o SRG aprimora o Herd Book Zebu (que era um instrumento que registrava, mas não avaliava). Com esse serviço, não mais bastava que os criadores indicassem a família ou a origem de seus animais. As reses, para estarem vinculadas a ele, passaram a ser avaliadas por técnicos que conferiam se elas tinham, de fato, os padrões raciais adequados. O SRG estabeleceu, oficialmente, o pedigree do gado zebu.

Quando o pedigree entra em cena, criadores de Uberaba enriquecem. A genealogia e, portanto, a “pureza racial”, enobreceu os zebus porque atestava que estes animais poderiam ser considerados de elite. Os “zebuzeiros”, nesta década de 40, eram não só proprietários de reprodutores, como os inventores de padrões raciais mais precisos. Por isso, vendiam seus animais a novos interessados por verdadeiras fortunas¹².

Comerciantes e pecuaristas de todo país, ouvindo falar dos lucros fantásticos com o gado zebu, vinham para Uberaba. O traçado urbano da cidade, inclusive, é todo reformulado. O Estado desenvolve uma linha de crédito para a aquisição de zebus e bancos são instalados em Uberaba. “Zebuzeiros” erguem palacetes como suas moradas e em suas fazendas. Constroem monumentos em homenagem ao gado indiano, abrem cassinos e, com o apoio de

¹¹ A raça Indubrasil teve seu apogeu durante as décadas de 30 e 40. Hoje, os rebanhos deste tipo são menos numerosos do que os das raças Nelore, Guzerá e Gir. Muitos de seus selecionadores, inclusive, são bastante ressentidos e defendem, veementemente, a importância histórica e a qualidade dos animais para a produção de carne e leite. É interessante notar, que ocorrem poucos leilões de elite de reses dessas raças. Parte de seus primeiros selecionadores, inclusive, deixaram de criá-las e passaram trabalhar com outros tipos zebuínos.

¹² Destes negócios de bovinos zebus por cifras altíssimas, as historiadoras Rezende e Borges Lopes (2001: 98), destacam: a venda do touro Gir, Aragão, no ano de 1941, por quinhentos mil cruzeiros. Em 1944, em uma exposição em Ribeirão Preto, o ministro Francisco Campos, oferece ao criador uberabense Mario Franco, dois milhões e quinhentos mil cruzeiros pelos reprodutores Nero e Mundial. No mesmo ano de 1944, a firma de importação Borges e Irmãos compra todos os bezerros Gir de Rodolfo Machado Borges e, em janeiro de 1945, toda a produção de Torres Homem Rodrigues da Cunha por uma pequena fortuna não especificada pelas autoras. Em 1945 acontece a maior transação concretizada no período: o reprodutor Tigre é adquirido por um milhão e duzentos mil cruzeiros.

Getúlio Vargas e do Ministro Fernando Costa, é inaugurado o Parque de Exposições da cidade.

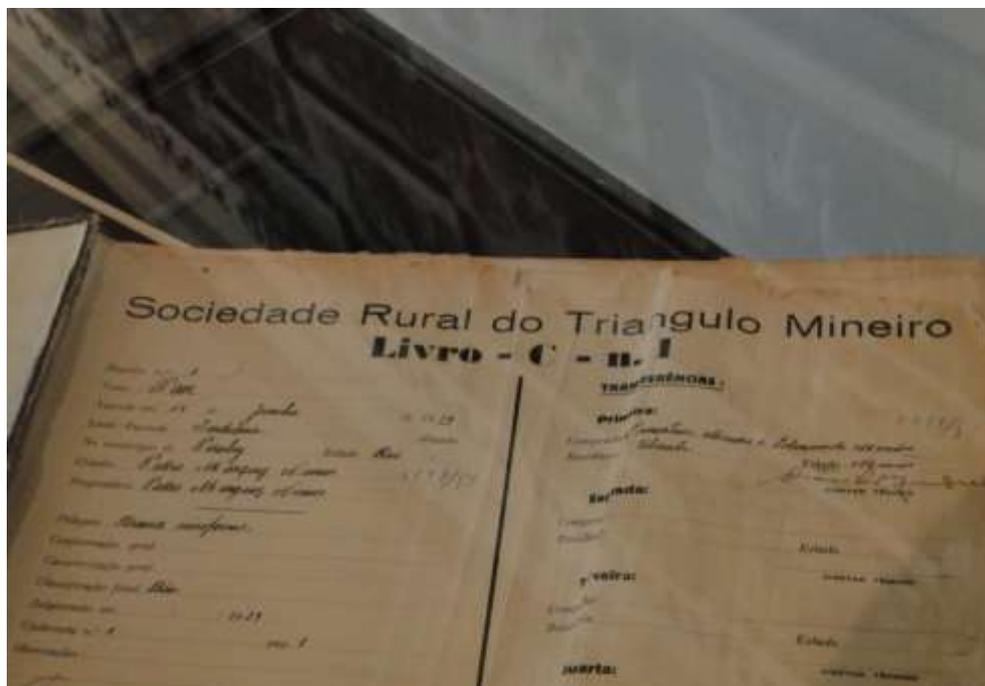


Imagem 4: O primeiro registro do SRG (Foto: Natacha Simeí Leal)

O pedigree e o estabelecimento de critérios raciais mais precisos, não só diferenciavam espécimes girs, nelores, guzerás e indubrasis, outrora genericamente cunhados como zebus. Principalmente, ressaltavam diferenças entre bovinos de origem indiana e bovinos de origem europeia. Criadores uberabenses estabeleceram que os animais de procedência mais fina, além de cupins e barbelas acentuadas, deveriam ter orelhas protuberantes. A pureza do Indubrasil, “um mestiço brasileiro”, por exemplo, era justificada por suas longas orelhas. A invenção de critérios estéticos, naquele momento, se sobrepunha aos critérios econômicos.

Aqueles criadores voltaram-se, com a publicação regular de genealogias, ao mercado de “raçadores”, cujas características fenotípicas, tais como a orelha protuberante, paradoxalmente, não produziram efeitos no incremento da qualidade da carne brasileira. O zootecnista Octávio Domingues, décadas mais tarde, já nos anos sessenta, avaliou como se desenvolveram os critérios raciais do gado indiano no Brasil:

“Deu-se primeiro à conformação racial e não ao seu rendimento econômico. Isto tem uma explicação. Nas raças europeias instala-se logo o órgão que fiscaliza a manutenção de sua pureza. No caso das raças indianas, estas foram importadas e só muitos anos depois que se começou o registro genealógico. Fez-se um padrão para cada raça e na busca de animais puros guiava-se pela presença de certos caracteres denunciadores de sua pureza. E os julgadores se esmeravam em descobrir características próprias, sem nenhuma atribuição econômica. Este é o caso das orelhas, cujo desenvolvimento se exige como sinal de pureza. O animal melhor, no caso zebu, era o de externo mais perfeito. Essa era a garantia de sua pureza”. (Domingues: 1966, 260)

Apesar de o gado zebu ter angariado prestígio - com o estabelecimento de padrões raciais e a publicação regular de pedigrees - nos anos 40 e 50, ainda eram necessários novos reprodutores para “apurar o sangue” dos rebanhos. Desde a década de 20, com a proibição do governo da importação de espécimes zebus da Índia devido à “peste bovina”, poucos “pareadores” entraram em território brasileiro.

Entre as décadas de 30 e 50, devido especialmente a barreiras sanitárias, dizem criadores, memorialistas e historiadores da pecuária (Santiago: 1983, Lopes e Rezende: 2001, Machado Borges: 2012), a permissão (ou suspensão) do Estado de importações diretas de bovinos da Índia variava. Não vieram ao país grandes levas de gado como ocorreu até o início da década de 20. Muitos dos zebus que aqui chegaram provinham de outros países tais como Estados Unidos e México. Alguns dos espécimes importados da Índia neste período, inclusive, entraram clandestinamente pela Bolívia e paulatinamente avançaram pela fronteira. Assim foi feito, por exemplo, pelo mascate Paulo Rodrigues da Cunha a serviço do criador Joaquim Martins Borges, que trouxe um lote de gado Gir à Uberaba no ano de 1955 (Santiago: 1983).

Em 1957, um empresário do ramo de transportes de Londrina, Celso Garcia Cid, que, paralelamente, desenvolvia um criatório de Girs, vai pessoalmente à Índia adquirir espécimes zebus. Um funcionário seu, Idelbrando dos Santos, permanece em território indiano durante três anos selecionando gado. Neste período, Celso ia e vinha da Índia ao Brasil. As importações estavam proibidas e o criador tentava negociar a autorização delas com o Estado. Em 1960, Celso Garcia Cid consegue embarcar um lote de animais indianos e o traz até a Guiana Francesa. Através de suas relações com o governador do Paraná Ney Braga e com o presidente da república Juscelino Kubitschek, consegue autorização para que seus espécimes indianos entrassem em território brasileiro.

O empenho de Celso Garcia Cid é lembrado porque facilitou a importação que segundo criadores, memorialistas e técnicos “revolucionou” a história da pecuária brasileira. Em 1961, JK regulamenta e aprova novas importações. No ano seguinte, 1962, acontece a última “importação legal” da história da pecuária zebuína no Brasil. Celso Garcia Cid e os criadores uberabenses Torres Homem Rodrigues da Cunha, Rubico de Carvalho e Nenê Costa¹³, patrocinam a expedição que permite a entrada no país de 84 espécimes da raça Nelore, 46 da raça Guzerá, 153 da raça Gir, 10 da raça Kagayam e búfalos das raças Murrah e Jafarabadi.

Parte desta famosa expedição é narrada através da história de um personagem, Dico¹⁴. Funcionário de Torres Homem Rodrigues da Cunha, é enviado à Índia para adquirir animais por ter um “olho” preciso com o gado. O livro escrito em sua homenagem, *O dono do olho, a história de José da Silva, o Dico* (Fortes: 2000), narra que a importação de 1962 começou com o “pé esquerdo”. Assim que chega na Índia, o mascate é preso por não ter apresentado na alfândega um documento que atestava que tinha tomado todas as vacinas necessárias para entrar no país. Depois de solto, Dico percorreu aldeias e vilarejos em busca de reprodutores na companhia de um tradutor, José Deutsch, que dominava o inglês. Uma de suas principais dificuldades, segundo Fortes, era explicar o porquê de estar comprando animais, considerados sagrados, aos camponeses indianos com quem negociava. Dico garantia a eles que aqueles bovinos importados ao Brasil jamais virariam bifes.

Em suas negociações ao longo dos anos de 1961 e 1962, narra Fortes, Dico passou a observar que em todos os órgãos públicos em que se dirigia para autorizar a compra e importação de gado, havia a foto do primeiro ministro da Índia e de um touro da raça Nelore, Kavardi: um ídolo nacional, campeão das feiras de pecuária indianas. O mascate considerou

¹³ No parque de exposições Fernando Costa, em Uberaba, em frente à pista de julgamento, há bustos dos quatro criadores, Torres Homem Rodrigues da Cunha, Rubico de Carvalho, Nenê Costa e Celso Garcia Cid, que patrocinaram a expedição de 1962. As estátuas são uma homenagem da ABCZ à importância destes criadores e da importação para a pecuária zebuína brasileira.

¹⁴ Figuras como Dico e Idelbrando dos Santos, mascates conhecidos pelo seu “bom olho” com o gado, que foram na Índia ou selecionaram plantéis para fazendeiros no Brasil, são sempre lembradas por criadores ou mesmo por historiadores da pecuária. O “bom olho” é um atributo essencial na seleção de gado zebu e estes vaqueiros, funcionários de confiança de criadores, tem autonomia para a realização de seleção de animais. A trajetória de um mascate, que inclusive era muito amigo de Dico, Mário Cruvinel Borges, que selecionou um dos mais importantes rebanhos de elite do país, será descrita no terceiro capítulo desta tese.

que aquele espécime, já velho, com 11 anos de idade, era mesmo exemplar e quis trazê-lo ao Brasil. Dirigiu-se a região da Índia onde havia mais espécimes nelores, Madras e Andhra Pradesh, para encontrar o, então, dono de Kavardi, Polavaradu Hannumiah. Conta-se que quando Dico avistou o touro, teve certeza de que tinha o padrão racial que procurava e não pestanejou em pagar a pequena fortuna que Hannumiah pedia pelo reprodutor: vinte e cinco mil rúpias, cerca de cinco mil dólares.

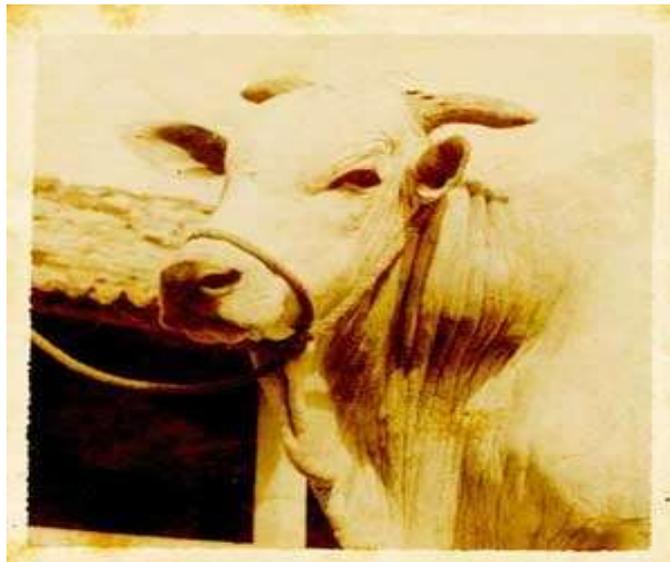


Imagem 5: Kavardi (Fonte: Arquivo VR)

O zootecnista Alberto Alves Santiago¹⁵ (1983) narra que a importação de 62 foi um sucesso. Segundo ele, os animais trazidos eram excepcionais. Nunca antes no Brasil, se tinha visto reses com tanta qualidade racial. A seleção brasileira de gado zebu, então estagnada, ganhou novo fôlego. Com a entrada desses novos “raçadores”, um trabalho de formação de

¹⁵ Alberto Alves Santiago é uma autoridade no assunto gado. Já participou de uma série de expedições em diversos países (Índia, Austrália, Chile, Estados Unidos, Peru, Bolívia) para avaliar a qualidade dos rebanhos e publicou mais de 18 livros sobre a criação de bovinos. Em conversa realizada em sua casa no ano de 2011, Dr. Alberto me mostrou um conjunto de diários de campo redigidos por ele que continham suas impressões sobre o gado, sobre a geografia e o clima dos países e infinitos diagramas de parentesco, com as genealogias das reses reprodutoras. Em sua publicação mais conhecida, *O Nelore* (1983), há um capítulo intitulado de “Etnografia” em que apresenta as características físicas do zebu, aspectos de sua capacidade de adaptação a certos ambientes, as origens e as variações fenotípicas da raça. Durante nosso encontro, perguntei o porquê do título, e ele me disse que em Zootecnia etnografia significa o estudo minucioso de raças.

linhagens recomeçou. A ideia era que certas características raciais desses bovinos pudessem ser mantidas ao longo de gerações. Para formar essas linhagens, foram promovidas uma série de cruzas entre reses consanguíneas. Desde pelo menos a década de 30, havia poucos reprodutores nelores em território nacional. Como eles tinham a orelha curta, eram considerados “menos finos” que o gado Gir, Guzerá e o próprio Indubrasil, mesmo “mestiço”, e por isso, criadores deixaram de selecionar a raça. Com a chegada de Kavardi, mas também de Taj Mahal e Rastã em 1962, o investimento em nelores ganha novo fôlego. Eles eram “rústicos”, o couro branco os fazia resistir ao calor do Brasil Central e as pernas longas permitiam aos nelores percorrer grandes distâncias em busca de alimento ou água. Tais predados foram essenciais para a pecuária extensiva realizada no Centro-Oeste do Brasil, que tornou o país, nas décadas seguintes, um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo.

As importações de gado indiano - ora estimuladas, ora proibidas pelo Estado - e a seleção de espécimes de elite para o incremento da pecuária de corte, parecem ser os principais eixos que consolidaram o tipo de bovinocultura realizada por “triangulinos” na primeira metade do século XX e que, por isso, tornou Uberaba central para a pecuária brasileira. Mais do que isso, a combinação de iniciativas - como as expedições à Índia, o investimento em espécimes de elite, o controle racial - através da publicação de pedigrees e a fundação de associação de ruralistas -, ajudaram a formar uma elite de criadores, que ao se fazer como tal através de seus bovinos, se consolida enquanto um setor bastante poderoso econômica e politicamente.

A seguir, tratarei sobre o incremento da pecuária de corte no Brasil a partir tanto dos efeitos produzidos pelos espécimes de elite, quanto das ações da ABCZ (Associação dos Criadores de Zebu).

1.3 O mercado da carne, as biotecnologias, as provas zootécnicas e o gado de elite

A partir da década de sessenta, os critérios raciais de zebuínos estavam bem estabelecidos no Brasil, mas havia necessidade de um investimento maior na produção de carne. Fazendeiros introduziam o capim de tipo braquiária para formar pastos e a criação de gado avançava consideravelmente para o Centro-Oeste. A ocupação de Mato Grosso e de

Goiás por fazendas de gado foi intensificada a partir de 1964. Com o governo militar, houve uma proliferação de incentivos fiscais e programas de financiamento do setor rural. Algumas iniciativas desse período foram cruciais para a consolidação do processo de modernização da pecuária brasileira, até então incipiente.

A Sociedade Rural do Triângulo Mineiro era uma associação ainda muito restrita e provinciana. Em 1968 é, então, fundada a ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu), uma entidade de atuação nacional, que levaria o Serviço de Registro Genealógico a mais criadores. A sede da associação permaneceu em Uberaba, mas uma série de escritórios regionais foi inaugurada em outros estados do Brasil.

A Embrapa, fundada alguns anos depois, em 1972, passou a investir em pesquisas com sementes, importadas da Austrália e da África, com vistas a produzir uma braquiária brasileira mais “encorpada” e resistente. Capaz de não só resistir ao clima, como engordar os rebanhos bovinos. (Fortes e Yassu: 2009).

Nesta mesma década, dois outros fatos contribuem, decisivamente, para o modelo de pecuária contemporâneo, especialmente a de elite. São instaladas as primeiras empresas privadas de coleta e inseminação artificial no Brasil. E é realizado o primeiro leilão de gado zebu. Este modo de compra e venda de animais já ocorria com certa frequência no Rio Grande do Sul e fazendeiros uberabenses, inspirados pelos criadores de gado europeu, promovem em 1973 um leilão de raças zebuínas realizado em Uberaba. A partir daí, os leilões tornam-se a maneira mais popular de se comercializar reprodutores zebus.

Entre o fim da década de 70 e começo da de 80, com o fim do governo militar, a pecuária brasileira esteve voltada ao ganho de peso das reses. O Brasil já tinha um grande rebanho, que cresceu muito em virtude do investimento em gado Nelore, mas ainda exportava parcamente. A qualidade da carne era pior se comparada com a de seu principal concorrente, os Estados Unidos. Os rebanhos brasileiros engordavam devagar, os espécimes eram abatidos mais tardiamente. Os bois, encaminhados aos frigoríficos, com idade entre 48 e 60 meses, eram “velhos” e, portanto, sua carne era mais dura.

Com vistas a aprimorar a maciez da carne brasileira, eram necessários novos mecanismos de mensuração da qualidade dos rebanhos que aliassem critérios raciais e também econômicos. Até então, a qualidade dos animais era avaliada exclusivamente nos julgamentos de feiras de pecuária, que baseavam seus critérios no fenótipo de espécimes, que

por serem de elite, não eram abatidos. A ABCZ ,então, implementa as primeiras “provas zootécnicas” para bovinos do Brasil.

As PZZ’s passaram a avaliar indivíduos, de noventa em noventa dias, para identificar nos rebanhos quais eram os que mais ganhavam peso. Tornaram-se ferramentas que complementavam a análise dos julgamentos: touros passaram a ser considerados bons reprodutores não somente em virtude de sua conformação racial, mas por sua capacidade de crescer e engordar. E por isso, “bovinos provados” passaram a ser utilizados para aprimorar sua progênie.

Na década de 90, especialistas em zootecnia e representantes da ABCZ se reúnem para elaborar um projeto ambicioso: um programa de avaliação genética. Desde pelo menos 1990¹⁶, o Serviço de Registro Genealógico já estava informatizado. O banco de dados da associação que continha os pedigrees de todas as reses registradas no país tornava-se cada vez mais acessível a criadores e juízes. Mas o SRG não era suficiente para apontar quais animais eram “geneticamente superiores”.

Parâmetros de fertilidade, “habilidade” paterna e materna, “precocidade”, “carcaça” e longevidade começaram a ser mensurados, conjuntamente, em reses de elite e comuns. O objetivo do programa era diminuir a idade do abate e do primeiro parto, além de melhorar a qualidade da carne e a eficiência reprodutiva das reses. As informações sobre os animais, transmitidas por seus criadores à ABCZ, eram processadas e transformadas em índices matemáticos gerais. Segundo técnicos, o programa trouxe critérios, de fato, “científicos”, à pecuária brasileira. Pela primeira vez, bovinos sem pedigree passaram a ser considerados bons reprodutores.

Vários programas como esse começaram a ser comercializados por outras associações e pelas centrais de inseminação artificial. Acessíveis tanto a criadores de gado comum, quanto aos de gado de elite, introduziram novos padrões de preços às reses: aquelas com índices genéticos “superiores” passaram a custar mais. Com os programas, pecuaristas de gado de corte e técnicos começaram a questionar a eficiência do uso de animais de elite como modelos reprodutivos.

¹⁶ Há um episódio anedótico narrado por criadores e historiadores da pecuária zebu: a chegada do primeiro computador, em 1981, na sede da ABCZ. O modelo LABO 8034, com quatro terminais de vídeo, era imenso e não pôde passar pela porta que dava acesso a sede da associação. Foi necessário quebrar uma parede e construir um novo acesso, mais amplo, capaz de acomodar a máquina.

No fim da década de noventa, as fêmeas de elite passam a ter mais preço que os machos e isto provocou uma mudança substantiva na pecuária, especialmente na de elite. Biotecnologias como a TE (Transferência de Embriões) e a FIV (*fertilização in vitro*), aliadas à utilização de vacas receptoras (barrigas de aluguel), tornaram possível que uma matriz, ao invés de gerar um único descendente por ano, como acontece na gestação natural, fosse capaz de produzir centenas de crias durante o mesmo período de tempo. As fêmeas passaram a doar, assim como os machos reprodutores, material genético em grande quantidade.

A partir do início dos anos 2000, o Brasil já era o segundo maior exportador de carne bovina do planeta. Com a “democratização” da informação dos resultados das avaliações genéticas dos animais e do retorno financeiro da pecuária, e, especialmente, pelo início da transmissão de leilões por redes de televisão, empresários de outros ramos passaram a investir mais sistematicamente em gado de elite. Conhecimentos zootécnicos e de gestão apontavam que seria possível pensar em mecanismos que aliassem os modelos das pistas de julgamento com os dos programas de avaliação genética, mas o abismo entre animais de corte e de elite tornou-se cada vez mais evidente.

Tal diferença esteve orientada, especialmente, pelo preço que bovinos zebus campeões de julgamentos passaram a ser adquiridos nos leilões: eles, de fato, tornaram-se investimentos. Não só começaram a ser vendidos por cifras milionárias, como passaram a ser adquiridos em cotas de 25% a 50%. Criadores e “investidores” começaram a se associar para comprar estes espécimes nos leilões e, assim, dividir o lucro gerado através da venda de sêmen e embriões pelo intermédio de centrais de inseminação e laboratórios¹⁷.

1.4 Raça e seleção

Reses de elite são resultado da confluência de três fatores fundamentais: “conformação racial”, manejo adequado e pedigree. São “reprodutoras” por serem consideradas “superiores” às reses comuns. Os mecanismos que avaliam se elas são, de fato, melhores, não são estanques: mudaram ao longo do tempo. Assim como as maneiras de

¹⁷ No segundo capítulo desta tese descreverei com maior profundidade como os as biotecnologias operam no mercado de gado de elite.

seleção. A ideia de raça, no entanto, desde o princípio da pecuária zebuína no Brasil até os dias de hoje, é considerada essencial, é aquilo que primeiro se observa e gera a diferença mais elementar entre bovinos, especialmente entre os de corte e de elite.

Não existem quaisquer dilemas entre criadores, peões, zootecnistas ou veterinários ao tratar de determinismos raciais. Para eles, a raça é definidora de certas características dos bovinos, que geram efeitos tanto na produção de carne, quanto nas estratégias exigidas para o manejo das reses. Eles consideram que ela é especialmente constitutiva para a conformação do fenótipo, do temperamento e da capacidade de adaptação a certos ambientes. Raça, nesse sentido, é algo preponderante tanto para gerar padrões como diferenças.



Imagem 6: Pintura em tela de Fajardo, touro Nelore que mais vendeu doses sêmen no Brasil . É considerado como um importante modelo reprodutivo por sua “conformação racial” (Foto: Natacha Leal, arquivo CRV Lagoa)

Há sempre diretrizes oficiais, expressas em manuais zootécnicos e por documentos publicados por associações de criadores, que definem as características de uma raça bovina. Um espécime Nelore, por exemplo, deve ter a pelagem branca ou cinza, uma cara estreita, um focinho largo, um couro macio, mas alto, e a pele negra. O peito deve ser largo, bem revestido de carne e gordura, os membros anteriores devem ser médios, musculosos e simétricos, já os

posteriores largos e mais gordos, com culotes bem pronunciados. Deve ter barbelas preponderantes e cupins, na forma de “rim” ou de “castanha de caju”, salientes e bem harmonizados no dorso. As orelhas devem ser pequenas, terminadas em ponta, e os chifres, retos, devem dirigir-se para fora e para trás. Os cascos devem ser pretos, assim como a vassoura da cauda. Deve ter um temperamento vivo, mas dócil, e uma capacidade de adaptação a climas quentes.

Outras raças de bovinos podem ter características fenotípicas e adaptativas coincidentes com espécimes Nelore, por serem da mesma espécie, terem a mesma origem e terem sido submetidas a processos de seleção semelhantes. Mas o que configura um padrão racial é um conjunto de caracteres. E o que os criadores, especialmente os de elite, tentam fazer é reuni-los da melhor maneira possível em suas reses.

Criadores de gado de elite são selecionadores e as raças são efeitos dessas seleções. Uma seleção dirigida não é uma simples orientação de acasalamentos (entre um espécime X com um Z para gerar uma progênie Y). É um processo mais elaborado de manutenção, ao longo de algumas gerações, de alguns caracteres direcionados. Pode ter diversos objetivos, mas sua essência está fundamentada no “melhoramento” dos animais.

Raça, para os criadores e técnicos, tem um apelo biológico, daquilo que é dado, determinante. Ao mesmo tempo é considerada como algo que pode ser manuseável e padronizado, já que é resultado de seleções realizadas pelos homens. Nesse sentido, é tanto da natureza, quanto da cultura. E o ofício dos criadores está fundamentado na habilidade de lidar com esses dois polos.

No capítulo primeiro de *Origem das Espécies* ([1859] 2002), “Variação no Estado Doméstico”, o naturalista Charles Darwin descreve que a capacidade de adaptação das plantas e animais domésticos está vinculada às necessidades e caprichos dos homens. Segundo ele, a habilidade humana para selecionar é cumulativa: a natureza estimula variações sucessivas, o homem as direciona. Darwin chega a dizer que algumas raças, como é o caso das bovinas, se desenvolveram, quase que exclusivamente, em torno dos anseios e vontades dos homens.

Para Darwin, o princípio da seleção artificial não é uma prática moderna. Descreve, a partir de uma série de exemplos etnográficos, que desde a antiguidade os homens aprimoram as espécies. Classifica as maneiras ‘primitivas’ de selecionar como ‘aleatórias’. Estariam fundamentadas no método de estimular a procriação entre os melhores espécimes ou mesmo

na preservação de animais ou plantas particularmente úteis e especiais que deixariam um maior número de descendentes, mas sem a intenção deliberada de melhorar a espécie ou produzir alterações significativas nas gerações futuras. Nas palavras do naturalista inglês:

“Mesmo que haja selvagens tão bárbaros a ponto de jamais se terem preocupado com o aprimoramento racial de seus animais domésticos, é claro que todo animal que lhe seja particularmente útil por esta ou por aquela razão seria cuidadosamente preservado durante os períodos de fome ou crise, aos quais os selvagens estão tantas vezes expostos. Esses exemplares assim selecionados deixariam, evidentemente, uma descendência maior que a dos animais menos bem dotados, que caracteriza a existência de um tipo de seleção aleatória realizada inconscientemente”. (Darwin: 2002, 62)

Isso é exemplar para pensar a seleção do zebu. Na Índia, como se sabe, os bovinos são considerados sagrados. Os hindus ortodoxos se recusam a matá-los e consumir sua carne, e até os dias de hoje, há proibição do abate em uma série de estados¹⁸ indianos. Como a população é, majoritariamente, vegetariana, a seleção destes animais não esteve direcionada à produção de carne como ocorreu no Brasil. Até muito recentemente, os bovinos eram criados à solta e consumiam somente folhas ou pasto. O gado ocupou durante muitos anos duas funções econômicas fundamentais: fornecer leite e servir de tração para as lavouras.

O rebanho bovino indiano é enorme, o maior do planeta e muito heterogêneo. Alberto Alves Santiago (1983) afirma que a distribuição de algumas raças pelo território acompanhou as rotas seguidas pelos primeiros invasores¹⁹, especialmente os arianos. Há

¹⁸ Ver o artigo de Alysia Radder, “A Theoretical Approach at Understanding the Origins of the Sacred Cow in India” (2009)

¹⁹Em “*Indian’s sacred cows*” (1978), Marvin Harris sugere que a adoração aos bovinos e a proibição do consumo de carne na Índia são relativamente recentes. No primeiro Vedas, livro sagrado hindu, do segundo milênio A.C, não havia qualquer menção a proibição do abate do gado, pelo contrário. Conforme o antropólogo, os animais eram consumidos em festas cerimoniais presididas por sacerdotes, os *Bhramans*. O culto ao gado só aparece quando o hinduísmo cresce e se populariza, nos 3000 últimos anos da história indiana,. Só em 200 D. C, conforme Harris, que o *status* dos bovinos indianos ganha uma conotação espiritual, os festivais de sacrifício tornam-se proibidos e o consumo de carne passa a ser restrito à nobreza. É somente após 1000 D.C que o consumo de carne bovina passa a ser proibida entre os hindus. Segundo Harris, um fator que contribuiu para isso, foi a invasão islâmica no século XVIII. Os hindus podem ter achado necessário diferenciar-se dos invasores que comiam carne, e com esse objetivo, enfatizaram a proibição do consumo e assassinato dos animais sagrados.

registro de algum intercâmbio de bovinos entre esses exploradores e os nativos, e de estratégias de seleção de alguns agrupamentos de animais realizadas por agricultores.

Entre o fim do século XIX e até a primeira metade do XX, com a ascensão da indústria frigorífica, funcionários do governo britânico estiveram na Índia para mapear e classificar a pecuária com vistas à produção de espécimes para o abate. Não coincidentemente, no mesmíssimo período das primeiras importações de gado indiano realizadas por brasileiros. Em fazendas experimentais do governo, onde brasileiros vieram adquirir algumas das reses que foram importadas da Índia, britânicos realizavam experiências de acasalamento e hibridação, inclusive, entre espécimes de origem indiana e europeia que levavam até lá (Silva: 1947). Queriam com isso, produzir animais aptos a abastecer o mercado da carne mundial. O estudo mais popular deste período é o de Arthur Olver (1938), um coronel inglês que defendeu a existência de poucas raças no país, apenas cinco: o gado Ongole (Nelore) branco-cinza do norte; o tipo Misore no sul; o Gir de Kathiawar e do oeste da Índia; o Dhanni do Pundjab e o pequeno gado preto, vermelho ou pardo encontrado em todo o território. Para Olver, somente estes tipos tinham características físicas e de temperamento bem-definidas. Outros espécimes encontrados no país foram classificados pelo zootecnista como “sub-raças”, já que eram resultado da “miscigenação” de dois ou mais troncos.

Olver (1938) sugere que estas raças eram anteriores à chegada dos primeiros invasores. E que havia alguns rebanhos populosos de propriedade da nobreza indiana que eram transmitidos de geração em geração. Havia, de algum modo, entre esta elite, um criatório e uma seleção direcionada, alguns espécimes utilizados como reprodutores eram considerados melhores, mais belos. Como foi o caso de Kavardi, um campeão nacional que participou de várias exposições²⁰ agropecuárias realizadas ali.

²⁰ Não consigo precisar em que medida houve influência da Inglaterra na promoção de feiras de bovinos na Índia, com julgamentos e campeonatos tais como se faz na Europa, no período em que instala as fazendas experimentais. Kavardi, por exemplo, era um campeão nacional por ter participado destes eventos.

A Índia, no entanto, realiza a maior feira de animais da Ásia, “Sonepur Cattle Fair”, em que são expostos camelos, elefantes, cavalos, ursos, gatos, porquinhos da Índia, macacos, ovelhas, búfalos e também bovinos. Um funcionário do governo britânico, W. W Hyntar, registra em seu diário no ano de 1919, que a feira, realizada em entre os rios Gandi e Gandak, acontecia desde tempos remotos. O imperador Chandragupta Maurya, que viveu entre 340 a. C e 298 a.C, já adquiria cavalos nesta feira, que atraía comerciantes de toda a Ásia.

Foram os ingleses quem primeiro pensaram o rebanho bovino indiano em termos raciais tais como conhecemos no ocidente. Eles que nomearam e separaram os animais em tipos fenotípicos específicos. Os nomes das raças, inclusive, foram estabelecidos como se fazia na Europa: conforme o local de sua origem ou onde as reses eram encontradas em maior número. E há uma explicação para isso.

A Índia foi uma colônia inglesa durante muitos anos e os britânicos têm uma longa história na organização e publicação de pedigrees (Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984). O próprio Darwin era um criador de pombos, cachorros e plantas. Há uma tradição na Inglaterra de organização de genealogias de cavalos, ovelhas, bovinos e da própria aristocracia. Inclusive, foram os ingleses quem inventaram o vocábulo pedigree a partir da locução francesa “*ped de gru*”. Márcio Silva (2010) explica a origem desta expressão:

“Há séculos, a aristocracia europeia não apenas o cultivava fervorosamente, mas ainda a ele consagra suas formas plásticas mais características, como as que evocam árvores frondosas ou as pegadas de um grou. O vocábulo inglês “pedigree” é uma corruptela da locução francesa “ped de gru” ...” (Silva: 2010, 329)

Sandra Bamford e James Leach (2009) apontam que o conceito de genealogia influenciou, substancialmente, os conhecimentos ocidentais sobre raça, etnicidade, personalidade e temperamento, inclusive, em não-humanos. Porque o pensamento genealógico é taxonômico: preserva, organiza e ranqueia uma série de relações.

Em *After Nature* (1999), Marilyn Strathern argumenta que Darwin utilizou uma imagem do parentesco para desenvolver suas ideias sobre a evolução da vida. Empenhou-se em fazer uma analogia entre a sociedade e a natureza ao aparentar homens e outros seres vivos. Para a antropóloga, Darwin quis mostrar afinidades entre espécies através de graus de registro de ancestralidade e acabou por desenvolver uma genealogia mestra do mundo natural. Segundo Strathern os efeitos deste idioma do parentesco estão presentes nas famílias tradicionais inglesas, especialmente, no período vitoriano. Estas famílias aprimoraram a genealogia mais geral do mundo natural através da organização sistemática de seus próprios pedigrees. Porque ter pedigree, mais do que simplesmente ser bem nascido, possibilita, através do manejo de círculos sociais e da seleção de companhias e alianças, aprimorar a própria natureza.

E não é também através da ideia do aprimoramento da natureza que se faz genealogias, e logo, raças animais? Porque raça e pedigree, apesar de serem conceitos distintos, andam de mãos dadas na seleção de vacas e touros: ambos estão baseados em pressupostos de hereditariedade e transmissão de substâncias através da manipulação daquilo que é pré-existente, a natureza. Querem manter e registrar, ao longo de gerações, certos atributos fenotípicos e de temperamento considerados essenciais para a conformação de padrões específicos, ideais.

O fenótipo é o critério mais elementar tanto para a definição das raças, quanto para a organização de linhagens bovinas. Um criador de zebu não adquire doses de sêmen de um touro de determinada família aleatoriamente. Ele sabe que aquele espécime produz descendentes com certas características, especialmente físicas. O investimento bem-sucedido na produção de linhagens Nelore no Brasil, que tornou o país um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, teve como princípio a fixação ao longo de sucessivas gerações de alguns traços fenotípicos considerados essenciais para a raça. Depois destes traços serem considerados fixos, a reprodução desses animais tornou-se menos “endogâmica”.

O fato é que certos traços fenotípicos que geram a “conformação racial” adequada nos animais de elite não são totalmente coincidentes com os dos animais de corte. É claro que há um mesmo princípio nessas duas frentes. Um conhecedor do assunto consegue identificar, em um rebanho, quais reses, de elite ou de corte, são desta ou daquela raça. Há entre os espécimes de elite, no entanto, a exigência de um padrão que deve configurar “pureza” racial. Porque é possível dizer que existem bovinos de raça mais puros que outros, a intensa seleção é capaz de uniformizar traços físicos e tendências de temperamento. Mas qualquer estratégia eugênica requer controle e rigor para evitar que certos traços se deteriorem ao longo das gerações. E é disto que se trata a pecuária de elite.

É inegável que entre os pecuaristas que lidam com gado de corte, haja uma preocupação em tornar as melhores reses dos rebanhos reprodutoras, esses criadores também realizam seleções dirigidas. O mercado de gado de corte, de certo modo, também é eugênico. É um pouco sobre disto que se trata os programas de aprimoramento genético utilizados para melhorar a qualidade da carne. Mas a ênfase na produção de reses “superiores” no mercado de gado elite é de outra ordem. As reses que não possuem um padrão racial ideal, genealógico e fenotípico, não são comercializadas em leilões ou têm suas células reprodutoras nas centrais de inseminação artificial, elas são excluídas deste mercado. A preocupação com padrões

fenotípicos e com a pureza racial é muito mais incisiva no mercado de gado de elite do que no mercado de gado de corte.

A hereditariedade não atua sozinha na configuração da pureza de espécimes de elite. Da seleção, faz parte o “manejo”. Desde muito pequenas, as reses de elite são separadas das comuns e submetidas a tratamentos especiais. Quando ainda bezerras, costumam mamar em fêmeas que produzem grande quantidade de leite (que não são necessariamente suas mães biológicas). Assim que crescem, passam a se alimentar a cada três horas com uma ração balanceada de alto índice proteico e tomar suplementos e vitaminas. Elas são banhadas todos os dias, penteadas, têm seu casco aparado e costumam habitar pequenos currais. Pastam muito pouco, por isso conseguem engordar e ter uma musculatura mais saliente que a das reses comuns.

Tal manejo, também gera efeitos no temperamento das reses. Como têm muito contato com humanos, em virtude das constantes viagens a feiras, leilões, julgamentos e porque muitas delas passam grande parte da vida confinadas nos currais das centrais de inseminação artificial, tornam-se mansas. E por ser bastante conveniente aos homens que as criam e tratam, o temperamento dócil tornou-se critério racial.

A busca por tal “pureza”, por esse fenótipo ideal, está fundamentada em um argumento zootécnico: a produção de carne. No contexto dos leilões e dos julgamentos de elite contemporâneos outros critérios, como o de beleza e de preço, são acionados. Mas quando os criadores brasileiros, mesmo os de elite, argumentam sobre as qualidades fenotípicas, mas também genéticas e genealógicas de seus animais, estão vislumbrando o aprimoramento da qualidade de carne dos rebanhos brasileiros. E isso é constitutivo para a avaliação das reses.

Em um julgamento²¹, por exemplo, quando o jurado avalia o posterior (as pernas traseiras) de um touro, tenta prospectar o quanto a picanha daquele espécime seria tenra e macia se acaso ele fosse abatido. Se as costelas do animal forem arqueadas, conforme devem ser em raças zebuínas, há indício que ela tenha bastante carne. Bovinos com as costas bem protegidas por couro e gordura, devem produzir bons cortes de *filet mignon*.

²¹ Vale destacar que também são produzidos espécimes de elite, inclusive de origem zebu, para leite. Mas nos julgamentos destes animais, os critérios de avaliação são outros. Há “campeonatos leiteiros” em que se avalia a capacidade das fêmeas em produzir grandes quantidades de leite.

Para a produção de carne, a raça atua como um padrão, o fenótipo como um indicativo de certas qualidades zootécnicas e as reses de elite como um depósito aonde eles se materializam. O mais paradoxal é que bovinos considerados de elite não são criados para serem abatidos e que todo o esforço em prospectar a qualidade de suas carnes só poderá ser visto em descendentes que são encaminhados aos frigoríficos. É neles que se verifica se o investimento em manejo e apuramento racial gera os efeitos esperados pela indústria frigorífica. Mas isso só acontece se o espécime não é “puro”, “belo”, adequado o bastante para ser considerado de elite.

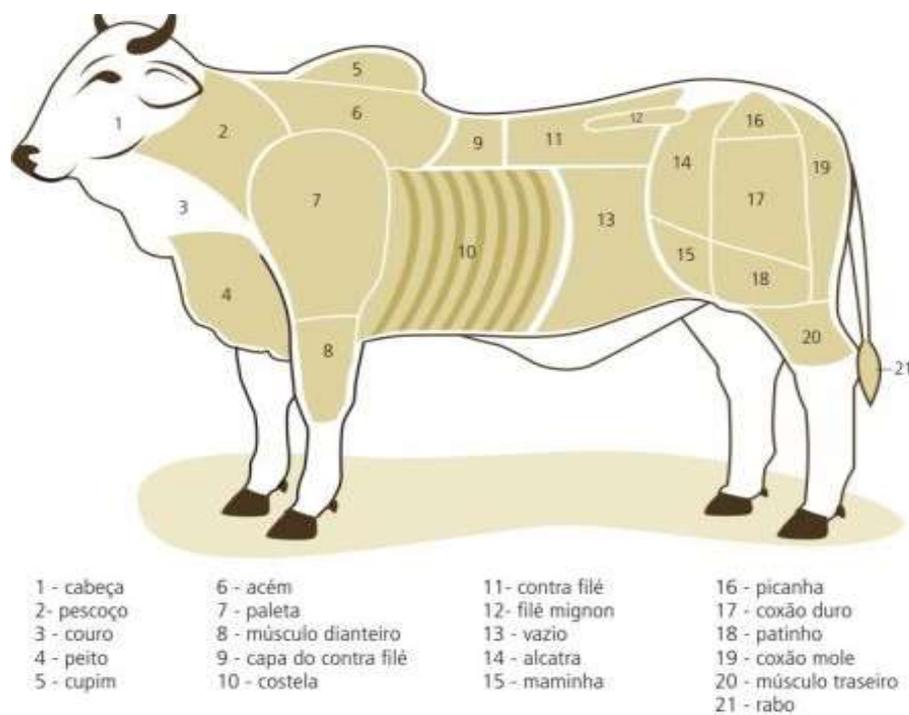


Imagem 7: Cortes de carne bovina (Fonte: Site “ Eu como carne” - www.eucomocarne.com.br)

As reses de corte são necessariamente parentes das de elite. São da mesma raça, portanto, têm origem ancestral comum. Com as importações da Índia, alguns poucos “pareadores” deram origem às principais linhagens bovinas brasileiras. Além disso, com a “democratização” das tecnologias reprodutivas, a genética de elite tem chegado em rebanhos comuns. Alguns veterinários afirmam que atualmente é mais barato comprar sêmen através das centrais e realizar inseminações artificiais do que manter um touro. O fato é que os

pressupostos da hereditariedade, os padrões ideais da raça e os efeitos esperados pelo pedigree atuam na companhia dos homens, que definem se os espécimes são especiais ou comuns, se servem como conceitos reprodutivos ou como alimento.

A ideia de raça, de fenótipo, de pedigree e os próprios animais de elite funcionam como modelos. São conceitos que devem iluminar conhecimentos sobre a produção de carne, e foi a partir deste pressuposto que a seleção de gado zebu no Brasil se ancorou historicamente. Mas alguns pecuaristas de gado de corte, veterinários e zootecnistas afirmam que todos esses critérios, que definem a qualidade de um espécime de elite, mesmo justificados por explicações zootécnicas, sejam permeados por outras razões. Que há mais questões em jogo no mercado de gado de elite.

1.5 O registro genealógico

Há um tema discutido por alguns antropólogos que pode iluminar explicações sobre os animais de elite: a diferença entre pedigree e genealogia. Para Barnes (1967), as genealogias são o registro de relações de parentesco construídas pelos analistas a partir de um certo rigor metodológico; já os pedigrees são informações destes mesmos termos elaboradas oralmente pelos próprios nativos.

Tim Ingold (2007), em *Lines, a brief history*, dá atenção às linhas genealógicas e desenvolve esse argumento de Barnes. Para ele, a leitura do traçado de um pedigree funciona como uma espécie de itinerário, um passeio pelas curvas de um rio. Os personagens elencados neste traçado genealógico funcionam como os locais ou coisas achados neste passeio, ajudam a narrar a história desse trajeto, reconstroem a memória de uma jornada.

A leitura das genealogias construídas pelos antropólogos, por outro lado, é capaz de montar uma estrutura de fragmentos bastante congruente, mas não é necessariamente um caminho que passa pela paisagem da memória. As pessoas, representadas por triângulos e círculos, reconstroem o enredo de linhas conectoras de ancestrais e descendentes. Lidas de cima para baixo, as genealogias conectam pontos de uma página em branco e indicam as posições específicas que os indivíduos ocupam em um modelo mais geral. Segundo Ingold, a

vida se comprime no quadro genealógico, porque ele não oferece muitas possibilidades de escapatória ou transformação.

Ao analisar os investimentos feitos por antropólogos ingleses em estudos de parentesco, Mary Bouquet, em *Reclaiming English Kinship* (1993), vai na mesma direção de Ingold. Ela lembra que a técnica de coletar genealogias, inaugurada por Rivers, é uma maquinaria da antropologia social britânica. Por isso, Bouquet entende o método genealógico como um artefato, resultado da imposição de um conceito primordial de substância material que conta histórias sobre sobrevivência cultural e emergência. Já o pedigree, prossegue a autora, é um instrumento capaz de identificar algumas teorias não inscritas no vocabulário técnico do parentesco.

A crítica de Bouquet é a de que as ideias de pedigree e genealogia passaram a ser utilizadas como termos intercambiáveis, sem serem devidamente problematizadas pelos antropólogos. Estes pensam a descendência de maneira abstrata, como um sistema de relações. É exatamente por isso, que Bouquet ressalta que o pedigree não pode ser traduzido literalmente como genealogia. O pedigree, fundamentado no princípio de reconhecer descendência a partir das linhas maternas e paternas como critério de pertença a um grupo familiar específico teria origem na seleção dirigida de animais, onde o controle sobre a reprodução e a hereditariedade é implícito: o caráter aristocrático da performance do sangue é mais que uma metáfora. O pedigree, neste sentido, faz espécimes - sejam eles humanos ou animais - com distinção. Eles são mais que indivíduos, porque pertencem a famílias específicas, nobres, ou mesmo a dinastias.

O pedigree não é um tema exclusivamente inglês. Vale lembrar que criadores e historiadores da pecuária contam que Lontra, o primeiro espécime zebu “puro-sangue” a chegar em Uberaba era nobre, teria sido de um marajá indiano e depois do imperador. O touro que inaugura os sucessivos investimentos em gado zebu, mesmo sem “registro”, já que em 1898 ainda não havia ali uma instituição que publicava livros com genealogia, vem para o Triângulo Mineiro com distinção. De um certo ponto de vista, tinha pedigree. Neste sentido, as diferenças e confluências entre as ideias de genealogia e pedigree, problematizadas por Ingold (2007) e Bouquet (1993) ajudam a iluminar o mercado de gado de elite brasileiro desde os seus primeiros tempos.

Contemporaneamente, todos os bovinos de elite de origem zebu que habitam o território brasileiro têm, pelo menos, pais, avós e bisavós conhecidos, suas genealogias são

registradas pela ABCZ e, por isso, são classificadas como P.O (Puro de Origem). Mas, nem todos os bovinos P.O são considerados de elite. Todos os espécimes P.O têm sua genealogia elaborada, mas só aqueles que são entendidos como de elite possuem pedigree.

Os criadores de gado de elite narram os pedigrees de seus animais a partir de grandes feitos. Ao acionarem um saber genealógico para falar dos pais, avós ou mesmo sobre os filhos de suas reses, ressaltam que foram campeões nos julgamentos de feiras de pecuária. Dizem por quanto foram arrematados nos leilões, quem são seus atuais proprietários e quantas de suas doses de sêmen ou embriões foram comercializados pelas centrais de inseminação e laboratórios. Dessa narrativa genealógica há algo que vai além das relações de descendência e ascendência, elas corporificam memórias e traços de distinção.

Essa mesma narrativa, não é acionada entre fazendeiros que comercializam gado P.O que não é julgado ou que não participa de exposições em feiras de pecuária. Interessados em comercializá-lo a pecuaristas que o utilizarão para aprimorar rebanhos que necessariamente virarão carne ou mesmo aos frigoríficos, utilizam argumentos relativos à importância da hereditariedade e funcionalidade econômica. E a ideia de genealogia, analítica, metódica, é suficiente para explicitar essas vantagens.

A diferença entre as genealogias de espécimes P.O e do pedigree dos espécimes de elite é bastante elucidativa para pensar o estatuto destes animais e também ajuda a explicar o papel do Serviço de Registro Genealógico da ABCZ, o SRG. Ele é entendido como um “cartório” de zebus. Contém uma série de informações sobre todas as reses registradas que habitam o país. Seu acesso é público, qualquer interessado pode consultá-lo através da página da internet da associação.

Este banco de dados, uma ‘máquina de parentesco’ (Pálsson: 2009; Silva e Dal Poz Neto: 2010), além de ter as genealogias de cada animal, informa quem é seu criador, seu proprietário atual, quando nasceu e desmamou e no caso de uma matriz ou um reprodutor de elite, gera dados sobre o DNA de cada espécime e com quais e quantas outras reses suas células reprodutivas foram utilizadas. Segundo técnicos da ABCZ, esse serviço tem o objetivo de melhorar as linhagens e disseminar a carga genética²².

²² O SRG é uma máquina de parentesco e alguns estudiosos da antropologia e da genética não só tem utilizado estas máquinas, como pensado sobre seus efeitos. O antropólogo Gísli Pálsson (2009) , no artigo *The web of kin: An online genealogical Machine* , apresenta uma etnografia dos usos de máquinas do parentesco na Islândia. O

Os funcionários do SRG não consideram decisiva a diferença entre reses P.O e de elite. Para eles, o “registro” configura superioridade. Segundo técnicos da associação, quanto mais animais forem registrados, melhor será a qualidade deles e, conseqüentemente, da carne produzida no país. Para participar do SRG o criador ou proprietário deve ser associado à ABCZ. Mas tal vínculo, não é suficiente para que o animal ganhe “um registro”, a rês deve ser dotada de uma série de características, especialmente fenotípicas, que a habilite como um espécime de raça zebuína: Gir, Nelore, Bhraman, Guzerá ou Indubrasil.

Os rebanhos dos associados da ABCZ são identificados através de uma seqüência de três ou quatro letras de escolha do criador. Um único fazendeiro pode ter vários rebanhos, entendidos como um conjunto de animais de mesma raça, nascidos no mesmo local. Se, por exemplo, um criador tiver propriedades rurais em duas cidades distintas ou mesmo se criar espécimes de diferentes raças em uma mesma fazenda, cada rebanho será identificado por uma seqüência alfabética única.

O SRG funciona através do controle de acontecimentos da vida do bovino, que a ABCZ entende como “eventos”: concepção, nascimento, desmame e morte. Os criadores, identificados por essa seqüência alfabética, proprietários de animais com registro ou que desejem fazê-lo, devem se comunicar com a associação para que se formalize esse controle do gado. O papel da ABCZ é o de auditar esses “eventos”. Por isso, realiza visitas constantes a fazendas para verificar a veracidade dessas informações.

Quando um criador prospecta que a cruza entre dois animais terá condições de gerar um descendente com “registro”, faz uma primeira “comunicação” à ABCZ narrando o

autor relata de que maneira os conhecimentos genealógicos, aliados à informática e ao uso da internet tem produzido uma série informações sobre os islandeses. Naquele país, que tem uma longa tradição, desde a idade média, em produzir árvores e livros genealógicos, há algumas empresas comercializando bancos de dados de parentesco. As conexões de parentalidade e transmissão de substâncias têm sido usados para dois fins: como uma espécie de jogo, bastante popular, que apresenta as conexões de parentesco e mostra como grande parte dos islandeses é aparentado e pela indústria farmacêutica e por pesquisadores da área de biomedicina, que têm produzido conhecimentos sobre genes e proteínas presentes na população, com o objetivo de evitar doenças e propor uma reflexão sobre o modo de vida dos islandeses. O professores brasileiros Marcio Silva e João dal Poz também desenvolveram uma máquina do parentesco (Maqpar) que objetiva conjugar as teorias do parentesco de Lévi-Strauss com os conhecimentos matemáticos sobre grafos. As redes de parentesco demonstradas pelas máquina, são capazes de serem avaliadas através de programas presentes em computadores pessoais. A máquina foi desenvolvida a partir de uma pesquisa realizada pelos professores sobre os sistemas de aliança na América do Sul Tropical.

“evento” de concepção. Se esta cruzada dá certo, comunica o nascimento do filhote; caso contrário, informa que a fêmea não foi fecundada. O mesmo procedimento é realizado quando se utiliza tecnologias reprodutivas, como TE, FIV, inseminação artificial ou clonagem.

Assim que o bezerro nasce, a ABCZ é comunicada e o criador tem até os 8 meses de idade da rês para trazer um técnico da associação à sua fazenda para que uma primeira avaliação racial do animal seja realizada. Nesta identificação, a rês recebe um número de RG (Registro Genealógico). Esse primeiro procedimento ocorre porque nem todos os animais estão enquadrados no padrão da raça assim que nascem. Muitos só desenvolvem certos atributos quando crescem. Aqueles espécimes que ainda pequenos já possuem a conformação racial adequada recebem um outro tipo de identificação, o RGN (Registro Genealógico de Nascimento).

Quando a rês atinge os 18 meses de idade, é considerada adulta. E técnicos da ABCZ visitam novamente a fazenda em que ela habita para verificar se está com a conformação racial adequada. Se alcançar os padrões exigidos pela raça, recebe registro (o RGD – Registro Genealógico Definitivo). Um bovino terá o mesmo RGN por toda a vida, que é composto pela sequência alfabética de seu criador acrescida de um código numérico fornecido pela ABCZ. As buscas de informações sobre estes animais no banco de dados do SRG são feitas a partir do RGN²³. Cada espécime possui um código identificador único.

Os motivos pelos quais um espécime não consegue o RGD são nomeados pelos técnicos da ABCZ como “inconsistências”. Elas não dizem respeito somente a critérios raciais incompatíveis com o padrão. Na maioria dos casos envolvem outras questões. Por exemplo, os pais da rês devem ter o RGD para que ela também o tenha: se isso não ocorre, ela é desclassificada. Touros doadores de sêmen devem ter seu DNA²⁴ registrado na associação, se

²³ Os animais de elite, no contexto de feiras, leilões e julgamentos, sempre são chamados por um nome (que a ABCZ atribui como “nome fantasia”), nunca pelo seu RGD. Identificar um bovino somente pelo seu registro é mais comum entre pecuaristas que possuem um imenso rebanho de P.O’s que não participa de exposições ou rankings. Um criador pode nomear a sua rês como quiser, desde que não afete critérios religiosos e que não utilize o mesmo nome dado a touros famosos. Se quiser batizar seu animal com nome de um reprodutor conhecido, deve pagar por isso e incluir um sufixo, uma espécie de sobrenome (Exemplo: Kavardi Panaroma).

²⁴ A exigência de exames de DNA de touros cujo sêmen é comercializado nas centrais e de seus descendentes é uma estratégia recente. Como essas células reprodutoras são vendidas em grande quantidade e como o ato de

este documento não estiver acessível, os filhos perdem a concessão de avaliação e toda a descendência fica comprometida.

Alguns criadores utilizam o SRG para realizar o registro de animais sem genealogia conhecida, os chamados L.A (Livro Aberto). Como no caso dos P.O's, as reses são registradas pela ABCZ, avaliadas a partir de critérios raciais e os “eventos” de suas vidas devem ser comunicados a associação. Este tipo de registro costuma acontecer em duas situações específicas: quando parte da genealogia de uma rês, considerada muito boa, é desconhecida ou se um criador quer ocultar os ascendentes para tornar determinado espécime o primeiro de uma nova geração. Registrar um bovino como L.A, é parte de um processo para torná-lo, ou pelo menos seus descendentes, P.O. Funcionários da ABCZ e criadores dizem que essa categoria está em vias de extinção, que foi comum no começo da seleção zebuína, mas com a proliferação de animais reprodutores e do acesso a tecnologias reprodutivas, tornou-se muito improvável descobrir em um rebanho um espécime de conformação racial exemplar que não seja Puro de Origem.

Muitos pecuaristas reclamam que o SRG é muito burocrático, por isso, especialmente aqueles que lidam com reses comuns, criadas para serem abatidas, não registram seus animais. O serviço tem um custo e serve, majoritariamente, àqueles que desejam aprimorar a sua seleção de P.O's. Mas mesmo com a resistência de alguns pecuaristas, o número de registros de animais é enorme²⁵.

O banco de dados do SRG é totalmente informatizado. A partir de certos comandos, é possível buscar informações precisas. É muito utilizado para encontrar quem são os proprietários atuais das reses quando são arrematadas em leilões, e principalmente, para avaliar o grau de parentesco entre os indivíduos. O conteúdo armazenado é muito extenso e para acessar certos dados é necessário que a área de informática da ABCZ gere um programa paralelo para não sobrecarregar o servidor. Para desenhar uma genealogia que inclua todos os mais de 300.000 filhos do touro Fajardo, por exemplo, é preciso gerar um banco de dados menor dentro do banco de dados mais geral do SRG.

concepção é artificial, a ABCZ passou a exigir que o DNA dos pais e filhos fossem comparados para comprovar a descendência.

²⁵Somente no ano de 2011, seiscentos mil novos bovinos foram registrados.

As informações mais elementares do SRG estão marcadas nos corpos dos animais e não só porque os espécimes com registro devem corporificar um fenótipo adequado. A ABCZ e os criadores utilizam ferretes em brasa para gravar na rês uma série de códigos que identificam grande parte desses dados. Quando um conhecedor do assunto gado observa um bovino, visualiza em suas marcas quem é ele, quem é seu criador, seu proprietário atual, quem são seus pais e quando nasceu.

Marques e Villela (ms) lembram que no sertão de Pernambuco, famílias tradicionais também marcam com recortes as orelhas de suas cabras. Estas marcas, nomeadas como “assinaturas”, mais que indicar a propriedade sobre estes animais, expressam segmentações sócio-territoriais dos homens que a criam. Na orelha direita é feita uma marca comum a todos os criadores de mesma localidade (ou “fazenda”): há algumas gerações esta terá sido a marca pessoal de um fazendeiro conhecido, um patriarca da região. Nas marcas da orelha esquerda, que são feitas anualmente, há o registro de seu atual proprietário e qual casa pertence. Tais marcas, dizem os autores, concomitantemente fixas e suscetíveis às transformações do tempo, seriam efeito de um projeto genealógico maior, que não está exatamente expresso nos pedigrees elaborados pelos genealogistas ou mesmo pelos antropólogos. Mas que - através destes animais - dão conta das dinâmicas de fragmentação e reagrupamento contínuas das famílias. Da centralidade do sangue para os sertanejos, que faz herança, mas também linhagens e troncos.

No caso dos espécimes zebuínos de elite, apesar de não serem nomeadas como ‘assinaturas’, as marcas também funcionam para distinguir homens e animais. Indicam uma autoria sobre aquele espécime. Mais que expressar as qualidades raciais e genealógicas dos próprios bovinos, na medida em que explicitam quem são seus ascendentes, também P.O’s, vinculam homens e bois. Tais expressões gráficas funcionam mesmo como atributos de distinção. Não só porque indicam quem criou a rês, mas quem é seu proprietário atual. E, portanto, um pecuarista que foi capaz de tanto reconhecer a qualidade daquela rês, como de reverenciar seu autor, aquele que o criou.

A sequência de códigos que indica quem é o criador de uma rês, como já explicitado acima, não é numérica. É o nome da fazenda ou mesmo o nome do próprio criador. Nas reses criadas por Claudio Totó, por exemplo, um estimado pecuarista de Mato Grosso do Sul, o código que expressa que ele criou a rês é dado pela sigla TOTÓ. No caso dos rebanhos de Jonas Barcelos, outro prestigiado pecuarista, há a marca MATA, de sua fazenda Mata Velha.

A simples observação destas marcas, sem qualquer atenção mais minuciosa aos atributos raciais da rês, já confere aos animais distinção. E mais. Essas marcas, como sugerem Marques e Villela (ms) com as cabras do sertão de Pernambuco, também operam como um idioma genealógico, central para a produção e reprodução da pecuária modernizada, especialmente a de elite. São em si mesmas uma genealogia, produtora de reputações bovinas e humanas.

Grande parte dessas marcas²⁶ é concomitante ao processo de registro, se desenvolvem a partir dos “eventos”. Algumas são feitas pelos próprios criadores e outras pela ABCZ. Quando um animal recebe seu RGN (registro genealógico de nascimento), é marcado na face esquerda com o símbolo da ABCZ, o “caranguejo”²⁷. Isso identifica que o espécime foi avaliado pela associação e que contém os atributos raciais necessários para ter registro. Assim que recebe o RGD (registro genealógico definitivo), outro “caranguejo” é gravado, desta vez na perna direita, e junto dele são marcadas a sequência alfabética de seu criador e o número de seu RGN. Estas marcas são feitas, exclusivamente, pela ABCZ.

O criador é quem identifica a filiação da rês: grava o RGD da mãe e do pai do bovino na parte interna de suas orelhas. Também é o responsável por marcar na face direita da rês o último algarismo do ano de seu nascimento (o chamado “carimbo de era”), para que a idade

²⁶. Os bovinos criados de forma ultra extensiva no nordeste brasileiro, que pastavam por campos de propriedade indefinida, eram identificados através de marcas feitas com ferrete. Certamente, esta prática nordestina, influenciou a marcação dos bovinos em Uberaba. Gustavo Barroso (1962), em uma passagem do livro Terra de Sol (Natureza e costumes do norte), descreve como se dava a ferra nos rebanhos, antes dos animais serem soltos pelos sertões:

“Os bezerros são ferrados, deitados no chão, sustidos pelas patas de dois homens. As reses maiores são laçadas pelos chifres com uma forte corda de rêlho cru, ensebada, escorregada, passada pelo vinco de um poste – o mourão. Puxam-ne de um lado, e o animal vai encostar a cabeça ao mourão com um gemido surdo. A marca de ferro incandescida, rubra, chia-lhe fumegante no rosto. Dois talhos instântaneos de amolada faca assinalam-lhe as orelhas” (Barroso: 1962, 45)

Movimentos de direitos dos animais se posicionam contra a prática de marcação em brasas do corpo dos animais. A entendem como um procedimento cruel e dispensável. Atualmente, o controle da procedência e do destino dos animais, especialmente na pecuária de corte, pode ser feito através de outros mecanismos. É comum que em grandes rebanhos, bovinos sejam rastreados via satélite a partir de chips implantados em suas orelhas.

²⁷ O símbolo da ABCZ, comumente chamado de “Caranguejo” tem como referência o Triângulo Mineiro. É um triângulo conectado a dois chifres estilizados que sugerem o formato da cabeça de um zebu.

do bovino permaneça visível. Os criadores ainda devem gravar na perna esquerda do animal o RGN e a marca do criatório.



Imagem 8: Marca do RGN (Fonte: Site ABCZ, <http://www.abcz.org.br>)

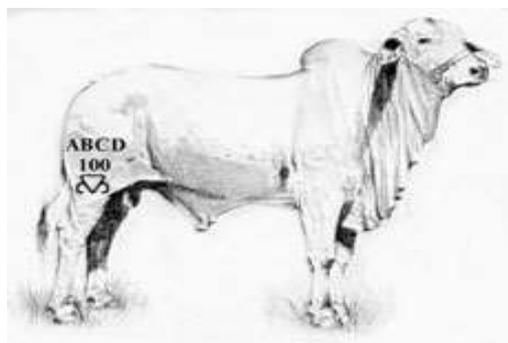


Imagem 9: Marcas feitas a partir da homologação do RGD (Fonte: Site ABCZ, <http://www.abcz.org.br>)

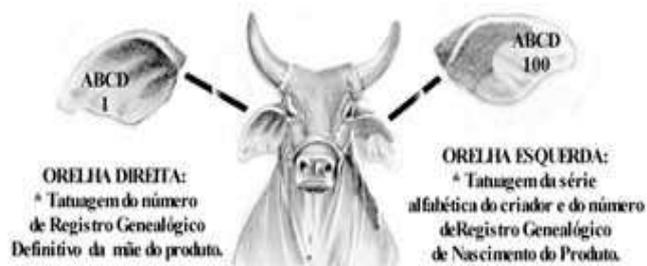


Imagem 10: Marcas que identificam os pais da rês (Fonte: Site ABCZ, <http://www.abcz.org.br>)

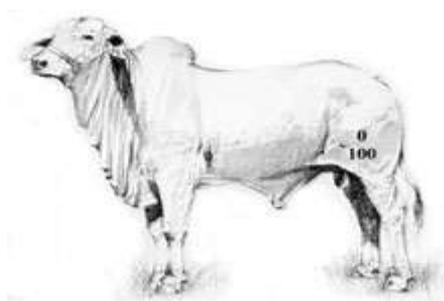


Imagem 11: Marcação realizada pelo criador (Fonte: Site ABCZ, <http://www.abcz.org.br>)



Imagem 12: Carimbo de era (Fonte: Arquivo da ABCZ, <http://www.abcz.org.br>)

A ABCZ regulamentou todas essas marcas corpóreas para evitar falsificações. Também é bastante preocupada com a emissão dos certificados de registro. Esses documentos, que apresentam a genealogia das quatro gerações ascendentes de cada indivíduo, a raça, o nome fantasia e o RGN, a data de nascimento, pelagem, sexo, município e fazenda aonde a rês nasceu, categoria (se P.O ou L.A), o nome do criador e do proprietário atual, contêm um código de autenticidade que evita que sejam plagiados. A instituição argumenta que todo esse controle se faz necessário, porque o SRG é estratégico para garantir a continuidade da produção de bons espécimes zebus, um documento que facilita acasalamentos e a formação de novas linhagens, além de um mecanismo capaz de agregar valor às reses.

Um espécime P.O, se for utilizado como reprodutor - um “tourinho” ou uma “produtora de animais” - poderá custar mais do que aqueles sem registro. O SRG contribuiu decisivamente para isso. Este serviço, justificado por argumentos raciais, fenotípicos, reprodutivos e genealógicos, funciona como um indicador da qualidade das reses, mas não tem o objetivo fulcral de compor rebanhos de elite.

O registro é apenas uma parte do processo de transformação de um bovino P.O em um espécime de elite. Qualquer pecuarista de gado zebu que deseje competir nas pistas de julgamentos das exposições agropecuárias deve ser associado da ABCZ e ser proprietário de reses “com registro”. Todo o controle e rigor genealógico garantido pelo SRG, todavia, qualifica um animal como Puro de Origem e não como elite.



Imagem 13: Certificado de Registro Genealógico emitido pelo SRG (Foto: Natacha Leal)

Àqueles que se interessam pela criação de gado de elite são necessários outros investimentos. E isso não passa, exclusivamente, por questões econômicas (o alto custo do manejo adequado dos bovinos ou da utilização de tecnologias reprodutivas). Há um empenho que é político, pois é necessário tornar-se um criador conhecido, promover e estar presente em leilões, ter animais campeões de rankings, participar das feiras de pecuária. É também disto que se trata o mercado de gado de elite.

1.6 Os julgamentos de animais

As feiras agropecuárias acontecem em profusão pelo país. Todos os estados da federação promovem esses eventos. Essas mostras de tecnologias e produtos da agricultura e

pecuária têm vocações²⁸, em algumas há uma maior apresentação de máquinas e insumos agrícolas, outras, como as realizadas na cidade de Uberaba, privilegiam a apresentação de bovinos e tecnologias reprodutivas. De todas as atividades que ocorrem em feiras de pecuária, os julgamentos são os acontecimentos mais esperados para os criadores de gado, especialmente os de elite. Eles são decisivos para a seleção das reses consideradas “superiores” e para a formação do preço dos animais nos leilões.

Cada raça de bovino participa de julgamentos específicos que são regulamentados e promovidos por associações de criadores também específicas. A ABCN, Associação Brasileira dos Criadores de Nelore, regulamenta os julgamentos desta raça, assim como a ABCG, Associação de Criadores de Gado Gir, promove os campeonatos com espécimes Gir. As regras de participação nessas competições e as categorias avaliadas podem ser variáveis, mas há uma questão que é sempre coincidente: as reses competidoras devem ter genealogia registrada (no caso das zebuínas, devem ser portadoras de SRG). Portanto, os espécimes julgados devem corporificar um ideal fenotípico.

Os animais são avaliados por uma banca composta por três jurados formados em Medicina Veterinária, Zootecnia ou Engenharia Agrônoma e que devem ter um curso complementar fornecido por associações de criadores. A ABCZ, por exemplo, possui um colégio de jurados que forma estes profissionais. Uma mesma banca, convidada pelos promotores de uma feira de pecuária específica, avalia todos os animais (de todas as idades e categorias) inscritos no julgamento.

²⁸ Na minha dissertação de mestrado, “*É de agronegócio!*”: *Circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado em feiras de pecuária* (2008), apresentei os eventos agropecuários a partir de quatro categorias: festas temáticas, agrishows, feiras de pecuária e rodeios. Essa tipificação, nativa, apresenta as diferenças entre todas estas festas e feiras que são usualmente tratadas pelo poder público como eventos de mesma natureza. As festas temáticas, têm suas atividades voltadas à apresentação de mostras e maneiras de se cultivar ou produzir mercadorias específicas (Festa do Morango, Festa do Milho, Festa do Vinho). Os agrishows, privilegiam a apresentação de máquinas e tecnologias para agricultura (tratores, colheitadeiras, adubos, insumos, sementes). As festas de rodeio, ou festas de peão, costumam não oferecer atividades de negócio, sua ênfase está nos bailes, shows e , especialmente, nas provas de laço e montaria. Já nas feiras de pecuária, bovinos de elite são expostos, julgados e leiloados. Alguns eventos agropecuários reúnem várias atividades (existem feiras que sediam shows, rodeios, exposição de gado e mostra de máquinas agrícolas), mas esta prática tem se tornado cada vez menos comum. As mostras de agronegócio estão cada vez mais setORIZADAS. Feiras de pecuária importantes, como as de Uberaba e de Campo Grande, que outrora também sediavam rodeios e shows para um público mais amplo, têm restringido suas atividades somente a criadores e profissionais do agronegócio.

A lógica de funcionamento dos julgamentos de gado permite algumas analogias com torneios esportivos. Existem campeonatos nacionais e estaduais, os primeiros são sempre mais competitivos. Os estados que têm mais tradição na criação de gado sediam competições mais acirradas. Um julgamento da raça Nelore em Minas Gerais, por exemplo, certamente será mais disputado do que um realizado em Alagoas. Consequentemente, um animal campeão do ranking mineiro terá maior preço nos leilões do que aquele que ganhou o campeonato alagoano.

Para participar do ranking da raça Nelore, por exemplo, é necessário competir em pelo menos seis feiras agropecuárias “oficiais”. O criador deve participar de no mínimo cinco feiras nacionais e de uma feira regional, que ocorre no estado sede de seu rebanho. Competir em muitas feiras é sempre uma boa estratégia, já que o ranking é formado a partir da somatória das maiores notas ganhas por cada animal. Os rankings regionais premiam as melhores reses de estados específicos, já os nacionais os melhores espécimes do Brasil.

Os resultados de todos os julgamentos nacionais e regionais são periodicamente publicados, mas os campeões anuais são anunciados no mês de novembro de cada ano. Ocupar os primeiros lugares no ranking é condição que facilita parcerias de venda de sêmen ou embriões, através das centrais de inseminação artificial. Não só criadores participam desses eventos. Muitos funcionários das centrais estão nessas feiras para acompanhar as colocações do ranking e realizar negócios.

As reses são avaliadas em categorias de idade²⁹ e sexo (no caso das fêmeas: Bezerra, Novilha Menor, Novilha Maior, Fêmea Jovem, Fêmea Adulta, Melhor Matriz; nos machos: Bezerra, Júnior Menor, Júnior Maior, Touro Jovem, Touro Sênior, Melhor Reprodutor). Mas as premiações mais importantes são dadas aos donos dos animais (Melhor Expositor, Melhor Criador, Melhor Novo Criador, Melhor Novo Expositor).

Esses campeonatos evidenciam a diferença entre aquele que cria a rês, o “criador”, e aquele que é proprietário dela, o “expositor”. Muitos pecuaristas são criadores e expositores, mas há aqueles, quase sempre pecuaristas novatos, que adquirem animais, mas ainda não são selecionadores, apenas os expõem nas feiras. A premiação de Novo Expositor e Novo

²⁹ As categorias de idade dos animais são separadas conforme os seguintes pressupostos: Bezerra ou Bezerra (de 8 a 12 meses), Novilha Menor ou Júnior Menor (de 12 meses e um dia até 16 meses), Novilha Maior ou Júnior Maior (de 16 meses e um dia até 22 meses), Fêmea Jovem ou Touro Jovem (de 22 meses e um dia até 28 meses) e Fêmea Adulta ou Touro Sênior (de 28 meses e um dia até 36 meses).

Criador é recente. Ela ranqueia aqueles que participam desses campeonatos há no máximo três anos, empresários ou fazendeiros que estão entrando nesse mercado.

Há uma seleção prévia realizada por técnicos dessas associações de criadores para permitir que um animal seja inscrito em um julgamento. Além de ter registro, deve ter a idade máxima de 36 meses e ter passado por um exame andrológico (que atesta capacidade reprodutiva e qualidade física) realizado por um veterinário com registro profissional. Esses documentos devem ser entregues juntamente com uma ficha de inscrição à associação promotora do campeonato.

Todos os animais que participam do julgamento são pesados durante a feira de pecuária que sedia a competição. Aqueles que tiverem o peso inferior à média de idade, são imediatamente desclassificados. O número máximo de competidores por categoria é de 24 animais. No caso de haverem mais reses inscritas do que o permitido, serão formadas subcategorias³⁰, elaboradas conforme a de idade dos bovinos

Para cada categoria, são dadas premiações do primeiro até o décimo segundo lugar. Ao primeiro lugar de cada competição é dado o título de “grande campeão”; ao segundo de “reservado grande campeão”. Depois da disputa entre animais de mesma idade, há uma competição mais ampla entre os “grandes campeões” e “reservados grandes campeões” de todas as categorias.

O prêmio de “grande campeão” ou de “reservado” entre todos os animais competidores em uma feira de pecuária, é o mais esperado. É o que gera mais prestígio ao criador e maior preço à rês. Cada premiação, de primeiro ao décimo lugar e de “grande” ou “reservado campeão” de uma feira tem uma pontuação correspondente. A somatória de todas estas pontuações vai compondo os rankings regionais e nacionais das melhores reses.

Para premiar as melhores matrizes ou reprodutores do ano, são avaliadas as características fenotípicas de suas progênes. Os pecuaristas inscrevem nos julgamentos os

³⁰ As reses continuam a competir nas categorias de idade pré-estabelecidas, mas são apresentadas ao público e ao juiz em momentos distintos. Num campeonato de Fêmea Menor, por exemplo, ao invés de reunir todos os animais de idade entre 12 e 16 meses, separa-se o rebanho em lotes distintos: um de 12 e 13 meses, e outro de 14 a 16 meses. Durante os trabalhos de campo, nunca observei um julgamento em que este fato tivesse ocorrido. Muito raramente, inclusive, os campeonatos reúnem mais de 12 reses por categoria.

filhos desses animais. A somatória das pontuações do ranking e os mecanismos de avaliação dos descendentes destas reses são coincidentes com as realizadas nos demais campeonatos.

Já para as avaliações dos melhores criadores ou expositores, são incluídos outros critérios. É também dada uma nota ao “time de pista” do fazendeiro, ao rebanho que participa da exposição, à maneira como aquela seleção se desenvolve. Mas as pontuações que formam este ranking específico não são dadas somente a partir destes critérios. Somam-se as melhores notas ganhas, que podem ser do “time de pista” ou da avaliação das reses em categorias de idade. Não é em vão, que o conjunto das pontuações exibidas nos rankings dos melhores criadores ou expositores são sempre numericamente superiores que as dadas aos animais. No ranking nacional de 2013, por exemplo, a nota do melhor criador foi de 12.197 pontos e a da melhor reprodutor/matriz foi de 10.885, 8 pontos.



Imagem 14: Comemoração de tratadores de gado pela premiação do grande campeonato (Foto: Natacha Leal)

Nas feiras de pecuária, na ocasião da divulgação dos resultados dos julgamentos, a “pista” fica lotada de pecuaristas, técnicos, fotógrafos e jornalistas. O clima destas ocasiões é de disputa e ansiedade. Quando o prêmio de grande campeão é anunciado, os criadores

galardoados, mas também os tratadores que trabalham na fazenda para cuidar e expor os animais, comemoram efusivamente: gritam, pulam, jogam seus chapéus para o alto, abraçam os seus amigos. E são convidados para receber um troféu, que simboliza e atesta a premiação.

Um juiz, ao avaliar um animal, trabalha de forma solitária. Pode até conversar e trocar impressões com seus outros colegas, mas as notas dadas por cada um deles raramente são coincidentes. Cada jurado recebe uma ficha contendo informações sobre os animais (RGD ou RGN, idade, peso, medidas corporais, informações reprodutivas, o atestado andrológico), munido desses dados, avalia as reses a partir de seus atributos físicos. As pontuações dadas a cada rês são compostas pela avaliação de seu conjunto, é atribuída uma nota àquele indivíduo que corporifica uma série de caracteres que o definem como um bom espécime.

Existem atributos verificáveis através do fenótipo que são mais fáceis de serem mensurados pelos juízes, constituem o padrão oficial da raça. Já os indicadores relativos à eficiência - econômica e reprodutiva - são mais discutíveis. Reses muito pesadas e grandes, apesar de fazerem muito sucesso por seu porte e beleza nas pistas e exposições, não necessariamente serão boas reprodutoras. E é impossível verificar se a carne de um animal que participa de um julgamento é, de fato, tenra e macia já que ele muito raramente vai ser abatido.

Criadores dizem que alguns pressupostos físicos que evidenciam a qualidade de uma rês, especialmente a de gerar bons filhos, não estão nos manuais de zootecnia ou veterinária, que somente o “olhar treinado” e a experiência são capazes de identificá-los. Há inclusive, uma expressão futebolística, utilizada por muitos deles para classificar os juízes, entre aqueles que são “de várzea” ou “de escolinha”. Os primeiros conhecem o gado porque tiveram no campo, trabalharam ou cresceram em fazendas, viram muitas reses crescerem e gerarem bons filhos, já os segundos adquiriram saberes somente através dos cursos fornecidos por associações de ruralistas, norteados por pressupostos mais teóricos do que práticos.

Os juízes, após fazerem suas avaliações, apresentam publicamente o porquê de suas escolhas. Chamam cada uma das reses novamente à pista de julgamento para mostrar o porquê de uma ser superior à outra e, para tanto, comparam as partes de seus corpos. A nota é dada pelo conjunto, mas a análise comparativa é feita a partir da averiguação de caracteres físicos específicos.

O veredicto dos juízes é inapelável e muitos técnicos ou mesmo alguns criadores, dizem que sua avaliação pode ser um tanto subjetiva. E não só em virtude dos critérios fenotípicos, que são passíveis de serem discutidos, mas porque, dizem, os animais não são avaliados, mas sim seus donos. E que apesar de esses julgamentos serem públicos e as associações incluírem nos regulamentos das competições uma série de critérios para evitar qualquer “conflito de interesse³¹”, o prestígio e a reputação dos grandes fazendeiros sempre se impõem.

É muito comum que os filhos de um reprodutor ou de uma matriz conhecida, grandes campeões de feiras de pecuária, ganhem os primeiros lugares de todos os campeonatos de idade. Há um fundamento nisso, a transmissão de certos traços hereditários é critério fundamental para a produção desses animais. Ao mesmo tempo, alguns descendentes destes reprodutores campeões não são exatamente melhores ou “superiores” que a progênie de outros bovinos menos conhecidos. Muitas vezes, o conjunto fenotípico das reses não é equivalente ao de seus pais.

Na avaliação que deveria privilegiar uma reunião de caracteres fenotípicos em um indivíduo próximos ao ideal da raça, está presente a lógica do pedigree, que não é só aquele dos animais, mas também de seus donos. Há uma memória e uma reputação, construídas a partir dos lugares ocupados nos ranking, dos recordes de preço nas vendas de sêmen ou dos próprios animais nos leilões, da história das seleções e dos criadores que gera efeitos nos resultados dos julgamentos. Este é um dos fatores pelos quais não é simples se fazer um criador no mercado de gado de elite.

³¹ Há uma série de normas que devem ser seguidas pelos juízes. Eles, por exemplo, são proibidos de frequentar os leilões das feiras de pecuária em que estão trabalhando e os criadores ou expositores das reses competidoras não podem trocar impressões com eles. Ocorre que muitos juízes são também criadores, conhecem os demais fazendeiros e têm interesse em realizar negócios. Há também um outro dado, os juízes são convidados a julgar nas feiras, os promotores desses eventos conhecem a maneira pela qual eles avaliam os bovinos e munidos dessas informações podem, de algum modo, direcionar resultados esperados. Jovens veterinários e zootecnistas que recebem a formação do colégio de jurados e que não cresceram no meio do gado de elite, não são filhos ou netos de criadores, se ressentem muito com esse quadro, muito dificilmente são convidados a participar dos julgamentos.



Imagem 15: Julgamento de gado - Expoinel Uberaba 2011 (Foto: Natacha Leal)

Ao avaliar o contexto da seleção de bovinos de tipo *Brown Swiss* em feiras agropecuárias do norte da Itália, Cristina Grasseni (2005) cunha os animais de pista como *'Designer Cows'*. Segundo a antropóloga, o empenho dos criadores em selecionar reprodutores para participarem de feiras agropecuárias e julgamentos está ali fundamentado em práticas de tradução dos corpos das reses em um conjunto de critérios de excelência, como se faz entre os reprodutores zebuínos brasileiros. Para Grasseni, os investimentos na seleção da vaca ideal, de sólida constituição racial e capaz de produzir grandes quantidades de leite, também perpassa pelo objetivo de desenvolver espécimes belos.

Outro antropólogo, Jérémy Deturche (2013), ao analisar as ações de um sindicato rural de criadores franceses da raça Montbéliarde, descreve como pecuaristas constroem, a partir de seus animais, uma série de representações e relações. É especialmente em torno dos julgamentos de animais, mas também através de outras práticas de gestão de seu rebanho, que estes criadores expressam 'paixão' pelo gado. Estes concursos, locais de trocas, encontros e solidariedades, são momentos de apresentação oral e encenação dos grandes feitos destes homens: suas vacas.

Estes cenários estrangeiros parecem não diferir dos julgamentos de zebuínos brasileiros. Para que um bovino seja considerado de elite não basta que corporifique padrões raciais exemplares ou que seja um espécime P.O. Ele deve ser belo, simétrico, e mais do que isso, deve corporificar o empenho do criador que o elaborou. Tais virtudes, bovinas e humanas, que atestam padrões raciais, mas também a “paixão” pelo gado, devem ser reconhecidas publicamente. Porque os julgamentos são a prova de que um animal é, de fato, de elite.

Não é em vão, que esses espécimes, também sejam nomeados como “gado de pista”. As pistas de julgamento, mas também dos leilões, os definem sumariamente. Elas, mais que um programa de avaliação genética ou uma prova zootécnica, são o que configuram a superioridade destas vacas e touros.

1.7 Os programas de aprimoramento genético

Para muitos zootecnistas e veterinários, os julgamentos de animais são ferramentas obsoletas. Eles mensuram raça e beleza, mas não são tão hábeis para verificar a eficiência econômica dos bovinos, porque o que está em jogo na pecuária de corte é a produção de descendentes de boa carne, que não necessariamente são belos ou robustos. Segundo esses cientistas, conhecimentos genéticos superaram os fenotípicos, pois neles não haveria qualquer subjetividade. Eles seriam capazes de demonstrar a superioridade dos animais e aprimorar, ao longo das gerações, certos atributos e potencialidades. Aliados a tecnologias reprodutivas, como a FIV, TE e IA, trouxeram avanços substantivos aos mercados (de elite e de corte).

Certos princípios da ideia de genealogia, especialmente os efeitos da hereditariedade, também embasam os conhecimentos da genética. Porque esta possibilita a leitura de uma substância que expressa informações, o gene, que é passível de ser transmitida ao longo de gerações, através de uma seleção adequada. Como o fenótipo e a genealogia, a genética, também se refere a constâncias e transformações, mas ao invés de indicar possibilidades, apontar caminhos, permite uma intervenção mais minuciosa e é por isso que é considerada por esses técnicos um terreno mais seguro e preciso.

O fato é que a aposta nos conhecimentos fenotípicos ou genotípicos têm por princípio uma tentativa de manipular ou aprimorar o que não é completamente manipulável, a natureza, e é com ela, que cientistas, mas também criadores, lidam a todo tempo. Roy Wagner (2009), diz que os conhecimentos científicos e tecnológicos produzem as distinções humanas entre o inato e o artificial, na medida em que a ideia de natureza sempre se impõe e sustenta os seus funcionamentos. Eles falham mesmo sendo exatos ou eficientes, porque para funcionarem acionam a imagem daquilo que é desconhecido, incontrolável: o universo natural. Segundo o autor, as técnicas ou máquinas são invenções capazes de prever.

Para técnicos e veterinários, os programas de melhoramento genético ‘preveem’ de maneira muito mais eficiente que os julgamentos. Eles não conseguem agir diante daquilo que está pronto (o resultado de um acasalamento entre uma vaca X e um touro Y tem uma constituição genética formada, inalterável), mas algumas ações passíveis de interferir neste resultado, podem ser previamente analisadas.

Esta tentativa de intervenção, anterior ao nascimento de um animal, à primeira vista, parece não ser muito diferente daquela proposta por uma seleção que se baseie em critérios exclusivamente fenotípicos. O que a genética é capaz de fazer, é uma leitura mais apurada de certos dados no gene, que indicam mais possibilidades de variação e diferença, capazes de informar mais sobre o indivíduo do que o fenótipo ou a raça. Essas variações e diferenças são ulteriores e fundamentais para constituir traços raciais ou fenotípicos, mas incorporam e apontam mais informações.

Segundo Hilary Cunningham (2009), as descobertas e avanços da biologia molecular foram o desenvolvimento histórico e cultural mais significativo das últimas duas décadas. O projeto Genoma e imagem do DNA introduziram novos padrões e possibilidades de relacionamento do homem com a natureza. O desenvolvimento de biotecnologias e da ideia de genética possibilitaram um controle, ou pelo menos uma expectativa, diante de algo que outrora foi desconhecido e inacessível.

Os efeitos e descobertas da genética não são desprezados pelos criadores de gado de elite. Ela é acionada tanto como um atributo, quanto como um conhecimento. Porque os bovinos, segundo eles, “têm genética” e ela pode ser “boa” ou “ruim”. Há um empenho destes criadores em enfatizar que a genética dos animais de elite é sempre melhor do que a dos animais comuns e isso gera debates inflamados entre eles e os técnicos e cientistas.

Como bovinos são mercadorias, utilizadas para esta ou aquela função econômica, a manipulação de seus genes é direcionada para um fim. Existem programas para aprimorar a produção de leite, outros para a produção de carne. O que se faz através desses programas, não é necessariamente promover o bem-estar das reses (ao evitar doenças ou anomalias), mas torná-las mais eficientes para as necessidades dos homens. E a eficiência esperada, pode não estar nas reses de elite.

Existem variações na qualidade da carne, especialmente a maciez, entre indivíduos de mesma raça. A leitura do DNA pode identificar quais são os genes que provocam estas diferenças. Técnicas de biologia molecular são empregadas para demonstrar quais tipos de genes expressam certas características zootécnicas. A mais popular delas é a chamada Marcação Molecular (MAS), que identifica quais variações genéticas caracterizam as diferenças fenotípicas entre dois ou mais indivíduos.

Com bases nestes conhecimentos moleculares sobre reses com SRG (de genealogia conhecida e registrada), os programas de aprimoramento genético, promovem acasalamentos dirigidos, seja para aprimorar os bons descendentes, através da manutenção de alguns genes e logo, de certas características fenotípicas, ou para promover cruzas “corretivas”, que a partir de misturas certas podem melhorar a qualidade da carne da progênie.

Qualquer programa de avaliação genética objetiva identificar quais são os animais “geneticamente superiores”. O advento de todos esses conhecimentos, todavia, não excluiu a importância da raça, que continua fundamental. Seus pressupostos, inclusive, são parte dos procedimentos elementares utilizados em um programa de aprimoramento genético, já que os primeiros dados coletados, antes mesmo do DNA, são fenotípicos: certas qualidades dos animais são mensuradas a partir de suas medidas corporais (musculatura, tamanho, perímetro dos úberes ou do escroto, pelagem, espessura de gordura, peso).

Todas essas informações, sobre bons ou maus genes, sobre o fenótipo e sobre a capacidade de gerar descendentes, são avaliadas e transformadas em indicadores. Cada animal é dotado de um índice matemático que evidencia sua qualidade, seu “valor genético”. As cruzas são pensadas a partir dos índices dos progenitores. O resultado do cruzamento entre uma vaca e touro de “valor genético X”, deve gerar um descendente de mesmo resultado.

Um programa de avaliação genética é sempre utilizado em uma população ampla, pois se constitui com a comparação entre indivíduos. Pecuaristas os utilizam em grande parte de seus bovinos. As reses avaliadas são submetidas ao mesmíssimo tipo de manejo e alimentação, a ideia é que elas tenham as mesmas oportunidades para expressar seu potencial. Esse fator é importante para separar os efeitos que são, de fato, genéticos, daqueles que são ambientais.

Os resultados dos programas devem ser vistos nas gerações futuras. Rebanhos inteiros são avaliados para identificar quais espécimes são “geneticamente superiores”, para que só depois, sejam escolhidos os bovinos reprodutores. As estratégias utilizadas nos programas de aprimoramento não anseiam produzir algumas reses de características únicas ou especiais, como se faz no mercado de gado de elite. Aqui, objetiva-se distribuir a genética destes espécimes superiores para garantir a eficiência do maior número possível de indivíduos.

É claro que os resultados destes programas podem beneficiar o mercado de gado de elite. Não há uma dicotomia total entre os critérios dos julgamentos e das provas genéticas. Eles são complementares. Como a colocação do ranking, os bons índices são constitutivos para a configuração do preço dos animais nos leilões. De seus critérios faz parte a avaliação da capacidade dos animais em produzir grandes quantidades de “oócitos” (óvulos não-maturados) ou sêmen, informação que não é passível de ser mensurada através dos julgamentos. Como há um comércio de células reprodutivas, promovido pelas centrais e laboratórios, e os espécimes de elite são criados exclusivamente para serem reprodutores, tal informação torna-se preciosa.

A genética, para os criadores, assim como para grande parte dos cientistas e técnicos, transmite certos atributos e potencialidades. Dela não há como fugir: é certa. Mas para estes pecuaristas de gado de elite, os adventos dos conhecimentos genéticos não excluem os efeitos do pedigree e de atributos raciais exemplares avaliados nas “pistas”, que também são constitutivos para a conformação da qualidade dos animais. Os espécimes de elite devem ser resultado da aliança de bons índices genéticos com pedigree, que juntos devem gerar a “conformação racial” adequada.

Muitos animais L.A (de genealogia desconhecida) ou bovinos P.O's que não participam dos rankings nacionais das melhores reses, possuem “valores genéticos” muito superiores aos dos animais de elite. E isso embasa o argumento de técnicos e cientistas,

defensores acérrimos da genética, que afirmam que o mercado de gado de elite, com sua preocupação excessiva com a beleza e tamanho das reses, está muito distante da eficiência e produtividade exigidas pelo agronegócio da carne.

A ABCZ, bastante atenta à querela fenótipo vs. genética, organiza desde 2010 uma feira de pecuária sem julgamentos de gado, a EXPOGENÉTICA, que promove a mostra de zebuínos “provados” pelos principais programas de avaliação do país. A ideia desta feira é que se compare não só os índices ganhos pelos bovinos, mas os mecanismos utilizados para avaliá-los. Porque os programas de avaliação genética, outrora promovidos exclusivamente por associações de criadores e centros de pesquisa universitários, hoje são também comercializados por muitas centrais de inseminação artificial. Como ocorre com os julgamentos, há aqueles mais reconhecidos e prestigiados, cujos critérios são considerados mais sérios e confiáveis. É como se certos índices genéticos fossem melhores que outros.

O fato é que há uma tendência dos espécimes de elite serem “provados” por esses programas, e de suas qualidades serem constantemente comparadas com a dos animais comuns. Os efeitos esperados pelos cientistas e pelas próprias associações de ruralistas é que a distância (de preço e de qualidade) entre os primeiros e os segundos se torne cada vez menor. Isto é parte de um processo, cujos resultados têm sido percebidos paulatinamente.

O investimento na importação de bovinos da Índia, mas também em registros genealógicos, marcas corporais, julgamentos de animais, na organização de associações de criadores, na promoção de leilões e, mais recentemente, em provas zootécnicas e programas de aprimoramento genético, produziram alguns efeitos para a pecuária brasileira contemporânea: o país não é apenas o segundo maior exportador de carne do planeta, mas vende os espécimes de elite - que não coincidentemente são zebus - mais caros do mundo.

Há alguns elementos, apesar de mudanças históricas provocadas pela economia global e mesmo pelo investimento mais sistemático em biotecnologias, que desde o início das primeiras seleções de “bois de cupim” até os dias de hoje perduram: a importância do “sangue” - seja através da necessidade de “refrescamento” ou da aposta zootécnica da “consanguinidade” -, das genealogias e da centralidade do Triângulo Mineiro como

fornecedor por excelência, desde meados do século XX, dos principais reprodutores zebuínos brasileiros.

Estes bovinos de origem indiana se adaptaram às condições climáticas brasileiras. Concomitantemente, seus criadores adaptaram seus saberes para produzi-los. Neste processo bem-sucedido de seleção de animais, estes criadores acabaram compondo distinções e segmentos no mercado pecuário. A diferença entre espécimes de elite e de corte é a mais exemplar delas.

Esta fronteira entre a pecuária de gado de corte e a de elite - no manejo, na seleção, no uso de biotecnologias, no preço dos espécimes nos leilões - apresentada através da breve descrição do Seminário de Revisão dos Critérios de Análise de Raças Zebuínas e a ser descrita no próximo capítulo, mostra que mesmo os conhecimentos contemporâneos, tais como os dos programas de aprimoramento genético, ainda não conseguem simetrizar estas duas frentes da bovinocultura brasileira. Há um tipo de gado que é de “pista” e um outro que é “de corte”.

Os “zebuzeiros triangulinos” que patrocinaram as expedições pioneiras à Índia, através do investimento na publicação de genealogias e do apuramento de “sangue”, não só tornaram bovinos, outrora considerados “exóticos”, Puros de Origem e de elite. Com este gado, eles também se fizeram como uma elite. Não só rica, mas portadora de uma série de atributos que os tornaram exímios selecionadores.

A trajetória e os arranjos políticos, familiares e mesmo zootécnicos destes criadores em um país em que o boi, desde os tempos coloniais, ocupa uma posição estratégica - seja porque foi usado na ocupação dos sertões, como tração na cana e no café, como fornecedor de leite e de carne e mais, recentemente, como fonte por excelência de investimentos biotecnológicos e como a principal *commodity* de exportação - diz muito sobre o Brasil.

É sobre bois, mas também sobre homens, que esta tese tratará nos capítulos a seguir. Sobre vínculos, relações e substâncias, que enobrecem criadores e bovinos, que os tornam de elite.

Capítulo 2

Entre fazendas e laboratórios

O parque de exposições Fernando Costa em Uberaba sedia o “Brazilian Cattle”. Um serviço de relações internacionais da ABCZ que tem por objetivo divulgar a “genética zebuína” através do intercâmbio de biotecnologias e treinamento técnico de criadores e empresas de agronegócio estrangeiras. Estimula a realização daquilo que eles intitulam como “zebusiness”, a promoção de negócios de criadores do exterior com fazendas e laboratórios brasileiros que trabalham com gado indiano.

O escritório do “Brazilian Cattle”, durante as feiras agropecuárias que ocorrem na cidade, funciona como um receptivo para criadores estrangeiros. E de fato, durante estas ocasiões, Uberaba recebe muitos visitantes. Na edição de 2013 da Expozebu, a mais prestigiada das exposições de gado zebuino do país, circulavam pelo Parque Fernando Costa criadores australianos, neozelandeses, norte-americanos, mexicanos, indianos, franceses, sul-africanos e marroquinos.

Durante estes eventos, o “Brazilian Cattle” disponibiliza tradutores, estudantes de Medicina Veterinária e Zootecnia, para acompanhar fazendeiros de outros países aos pavilhões de exposição, julgamentos e leilões. Uma das atividades que promove é o “Farm Tour”: visitas guiadas a fazendas, laboratórios ou centrais de inseminação localizadas na cidade.

Um dos grupos que participou de uma destas visitas guiadas durante a edição da Expozebu de 2013 reunia criadores da Colômbia, Estados Unidos e África do Sul. Eu os acompanhei em uma visita a uma importante fazenda de gado de elite, conhecida pela sua produção de touros “raçadores”. No caminho até a propriedade um dos visitantes estrangeiros, um funcionário do governo da África do Sul, comentava com um dos tradutores sobre o leilão do dia anterior, estava perplexo com a quantidade, e qualidade, da comida e da bebida oferecida, mas principalmente com o preço pelos quais animais reprodutores foram comercializados.

Quando o grupo de estrangeiros chegou à fazenda, foi levado para as “cocheiras” onde permanecem os touros reprodutores. Um funcionário da propriedade, um tratador de gado, apresentou cada um dos animais, descrevendo suas qualidades reprodutivas e

genealógicas. Trouxe dados sobre o pedigree destes “raçadores”, seu peso e idade, as premiações que tinham ganhado nos julgamentos que ocorrem em feiras de pecuária, os bons índices de avaliação que obtinham em programas de melhoramento genético, a quantidade de doses sêmen que produziam e que era comercializada através das centrais de inseminação artificial, além dos preços, que os touros e seus descendentes, tinham alcançado nos leilões. Ao descrever as qualidades fenotípicas destes reprodutores, o tamanho de seu posterior, o arqueamento de suas costelas, o diâmetro de seus testículos, a protuberância de seus cupins, o tratador afirmava que aqueles espécimes eram “**montanhas de carne**”.



Imagem 16: Grupo de estrangeiros no Parque de Exposições Fernando Costa (Foto: Natacha Leal)

Os estrangeiros ainda foram levados até um curral para ver um “grupo contemporâneo”, um conjunto de tourinhos de mesma idade, com menos de um ano, nascidos de mesma mãe e de mesmo pai através de *fertilizações in vitro*. O tratador pontuou que aquele conjunto de animais era muito “homogêneo”, que apesar de receberem o mesmo manejo, dez

quilos de ração diária, alguns indivíduos corporificavam melhor o padrão de sua raça, Nelore, e já estavam despontando nas pistas de julgamento.

Ao fim da incursão à fazenda, o grupo de visitantes foi convidado para tomar um café com o proprietário. Ele explicou que o criatório era um empreendimento familiar, tinha mais de cinquenta anos e que seu pai era um exímio selecionador, mas que foi seu bisavô quem tinha dado início ao trabalho na pecuária zebuína. Ressaltou que em grande parte das genealogias dos animais que atualmente ocupam os primeiros lugares dos rankings das melhores reses, havia o “sangue” dos touros de seu criatório. E que o bom trabalho de melhoramento que desenvolviam era efeito, além do investimento em manejo adequado e seleção, do olhar “visionário” de seu pai, que ao longo da história da fazenda esteve atento ao “aprumo” e “funcionalidade”³² dos touros que desenvolveu.

A fazenda é responsável por 8% do comércio de sêmen no Brasil, cria espécimes das raças Nelore, Nelore Mocho, Guzerá e Brahman. Em Uberaba mantém os touros considerados de elite, cujo sêmen é comercializado em centrais de inseminação artificial. Mas é nas propriedades em Mato Grosso do Sul que são realizadas as primeiras etapas da seleção: nascimento, mama, desmama, “registro”, engorda e “descarte” dos animais. Somente os espécimes com conformação racial exemplar, que apresentam um conjunto de características que os tornam de elite, são encaminhados para Minas Gerais.

O criador ainda afirmou que 90% da produção do rebanho é feita através de inseminações artificiais e *fertilizações in vitro*. E que combinam pasto e confinamento para a engorda dos animais. Pontuou ainda, que trabalham com a perspectiva de produção de 600 touros por ano e que deste conjunto, 400 devem ser considerados bons reprodutores. Disse que 70% dos animais produzidos pelo criatório são para “genética” e que apenas 30% são encaminhados para o abate. Segundo ele, esta era uma boa estatística, mas poderia, e deverá ser melhorada nos próximos anos.

Quando o criador trouxe esta informação, um fazendeiro colombiano, intrigado, lançou uma pergunta. Queria saber qual era a média de peso dos animais quando encaminhados para o abate. O proprietário da fazenda afirmou que não poderia responder esta questão porque tudo dependia da idade do “descarte” de cada animal. Pontuou que as reses

³² Aprumo diz respeito à simetria e proporcionalidade do corpo dos animais e funcionalidade às qualidades deles como reprodutores.

eram constantemente avaliadas antes de serem encaminhadas até Uberaba. Aquelas que não se enquadravam no padrão esperado pelo criatório, para serem “raçadoras”, eram imediatamente “descartadas”, encaminhadas aos frigoríficos. E isto poderia acontecer logo após a desmama ou mesmo com espécimes mais velhos, garrotes, que não se desenvolveram de maneira adequada para se tornarem espécimes de elite.

O fazendeiro colombiano continuou intrigado. Não entendia como um criatório daquela importância desconhecia a média do peso de seus animais ao abate. Achou que não tinha sido suficientemente claro e pediu para que tradutor refizesse a pergunta. O dono do criatório explicou, desta vez enfaticamente, que as reses encaminhadas para o abate funcionavam ali como “subprodutos”, que seu foco não era a pecuária comercial, de corte. Disse que até lucrava com a venda do “descarte” e que o comercializava para frigoríficos específicos. Explicou que aqueles touros que ele tinha visto nas cocheiras, apesar de serem considerados “montanhas de carne”, jamais seriam abatidos, eram parentes, os “bisavós”, “avós” ou “pais” de espécimes de corte que são encaminhados aos frigoríficos.

2.1 O mercado de elite

A BR-050 é o principal acesso à Uberaba-MG. No trecho desta rodovia que conecta a cidade ao estado de São Paulo e à vizinha Uberlândia é possível avistar uma série de fazendas, centrais de inseminação artificial de bovinos, laboratórios e recintos onde ocorrem leilões. A chegada em Uberaba funciona como uma paisagem-convite ao universo de seleção e criação de gado de elite. Na edição da *Revisa Globo Rural* de abril de 2013 tal trecho da BR-050 ganhou duas alcunhas: “Vale do Sêmen” e “Viera Souto do Gado Zebu”.

Dos mais de sessenta criatórios de gado de elite instalados em Uberaba, trinta estão localizados na BR-050 (Pereira: 2012). Da rodovia ainda é possível ver *outdoors* com a agenda de leilões e feiras de pecuária, propagandas de insumos agrícolas, rações, capins, cercas e suplementos alimentares, além de publicidades das famosas churrascarias da cidade. A paisagem anuncia diversas “instâncias antes da porteira, dentro da porteira e pós-

porteira”³³ - para usar um jargão dos estudiosos e agentes do agronegócio -, que compõem a cadeia produtiva da carne.



Imagem 17: Vieira Souto do Zebu (Fonte: Revista Globo Rural, abril 2013)

³³ Os especialistas da área do agronegócio utilizam as expressões “antes da porteira”, “dentro da porteira” e “pós-porteira” para categorizar o conjunto de etapas que compõem as cadeias produtivas agropecuárias. Os setores “antes da porteira” são produtores de insumos e tecnologia (implementos agrícolas, máquinas, rações, biotecnologias, sementes, genética). O setor “dentro da porteira” opera com as atividades que ocorrem nas propriedades rurais (seleção e criação de animais, plantio e colheita). Já os setores “pós-porteira” lidam com a industrialização, distribuição, marketing e armazenamento dos produtos. Para maiores informações ver o artigo seminal de John Davis e Ray Goldberg (1957) *The Genesis and Evolution of Agribusiness*, e o de Marcos Fava Neves *Agribusiness: Conceitos e Desafios* (1996).

Mas vale destacar as especificidades da pecuária desenvolvida ali. Em Uberaba, que tem a alcunha de “Meca do Zebu”, é possível observar várias “instâncias” da cadeia produtiva de carne, mas não se avista muitos animais soltos no pasto. A partir da década de sessenta a região Centro-Oeste, através dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tornou-se a maior produtora de gado comercial do Brasil. E hoje a pecuária de corte avança a passos largos na Amazônia.

Os bovinos de Uberaba habitam “cocheiras” - de fazendas, centrais de inseminação, das feiras de pecuária - e não pastos. É nas “pistas”, dos leilões e dos julgamentos, que se vê vacas e touros. Porque Uberaba é sede de criatórios de elite, não de corte. Através da série de importações de gado indiano promovidas por uberabenses nas primeiras décadas do século XX, do investimento na seleção destes animais e da publicação regular de livros de registros genealógicos, foi o principal cenário de desenvolvimento de projeto de um bovino muito bem adaptado aos trópicos.

Os espécimes de elite corporificam o êxito dos investimentos em uma bovinocultura tropical³⁴. Devem funcionar como modelos raciais, reprodutivos e genealógicos capazes de gerar efeitos em espécimes comuns, que são abatidos. Uberaba não é apenas a sede de criatórios e laboratórios que mediam a produção de espécimes de origem zebu, é a sede de um projeto de invenção de uma pecuária de elite brasileira.

Criadores de cavalos, ovelhas e de bovinos de origem europeia (Cassidy: 2009, Franklin: 2009, Orland: 2004) também desenvolvem espécimes de elite: utilizam biotecnologias, promovem feiras de pecuária e julgamentos de animais, comercializam suas reses por altas cifras em leilões. Mas este termo e a série de atributos que ele conforma ganha algumas especificidades no caso dos zebras brasileiros. É aqui que os bois e vacas mais caros do mundo, vendidos por preços milionários, são produzidos e selecionados. O Brasil não inventa o mercado de gado de elite, mas é o inventor do mercado de elite de gado zebu.

Foi a Europa, mais especificamente a Inglaterra, quem produziu o primeiro espécime de elite do mundo. O selecionador Robert Bakewell (Darwin: 2002, Franklin: 2002, Orland: 2004, Walton: 1984) , ainda no século XVIII, funda uma raça bovina britânica pioneira, de carne extremamente macia, que devido aos seus grandes chifres ganha a alcunha de *Longhorn*.

³⁴ Na capítulo 5 descreverei como se desenvolveu este projeto de uma bovinocultura tropical.

Bakewell esteve na vanguarda do uso do método de *inbreeding* – consanguinidade – no desenvolvimento de linhagens em animais de criação - ovelhas, cavalos e bovinos. Através do uso do “sangue” de um mesmo “raçador” em cruzas consecutivas com suas descendentes diretas - filhas, netas e bisnetas - espera-se que um conjunto de características raciais se mantenha na linhagem.



Imagem 18: Pintura em tela de Comet, o primeiro bovino de elite da história feita por Thomas Weaver em 1811. (Fonte: <http://www.blackbrookgallery.co.uk/artist-thomas-weaver.php>)

Outros selecionadores britânicos, os irmãos Colling, Charles e Robert, no mesmo período, através de cruzamentos de outros espécimes com o tipo criado por Bakewell, desenvolvem as raças *Shorthorn*, *Hereford* e *Angus*, também conhecidas pela maciez de sua carne. Foram os irmãos Colling, ao seguir as lições de Robert Bakewell, que selecionaram o touro Comet, da raça *Shorthorn*³⁵, considerado o primeiro espécime de elite da história.

³⁵ Jonh Walton (1984), ao analisar as estratégias de aprimoramento da pecuária na Grã-Bretanha nos séculos dezoito e dezenove, entende a consolidação da raça Shorthorn como um emblema de progresso. O investimento no aprimoramento das pastagens e do gado (através do *inbreeding* e da publicação regular de “herd books”, livros de registros genealógicos) na virada do século dezoito para o dezenove, elucidou mudanças substanciais na pecuária inglesa. A consolidação da raça Shorthorn, segundo o autor, funcionou como uma espécie de tradução da passagem de uma pecuária rudimentar e obscura, fundamentada no pastoreio e na seleção natural, para uma posição dominante no cenário da produção mundial de carne, de leite e de tecnologias reprodutivas.

Através do uso da técnica de *inbreeding*, promoveram o acasalamento entre o touro Favorite e a vaca Phoenix, cuja progênie foi a novilha Young-Phoenix, que acasalada com seu pai, Favorite, produziu Comet.

Segundo a antropóloga Sarah Franklin (2002), Robert Bakewell, através do *inbreeding* e da sistematização de linhagens, trouxe um novo conceito à criação e seleção bovina britânica, e mesmo mundial. Foi pioneiro porque animais exemplares passaram de simples reprodutores para depositórios de capital genético. Um único espécime, como Comet, passou a funcionar como o modelo para um tipo racial inteiro e isto ajudou a constituir a dinâmica de um novo mercado: de estoque de “sangue³⁶” e pedigree. Com a consolidação desta indústria, bovinos considerados de elite passaram a ser comercializados por um alto preço. Comet, por exemplo, foi vendido em 1810 em um leilão no vilarejo de Keaton, no leste da Inglaterra, por 1000 libras esterlinas, um recorde para aquele período.

Décadas mais tarde no Brasil, zebus reprodutores também eram comercializados por cifras consideráveis. O touro Lontra, da raça Guzerá, o primeiro zebu “puro-sangue” a chegar em Uberaba, teria sido adquirido no ano de 1889 pelos irmãos Antonio e Zacarias Borges por 4 contos e 500 mil réis³⁷. Paulo Machado Borges (2012:44), em seu livro sobre a história da pecuária zebuína no Brasil, ao ilustrar o alto preço pago pelo touro, ressalta que uma boa vaca naquele período valia cerca de 20 mil réis.

O zootecnista Octávio Domingues, no livro *Gado Indiano no Brasil* (1966: 260), dedica algumas linhas para pensar o porquê dos altos preços dos reprodutores zebus. Sugere que a seleção de espécimes de origem indiana no Brasil era uma “cachaça”, como estes espécimes eram ricos em características muito particulares (a forma da orelha, dos chifres, dos cupins) teriam despertado o “instinto” de colecionadores de arte nos criadores. E os

³⁶ “Sangue” é uma categoria recorrentemente utilizada na pecuária de elite brasileira. De maneira semelhante a Bakewell no século XVIII, os criadores de gado de elite contemporâneos a entendem como a substância por excelência capaz de transmitir potencialidades e influências ao longo de gerações. Diferentemente do gene, que é específico, e, portanto, transmite e forma qualidades também específicas, o sangue tem um sentido mais polissêmico, é capaz de abarcar um conjunto de relações e características. No capítulo 4 desta tese me deterei com mais profundidade sobre o assunto, inclusive, pensando os efeitos do sangue tanto nas linhagens bovinas, quanto nas famílias de criadores.

³⁷ Paulo Machado Borges (2012:44), conta que um criador local, Nequinha de Paulo, vendo a potencialidade de Lontra faz uma oferta de 42 contos de réis pelo “raçador” que não foi aceita por Antonio e Zacarias,.

“zebuzeiros”, ávidos por colecionar belas orelhas, belos chifres e belas gibas em seus rebanhos, passaram a não vacilar, como continuam não vacilando, em pagar verdadeiras fortunas por bons reprodutores.

Em julho de 2013, durante a edição do evento *Elite Cattle Sale*, na África do Sul, uma novilha da raça Ayrshire³⁸ foi vendida em um leilão por um preço recorde: 50.000 rands (cerca de quatro mil e setecentos dólares³⁹). No mês de junho deste mesmo ano na Nova Zelândia, durante as vendas de uma feira agropecuária, a *Royal Presentation*⁴⁰, uma vaca da raça Jersey foi comercializada por um valor nunca antes visto naquele país: 24.000 dólares neozelandeses, (mais ou menos 21 mil dólares americanos). Dois anos antes, em 2011, um touro do tipo Brahman Vermelho, H. J. Ray, foi vendido na Austrália⁴¹ por 165.000 dólares australianos (cerca de 155 mil dólares americanos). O bovino seria o zebu mais caro daquele país.

Uma matéria veiculada pela BBC⁴² britânica em abril de 2013 sugeria que o investimento em bovinos reprodutores era um bom negócio. Trazia o exemplo de investidores norte-americanos, banqueiros, que haviam se associado para adquirir na Inglaterra o touro Vexour Garth, da raça Charolês, por um preço astronômico : 105.000 libras (cerca de 178.600 mil dólares).

Outra fonte, um blog sobre curiosidades do mercado de luxo, *Spend like a King*, trouxe a notícia da venda de Vexour Garth no post *World's Most Expensive Bulls*. Mas ressaltou que um outro “raçador”, Fabio⁴³, do tipo Dark-Brown Welsh Bull, era o bovino

³⁸ Fonte: [http://www.farmersweekly.co.za/article.aspx?id=25401&h=Elite-Cattle-Sale-\(Ayrshire\)](http://www.farmersweekly.co.za/article.aspx?id=25401&h=Elite-Cattle-Sale-(Ayrshire))

³⁹ Como se sabe, o câmbio de moedas é sempre variável. Para facilitar a comparação de preço desses bovinos, a conversão dos valores destas moedas estrangeiras para dólar americano é o de 29 de junho de 2014.

⁴⁰ Fonte: <http://www.stuff.co.nz/business/farming/dairy/8808852/Prices-soar-for-elite-cattle>

⁴¹ Fonte: <http://www.thechronicle.com.au/news/breeder-pays-over-one-hundred-grand-for-stud-bull/886965/>

⁴² Fonte: <http://www.bbc.co.uk/news/business-22108592>

⁴³ Fonte: <http://spendlikeaking.blogspot.com.br/2012/12/worlds-most-expensive-bulls-fabio-vexour-garth-charolais-bull.html>

mais caro do mundo, havia sido comercializado em um leilão, também realizado na Inglaterra, por 203 mil dólares.

Espécimes de elite de origem zebuína já foram vendidos no Brasil por preços que ultrapassam, e muito, estes recordes estrangeiros. Em 2007, o primeiro clone de um espécime de origem zebu foi colocado à venda. Uma cota de 50% deste clone, a vaca Ópera da raça Nelore, foi adquirida por um milhão e quarenta reais em um leilão (cerca de 473 mil dólares). No ano de 2008 empresários, donos de uma empresa de insumos agropecuários e de uma central de inseminação artificial, se associaram para adquirir uma cota de 50% do touro Nelore Ranchi por um milhão de reais (455 mil dólares).

Em 2010, uma outra sociedade, formada por um empresário herdeiro de uma das maiores construtoras do país e dois criadores, foi responsável pela aquisição de uma vaca, Maharash II, também da raça Nelore, pela quantia de três milhões e quatrocentos e cinquenta e seis mil reais (um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil dólares). Mas o bovino mais caro do Brasil, e quiçá do mundo, é a vaca Parla. Uma cota de 50% dela foi adquirida em um leilão no ano de 2011 por dois milhões e setecentos e sessenta mil reais (um milhão e duzentos e vinte e oito mil dólares).

Um espécime de elite sul-africano ou australiano corporifica tanto quanto um zebu brasileiro um conjunto de características raciais capazes de serem transmitidas a bovinos comuns que serão abatidos. A pergunta que se faz é porque espécimes de elite em outros países custam consideravelmente menos que no Brasil. Domingues (1966) já apontava na década de sessenta do século XX que a intencionalidade dos criadores brasileiros em selecionar espécimes zebus era mais que produzir rebanhos aptos a abastecer a emergente indústria da carne. Havia uma intenção estética, ao selecionar espécimes reprodutores com esta ou aquela característica. E segundo ele, isto fazia com que criadores pagassem fortunas por certos bovinos.

Não são somente atributos estéticos, como quer Domingues (1966), que fazem com que os espécimes de elite brasileiros custem tanto. O fato é que a pecuária zebuína, desde a sua fundação no Brasil, pelas especificidades das importações de animais da Índia e da concentração destes bovinos nas mãos de alguns poucos criadores, fez salientar diferenças entre a pecuária de corte e a pecuária de elite, especialmente, mas não só, nos preços.

Vale ressaltar que estas duas frentes da pecuária são, concomitantemente, distintas e relacionadas. São mercados distintos, porque a maneira de se criar espécimes de elite e espécimes comuns não é a mesma. E mesmo a seleção ou a realização de acasalamentos passa por outros critérios e técnicas. Mas são mercados relacionados porque os espécimes de elite, avaliados nas pistas de julgamento, de algum modo, produzem efeitos na qualidade dos espécimes de corte. Os atributos raciais exemplares dos primeiros, através do uso de reprodutores em acasalamentos com espécimes comuns, chegam aos segundos. Concomitantemente, a qualidade da carne, que só é passível de ser mensurada no abate, é algo que os criadores de elite querem produzir ao desenvolverem seus espécimes que, paradoxalmente, não serão encaminhados aos frigoríficos.

É sobre as similitudes e diferenças entre a pecuária de corte e a de elite - no preço, no manejo, nas genealogias, no sistema de produção, no uso de biotecnologias - que este capítulo quer tratar.

2.2 Do “mercado real”: a pecuária de corte

Especialistas em agronegócio (Michels: 2001; Benitez: 1995) analisam a produção agropecuária através de cadeias produtivas. Sugerem que os agentes mais expressivos da cadeia da carne são os produtores de insumos (vacinas, sal, arame farpado, biotecnologias, reprodutores, nutrição, adubos, máquinas agrícolas), os produtores de bovinos (pecuaristas de gado de corte), os frigoríficos e a rede atacadista e varejista (açougues, supermercados, boutiques de carne).

Os espécimes de elite são pensados por estes especialistas como insumos. Como os adubos e sementes da agricultura, eles são fornecedores de atributos capazes de aprimorar a qualidade da matéria-prima de uma cadeia. Neste caso, da carne. Apesar de parte da produção do gado de elite ser realizada em propriedades rurais, estes especialistas consideram que eles façam parte da etapa “antes da porteira”.

Já os espécimes de corte são os fornecedores por excelência da matéria-prima da cadeia da carne. Eles são criados para serem, de fato, abatidos e, logo, abastecerem a

indústria alimentícia. Sua produção de se dá “dentro da porteira”, nas fazendas, e é dividida em três etapas de seleção, criação e manejo: “cria”, “recria” e “engorda”.

Segundo a antropóloga Barbara Orland (2004), foi no fim do século XVIII, na Grã-Bretanha, que os estudiosos da nova escola de economia fisiocrática começaram a propor reformas para aprimorar as atividades do campo, especialmente a pecuária. Sugeriam o uso de cercas nas propriedades para promover a seleção dos animais e a formação de pastos, plantação de espécimes forrageiras para alimentar os rebanhos e o controle da reprodução através de estações de monta e de engorda.

Rhoda Wilkie (2010), outra antropóloga, descreve que um dos efeitos produzidos por estas novas práticas de alimentação e manejo das reses no século XVIII foi a estrita divisão do trabalho pecuário na Grã-Bretanha: de um lado havia fazendeiros especializados na cria e recria dos rebanhos e de outro, na engorda.

A proliferação deste tipo de conhecimento sobre a pecuária aparece no Brasil mais de um século depois. O primeiro manual zootécnico brasileiro voltado à bovinocultura, *A Fazenda Moderna*, foi publicado somente em 1913. Seu autor, o zootecnista Eduardo Cotrim, considerava que bovinos eram “máquinas animais aperfeiçoáveis”, capazes de transformar a forragem dos campos em produtos - carne ou leite - bastante lucrativos.

Na defesa da instalação de uma pecuária intensiva no Brasil, fundamentada na aplicação de critérios científicos capazes de tornar a atividade mais eficiente na reversão da criação de tipo “selvagem” empreendida até então, Cotrim recomendava que a exploração econômica do gado bovino no país deveria ser desenvolvida a partir de quatro frentes: 1) criação de reprodutores finos e puros para melhorar as raças, 2) criação de animais para produção de leite, 3) criação de gado para a indústria da engorda (cria e recria) e 4) “invernada”, engorda do gado adulto para abastecer os frigoríficos.

Já na década de 10 do século XX, aparecia a sugestão de especializar as fazendas de gado brasileiras, inclusive diferenciando os espécimes “puros”, de elite, daqueles que seriam abatidos. A extensão e qualidade das terras, a infraestrutura das propriedades e sua localização, segundo Cotrim, seriam determinantes para realizar as atividades de cria e recria - nascimento, desmama, descarte, marcação e engorda de bezerros – ou de invernada - o ganho de peso de espécimes adultos com vistas a abastecer os frigoríficos.

Cotrim (1913) sugeria que a qualidade das terras dos pecuaristas especializados em cria e recria poderia ser pior que as dos invernistas. Como sua principal tarefa era produzir bezerros, os principais investimentos deveriam ser feitos na aquisição de vacas “parideiras” e de touros reprodutores. Segundo o autor, as resoluções sobre compra, seleção e proporção de machos e fêmeas em uma propriedade era resultado da experiência e da observação de cada criador. Mas uma fazenda de cria exigia certa infraestrutura. Fazia-se necessário a instalação de porteiras, cercas e currais para a realização das tarefas de monta, parição, mama, desmama, marcação e engorda dos novilhos.

Já os “invernistas” teriam de ser proprietários de uma ou mais fazendas com pastagens preparadas para engordar o gado que eles adquiriam nos sertões. A qualidade de suas terras, e portanto de seus pastos, era essencial para o êxito de sua empreitada. Naquela década de 10 do século XX, os boiadeiros eram os encarregados de comprar e transportar os animais para os fazendeiros invernistas. Segundo Cotrim (1913), os invernistas e seus encarregados deveriam manter relações comerciais de compra de bezerros com pecuaristas de zonas geográficas específicas, tanto para facilitar o crédito ou as negociações, quanto para conhecer o gado mais apropriado às suas invernadas.

Quando as reses chegavam às fazendas, após uma exaustiva viagem, “não deveriam ser perturbadas de maneira alguma”, os rebanhos emagrecidos e debilitados, deveriam ser melhorados progressivamente. Como a engorda teria o objetivo de proporcionar o acúmulo de gordura no corpo do animal, os pecuaristas deveriam estimular o seu apetite, fornecendo, além do pasto, forragem variada – milho, cana - e sal.

Eduardo Cotrim (1913) também sugeria que as fazendas de engorda deveriam manter pastos com árvores de sombra, para que os animais descansassem após a alimentação em um local fresco e tranquilo, para realizarem a ruminação e digestão dos alimentos. Além disto, toda fazenda de invernada deveria ter uma balança, um instrumento precioso de inspeção que não engana o criador, tampouco os frigoríficos que adquiriam os animais para o abate.

Diferentemente dos fisiocratas ingleses no século XVIII e de Cotrim (1913) no primeiro manual zootécnico brasileiro - que ensinaram que a produção de animais destinados a abastecer os frigoríficos devia ser explorada através das fases de “cria” e “invernada”- , os especialistas em agronegócio contemporâneos, sugerem o desenvolvimento de três etapas na pecuária de corte. Com vistas a engordar mais os animais e especializar a produção, a etapa de cria foi desdobrada em duas: “cria” e “recria”.

Atualmente no Brasil, o produto final da fase da cria são bezerros, passíveis de serem comercializados aos sete meses a um ano de idade. Desta etapa faz parte o nascimento, a mama e a desmama dos animais. Segundo estudiosos de gestão em agronegócio (Michels, Sprossere e Mendonça: 2001) esta fase exige elevado capital pela necessidade de investimento em touros reprodutores, matrizes ou em biotecnologias (FIV e inseminação artificial) para a realização dos acasalamentos e de extensas quantidades de terra para pasto. A atividade básica desta etapa é a reprodução animal. A ideia é que as vacas consigam produzir uma grande quantidade de bezerros ao ano. Por isto, o investimento na genética de espécimes que geram uma boa progênie, parece elementar.

Já a recria compreende esforços para ganho de peso do bezerro da cria, com menos de um ano de idade até ele se tornar um garrote ou “boi magro”, entre 24 e 28 meses. Exige investimentos na alimentação das reses, seja em pastos ou em confinamentos. Os especialistas em agronegócio Michels, Sprosser e Mendonça (2001) ressaltam que o giro de capital nesta etapa é muito rápido, tanto porque se vende com muita facilidade garrotes desta faixa etária, como porque há um fundo especulativo nas compras e vendas dos animais: os bons negociantes adquirirão os bezerros de cria quando seus preços estão em “baixa” e comercializam seus garrotes para os pecuaristas especializados em engorda quando seus preços estão em “alta”.

Nas etapas de cria e de recria são comercializados “animais vivos”. Tanto bezerros que após passarem pelo estágio da engorda serão abatidos, quanto novilhas e tourinhos, que, por já apresentarem características fenotípicas e reprodutivas potenciais poderão ser utilizados como reprodutores: touros ou matrizes. Estes, apesar de serem usados para o incremento da qualidade dos rebanhos, não necessariamente serão considerados de elite. Os bons reprodutores de corte podem até ser submetidos a “programas de aprimoramento” ou “provas zootécnicas” para que sua genética seja avaliada e incrementada, ter suas células reprodutivas utilizadas através de biotecnologias, FIV e TE no caso das vacas ou inseminação artificial no caso dos touros, e ser comercializados em leilões - menos suntuosos que os de elite. Mas não são expostos em feiras de pecuária, tampouco participam das competições nas pistas de julgamento.

Na fase da recria, as reses são classificadas em três categorias: “cabeceira”, “meio” e “fundo”. As primeiras serão utilizadas como reprodutoras, touros e matrizes. Mas as do “meio”, por seu porte, terão mais preço que as do “fundo”. O valor dos garrotes - do “boi

magro” - não é estabelecido como o dos bovinos adultos - o “boi gordo” - em virtude de suas arrobas. O preço é dado por espécime, por “cabeça”.

A engorda, ou invernada, é entendida como a fase de “acabamento da carcaça” do animal. Compreende o período que vai dos 24 até os 36 meses de idade da rês, momento em que os bovinos de corte costumam atingir o peso ideal para o abate, 500 quilos. Há um esforço da zootecnia em desenvolver mecanismos para reduzir a idade do abate, que envolvem investimentos em genética, nutrição e manejo. Espécimes considerados “precoces” são aqueles, que dentre outras coisas, conseguem atingir o peso ideal para serem encaminhados aos frigoríficos quando ainda são garrotes e isto seria capaz de aumentar os lucros da bovinocultura. Tanto porque os produtores recebem os dividendos da venda destes animais para a indústria da carne em menos tempo, de forma que os novilhos precoces liberam com menos idade as pastagens que podem, então, ser utilizadas por novas reses, como porque espécimes mais jovens consomem menos alimentos, cujo efeito é uma diminuição de custos com pasto e confinamento.

Há um empenho da zootecnia, dos estudiosos em gestão de agronegócio e dos próprios criadores em pensar estratégias capazes de reduzir os custos da produção pecuária. Os escritos contemporâneos sobre a bovinocultura, mais que ensinar como se desenvolve o manejo das reses, falam sobre estratégias de lucro. Neste sentido, a “produtividade” de uma fazenda de gado de corte deve ser desenvolvida a partir de um equilíbrio entre a qualidade das reses e dos dividendos capaz de gerar aos seus donos.

Criadores e especialistas em agronegócio (Oliveira: 1991, Michels: 2001) consideram que a pecuária comercial é uma atividade de longo ciclo de produção, pelo menos quatro anos se passam para uma rês estar pronta para o abate. Por isso, a “precocidade” é um atributo tão valorizado pelos pecuaristas. Os indivíduos precoces, além de serem abatidos com menos idade e terem uma carne mais macia, entram na fase reprodutiva mais cedo.

Assim como na fase da recria, os pecuaristas especializados em engorda também tentam negociar seus rebanhos aos frigoríficos quando os preços estão em “alta”. Há um conjunto de efeitos que regem as leis de oferta e procura do mercado da pecuária, que passa pelo clima, pelo consumo interno, pelas exportações, pela influência de outras cadeias produtivas (Buainain e Batalha: 2007, Michels: 2001).

Por exemplo, se em um determinado ano há muita seca no país, os pastos são afetados, e conseqüentemente, a engorda dos rebanhos também é. Isto provoca escassez de carne no mercado e os criadores que mantêm sua produção conseguem vendê-la por um preço mais alto. Se a Austrália ou os Estados Unidos, os principais concorrentes do Brasil, conseguem exportar mais carne para Europa, produz-se uma oferta excedente de reses e os preços caem. Se o país passa por um crescimento econômico e a população passa a consumir mais carne, a procura pelo produto tende a aumentar, e conseqüentemente, os preços também.

Como na agricultura, a bovinocultura de corte também trabalha com safras e regula a produção dos rebanhos de maneira cíclica, concentrando em períodos específicos do ano os trabalhos de acasalamento, nascimento e desmama. Estas rotinas, que fazem parte de um conjunto de ações de seleção e acasalamento nomeadas como “manejo reprodutivo”, ajudam a regular outras atividades também imprescindíveis para a pecuária de corte como a vacinação, castração dos garrotes e suplementação alimentar através dos confinamentos.

No Brasil Central, por exemplo, a estação de monta, período em que ocorrem os acasalamentos ou inseminações artificiais, acontece entre os meses de novembro a janeiro, “nas chuvas”. Esta época coincide com o período de maior disponibilidade de pastos. A possibilidade de farta alimentação, segundo veterinários, zootecnistas e criadores, estimularia a atividade reprodutiva de matrizes e touros. Entre os meses de março e maio, antes da seca, costuma-se realizar o diagnóstico das “prenhezês”, as fêmeas que não conseguem engravidar são “descartadas” ou submetidas a novos acasalamentos.

Neste sistema, a parição ocorre entre os meses de setembro e outubro, “na seca”, quando é baixa a incidência de doenças e verminoses que possam afetar os bezerros. O desmame, feito dos 7 aos 8 meses de idade, acontece no período “das chuvas” do ano seguinte em que as pastagens voltam a estar disponíveis para a alimentação dos garrotes desmamados e de suas mães, que precisam recuperar o peso perdido durante a amamentação para serem submetidas a novos acasalamentos.

Uma alternativa às oscilações de peso dos animais produzidas pela estação da seca é o uso de confinamentos. Neste sistema de criação, lotes de bovinos são mantidos em currais de área restrita, os animais se movimentam pouco e são alimentados exclusivamente com rações, por isso, tendem a engordar mais do que os espécimes alimentados a pasto. Tanto bezerros desmamados, novilhos e novilhas de recria, bois magros e vacas de “descarte”

podem ser nutridos através de confinamentos, mas o mais usual é que bois adultos, próximos da idade de abate, sejam submetidos a este sistema para o “acabamento de sua carcaça”.

Há uma série de debates entre zootecnistas e pecuaristas de gado de corte brasileiros (Cardoso: 1996, Nogueira: 2006) sobre a viabilidade econômica do uso de confinamentos. Segundo alguns, o custo desta atividade é muito alto, tanto porque sua instalação em fazendas requer investimentos na construção de um centro de manejo de animais – com currais, bretes, e balanças - e de uma área para produção, armazenamento e conservação das rações, quanto porque a locação de bretes em confinamentos de terceiros, empresas especializadas neste serviço, também tem alto custo: paga-se pelo uso diário das instalações.

Além disso, pecuaristas brasileiros, especialmente os que criam espécimes zebus, prospectando a demanda do mercado europeu, têm tentado desenvolver cortes tipo exportação de carne “verde” ou “orgânica”, de animais alimentados exclusivamente com pastos.

Esta sazonalidade do “ciclo do boi” (Buainain e Batalha: 2007) que tem início na etapa de cria, gera efeitos temporais na produção das reses na recria, na engorda e no fornecimento de carnes aos frigoríficos. Se por um lado este sistema torna a pecuária mais eficiente, menos sujeita as interferências climáticas, produz oscilações na oferta e procura de reses no mercado. Os pecuaristas que conseguem manter a produção regular de seus rebanhos ao longo do ano, geralmente os grandes produtores, aqueles que possuem milhares⁴⁴ de

⁴⁴ Ido Michels (2001), em sua tese de doutorado em Geografia, sugere que até os anos 80, a pecuária brasileira esteve voltada ao abastecimento do mercado interno. Foi nos anos 90 que o Brasil passou a ser um grande exportador, competindo, especialmente com Estados Unidos, Austrália e Canadá. Ao avaliar os efeitos desta mudança, Michels aponta que até esta década, eram considerados grandes produtores aqueles que tinham um rebanho de pelo menos mil cabeças. Com a entrada do Brasil como um fornecedor de carne como produto homogêneo, *commodity*, passaram a ser considerados grandes pecuaristas, aqueles que possuem um rebanho de no mínimo 3000 cabeças de gado.

O que Michels deixa de ressaltar em sua tese é que esta mudança de estatuto da pecuária de corte brasileira está diretamente relacionada com o incremento da bovinocultura zebuína. A importação de gado indiano em 1962, permitiu a seleção e o desenvolvimento de novos rebanhos, a raça Nelore consolidou-se no país. Estes espécimes, “rústicos”, passaram a ser utilizados com maior intensidade por pecuaristas dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. É quando, finalmente, espécimes de origem indiana saem das mãos exclusivas dos criadores do Triângulo Mineiro e se espalham pelo Brasil. A pecuária extensiva que os criadores do Centro-Oeste até então desenvolviam, a partir da década de setenta, passou a ser norteada por novos critérios zootécnicos e de gestão. O uso do capim de tipo braquiária foi um desses novos recursos, por exemplo. O uso das grandes extensões de terra do Centro-Oeste brasileiro não só permitiram o aumento substancial dos

cabeças e consideráveis extensões de terra, os vendem para os frigoríficos na “entressafra”, momento de maior procura por animais em que os preços costumam estar mais altos.

O sociólogo Michel Callon (1998), ao pensar as oscilações e incertezas dos mercados que, entre outras coisas, produzem as leis de oferta, demanda e o preço das mercadorias, sugere que os mercados são, fundamentalmente, espaços de disputas e de arranjos entre os agentes que os constituem. Da rede de relações diretas e indiretas que conformam os mercados, segundo o autor, faz parte um intermitente cálculo de alianças e conflitos.

No caso da pecuária de corte, as transações de compra e venda entre os pecuaristas especializados em engorda aos frigoríficos geram os embates mais acirrados. Isto porque, além do preço do “boi gordo” ser determinado por uma série contingências que regem as “altas” e “baixas” do mercado, os frigoríficos pagam aos produtores pelo preço da “carcaça” do animal.

Na etapa de abate, as extremidades das reses - cabeça, cauda e mocotó- são excluídas, a carcaça, o produto final do abate, é constituída pela massa muscular, estrutura óssea e gordura. Há uma equação que envolve o cálculo do “rendimento de carcaças”. Na avaliação corpórea de cada indivíduo a caminho do abate, estabelece-se uma relação entre o peso da carcaça (músculos, ossos e gordura) com as arrobas do “animal vivo” (com músculos, ossos, gordura, extremidades e vísceras). Esta porcentagem determinaria o preço pago por cada rês pelos frigoríficos. Pecuaristas insistem em dizer que a “faca dos frigoríficos⁴⁵” é

rebanhos, como um controle maior sobre as intempéries ocasionadas pelos ciclos climáticos. Eventuais prejuízos ocasionados pelo clima puderam ser compensados pela demanda do mercado, neste caso, do mercado externo. Isto proporcionou a consolidação de uma pecuária de grande escala, com novos padrões qualitativos e quantitativos de produtividade.

⁴⁵ Um evento que ajuda a elucidar os embates entre pecuaristas e frigoríficos, que fora descrito na dissertação de mestrado de Caetano Sordi (2013), foi a publicação no mês de maio do ano de 2012 da “Carta de Campo Grande”. Pecuaristas de Mato Grosso do Sul, uma das maiores “praças” da bovinocultura de corte, se reuniram na sede da Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) para redigir um documento que mostrava sua insatisfação com a falta de concorrência no setor e com os investimentos sucessivos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) de “dinheiro público” para capitalizar frigoríficos de forte inserção em mercados estrangeiros. A crítica se dirigia, sobretudo, ao grupo JBS que, especialmente durante o governo Lula, adquiriu uma série de grandes e pequenas empresas do ramo da alimentação, como Vigor, Swift, Bertin, Anglo, Tama, Bordon e Friboi. Os criadores alegavam que a JBS tinha o monopólio da indústria alimentícia no Brasil e que isto estava afetando os negócios daqueles que estavam na “base da pirâmide” da produção pecuária, os criadores de gado de corte.

muito pesada, que se para as fazendas a média do cálculo do rendimento das carcaças corresponde a 55% do peso corporal de cada rês, nos frigoríficos este índice costuma baixar para 47%. Bovinocultores afirmam que a indústria alimentícia no Brasil, “a ponta da cadeia”, funciona como uma cartel, seria o agente que determinaria as regras de todo o mercado.

Caetano Sordi (2013), em seu mestrado em antropologia, pensa a centralidade da carcaça na pecuária bovina. Com o advento das indústrias frigoríficas, a carcaça teria se transformado em um produto a ser padronizado e estandardizado. Sordi ainda sugere que ela seria o objeto ideal da produção pecuária e que seus efeitos são produzidos muito antes do encaminhamento dos bovinos ao abate. Segundo o autor, se o segredo da boa produção de carcaças, como sugerem os zootecnistas e veterinários, está na quadríade – genética, sanidade, manejo e reprodução – o primeiro destes termos, a genética, estaria determinando desde o nascimento dos bovinos a qualidade da carne, o tipo de carcaça.

Juliana Vergueiro (2009), em seu trabalho sobre a indústria da carne, também trata da centralidade da carcaça. Lembra que na etapa do abate há uma disjunção entre as mercadorias animal e carne. Os ambientes dos frigoríficos, que em tese devem ser assépticos e seguir uma série de normas, inclusive de abate humanitário, são os lugares por excelência de promoção de um distanciamento entre os conceitos de um animal vivo e de um objeto artificialmente produzido, a carcaça. Segundo a antropóloga, através dos procedimentos técnicos desenvolvidos pelos frigoríficos, de retirada das vísceras, cabeça, pernas e pele, a mercadoria boi, é progressivamente transformada na mercadoria carne.

Criadores de gado de elite, que produzem ‘a mercadoria boi’, argumentam que o seu trabalho é elementar para o incremento da qualidade do gado de corte, a ‘mercadoria carne’.

Acompanhei um dos efeitos da circulação da “Carta de Campo Grande” durante o meu trabalho de campo. No mês de agosto daquele mesmo ano, a Expogenética, uma feira agropecuária em Uberaba que atrai muitos criadores de gado de corte, foi aberta com uma palestra com o presidente da JBS. A fala teve um tom conciliador. Ao trazer os impressionantes índices de crescimento do conglomerado, o presidente da empresa, ao justificar o sucesso dela, produziu um discurso também acionado por pecuaristas, de corte e de elite. Dizia que a empresa era um empreendimento familiar, que seu pai, um “visionário”, na década de 50 era um pequeno produtor de gado e que, com muito esforço, iniciou uma pequena planta de abate. Paulatinamente o empreendimento foi crescendo e acabou se tornando, a partir dos anos 2000, “a maior empresa em processamento de proteína animal no mundo.” Disse que o sucesso da JBS era resultado de um esforço coletivo, familiar, que envolvia, inclusive, os pecuaristas de gado de corte. Afirmou que os produtores de carne que estavam ali acompanhando a palestra também faziam parte daquela história, daquela família.

Afirmam que os animais abatidos contemporaneamente só são maiores e mais precoces devido às seleções realizadas nas fazendas de elite. O pedigree e as pistas de julgamento das feiras de pecuária, segundo estes criadores, estariam norteando o padrão da qualidade de carcaça dos espécimes comuns, encaminhados aos frigoríficos.

Além disso, na produção de espécimes de elite há sempre o “descarte”. De algum modo, carcaças de animais considerados superiores, mas que, porventura, em alguma etapa da seleção, não conseguiram participar das pistas de julgamento, chegam aos consumidores, são abatidos. Eles não terão mais preço que os espécimes de corte, sua venda aos frigoríficos também estará regulada pelas médias históricas das altas e baixas do “boi gordo” ou do “boi magro” e pelo “cálculo de carcaças”. Mas poderão mudar seu estatuto de potenciais reprodutores para a ‘mercadoria carne’.

2.2.1 As arrobas, as altas, baixas e a “vaca papel”

Os animais produzidos para o mercado da carne no Brasil são majoritariamente machos castrados, bois, mas as fêmeas “descartadas” nas etapas de cria e recria, podem ser também encaminhadas aos frigoríficos. A média de preço das vacas de corte (“magras” ou “gordas”), em virtude da especificidade de sua carcaça, com mais gordura do que músculos, tem menos preço que dos machos. Além, disso, como sugerem Buainain e Batalha (2007), a proporção ideal de machos e fêmeas abatidos no Brasil deve ser de 15 para 1. O uso de muitas vacas para o abastecimento do mercado da carne não costuma ser um bom indicador. Sugere uma oferta limitada de bois, muito aquém da demanda, além disso, o abate de fêmeas, utilizadas como progenitoras, pode afetar a continuidade da produção no curto e médio prazo.

Os preços do “boi gordo”, do “boi magro”, da “vaca gorda” e “da vaca magra” são estabelecidos regionalmente. As principais “praças” produtoras de gado do país, Triângulo Mineiro, Campo Grande, Pelotas, Marabá, Barretos, Goiânia, Araçatuba e Presidente Prudente, a partir das variações do mercado ocasionadas pelos preços dos insumos, níveis de consumo interno, exportações, taxas tributárias e transporte estabelecem uma média histórica de preço, uma cotação do valor em reais da arroba dos animais. Como no comércio de moedas estrangeiras, o preço da arroba do “boi gordo” oscila diariamente e os pecuaristas podem especular com isto.

Aqueles produtores que desejam assegurar seus rendimentos, evitar os efeitos da sazonalidade de preços do “mercado real” ou “físico” da pecuária, podem investir no mercado futuro (Souza, Cunha, Wander: 2011). Assim como com outras commodities agrícolas, soja, café e milho, o mercado futuro da pecuária é de tipo “derivativo”, seus dividendos derivam do “mercado real”, do preço das cabeças do “boi magro” ou das arrobas do “boi gordo”.

Através de pregões na Bolsa de Mercadorias e Futuros se negocia contratos financeiros sobre contratos agrícolas. Estas operações, nomeadas *hedge*, protegem certos agentes econômicos dos riscos da variação futura do preço de seus ativos (no caso específico deste mercado futuro, o boi).

Os principais agentes do mercado futuro do boi gordo são *os hedgers* - pecuaristas e frigoríficos - e os investidores. O economista De Zen (1999) descreve como *hedgers* atuam no mercado futuro da pecuária. Os frigoríficos, por exemplo, costumam estabelecer contratos de exportação de carne com taxas fixas. Além de estas empresas estarem sujeitas as variações do dólar, moeda que utilizam para realizar as transações financeiras de exportação, os preços do “mercado físico” do “boi gordo” também podem oscilar.

Ao estabelecer um *hedge*, os frigoríficos garantem o direito de comprar arrobas num período futuro por um preço negociado antecipadamente, assegurando os rendimentos de sua atividade. De maneira similar acontecem as negociações empreendidas pelos pecuaristas. Se os frigoríficos fixam o preço de suas compras, os criadores estabelecem contratos futuros de venda. E isto tanto pode ser realizado por pecuaristas especializados em engorda, que garantem o preço do “boi gordo” encaminhado aos frigoríficos, quanto pelos produtores de recria, que asseguram a cotação de venda do “boi magro” aos pecuaristas especializados em invernada.

Os investidores, diferentemente dos criadores, não desenvolvem atividades produtivas vinculadas ao agronegócio da carne, não anseiam assegurar os custos da produção como os frigoríficos ou pecuaristas, eles lidam com liquidez, são especuladores. Entram com capital vislumbrando rendimentos através das altas e baixas de preço do “boi gordo”. Porque a liquidação do mercado futuro é financeira, o que se transaciona são títulos, “a vaca papel”. Os especuladores, neste sentido, têm função primordial no mercado de derivativos porque arcam com os riscos decorrentes das variações da diferença entre os preços à vista e os preços futuros dos produtos.

No mercado de futuros uma pequena parte das transações de compra e venda é finalizada com a entrega do produto. Costuma-se dizer que o objeto destas negociações, mais do que bois, soja, café ou milho, é o risco. Ricardo Cruz (2005), com o objetivo de pensar o ideal da ‘autorregulação’ dos mercados, analisou o mercado futuro do boi gordo na BM & F em sua dissertação de mestrado em antropologia. Ao realizar uma etnografia dos pregões e descrever a história do mercado de derivativos, sugere que sua emergência no Brasil, a partir do ano de 1987, parecia promissora.

A “vaca papel”, naquele cenário econômico de sucessivos planos econômicos, era uma opção de investimento atraente. O custo de manutenção das reses nos pastos era baixo se comparado com os custos da conservação da carne congelada. Disto resultava uma estocagem de animais nas fazendas, produzindo um descompasso entre oferta e demanda. O mercado futuro de bois era interessante aos produtores e também aos frigoríficos. Ambos poderiam dissipar seus riscos ao transferir as oscilações futuras de preço de seus ativos, bois, aos investidores.

Mas a regulamentação deste mercado teve lá seus percalços, conforme analisa Cruz (2005). Durante muitos anos, a variação de preços das arrobas regionalmente, nas “praças” pecuárias, impediu o estabelecimento de um mercado nacional de preços futuros. Até que, na década de 90, uma parceria entre a Esalq/ USP e a BM& F passou a ser responsável por desenvolver indicadores diários do preço da arroba do boi gordo com vistas a atender o mercado de derivativos. A partir de cálculos que têm como base preços de praças específicas (no caso do “boi gordo”, São Paulo e do “boi magro”, Campo Grande), produzem indicadores passíveis de atenderem as expectativas de criadores e frigoríficos de todo o território brasileiro.

Ao avaliar as mudanças ocorridas na pecuária brasileira dos anos 90, a passagem de uma produção com vistas a abastecer o mercado interno para uma economia de exportação, Michels (2001) sugere que os pecuaristas eram empresários conservadores e que se mantinham receosos em investir no mercado futuro do boi gordo. Certamente, algumas mudanças ocorreram dos anos 90 pra cá. Os *sites* especializados em agronegócio mais acessados publicam regularmente análises sobre o mercado de futuros da pecuária. De maneira didática, esclarecem as relações entre este segmento com mercado “real” ou “físico” e, inclusive, apresentam as vantagens do investimento de pecuaristas no mercado de derivativos. Mas vale notar que, durante as minhas incursões a campo, em conversas com

criadores de gado de elite, técnicos e veterinários, em visitas a fazendas, centrais de inseminação artificial e laboratórios, ou mesmo nas palestras e encontros que acompanhei, pouco se falava sobre o mercado futuro da pecuária.

É interessante pensar sobre o potencial mercantil dos bois de corte. Mais que a matéria-prima que dá origem a outras mercadorias, carne ou leite, eles são bens e, concomitantemente, ativos financeiros - como o mercado de derivativos sugere. Através das sucessivas etapas da produção e comércio da pecuária, que passam pela cria, recria e engorda, mas também pelo abate, industrialização e mesmo pelos efeitos das leis de oferta, demanda e do mercado financeiro, os bois vão ganhando novos estatutos. Esta potencialidade transformativa⁴⁶ dos rebanhos no mercado da carne torna a mercadoria boi, aparentemente homogênea, em um conjunto de outros bens comercializáveis: o boi magro, o boi gordo, a carcaça, a “vaca papel” e, em certa medida, o gado de elite.

2.3 Das camadas da pecuária

Na primeira entrevista realizada para esta pesquisa, perguntei a um pecuarista, que na ocasião era o presidente de uma associação de criadores, ABCN/MS (Associação dos Criadores de Nelore de Mato Grosso do Sul), qual era a relação dos bovinos que eram

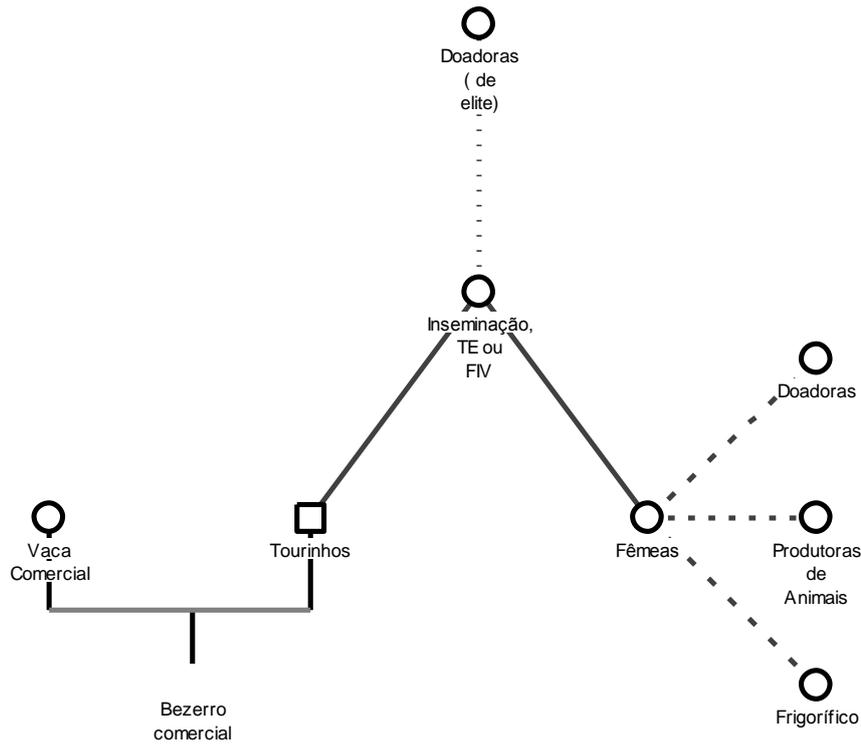
⁴⁶ A potencialidade transformativa da pecuária pode ser pensada a partir de outros vieses analíticos, Rodha Wilkie (2004), por exemplo, considera a pecuária como um mercado atípico porque o estatuto da mercadoria que produz não é fixo, as reses são incessantemente significadas ao longo da cadeia produtiva da carne. Ao se debruçar nas relações estabelecidas entre diversos agentes da pecuária - peões, pequenos criadores, fazendeiros especializados em engorda, funcionários de frigoríficos - com animais- ovelhas e bovinos - com que lidam cotidianamente, a autora sugere que por trás da economia objetiva da cadeia produtiva da carne, há uma economia moral. Cada etapa da produção, segundo Wilkie, estimula certos tipos de relações afetivas entre humanos e animais. Ela avaliou como as atitudes, concepções, sentimentos e comportamentos das pessoas envolvidas na cadeia produtiva da carne eram afetadas pela posição tanto dos animais, quanto dos humanos nos processos de produção da carne. Nestas relações, segundo a autora, ora os animais eram entendidos como mercadorias estritas, ora como agentes sensíveis. Ao sugerir que os processos de produção estão imbricados de relações afetivas, a autora classifica os rebanhos como “*sentientes commodities*” .

vendidos por cifras milionárias nos leilões com os espécimes de corte, comuns, encaminhados aos frigoríficos.

O criador afirmou que a resposta para a minha pergunta era bastante simples e respondeu à minha indagação traçando redes. Disse que os touros de elite, reprodutores, eram “os pais” dos espécimes encaminhados para o abate e que as fêmeas, as “doadoras”, eram “as avós”. Com papel e caneta nas mãos produziu os seguintes esquemas, que reproduzo aqui:



Esquema 1: Touros de elite



Esquema 2: Doadoras de elite

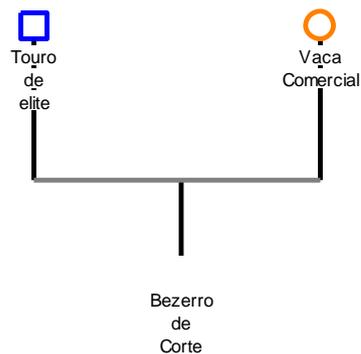
Segundo os esquemas do criador, os touros de elite, através das centrais de inseminação artificial, produzem milhares de doses de sêmen. Os pecuaristas de gado comercial podem adquiri-las e utilizar este material genético para produzir acasalamentos, através de inseminações artificiais, com vacas comuns, de corte, cuja progênie será encaminhada aos frigoríficos.

No caso das fêmeas de elite, as “doadoras”, o processo de produção da progênie envolve mais etapas. Estas vacas têm seus “oócitos” (óvulos não-maturados) regularmente coletados. Este material genético é fecundado pelo sêmen de touros, de elite ou de corte, e através de *fertilizações in vitro* se produz embriões. Estes se desenvolvem nos corpos de “barrigas-de-aluguel”, as vacas “receptoras”, dando origem tanto a machos, quanto a fêmeas.

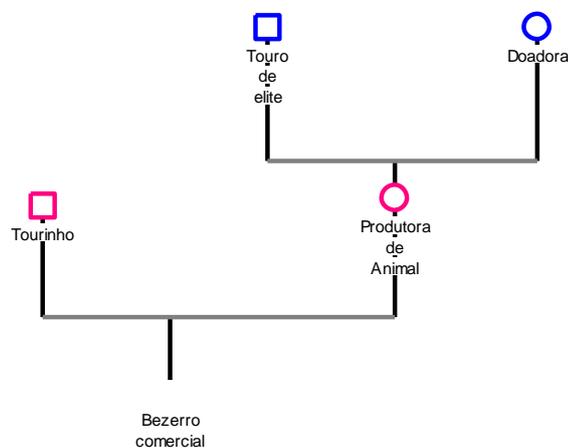
Os machos produzidos através deste procedimento são nomeados como “tourinhos”. Se acasalados com as fêmeas comerciais, serão os “pais” dos espécimes de corte. E nesta relação, as “doadoras” se tornam “as avós” de animais encaminhados aos frigoríficos.

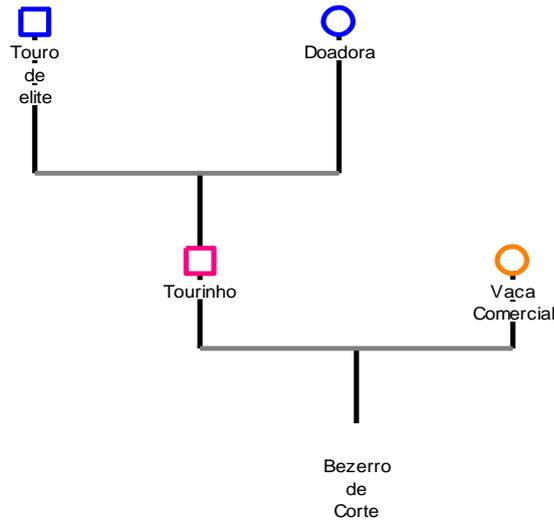
A produção de fêmeas pelas “doadoras” suscita mais variáveis. Se as bezerras produzidas através de FIV’s forem consideradas de elite, serão “doadoras” de oócitos como suas mães. Se “cabeceira”, serão submetidas a acasalamentos com tourinhos, neste caso, se tornam “produtoras de animais” - as mães dos bezeros da cria - e, portanto, as “doadoras”, como sugeriu o criador, serão “avós” de espécimes de corte. Mas se por ventura as bezerras geradas através de *fertilizações in vitro* não apresentarem potencial para se tornarem progenitoras, fato que ocorre com menos intensidade, serão “descartadas”, encaminhadas aos frigoríficos. E neste último caso, as doadoras podem até mesmo se tornar “as mães” do gado de corte.

Para esclarecer as variáveis que envolvem as possíveis relações de parentesco entre os bovinos de corte e de elite, reproduzirei a seguir novos diagramas. O primeiro apresenta, conforme sugeriu o criador, como os touros de elite se tornam “pais” dos animais encaminhados aos frigoríficos:

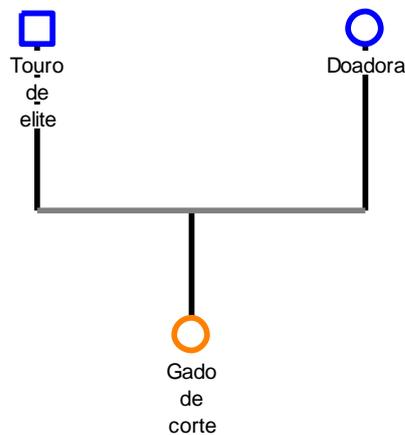


Os dois diagramas a seguir, apresentam as situações, também sugeridas pelo criador, em que as doadoras são as “avós” de animais de corte:





Há também outras possibilidades. Nem todos os filhos de doadoras e de touros reprodutores serão considerados de elite, alguns, inclusive, sequer serão “produtoras de animais” ou “tourinhos”, serão “subprodutos” dos criadores especializados em gado de elite. Aqueles espécimes que porventura não apresentem o conjunto características morfológicas de sua raça, não terão potencial como reprodutores e serão encaminhados aos frigoríficos:



A análise destes diagramas, dos touros e vacas de elite como os “pais” ou “avós” dos animais de corte, isoladamente, é incapaz de elucidar as diferenças produzidas entre estas duas frentes da produção pecuária. Estes traçados genealógicos simplificam e omitem relações e contingências da produção destes bovinos. Primeiramente porque para este parentesco se realizar é imprescindível o uso de biotecnologias (FIV, TE ou inseminação

artificial) e nem todos os pecuaristas de gado corte têm acesso a elas. Depois porque as diferenças na criação, manejo, no preço, mas principalmente no uso de espécimes de corte ou elite não se tornam menos imprevisíveis, se explicadas, exclusivamente, pela filiação.

Tim Ingold (2009) desenvolve algumas considerações sobre os limites dos traçados genealógicos. Sugere que eles funcionam como uma ‘metáfora de transmissão’ porque querem ordenar informações a respeito daquilo que é transmitido ao longo das linhas de descendência e que conecta sucessivas gerações. Os indivíduos são fixados em uma posição específica nas linhas genealógicas, que segundo o autor, é incapaz de considerar o que fazem e onde vivem. Suas críticas ao modelo genealógico estão centradas na velha questão antropológica sobre o inato e o adquirido. Tanto porque estes traçados não conseguem contemplar conteúdos culturais, como porque o processo de transmissão de atributos genéticos, do genótipo de ascendentes para os descendentes, é permeado pelos efeitos do ambiente no desenvolvimento daquele organismo específico.

Em tese, todo o rebanho brasileiro de origem zebu, de corte e de elite, é “parente”. De algum modo é descendente dos “raçadores” importados da Índia. No caso específico da raça Nelore, os rebanhos são descendentes das linhagens formadas a partir das importações de “raçadores” indianos em 1962 (Oliveira, Magnabosco, Machado Borges: 2002). Naquele ano, o navio Cora trouxe da Índia 84 cabeças da raça Nelore. Deste conjunto de animais importados pelos criadores Rubens de Carvalho, Veríssimo Costa Junior, Torres Homem Rodrigues da Cunha e Celso Garcia Cid, seis touros - Kavardi, Golias, Taj Mahal, Godhavari, Rastã e Padhu –, devido ao seu porte, pelagem e habilidade como reprodutores, passaram a ser utilizados como “genearcas”, como fornecedores de atributos genotípicos e fenotípicos que deram origem às principais linhagens da raça no Brasil.

Este tipo de relação, de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos como fornecedores seminais de substâncias para a constituição de coletivos animais, ocorre de maneira semelhante em outros contextos etnográficos. O processo de “raceamento” de uma espécie, fundamentado em seleção artificial e controle da reprodução, se apoia em uma retórica de parentesco.

Nerissa Russel (2002) aponta que os processos de domesticação – que entre outros efeitos, através de seleções artificiais originaram as raças de animais domésticos - e o parentesco compartilham uma série de assuntos em comum. Segundo a autora, a domesticação nada mais seria do que uma extensão de idiomas do parentesco para outras

espécies. A começar porque ambos os termos combinam componentes biológicos e sociais⁴⁷. E se o parentesco é um sistema classificatório, a taxonomia, a prática de separação de indivíduos em espécies e subespécies, seria um parentesco de maior escala, baseado tanto em linhas de descendência, quanto em graus de relação. Além disso, o controle da reprodução é central tanto para o parentesco, quanto para a domesticação e seleção de animais.

Como bem lembra Octávio Domingues (1966), o conceito de raça em zootecnia é da ordem da convenção. Animais de determinada raça são aqueles que pertencem à mesma espécie, que possuem um conjunto de características particulares que os tornam semelhantes entre si e que são capazes de gerar, sob condições ambientais análogas, descendentes com mesmos caracteres morfológicos e fisiológicos. Mas a pedra fundamental que dá origem aos processos de “raceamento” animal, segundo Domingues, é o parentesco consanguíneo, o *inbreeding*.

Este procedimento, inclusive, levava a alcunha, até a metade do século XX, de “consanguinidade incestuosa” (Domingues: 1939, Oliveira, Magnabosco, Machado Borges: 2002). Se foi a Inglaterra que deu início a categorização do rebanho bovino indiano em tipos raciais na segunda década do século XX através das fazendas experimentais (Olver: 1938, Medrado: 2013), foram os criadores brasileiros, através do *inbreeding*, quem promoveram o aprimoramento e a consolidação de raças zebuínas (Gir, Guzerá e Nelore).

Os primeiros espécimes indianos trazidos ao Brasil durante o império e mesmo ao longo das primeiras importações intencionais ocorridas no fim do XIX eram bastante distintos entre si, tanto no que diz respeito ao seu fenótipo, quanto às suas habilidades zootécnicas. Não havia definição racial precisa, todos os bovinos de origem indiana, devido à protuberância de seus cupins, eram cunhados genericamente como “zebus”.

Concomitantemente às expedições de “triangulinos”⁴⁸ à Índia ocorridas nas primeiras décadas do século XX, as fazendas-experimentais inglesas instaladas ali, das quais foram adquiridas muitas das reses importadas, através de experiências de cruzamento e hibridação, estavam começando a separar o rebanho indiano em tipos raciais. Os padrões fenotípicos e genotípicos de espécimes zebuínos, que vieram a constituir tipos raciais específicos, tais como

⁴⁷ O argumento de Russel é semelhante ao de Strathern em *After Nature* (1999) ao tratar dos efeitos do trabalho de Darwin no parentesco britânico. Apresento tal argumento no capítulo anterior.

⁴⁸ Uma expressão que nomeia aqueles que nasceram no Triângulo Mineiro.

os nelores, guzerás e girs, trazidos ao Brasil, e tantos outros tipos que habitavam o território indiano, ainda estavam sendo definidos no período.

O Coronel Arthur Olver⁴⁹ foi quem primeiro classificou o rebanho indiano em termos raciais. O artigo que tornou isto público, *A Brief Survey of some of the important Breed of Cattle in India* (1938)⁴⁹, foi traduzido em português, mas não publicado, e circulou entre pecuaristas uberabenses (Domingues: 1966). E talvez seja em virtude do acesso a esta tradução que o nome do coronel é sempre mencionado por criadores mais antigos e pelos manuais zootécnicos brasileiros produzidos até a primeira metade do século XX.

Domingues (1938: 123) aponta que os critérios de Olver para a sistematização das raças zebuínas na Índia não foram exatamente zootécnicos, mas “etnográficos”. Porque Olver categorizou os tipos bovinos indianos, em cinco “grupos étnicos” principais, através de seus atributos exteriores, especialmente a pelagem, e de sua distribuição geográfica pelo território. Esta classificação, segundo o zootecnista brasileiro, não considerou as habilidades econômicas destes tipos, em serem melhores para carne ou leite, tampouco conseguiu produzir sistematizações mais dirigidas a respeito de sua criação e manejo.

Alexandre Barbosa da Silva (1947: 155), um advogado que se dedicou a estudar o gado zebu, destaca que os ingleses tiveram dificuldades em sistematizar com exatidão os atributos e potencialidades destes tipos bovinos porque os rebanhos na Índia eram criados à solta. O trabalho de seleção que inauguraram ali através das fazendas-experimentais atingiu uma pequena parte da população. E apesar do empenho do governo inglês em tentar fazer com que a Índia seguisse certas diretrizes na seleção e criação dos bovinos para produzir carne e leite, faltava alimentação ao gado e um maior cuidado dos agricultores indianos com os reprodutores. Segundo Silva (1947), este conjunto de fatores teria sido decisivo para o sucesso da pecuária zebuína brasileira, porque era aqui, e não na Índia, que se desenvolveu espécimes zebus “puro-sangue”.

Para imprimir certas características, fenotípicas e genotípicas, consideradas “prepotentes”, capazes de definir um determinado tipo, uma raça, eram promovidos sucessivos acasalamentos entre reses consanguíneas. Assim que o animal importado chegava

⁴⁹ Arnaldo Machado Borges, filho de Rodolfo Machado Borges, um criador uberabense precursor da raça Gir no Brasil, cuja trajetória será apresentada no quarto capítulo desta tese, mencionou, em uma conversa, que seu pai teve acesso à obra de Olver para desenvolver sua seleção de gado.

ao Brasil, eram promovidas cruzas entre ele e algumas vacas de mesma raça ou de fenótipo semelhante. Eram então realizadas novas cruzas do “raçador” com a progênie resultante destas cruzas, suas “filhas”. As melhores “netas” resultantes destes acasalamentos também eram submetidas a acasalamentos com seu avô. Desta maneira, desenvolviam-se famílias, linhagens bovinas, que compartilhavam um conjunto de mesmas características morfológicas, econômicas e fenotípicas.

Mas nem todos os resultados destes acasalamentos eram positivos, as reses com características raciais indesejáveis não recebiam pedigree e eram encaminhadas aos frigoríficos para não se reproduzirem. Criadores e técnicos (Domingues: 1939, Oliveira, Magnabosco, Machado Borges: 2002, Santiago: 1983) afirmam que a consanguinidade é uma “faca de dois gumes”, porque apresenta o melhor e o pior das famílias. Se por um lado, produz informações sobre a estrutura familiar dos reprodutores facilitando o melhoramento da raça, limita a diversidade genética.

Quando já se tinha conhecimento suficiente sobre o rendimento zootécnico (produção de carne) e sobre as qualidades daquela herança genética (o bom genótipo), passava-se a promover cruzas entre indivíduos de mesma raça, mas de linhagens diferentes. Este processo era nomeado como “abertura de parentesco”. Paulatinamente, através da mistura entre linhagens e da promoção de acasalamentos dirigidos, permitia-se a consolidação de um padrão racial nos rebanhos: cada raça correspondia a um conjunto de características fenotípicas e zootécnicas.

Os processos de “raceamento” das raças zebuínas no Brasil estavam orientados pela Lei de Mendel. Os primeiros manuais zootécnicos brasileiros voltados à seleção de gado zebu, produzidos até pelo menos a década de 60 do século XX, mencionam a importância do botânico austríaco e explicam os mecanismos de transmissão de caracteres através da “Lei de Hereditariedade”. Diziam que o apuramento e a manutenção de caracteres fenotípicos especiais dentro de um agrupamento bovino, capazes de configurar uma mesma raça, eram efeito de um cálculo matemático, de um controle empreendido pelos criadores sobre a transmissão de caracteres “prepotentes”. Acreditavam que um indivíduo era efeito das influências biogenéticas de ambos os seus progenitores, pai e mãe.

Interessante notar que apesar de considerarem que pais e mães estavam influenciando a genética e a morfologia de sua progênie, as linhagens foram cunhadas com os nomes de

reprodutores e não de matrizes. Os nomes destes “genearcas”, inclusive, passaram a funcionar, e até hoje funcionam, como patronímicos.

Rebecca Cassidy (2007: 23) discute em sua tese de doutorado sobre a seleção de cavalos na Inglaterra a influência das substâncias femininas e masculinas na constituição de progênes. Sugere que os conhecimentos clássicos que informaram as primeiras investigações sobre hereditariedade no século dezoito, como o *inbreeding* de Bakewell, foram especialmente influenciados pelo legado de Aristóteles em *História dos Animais*. O filósofo grego acreditava que machos e fêmeas influenciavam sua progênie, mas que sua contribuição não era equivalente: se a contribuição feminina era mundana e passiva, a masculina era criativa e ativa. As fêmeas, como a madeira, nutriam, os machos, como os carpinteiros, criavam. Segundo Cassidy, este ‘totemismo científico’ de Aristóteles, capaz de refletir a percepção da sociedade sobre as relações naturais entre homens e mulheres, deu suporte às noções patriarcais de descendência, que produziram efeitos em humanos e também na seleção de animais.

Domingues (1966) lembra que pureza racial não necessariamente corresponde à pureza genética. No conjunto de um rebanho “puro-sangue”, de origem comum, alguns indivíduos não poderão ser registrados, porque terão certos caracteres, a pelagem, por exemplo, que fogem ao padrão de sua raça. A pureza genética pode ser garantida pela “homozigose”, uma idêntica constituição cromossômica, já a pureza racial, pelo pedigree. Se a genética, desde a redescoberta das Leis de Mendel na virada do século dezanove para o vinte, está atenta aos mecanismos de transmissão de traços hereditários, o “raceamento” animal quer promover a permanência destes traços ao longo de gerações.

Bovinos de corte e de elite podem compartilhar um conjunto de mesmos caracteres fenotípicos e genotípicos. Indubitavelmente, podem pertencer à mesma raça, têm origem ancestral comum e, portanto, serem parentes. Eles podem inclusive ter os mesmíssimos progenitores, pais e mães. Mas há camadas que os separam. E isto é tanto dado tanto pela diferença de manejo entre estes espécimes - os primeiros são alimentados e tratados para se transformarem em “carcaças” e os segundos para serem modelos raciais -, quanto pela centralidade do pedigree e das pistas de julgamento para a pecuária de elite.

Um pecuarista de gado de corte, como um de elite, está atento aos critérios raciais. Estes geram uniformidade nos rebanhos e isto facilita a produção, tanto nas maneiras de desenvolver o manejo - alimentação, controle de doenças ou verminoses, acasalamentos

dirigidos -, como o abate, a produção de carcaças uniformes. Estes criadores querem aprimorar a qualidade dos seus rebanhos, por isso utilizam células reprodutivas de espécimes de elite, mas seu gado, ao ser abatido, não angaria mais preço se tiver pedigree. E isto produz uma diferença elementar nos sentidos que o parentesco produz para espécimes de elite e de corte.

O trabalho empreendido por David Schneider (1968: 23-28) sobre o parentesco norte-americano ajuda a iluminar as camadas que separam bovinos de corte e de elite. Schneider sugere que nos Estados Unidos o parentesco é, acima de tudo, definido em termos biogenéticos. As leis, os costumes e o casamento, todavia, baseados em relações de aliança e afinidade, também podem produzir parentesco. O estatuto destas relações pode ser alterado, com o fim de um matrimônio, esposa e marido deixam de ser parentes. Mas para os americanos, segundo Schneider, tudo aquilo que é da ordem da biologia - o parentesco de sangue - é imutável.

Ao analisar o potencial combinatório da substância e do código que conformam a ideia do parentesco nos Estados Unidos, Schneider trabalha com os efeitos da combinação e separação destes elementos (Carsten: 2004). Aponta que nos Estados Unidos há três classes de parentes: os *'in law'*, os naturais e os de sangue. Os primeiros são parentes por meio da lei e do costume, pelo código de conduta, são esposas ou maridos, madrastas, padrastos, cunhados ou enteados. Seu parentesco se constitui em virtude das relações que estabelecem e não por compartilharem substâncias biogenéticas. Os segundos compartilham substâncias hereditárias, mas suas relações são estabelecidas, exclusivamente pela natureza, pela biogenética. Um bom exemplo são os *'filhos ilegítimos'*, cujos genitores biológicos não são os pais com quem conviveram.

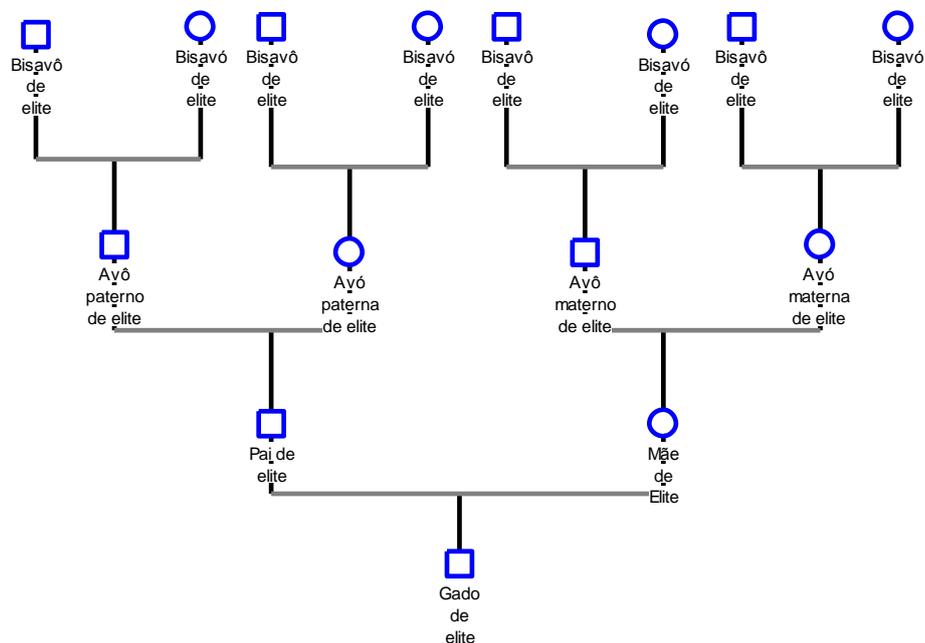
A última classe de parentes é o de sangue. Estes - pais, mães, irmãos, filhos, tios, sobrinhos, avós – tanto compartilham substâncias, quanto códigos de conduta. Suas relações são definidas pela lei e pela biologia. Porque o “sangue”, segundo Schneider, é uma substância que gera vínculos que estão além do compartilhamento de atributos biogenéticos, ele produz relações de identidade. Além da constituição biológica comum, um mesmo “sangue” é capaz de gerar efeitos no temperamento, na fisionomia e nos hábitos.

Tomando a análise de Schneider para iluminar a pecuária zebuína brasileira, é interessante pensar que ter um mesmo “pai” ou uma mesma “avó” não garante o mesmo estatuto aos bovinos. Para um espécime de corte, basta ter a herança biogenética, as

substâncias que garantem uma conformação racial comum. Já aos animais de elite é necessário a substância e o código de conduta: o sangue, os genes, o pedigree, as pistas de julgamento, a superalimentação.

Há uma expressão recorrentemente utilizada em leilões de gado de elite que ajuda a elucidar esta diferença. Quando o leiloeiro quer ressaltar a potencialidade de uma rês, lembra que ela é “irmã própria” de um outro indivíduo que fez sucesso nas pistas de julgamento ou foi vendido por cifras milionárias em leilões. Ser “irmão próprio” é ter o mesmo pai e a mesma mãe, e portanto, os mesmos avós e bisavós. É compartilhar uma fórmula - biológica e cultural - bem sucedida, o êxito de um mesmo pedigree.

Já os espécimes de corte são como os “irmãos ilegítimos” descritos por Schneider. Podem até compartilhar parte das substâncias que atuam na conformação de um espécime de elite, mas a eles, por assim dizer, falta o código de conduta. É claro que aqui a biologia é imperativa: a raça apesar de ser da ordem da convenção, passa pelas substâncias hereditárias. Mas vale pensar que a produção de um espécime de corte prescinde das mesmas regras da produção de um espécime de elite.



Os de elite devem ser, pelo menos, filhos, netos e bisnetos de ascendentes também considerados de elite. Aos de corte, cabe somente ser de uma raça específica. O uso das células reprodutivas de animais de elite em acasalamentos com espécimes de corte pode

aprimorar a progênie fenotípica e genotipicamente, mas não a faz competir nas pistas de julgamento ou ser comercializada por cifras milionárias. Parodiando Schneider, é possível dizer que o sangue dos espécimes de elite é mais denso do que os de corte. Ele importa mais porque não pode se dissipar ao longo das gerações, sua concentração nas linhas genealógicas garante a distinção destes animais como reprodutores.

Mesmo com o advento das biotecnologias, que permitem a “democratização⁵⁰” da genética, a promoção de acasalamentos dirigidos através do uso de células reprodutivas de “pareadores” de distintas linhagens, os rebanhos de elite mantêm um elevado índice de consanguinidade. E não apenas porque alguns poucos indivíduos, “os genearcas”, deram origem às principais linhagens bovinas. Com vistas a promover a manutenção de certas características visuais “prepotentes” ao longo de sucessivas gerações, os criadores continuam a promover acasalamentos dirigidos entre indivíduos de mesma família.

As antropólogas Franklin e Mckinnon (2001) lembram que o parentesco é mais que um sistema classificatório ou uma gramática, pois mobiliza não apenas conexões e inclusões, mas fronteiras, desconexões e exclusões. Citando o trabalho de Marilyn Strathern em *After Nature* (1999) e o de Donna Haraway em *Modest_Witness@Second_Millennium* (1997), sugerem que o parentesco euroamericano é um híbrido entre natureza e cultura, biologia e sociedade porque mais que naturalizar relações, transforma relações naturais em formas culturais.

É disto que também se trata o parentesco do gado de elite, ele é capaz de transformar atributos biogenéticos transmitidos hereditariamente em um conceito, em um modelo genealógico e estético, que por sua excelência, quer ser replicado.

Estas formas culturais produzidas pelo parentesco de espécimes de elite estariam, inclusive, fundamentando relações naturais. Os pedigrees bovinos, com suas inclusões e

⁵⁰ A expressão “democratização” é recorrentemente acionada por criadores de elite, técnicos de centrais de inseminação e de associações de criadores, veterinários e zootecnistas. O termo é usado, por exemplo, para argumentar que as biotecnologias teriam “democratizado”, ou seja, facilitado o acesso de pecuaristas de gado de corte à genética e ao sangue de grandes reprodutores. “Democratizar”, por mais controverso que possa parecer, é também tarefa da pecuária de elite. Apesar dela produzir espécimes que são vendidos por cifras milionárias, cujas características fenotípicas e genotípicas são especiais, quase raras, são modelos que devem produzir efeitos na pecuária comum. A questão para pensar é se a pecuária consegue ser, de fato, uma atividade “democrática” e o quanto as biotecnologias são utilizadas pelos pecuaristas de gado comum.

exclusões, expressam bem mais que relações consanguíneas aleatórias. Tais genealogias, em associação com manipulações genéticas, realizáveis através de biotecnologias, naturalizam formas culturais.

Ao analisar a dimensão visual de vários tipos de árvores genealógicas, Mary Bouquet (1996) pensa as genealogias com um construto. Sugere que a observação de traçados genealógicos específicos deve nos induzir a pensar sobre o trabalho seletivo daqueles que as desenvolveram ao dispor nelas certos saberes e relações, que são muito mais do que vínculos de filiação, descendência e ascendência.

Para a antropóloga, as genealogias, registros aparentemente estáticos e fixos, conseguem estabelecer sintonias sutis entre distintas cronologias e indivíduos. Porque as conexões que estabelecem não são auto evidentes e, inclusive, mascaram e omitem uma série de outras relações.

Um episódio ocorrido durante meu trabalho de campo é exemplar para pensar com Bouquet (1996). Certa vez, um respeitado criador de gado de elite, Arnaldo Manuel Machado Borges, comentava os efeitos da venda da vaca Parla, o animal mais caro do mundo. Ele é o proprietário de outra doadora, a Jatany, que nada mais é que a mãe de Parla. Arnaldinho me contou que venda de 50% da vaca Parla por mais de 2 milhões e meio de reais impulsionou os seus negócios. A procura por embriões de Jatany, que já vinha aumentando desde que Parla ganhou o prêmio de Grande Campeã na Expozebu no ano de 2010, cresceu abruptamente. Vários criadores tentavam replicar aquele feito, queriam produzir outras “irmãs próprias” de Parla, competir com elas nas pistas de julgamento e, quem sabe, também vendê-las por milhões de reais.

O sucesso de Parla impulsionou o de Jatany. Criadores passaram a olhar para a genealogia da doadora, e logo, para seus ascendentes, com mais atenção. Jatany, que era apenas uma das matrizes de Arnaldinho, passou a ser a mãe de Parla. Seu pedigree, aparentemente fixo, inalterável, ganhou um novo estatuto.

2.4 Da influência dos três P's: o pasto

Zootecnistas, criadores e veterinários afirmam que um espécime de elite é resultado da confluência de “três P's”: “pista”, “pedigree” e “pasto”. O primeiro destes termos diz

respeito às pistas de julgamento das feiras de pecuária, os espaços em que os animais são avaliados publicamente e que dá origem ao ranking nacional das melhores reses. Já o segundo “P”, o pedigree, atesta linhas de ascendência e descendência que garantem a transmissão de atributos biogenéticos e elucidam a excelência de linhagens e genealogias. O último “P”, o pasto, diz respeito, especialmente, a superalimentação recebida por estes animais.

Este “P”, o manejo alimentar, assim como o pedigree, é condição *sine qua non* para a participação nas pistas de julgamento. Espécimes sem pedigree ou que não são submetidos a este tipo de manejo não conseguem concorrer nas pistas. Segundo criadores e técnicos, os espécimes de elite funcionam como “laboratórios”. E a superalimentação que eles são submetidos seria capaz de atestar sua capacidade de transformar pasto ou ração em carne e gordura.

Criadores e zootecnistas costumam afirmar que “metade da raça entra pela boca”. A nutrição, assim como o investimento em pedigree e nos saberes da genética, faz parte de um conjunto de técnicas que envolvem o melhoramento animal, - o processo contínuo de criação, seleção e reprodução dos animais domésticos com vistas a alterar, melhorar, os caracteres das gerações seguintes (Alencar: 2004). Bovinos melhorados, como são os de elite, devem ter um metabolismo eficiente, que no caso da pecuária de reprodutores significa, especialmente, ganhar muito peso em pouquíssimo tempo.

Espécimes de elite são sempre mais robustos e pesados que os espécimes de corte, e isto seria efeito, além dos acasalamentos dirigidos, do manejo que recebem. Criadores mais antigos, ao observarem as reses nas pistas de julgamento, sempre ressaltam que os espécimes reprodutores que participavam das exposições há décadas atrás eram consideravelmente menores que os de hoje em dia.

Isto se deve há dois fatores principais: no passado, pecuaristas também levavam às feiras os melhores espécimes de seu rebanho, mas eles eram submetidos ao mesmo tipo de manejo e seleção que as demais reses encaminhadas aos frigoríficos. Estes espécimes, como os de corte, eram tratados exclusivamente com pasto. Além disso, a indústria de rações e medicamentos, especialmente nos últimos vinte anos, tem colocado produtos no mercado - o “volumoso”, o “concentrado”, vitaminas e remédios - capazes de alterar substancialmente o tamanho e o peso dos bovinos.

Carlos Henrique, um zootecnista que atua como diretor-técnico da ABCZ, durante uma entrevista, afirmou que a seleção e o manejo do gado de corte são completamente distintos da seleção e manejo do gado de elite. Argumentou que são “sistemas de produção” diferentes. E isto passa pelo tamanho e infraestrutura das fazendas, acesso a biotecnologias, quantidade de animais e pelo manejo alimentar:

“Mas a diferença é que há um tipo de gado criado no pasto e um tipo de gado criado com uma alimentação melhor. Porque a maioria do gado brasileiro trabalha a pasto, tem esse universo e se questiona isso. Mas é um outro sistema de produção. Não é que um vai ser ruim, outro vai ser bom. São sistemas de produção. Se você der comida pra ele, ele vai responder muito. Se você jogar num lugar que passa fome, ele não vai responder nada. Então são universos diferentes e são seleções diferentes. Mas, normalmente, um animal com uma boa alimentação vai ser bom. Ai começam as discussões, começa a parte técnica pesada aí.. (Carlos Henrique)”

Vale lembrar que só aqueles animais que apresentam potencialidades como reprodutores receberão este tipo de manejo alimentar. Há uma seleção rigorosa que antecede a superalimentação. Pude acompanhar parte do processo de seleção de bezerras de elite de um importante criatório brasileiro, a fazenda Mata Velha. Na companhia de Sr. Mário, um senhor de mais de 90 anos que fora contratado ainda na década de 70 para formar o rebanho de “pista” da fazenda, de um “assessor”, um zootecnista terceirizado que promove os acasalamentos dirigidos do criatório, e do gerente da propriedade, observei o processo de escolha de reses recém-nascidas.

Aquele criatório realiza as etapas de seu “sistema de produção” em quatro propriedades. As fazendas Comac e Calçada, em Uberaba, funcionam como “maternidades”: ali as vacas receptoras dão a luz às futuras “doadoras” ou touros de elite. Na Chácara Mata Velha, também em Uberaba, os animais previamente selecionados para serem de elite recebem o manejo adequado para participar das pistas de julgamento. Já os animais “descartados” são encaminhados para uma propriedade na cidade Araçatuba para se tornarem “produtoras de animais” ou mesmo para serem abatidos.

Naquela manhã, na fazenda Calçada, nós quatro sentamos a beira de um amplo curral. Peões sistematicamente traziam bezerras com sessenta dias de idade na companhia das vacas receptoras que as tinham gerado e naquele momento as amamentavam. O gerente e o assessor tinham nas mãos *notebooks* com fichas que traziam a genealogia e data de

nascimento de cada rês, muitas delas eram “irmãs próprias”. Elas tinham a mesma idade porque a pecuária de elite, como a de corte, também trabalha com estações de monta.

O conjunto de reses foi separado em três categorias: “pista”, “registro” e “descarte”. O critério que as definia como tal era dado pelo olhar destes técnicos. Aquela fazenda faz uso de biotecnologias, FIV e IA, e, portanto, todas aquelas bezerras eram filhas de matrizes e “raçadores” de elite. Mas certos caracteres fenotípicos, a cor, o tamanho, a forma da giba, a altura das pernas, já antecipava o futuro daqueles espécimes.

Pelo menos cinquenta bezerras passaram por ali. E uma pequena quantidade delas suscitou dúvidas entre aqueles técnicos. Quando o gerente e o assessor discordavam, consultavam o Sr. Mário, o mais experiente deles, que de prontidão, classificava o animal. Eles compartilhavam uma mesma percepção sobre a qualidade delas. Segundo eles, isso acontecia porque de longa data trabalham juntos e conheciam o tipo de “gado de pista” que aquela fazenda queria produzir. Interessante notar que a menor parte daquele conjunto de animais foi classificada como “descarte”. A maioria era “registro”, mas também uma quantidade considerável de animais ali foi selecionada como “pista”.

As bezerras de tipo “registro” e “descarte” foram encaminhadas para currais naquela mesma fazenda, onde viveriam até a etapa de desmame. Após este período seriam transportadas até a propriedade em Araçatuba. As primeiras iriam ser utilizadas como “produtoras de animais”, as segundas seriam abatidas. Já as de tipo “pista”, seriam dali encaminhadas para “cocheiras” na Chácara Mata Velha.

Nem todas as bezerras de tipo “pista” ali selecionadas conseguirão se destacar. Apesar de receberem superalimentação, algumas não se desenvolverão da maneira esperada. Técnicos e criadores de elite sugerem que de cem bezerras classificados como “pista”, apenas dez, apesar dos sucessivos investimentos, serão as grandes campeãs dos julgamentos. Poderão ser utilizadas como reprodutoras, alavancando o comércio de embriões, através dos laboratórios. Serão comercializadas em leilões de elite, mas não necessariamente se tornarão reses excepcionais que serão vendidas por cifras milionárias.

Os espécimes de elite pastam pouco, vivem em baias onde são sistematicamente alimentados. Os bezerros recebem o leite de vacas leiteiras até os 8 meses de idade, mas sua alimentação é complementada com ração. Animais de pista recebem de seis a oito “tratos” por dia. São nutridos com uma ração balanceada com “volumoso” (capins verdes, silagens e feno

com alto teor de fibra) e “concentrado” (algodão, soja, milho, farelo de arroz de alto índice proteico), sal e água de qualidade. Tomam banhos regulares e recebem “toailete” diariamente, têm seu pelo penteado, aparado e cascos tratados.

Não há uma mesma fórmula de “manejo” empregada por todas as fazendas de elite. Inclusive, o tipo de “trato” não é algo que se compartilha neste mercado. Como a alimentação gera efeitos no tamanho e no tipo de musculatura das reses, o manejo de cada criatório é um segredo que se guarda a sete chaves. Além disso, cada rês, em virtude de seu tamanho e desenvolvimento, recebe atenção individualizada.

Às vésperas das exposições e julgamentos este manejo é intensificado. Os animais podem perder peso ao serem transportados para as feiras e ficam estressados ao permanecerem durante vários dias nos pavilhões de exposição. Estes efeitos afetam tanto o seu porte, quanto seu temperamento, aspectos que são avaliados pelos juízes de gado. Por isso, os bovinos de elite costumam chegar aos pavilhões de exposição antes da inauguração oficial das feiras agropecuárias para recuperar o peso perdido nas viagens e para se acostumar ao novo ambiente. Nestes eventos, os animais são assistidos pelos mesmos tratadores que cuidam deles nas fazendas. Estes “peões” não só controlam a alimentação das reses, fazem sua “toailete”, banhando e penteando-as duas vezes por dia, como, muitas vezes, as apresentam nas pistas de julgamento.

Este empenho de zebuzeiros em produzir animais para as “pistas”, que entre outras coisas, está centrado na superalimentação, provoca uma série de controvérsias. O zootecnista, criador e juiz de gado William Koury Filho⁵¹ (2011), uma voz dissonante no mercado de gado de elite, usou uma comparação recorrentemente acionada por criadores e técnicos, de que “animais de pista são como carros de Fórmula 1” , para produzir críticas ferrenhas ao sistema de produção do gado de elite.

O artigo que traz estas críticas, de título auspicioso, *O Brasil é Off-Road* (2011), sugere que os espécimes de elite, que deveriam funcionar como modelos morfológicos e reprodutivos para a pecuária nacional, só têm bom desempenho nas baias e pistas de julgamento.

⁵¹ Agradeço a William Koury Filho pelo bate-papo que tivemos enquanto realizávamos um curso de fotografia rural. Na ocasião, o zootecnista sugeriu que eu acessasse seu texto. O artigo baseou-se nas discussões de um evento que acompanhei (Seminário de Revisão dos Critérios de Análise de Raças Zebuínas) e que, inclusive, está descrito no primeiro capítulo desta tese.

Koury Filho (2011) destaca que na Fórmula 1 não basta a habilidade do piloto. É necessário muito investimento financeiro - em tecnologia, combustível, na qualidade dos pneus. A equipe, mais que o carro ou o piloto, é quem garante o grande prêmio. Segundo o zootecnista, a pecuária de elite funciona da mesma maneira. Um animal não vence as pistas exclusivamente em virtude de seus próprios atributos genéticos. É preciso usar rações de alto custo, suplementos requintados, a fazenda deve comportar instalações caríssimas. Sobretudo, é preciso contar com o trabalho de tratadores, “casqueadores” e dos apresentadores.

Para Koury, o que se avalia nestes dois casos – do gado de elite e da Formula 1- é uma *performance* muito específica. Que só funciona, de fato, nas pistas, de corrida ou de julgamento. Assim como os carros de corrida não conseguiriam mostrar o mesmo desempenho nas estradas de rodagens brasileiras, o gado de elite não consegue ser eficiente no pasto.

Para Koury Filho (2011), o tamanho dos animais tem impressionado os juízes de gado. Mas se as reses estão cada vez maiores, estão cada vez menos “rústicas”. E isto, segundo o zootecnista, vai na contramão do projeto da “zootecnia tropical”, de desenvolver raças bovinas aptas a resistir às adversidades do clima e das verminoses brasileiras. Os espécimes de elite, ao serem preparados para as “pistas”, conseguem ganhar peso com facilidade, mas suas proporções (profundidade de costelas, altura das pernas, comprimento, abertura de peito, musculosidade) têm diferido muito dos desenhos corporais do gado de corte. Por tudo isso, os bovinos de pista, conforme sugere Koury, jamais conseguiriam sobreviver de maneira saudável se fossem criados a campo.

Segundo o autor, os criadores de gado de elite, devido aos investimentos caríssimos que fazem em manejo, tecnologias reprodutivas, e especialmente, em virtude do preço das reses que produzem, desenvolvem uma outra pecuária, que pouco tem contribuído para o incremento da qualidade da carne bovina brasileira.

2. 5 Das biotecnologias

Se foi só a partir da década de 70 do século XX - com o êxito da experiência de inseminação artificial em humanos empreendida pelo médico inglês John Hunter e com o

nascimento, no ano de 1978, do primeiro “bebê de proveta” do mundo - que FIV’s e a IA’s passaram a ser rotina no tratamento da infertilidade humana, vale lembrar que tecnologias reprodutivas já eram utilizadas há muito tempo no incremento da reprodução animal.

A primeira notícia de uma inseminação artificial, o mais popular destes métodos, data do século XIV e teve início com a seleção de cavalos (Cassidy: 2008, Barbosa e Machado: 2008). Um chefe de uma tribo árabe teria recolhido o sêmen de um garanhão de um grupo rival com um pedaço de algodão e o depositado no corpo de suas éguas, querendo dar origem a uma progênie melhorada. Esta técnica era utilizada como um artifício de guerra: esses povos buscavam desenvolver equinos mais fortes e resistentes para os combates.

Ao analisar o parentesco no contexto das biotecnologias, Sarah Franklin (2001) lembra que as tecnologias reprodutivas, especialmente a *fertilização in vitro*, não são apenas novas maneiras de se produzir bebês. Trouxeram a necessidade de reacender velhos debates da ciência antropológica, os limites entre o inato e o adquirido, a produção de conhecimentos, a acumulação de capital. Porque as biotecnologias, segundo a autora, não só implodiram as fronteiras entre natureza e cultura nos processos de concepção e nascimento, mas as relações de tempo e espaço nos traçados genealógicos. Seu argumento vai ao encontro da análise de Strathern (1999) sobre as controvérsias que envolveram a gestação da filha de uma mulher de 62 anos através de uma *fertilização in vitro*. Uma matéria publicada em jornal britânico, no ano de 1992, perguntava se esta mulher daria conta de responder às necessidades de desenvolvimento de sua descendente. Aos 64 anos teria uma filha de apenas dois, e os efeitos disto passavam não apenas pela energia necessária para a criação de um bebê que uma senhora sexagenária - que poderia ser avó - teria que dispender, mas principalmente pelas diferenças geracionais entre mãe e filha.

Ao contrário do que ocorre com os humanos, na reprodução animal brasileira a implosão das fronteiras de tempo e espaço é vista com muitos bons olhos e suscita poucos dilemas éticos. Se a produção dos primeiros livros de registro genealógicos queria garantir os valores individuais e familiares de uma rês, as biotecnologias são capazes de não só replicar a genética de reprodutores em grande quantidade, como de alterar as posições temporais e espaciais dos indivíduos nos traçados genealógicos.

Através de inseminações artificiais, clonagens e *fertilizações in vitro*, com o congelamento de sêmen e de embriões, é possível produzir descendentes de animais que faleceram há anos atrás. No caso da pecuária zebuína brasileira é possível produzir um filho

de Kavardi, um dos “genearcas” da importação de 1962, com Parla, a vaca mais cara do mundo, nascida no ano de 2006.

Kavardi, que certamente é o “bisavô” de muitos indivíduos da raça Nelore que hoje ocupam os primeiros lugares dos rankings nacionais das melhores de reses, pode ser, concomitantemente, “o pai” deles. E isto ajuda a iluminar não só o estatuto dos bovinos de elite, como portadores por excelência de substâncias e atributos especiais, mas como o uso destas biotecnologias provocou alterações substanciais na pecuária - de elite e de corte.

Todos os criadores com quem conversei ressaltaram que o uso de biotecnologias, especialmente a *fertilização in vitro*, provocou uma verdadeira “revolução” na pecuária. Claudio Totó, um importante criador de gado zebu, que desenvolve criatórios de elite e de corte na cidade de Três Lagoas- MS, (em uma entrevista), disse-me que as tecnologias reprodutivas provocaram mudanças de ordem qualitativa e quantitativa na bovinocultura. Tanto porque tornaram possível acessar a genética dos grandes reprodutores, através de compra de sêmen nas centrais e do desenvolvimento de embriões através de FIV’s, como permitiram a produção de centenas de reses em um curto espaço de tempo. Em um ano, um bom touro submetido a montas naturais é capaz de gerar cerca de 50 filhos e uma vaca, neste mesmo sistema produção, consegue gestar uma única cria. O uso biotecnologias de reprodução alterou substancialmente estes números.

“A mudança principal que aconteceu foi a tecnologia de reprodução. Com a inseminação artificial e depois com a transferência de embriões, por último a fecundação in vitro...Isso aí deu uma melhoria na rentabilidade muito grande. Porque na época em que não havia inseminação artificial, o touro custava pelo menos 10 vacas. Com a inseminação ocorreu uma distribuição de sêmen de grandes touros, fazendo com que você investisse em mais qualidade sem o dispêndio muito grande de dinheiro. Depois a TE nós passamos a recolher de uma vaca, vários filhos em um ano...Com a FIV então, a coisa multiplicou. Hoje temos produzido em um ano mais de 100 vacas boas e com a FIV mais de 100 filhos bons. Seria necessário dez existências dela pra ela chegar nesse patamar “. (Claudio Totó)

Tecnologias reprodutivas não foram desenvolvidas, exclusivamente, para aprimorar a qualidade de espécimes de elite. Como estas biotecnologias permitem o aumento dos rebanhos, porque mais reses de mesma origem podem ser produzidas ao mesmo tempo, podem também ser utilizadas pelos criadores de gado comum. Quanto mais animais pecuaristas de gado comercial produzirem, maior a sua receita.

As centrais de inseminação artificial e os laboratórios onde são realizadas *fertilizações in vitro* são instituições imprescindíveis para a realização do mercado de gado de elite contemporâneo. Tanto porque criadores recebem o retorno financeiro dos milhões de reais investidos na compra de espécimes de elite em leilões, através de venda de doses de sêmen e de embriões, como porque o gado de elite é desenvolvido a partir destas tecnologias.

Sua seleção, de certo ponto de vista, não tem início nas fazendas, com os processos de categorização de bezerros como “elite”, “registro” ou “descarte”, e sim nos laboratórios e centrais de inseminação artificial. Se sêmen e embriões são mercadorias, e mais do que isso, são substâncias que podem dar origem a animais exemplares, os processos que envolvem sua feitura, os padrões de qualidade que analisam as doses de sêmen ou os embriões empreendidos pelos centrais e laboratórios, são a primeira etapa das sucessivas seleções por que passam bovinos reprodutores.

2.5.1 Das centrais de inseminação artificial

As centrais de inseminação artificial mobilizam boa parte dos lucros do mercado de gado de elite. Estas empresas intermediam os processos de compra e venda de doses de sêmen entre criadores. Elas são proprietárias de “bancos de sêmen”, têm direito de exclusividade sob a venda das células reprodutivas de touros reprodutores. Por isso, permanecem atentas aos resultados das pistas de julgamentos e aos índices gerados pelos programas de avaliação genética para ter em seu portfólio as reses mais prestigiadas do país.

A maioria dos touros cujas células reprodutivas estão disponíveis em centrais de inseminação artificial passou pelas pistas de julgamento. Têm pedigree, foram superalimentados e por isso conseguiram ocupar os primeiros lugares dos rankings nacionais das melhores reses. Mas estas empresas também disponibilizam o sêmen de espécies “comuns”, de “raçadores” que apesar de terem “registro” – de serem P.O - não participaram de competições em feiras de pecuária. Foram submetidos a provas zootécnicas e programas de aprimoramento genético, capazes, como as “pistas”, de garantir suas habilidades como reprodutores.

O preço das doses de sêmen destes touros é variável. O sêmen daqueles considerados de elite e que, portanto, têm pedigree, são de propriedade de criadores com boa reputação no mercado e foram vendidos por cifras milionárias em leilões, tem mais preço que as células reprodutivas de “raçadores” comuns. Funcionários das centrais, no entanto, afirmam que seu negócio é “democratizar genética”. Por isso, comercializam sêmen tanto de espécimes comuns, quanto de elite.

Foi no ano de 1948 que o primeiro processo de inseminação artificial envolvendo espécimes de origem zebu ocorreu em Uberaba (Domingues: 1966). Naquela época, com vistas a conservar este material genético, misturava-se o sêmen de “raçadores” com leite desnatado e penicilina antes de ser inserido nas vacas reprodutoras.

Experiências com inseminação em bovinos já vinham sendo realizadas no Brasil desde a década de 30 (Barbosa e Machado: 2008, Alencar: 2004). Os veterinários L.P Jordão, J. S Veiga e J.G Vieira deram início a estas atividades no país na estação experimental de Pindamonhangaba, ainda no ano de 1938. Mas foi na década de 40, mesmo período em que se realizou a primeira I.A em Uberaba, que esta técnica veio a ser conhecida por mais criadores brasileiros. Com vistas a aumentar a produtividade da pecuária brasileira, o Ministério da Agricultura ofereceu um curso de inseminação artificial de três meses a criadores e veterinários.

Desde a virada do século dezenove para o vinte que a técnica era utilizada em mamíferos na Europa. O veterinário russo Ivanov realizou inseminações em bovinos, equinos, ovelhas, cães e coelhos. Em 1928, na Rússia, mais de 1,2 milhões de vacas e 1,5 milhões de ovelhas já tinham sido submetidas a esta técnica (Alencar: 2004, Barbosa e Machado 2008). Mas foi na Dinamarca, em 1936, que um seguidor de Ivanov, Sorensen, ao organizar uma cooperativa de inseminação artificial, desenvolveu um método de fixação retrovaginal mais profundo, capaz de alcançar o útero das fêmeas e de aumentar o êxito da I.A.

Nas décadas de 40 e 50, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Itália e também o Brasil já realizavam inseminações. Mas havia dificuldade na conservação e transporte do sêmen. Foi quando cientistas norte-americanos, Rockefeller Prentice e Phil Higley , deram início aos procedimentos de congelamento desta substância. A imersão de sêmen em nitrogênio líquido permitiu a conservação destas células reprodutivas em palhetas que poderiam ser artificialmente depositadas no corpo das fêmeas. Em 1951, nos Estados Unidos, nasce o

primeiro bezerro de sêmen congelado do mundo. Isto ocorre no Brasil apenas alguns anos depois, em 1954.

Na mesma década de cinquenta foi criada a primeira cooperativa de inseminação artificial do Brasil, na cidade de Pelotas – RS. Empresas particulares foram se associando a ela e passaram a explorar esta indústria. Nos anos 60, o governo brasileiro desenvolve um Plano Nacional de Inseminação Artificial e passa a regular e fiscalizar o uso da inseminação em todo o país. Mas é só a partir da década seguinte, nos anos 70, que a técnica ganha fôlego com a instalação de empresas estrangeiras especializadas no comércio e coleta de sêmen. Uma delas, a ABS, que inclusive é a mesma empresa em que Rockefeller Prentice e Phil Higley trabalhavam quando desenvolveram o processo de congelamento de esperma, instalou-se em Uberaba. Conforme apontam Barbosa e Machado (2008), a produção de doses de sêmen no Brasil no período cresceu abruptamente. Em 1970 foram produzidas 62 mil doses de sêmen; em 1974 o país produzia mais de um milhão de doses.

Atualmente, há vinte quatro centrais de inseminação artificial de bovinos no Brasil. Três delas, ABS Pecplan, Alta Genética e Nova Índia estão localizadas em Uberaba. Há uma acirrada disputa entre estas empresas. A qualidade de seus serviços passa pela infraestrutura - laboratórios, baias, máquinas de congelamento de sêmen -, mas também pela capacidade de distribuir o material genético por todo o Brasil e pelo mundo. Estes são os principais fatores que levam um criador a estabelecer contratos com centrais específicas.

Pecuaristas recebem uma porcentagem em dinheiro pelas vendas das doses de sêmen de seus “raçadores”. Durante um período específico, estabelecido no contrato do criador com a central, estas empresas recebem os touros para que seu sêmen seja coletado. Quando estes bovinos chegam nas centrais, já são adultos, com pelo menos 36 meses. Estes espécimes, como nas fazendas de gado de elite, pastarão pouco, habitarão “cocheiras” e serão alimentados com ração. E pelo menos duas vezes por semana terão seu esperma coletado

Todas as centrais que visitei durante o meu trabalho de campo compartilhavam uma estrutura física semelhante. Um prédio, à frente, continha a recepção, os escritórios administrativos e salas para a realização de contratos com os criadores. Ao fundo, os laboratórios, os bancos de sêmen e as baias onde permanecem os touros reprodutores.

O processo de coleta de sêmen de bovinos envolve uma série de etapas e técnicas. Pela manhã, os “raçadores” são levados a um galpão. Dispostos em fila, lado-a-lado, os

reprodutores aguardam para serem coletados. Como touros só conseguem excretar esperma durante a monta, a central disponibiliza algumas técnicas para estimular a ejaculação. Vacas no cio permanecem próximas dos locais de coleta para liberarem feromônios capazes de excitar os touros.

Existem dois instrumentos essenciais para uma coleta de sêmen, as vaginas artificiais e os manequins. Os primeiros são tubos cobertos com um plástico que simulam a mucosa vaginal das fêmeas. Eles ainda contêm um tubo de ensaio, onde o sêmen dos touros é recolhido. Este instrumento é mantido em uma estufa, para que atinja a temperatura de 45 graus. No momento que é retirado para a coleta é coberto com uma capa feita em couro que mantém tal temperatura. Além disso, é abastecido com lubrificante íntimo para facilitar a penetração.

Já os manequins são os instrumentos utilizados para simular montas. Podem ser tanto “réplicas” quanto “vacas vivas”. As réplicas são tambores cobertos em couro que simulam a altura das fêmeas. O uso de um ou outro instrumento depende do temperamento e da raça do touro. Tratadores e veterinários afirmam que as réplicas funcionam melhor com bovinos de origem europeia, os zebus costumam responder melhor com “vacas vivas”.

Nestes dois casos, o processo exige a ajuda de dois tratadores. Um deles controla o touro, com reios e cordas, e o outro mantém a vagina artificial nas mãos. Como num processo de acasalamento natural, os touros só ejaculam após sucessivas tentativas de monta. Eles liberam líquidos seminais antes da cópula e este é um dos sinais que anunciam que o coito pode ocorrer. Quando os tratadores percebem que o reprodutor pode ejacular, encaixam a vagina artificial no pênis do bovino.

Imediatamente, o sêmen coletado na vagina artificial é encaminhado ao laboratório. A substância é avaliada em microscópio e centrifugada. Os espermatozoides que permanecem vivos após estas etapas são separados em pequenas doses, colocados em paletas, congelados e encaminhados ao banco de sêmen. Estas substâncias também podem ser submetidas a processos de “sexagem”: os técnicos de laboratório conseguem verificar se os espermatozoides darão origem a machos ou a fêmeas, e conseguem separá-los em doses específicas. Uma única ejaculação é capaz de gerar trezentas doses de sêmen comercializáveis. E isso, dentre outras coisas, é o que torna o comércio das centrais tão lucrativo.

Durante uma visita ao “banco de sêmen” de uma central, uma sala refrigerada com toneis que armazenam paletas com este material genético, perguntei a um veterinário se era possível mensurar quantos reais em doses de sêmen havia ali. Ele disse que era difícil afirmar, que só as milhares de doses de Ranchi - um famoso touro Nelore - que eram vendidas por 80 reais cada, já geravam cifras consideráveis, mas que certamente naquela sala havia milhões de reais.

Minha pergunta o fez lembrar um episódio, que elucida os lucros, e os conflitos, que estas substâncias podem gerar. Certa vez, um fazendeiro do Pará, que mantinha botijões de sêmen de famosos reprodutores em sua fazenda, despediu um de seus funcionários injustamente. O peão, por vingança, teria aberto o botijão e jogado água em todo o material que ele continha, gerando um prejuízo de milhões de reais ao seu ex-patrão.

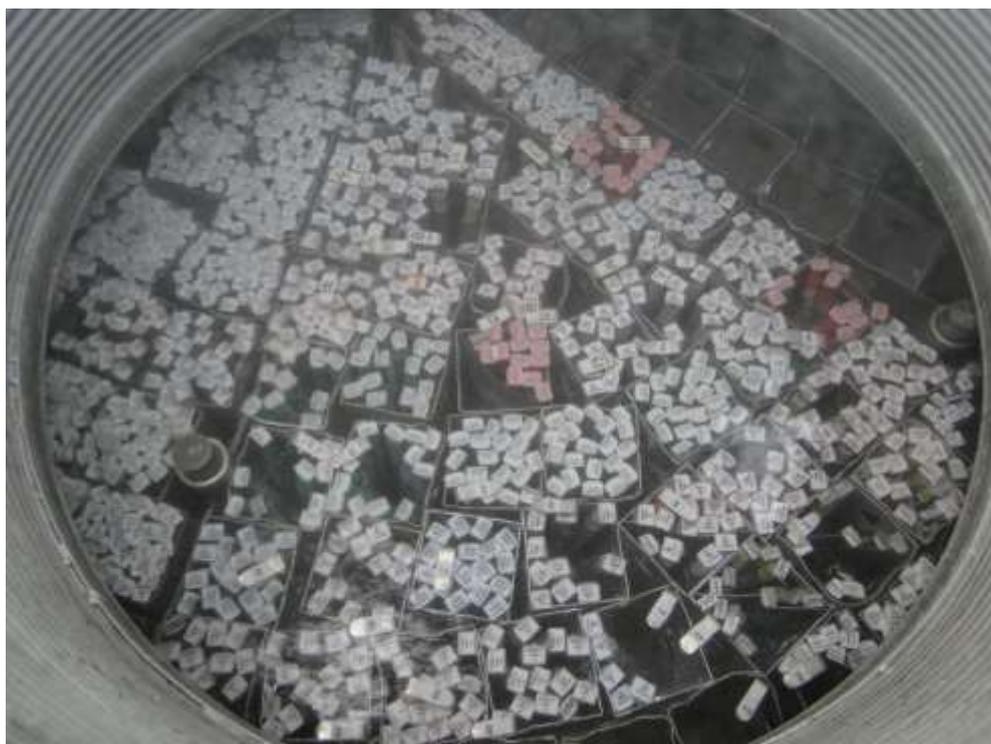


Imagem 19: Tonel com paletas congeladas do banco de sêmen de uma central de coleta e inseminação. (Foto: Natacha Leal)

Os processos de inseminação artificial são mais simples, costumam ocorrer nas próprias fazendas e por isso o pecuarista paraense, envolvido no episódio descrito acima, mantinha em sua propriedade doses de sêmen.

A central encaminha pelo correio ou por transportadoras botijões com o material genético dos touros às fazendas. Técnicos, veterinários e criadores dizem que para um acasalamento funcionar, são necessárias, pelo menos, três doses de sêmen. Se há necessidade de inseminar 10 vacas, por exemplo, adquirem-se 30 doses de sêmen das centrais.

As inseminações artificiais são realizadas quando as vacas apresentam sinais de cio e também envolvem um conjunto de técnicas para que o sêmen, já descongelado, seja aplicado com sucesso no interior do corpo do animal. Veterinários e zootecnistas afirmam que o processo de inseminação não é complicado, mas que exige investimento financeiro dos fazendeiros, em instrumentos, em currais especializados e em treinamento técnico.

Os encarregados desta tarefa devem saber manipular os botijões, paletas e aplicadores de sêmen, além de ter de conhecer a anatomia das vacas. Os veterinários Barbosa e Machado (2008) apontam que faltam dados precisos sobre o uso da inseminação artificial no Brasil, mas que a técnica ainda é subaproveitada. Segundo uma estimativa publicada no ano de 2007, apenas 6% das fêmeas em fase de reprodução no país, têm sido submetidas a inseminação artificial.

Regularmente, as próprias centrais e revistas especializadas em pecuária publicam resultados dos touros recordistas de venda de sêmen. Os touros Fajardo e Ranchi, ambos falecidos, já teriam vendido mais de 300 mil doses cada um. Backup, outro touro famosíssimo, vendeu 650 mil. Supondo que cada dose de sêmen de Backup custe cerca 80 reais, o touro já teria gerado mais de 52 milhões de reais aos seus donos. É esperando por estes resultados financeiros que criadores investem muito dinheiro na aquisição de espécimes de elite.

A trajetória de Backup foi descrita por mim em um artigo (Leal: 2011). A partir de uma conversa com um funcionário de uma central, tentei explicar no texto o porquê do animal ser tão prestigiado. Na ocasião, o técnico da central me explicou que Backup era como uma “coca-cola”, era filho de Fajardo, o touro que até então tinha vendido mais sêmen no Brasil, e por isso, mais que conter características raciais exemplares de sua raça, Nelore, capazes de aprimorar um rebanho, Backup funcionava como uma “grife” que criadores, especialmente de elite, queriam trazer aos seus criatórios.

O que eu não poderia prever é que Backup estaria envolvido numa polêmica anos depois. Uma matéria publicada pela Folha de São Paulo em abril de 2013 revelou que uma

pesquisa desenvolvida por uma empresa privada especializada em melhoramento genético⁵² em parceria com uma universidade paulista teria descoberto, através de exames de DNA, que Backup não era filho Fajardo, seu pai seria o touro Gabinete. Isto suscitou muitos burburinhos no mercado, o exame foi contestado e até hoje não há consenso sobre a verdadeira genealogia de Backup.

Rebeca Cassidy (2009) descreve eventos semelhantes em seu trabalho sobre cavalos “raçadores” na Inglaterra e nos Estados Unidos. Lembra que as primeiras publicações regulares de genealogias de equinos na virada do século XVIII para o XIX continham uma série de inconsistências. Não havia registro exato da data de nascimento dos animais e muitos ascendentes de espécimes que participavam das corridas, que em tese também tinham pedigree, eram completamente desconhecidos. Alguns livros genealógicos, desenvolvidos por criadores específicos, eram ‘desonestos’. Segundo a antropóloga eram ‘ficções’ que queriam atestar a qualidade de certos traçados genealógicos e da concentração de ‘bom sangue’ em certas linhagens.

Na pecuária zebuína brasileira não é diferente. É sabido, por exemplo, que alguns botijões de sêmen de espécimes indianos chegaram ao Brasil clandestinamente nas décadas de setenta e oitenta. E que os criadores, que utilizaram esse sêmen em acasalamentos com vacas brasileiras, desconheciam a verdadeira paternidade de suas reses. O caso Backup fez reaparecer um velho fantasma: o controle sobre as genealogias bovinas.

O fato é que esta polêmica com Backup produziu alguns efeitos. A falsa paternidade dele trouxe a necessidade de alterar não só o registro genealógico do touro na ABCZ, mas os dos milhares de descendentes que ele produziu. Além disso, suscitou a abertura de novas investigações sobre o parentesco de outros reprodutores. Atualmente a ABCZ analisa, através de exames de DNA, a genealogia de outros 24 touros “raçadores” que habitam centrais de inseminação artificial.

⁵² A central que Backup habita também comercializa programas de aprimoramento genético. Supostamente, a empresa que promoveu a pesquisa em parceria com a universidade é concorrente da central.

2.5.2 Outras biotecnologias: FIV, TE e clonagem.

A partir da década de 80, acadêmicas feministas passaram a pensar os efeitos das biotecnologias nas noções de gênero e sexualidade (Carsten: 2004, Franklin: 2001, Strathern: 1999, Butler:,1993, Yanagisako: 1997, Edwards: 1999, Haraway: 1997). A suposta desnaturalização dos fatos biológicos nos processos de concepção e geração de descendentes promovidos pelas tecnologias reprodutivas teria gerado implicações nas relações de paternidade, maternidade, sexo, gênero e nas conexões estabelecidas entre pais e filhos. Na reprodução animal não foi diferente.

Foi no fim dos anos de 90 que pecuaristas brasileiros passaram a utilizar *fertilizações in vitro* em seus rebanhos. A técnica, até então, era utilizada experimentalmente em universidades. Nesta década, através da instalação de laboratórios privados, ela passou a ser usada para fins comerciais. Os veterinários Caixa e Dode (2010) sugerem que atualmente o Brasil é responsável por 50% das FIV's⁵³ realizadas em bovinos no mundo. Algumas poucas fazendas especializadas em gado de elite, os grandes criatórios como a Mata Velha, mantêm seus próprios laboratórios, mas a maioria das fazendas terceiriza este tipo de serviço.

Antes do uso destas tecnologias no Brasil, os touros reprodutores costumavam ter mais preço do que as vacas. A FIV provocou uma inversão no mercado de gado de elite: nos dias de hoje as “doadoras” custam consideravelmente mais que os machos reprodutores. O argumento para esta discrepância de preços é que as fêmeas teriam uma vida reprodutiva menor que a dos touros. Há um limite biológico na produção de óvulos e, portanto, aquelas vacas consideradas geneticamente superiores, apesar das biotecnologias, produzirão um número muito mais limitado de descendentes ao longo da vida do que um touro.

Há um fundo econômico, de oferta e demanda por óvulos, nesta explicação. Mas o fato é que independentemente do preço, as fêmeas, com as FIV's, começaram a ter mais valor no mercado de elite. De matrizes, que recebiam as substâncias dos machos, passaram a ser “doadoras”. Como o sêmen dos touros, os “oócitos” das fêmeas se tornaram substâncias passíveis de serem avaliadas. Eles, inclusive, passaram a ser determinantes na consolidação do prestígio e da importância das matrizes. Os catálogos dos leilões, além de apresentarem o pedigree e as premiações ganhas pelas vacas de elite, trazem informações sobre as

⁵³ São realizadas cerca de 130 mil FIV's em bovinos no Brasil anualmente.

“competências ovacitárias” destas reses, estatísticas que atestam a capacidade dos óvulos daquelas fêmeas em serem maturados e transformados em “embriões viáveis” através de *fertilizações in vitro*.

As biotecnologias (as *fertilizações in vitro*, as transferências de embriões, a análise de “competências ovacitárias”), neste sentido, provocaram uma subversão nas ideias sobre as influências masculinas e femininas na reprodução. As fêmeas, contemporaneamente, contribuem em pé de igualdade com os machos na produção de espécimes superiores, seu “sangue” é tão ou mais importante que o dos touros no mercado de gado de elite brasileiro.

Além disso, a *fertilização in vitro*, aliada a inseminação artificial e aos processos de “sexagem” tornou possível um comércio bastante lucrativo no mercado de gado de elite: de “prenhezes”. Muitos leilões comercializam reses que ainda não nasceram, filhos de espécimes de elite que estão sendo gestados nos corpos de “vacas receptoras”. Pecuaristas, novatos e consolidados, adquirem embriões, que ainda são promessas, na esperança de serem tão excepcionais quanto seus progenitores.

O comércio de “prenhezes” é o que traz o retorno aos proprietários das “doadoras”. Envolve mais investimento financeiro do que a produção de sêmen nas centrais, por exemplo. A produção de um único embrião custa cerca de 450 reais. Mas as “prenhezes” de espécimes de elite podem ser vendidas por mais de 30 mil reais em leilões.

A primeira biotecnologia empregada em fêmeas foi a transferência de embriões, a “T.E”. As matrizes recebiam uma grande quantidade de hormônios que provocavam uma “superovulação”. Estes óvulos eram então inseminados artificialmente e geravam embriões, que coletados através de processos cirúrgicos, eram implantados nos corpos de barrigas de alugueis, as vacas receptoras. A técnica está em desuso no Brasil. Segundo criadores e veterinários, é um procedimento muito agressivo, tanto na retirada dos embriões dos corpos das matrizes, como porque o uso de hormônios pode afetar, a longo prazo, a vida reprodutiva das vacas.

Fertilizações in vitro foram capazes de ampliar a produção da pecuária porque trabalham com “oócitos”, óvulos não-maturados. Num ciclo estral⁵⁴ de uma vaca apenas um único “oócito” se transforma em óvulo passível de ser fecundado. Com a FIV, uma única

⁵⁴ O ciclo estral das vacas funciona de maneira semelhante ao ciclo menstrual das humanas. A cada 21 dias a vaca apresenta sinal de estro, de ovulação, neste momento ela aceita a monta dos touros.

coleta de “óocitos” é capaz de produzir vários óvulos saudáveis, e conseqüentemente, vários embriões.

A técnica tem início nas fazendas quando veterinários ou biomédicos recolhem “oócitos” das doadoras. Através de ultrassom e de um processo nomeado como “pulsão folicular”, retira-se “oócitos”⁵⁵ dos ovários das fêmeas. Esta substância é então levada ao laboratório para ser maturada, permanecendo dois dias em uma estufa.

Quando os “oócitos” estão maduros, eles são avaliados em microscópio, selecionados e misturados ao sêmen dos “raçadores”. Esta mistura é encaminhada novamente a uma estufa, onde permanece por sete dias, para que os óvulos sejam fecundados. Ao longo da semana esta mistura de sêmen e óvulos começa a se dividir, dando origem a vários embriões. Neste ínterim, o cio das vacas receptoras, que gerarão os embriões, é “sincronizado” através de hormônios para que estas reses os recebam como se elas mesmas tivessem participado do processo de concepção. A biotecnologia carrega em seu nome o termo *in vitro* porque os primeiros sete dias de formação do embrião se dão fora do corpo da vaca.

São as vacas “receptoras” que gerarão e darão à luz aos espécimes de elite. Mas as doadoras, para serem consideradas como tal, para garantirem sua habilidade como reprodutoras, devem ter que desenvolver pelo menos uma gravidez, efeito de montas naturais ou de inseminação, ao longo da vida. Veterinários e zootecnistas afirmam que as *fertilizações in vitro* têm produzido bons resultados, cerca de 40% dos “oócitos” submetidos a este procedimento geram embriões viáveis.

Outra tecnologia reprodutiva que tem sido realizada em vacas e touros no Brasil é a clonagem. O primeiro bovino clonado no país foi a vaca Vitória, da raça Simental, nascida em março de 2001 através de uma pesquisa desenvolvida pela Embrapa. Experimentos com a técnica de transferência nuclear também vinham sendo realizados por outros centros de pesquisa. Em abril de 2002, através de estudos realizados pela Unesp de Jaboticabal e a Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos da USP, nascem o bezerro Marcolino da

⁵⁵ As vacas nascem com um número determinado de folículos, cerca de 150 mil. Estes poderão ou não se desenvolver plenamente nos ovários. O que a FIV permite, através do método de pulsão folicular, é garantir que um maior número de “oócitos” se tornem óvulos. Fêmeas que acabaram de ser abatidas também podem ter seus folículos coletados. Estas substâncias, não comercializáveis, são utilizadas para pesquisas com *fertilização in vitro*.

USP e, em junho daquele mesmo ano, a fêmea Penta. Em 2003, foi a vez de Bela da USP e de Lenda.

Zebuzeiros, então, passaram a investir na técnica. Em “parceria” com laboratórios privados começaram a realizar clonagens de suas reses para fins comerciais. O custo de uma clonagem é relativamente alto, por isso, somente criadores de gado de elite, na ânsia de replicar seus grandes feitos, têm investido na biotecnologia. Além disso, ao contrário da FIV, da inseminação ou mesmo dos acasalamentos dirigidos, a clonagem não produz “melhoramento” ou “ganho genético”, é uma técnica que quer apenas copiar, replicar. É utilizada, especialmente, para clonar a genética de animais falecidos⁵⁶ ou de espécimes considerados excepcionais, campeões de rankings.

A primeira etapa deste procedimento consiste no isolamento do material genético do animal que se quer clonar. De praxe, desde Dolly, o primeiro mamífero clonado no mundo, são retiradas células da orelha ou de glândulas mamárias. Este material é então separado e congelado. Usando o procedimento de pulsão folicular, escolhe-se uma vaca, não aparentada com o animal que vai ser clonado, para que dela sejam retirados vários “oócitos”. Os técnicos de laboratório⁵⁷ passam a “micromanipular” esta substância de maneira que consigam retirar dela todo seu DNA. Estes “oócitos” então se tornam uma espécie de receptáculo, capaz de receber as informações genéticas da rês que se quer replicar.

A célula do animal que vai ser clonado é inserida neste “oócito”. Através de correntes elétricas, ela consegue se fundir às suas membranas. Este procedimento é nomeado como “transferência nuclear”. Drogas são utilizadas para simular que este material foi fecundado, as células começam a se dividir dando origem a um embrião. De maneira muito semelhante aos processos de FIV, este material genético será encaminhado a estufas e posteriormente transplantado aos corpos das vacas receptoras que gestarão e darão a luz aos clones.

As médias de êxito das clonagens são inferiores às FIV’s. Cerca de 30% destes procedimentos geram embriões, e das reses nascidas, apenas 50% consegue sobreviver. Estes

⁵⁶ Criadores podem congelar células de seus principais raçadores e guardá-las para no futuro serem utilizadas em processos de clonagem. Muitos fazendeiros têm realizado isso. Tal material genético fica sob os cuidados dos laboratórios que realizam estes procedimentos.

⁵⁷ Devo agradecer ao veterinário Emivaldo de Siqueira Filho pela longa entrevista e por me receber no laboratório de clonagem da Geneal.

índices e a sobrevivência dos clones ainda estão em processo de análise no país. Há estudos que indicam que clones têm dificuldades no parto e têm a *performance* como reprodutores reduzida. O veterinário responsável pela clonagem em um importante laboratório, disse que apesar deste “gargalo” na biotecnologia, que deve ser revertido com mais investimento em pesquisa, os espécimes produzidos são muito parecidos com os indivíduos que deram origem a eles:

“Muito parecido! Muito parecido! É bem próximo. É interessante assim, claro que a gente não tem um animal adulto, a gente não sabe. Mas, por exemplo, às vezes nascem 4, 5 clones do mesmo animal, todos os animais nasceram muito parecidos. A pelagem dos nelores, apesar de ser branca, tem pelagem vermelha também, é bem avermelhado e vai clareando depois. Nunca aconteceu de nascer um clone de um mesmo animal vermelho e outro branco. Posição de pinta, no mesmo lugar, do mesmo tamanho. Nasceram dois animais agora com a mesma linha escura no rabo, iguais. Nasceram 3 clones, as manchas vermelhas eram iguais. É interessante observar o pessoal que conhece as doadoras vem conhecer os animais nascidos, você vê o comentário: realmente é igual ao que nasceu”. (Emivaldo, veterinário)

A antropóloga Carrie Friese (2009) defende que a clonagem de animais provocou uma alteração substancial na seleção. Se antes, através do *inbreeding* e da publicação regular de pedigrees, o foco era produzir tipos de animais que exibiam certos traços fenotípicos comuns, com a clonagem é possível gerar indivíduos com configurações genômicas comuns. Para ela, o procedimento de “transferência nuclear” torna o genótipo mais central na reprodução animal do que o fenótipo.

O argumento da antropóloga parece não servir completamente para o mercado de gado de elite brasileiro. É fato que a clonagem, como outras tecnologias reprodutivas, como a FIV e a inseminação, permitem a preservação de “material genético”. Mas criadores de gado de elite, como bem aponta Emivaldo, também realizam procedimentos de clonagem a fim de produzirem indivíduos fenotipicamente semelhantes àqueles que deram origem a eles. O fenótipo dos bovinos reprodutores, talvez mais que o genoma, continua central para a realização da pecuária de elite brasileira.

A primeira venda em um leilão de um clone de um espécime zebu aconteceu em 2007. Um jovem criador, Felipe Picciani, clonou a vaca Bilara⁵⁸ VII, uma famosa matriz. Ela foi uma das primeiras fêmeas do país a ser submetida a FIV's e TE's. Bilara viveu 19 anos, faleceu em 2004 e teve mais de duzentos filhos. Em uma entrevista com Picciani, o criador explicou o que esperava deste procedimento:

“A Monte Verde (fazenda de Picciani) entendendo que a tecnologia de ponta é importantíssima pra seleção, resolveu pegar uma de nossas doadoras principais, a Bilara VII, e cloná-la. Na época esse processo era quase que experimental, não se tinha certeza do que ia acontecer. Aí você pode perguntar: “Mas o clone é a cópia fiel do material genético? Não tem melhoramento genético no clone?”. Mas a gente queria pegar uma vaca que fosse doadora de embrião e que acasalasse com todos os touros contemporâneos [...] Porque ela já vinha decaindo a sua produção por conta da idade pra acasalar com os futuros touros. Com touros que talvez nem tivessem nascido, touros que nem tivessem disputado as pistas, touros que nem foram campeões. Então hoje a gente tem essa possibilidade, de não só acasalar com os reprodutores atuais. A ideia foi essa, foi uma vaca que entre seus contemporâneos foi um destaque, ideia era que ela pudesse ser acasalada com animais do futuro”. (Felipe Picciani)

A vaca Ópera, o primeiro clone zebuino de elite no Brasil, apesar de ter sido vendida por mais de 1 milhão de reais em um leilão não foi registrada, ou seja, ela era uma réplica perfeita de um espécime de elite, mas não pode ser considerada como tal porque não tinha pedigree. Na época, a ABCZ não tinha instrumental para lidar com um indivíduo que indubitavelmente corporificava padrões de excelência de sua raça, mas cujo parentesco não poderia ser definido em um sistema genealógico de descendência.

Como os critérios que fundamentavam tanto os livros de registro genealógico, quanto os mecanismos de transmissão de atributos e substâncias estavam baseados na influência de

⁵⁸ Um outro caso emblemático foi a clonagem de Bandido, um famoso touro de rodeios. O bovino, falecido em 2009, é unanimidade no esporte, nenhum peão teria conseguido permanecer mais de 8 segundos em seu lombo. O dono do touro, ao replicar sua genética em um laboratório nos Estados Unidos no ano de 2006, produziu três animais. Dois destes clones hoje participam das arenas de rodeio, um dos touros, o Zangão, não só seria muito parecido com Bandido, mas teria herdado seu temperamento arisco e nervoso.

dois genitores, pai e mãe, e conseqüentemente avós e bisavós, a clonagem no Brasil gerou um “vácuo regulatório”.

Interessante pensar que Ópera e Bilara são geneticamente idênticas. E que a ABCZ lida cotidianamente com a ideia de genética, inclusive, fundamenta muitas das suas políticas nela. Mas não é só de genes que se faz o pedigree de um espécime de elite. Os processos de clonagem e o “vácuo regulatório” que produziu ajudaram a destacar, como bem lembra Strathern em *After Nature* (1992), que o parentesco não se esgota nas substâncias biogenéticas.

A trajetória de Ópera se assemelha com a de Dolly. Sarah Franklin (2002) analisa como a ovelha provocou um abalo nas ideias naturalizadas de genealogia e mesmo de sexo, raça ou espécie. Porque geneticamente Bilara VII é, concomitantemente, a “mãe” e a “irmã” de Ópera. Além disso, a união de gametas de indivíduos de diferentes sexos, que outrora foi considerada elementar para a concepção e geração de progênie, é colocada a prova em processos de clonagem. Dolly e Ópera são efeitos de um tipo de reprodução capaz de incluir somente fêmeas: a “doadora” do “oócito”, a fêmea que foi clonada e a barriga de aluguel que a gerou.

Franklin (2002) avalia que por um lado a produção de Dolly significou a vitória do matriarcado: a maternidade teria triunfado sobre a paternidade. Mas segundo a antropóloga a paternidade, aparentemente dispersa nos processos de clonagem, acabou se transformando em atos de criação científica e princípios de propriedade porque a técnica de transferência nuclear continuava subordinada às formas familiares patriarcais. O professor Wilmut, o responsável pelo desenvolvimento da ovelha, passou a ser considerado como o pai de Dolly. No caso brasileiro, Picciani, o proprietário de Bilara VII, se tornou o pai de Ópera.

Criadores de gado de elite brasileiros, prospectando o êxito que a tecnologia reprodutiva poderia trazer, começaram a pressionar a ABCZ e o Ministério da Agricultura para normatizar o processo de clonagem no Brasil. Paralelamente, no ano que é vendido o primeiro clone zebu de elite no Brasil, a senadora Kátia Abreu cria o Projeto de Lei 73/2007, que quer regulamentar e estimular a técnica.

A lei já foi tramitada em comissões de ética da Câmara e no Senado, seu texto final foi publicado em 2013, mas ainda não está em vigor. Na justificção da lei, inclusive, há um trecho que ressalta que a clonagem de bovinos de elevado mérito genético já acontecia,

mesmo sem regulamentação no Brasil. A senadora Kátia Abreu escreveu que “pioneiros”- como Picciani - não só estariam clonando seus animais, como criando empresas especializadas na técnica. E essa era uma das principais razões para a normatização da clonagem no país.

A ABCZ concedeu o primeiro registro genealógico a um clone, da doadora Divisa Mata Velha⁵⁹, no ano de 2011, antes mesmo do texto final de lei 73/2007 ser publicado. A associação regulamentou um protocolo, que já é seguido pelos laboratórios que realizam a técnica. Todos os clones de zebus brasileiros devem ser monitorados pelo Ministério da Agricultura desde o seu nascimento até atingir a idade adulta. Para que seja concedido pedigree é necessário que o animal clonado e a doadora do “oócito” em que ele se desenvolve sejam da mesma raça. Além disso, o clone, a “doadora” e a “receptora” que gera o espécime devem ser submetidas a exames de DNA. Isto garante o registro provisório do clone.

Como nos demais procedimentos de registros genealógicos realizados pela ABCZ, o pedigree de um clone só garantido após os 18 meses de idade, quando a rês se torna adulta e é capaz de atestar sua habilidade como reprodutora. Os clones passaram a ter a mesmíssima genealogia que o indivíduo que deu origem a ele, mas o seu registro é acrescido das siglas TN, que indica que ele foi produzido pela técnica de transferência nuclear.

Além disso, foi estabelecido que a propriedade intelectual⁶⁰ do clone é do criador, do sujeito que quis replicar a genética de certo indivíduo de seu rebanho. Os processos de transferência nuclear podem gerar mais de uma rês. Como a propriedade intelectual do animal é do criador, os laboratórios que os produzem não têm interesse em ficar com os clones.

No laboratório em que realizei trabalho de campo, por exemplo, fica acordado que se o procedimento de transferência nuclear gerar vários indivíduos, o criador terá que pagar

⁵⁹ Vale pensar que depois da regulamentação do registro genealógico dos clones de bovinos, outros animais já foram comercializados em leilões, mas eles nunca alcançaram o preço de suas doadoras. A unicidade - na genealogia, no fenótipo, no padrão racial -, cara ao mercado de gado de elite, parece mesmo estar nas doadoras de células e não nos clones. Os ensinamentos de Walter Benjamin em *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica* (1955) parece dar algumas pistas para pensar a clonagem no mercado de gado de elite. É possível refletir, nos termos do pensador, que a ‘aura’ de um espécime de elite, é dissipada nos processos de clonagem. O aqui e o agora da seleção de um animal, que compõe a sua história, sua autenticidade e exclusividade, seu ‘valor de culto’, está nas doadoras de células e não nos clones.

⁶⁰ Como no caso de Ópera, cuja propriedade intelectual é de Picciani.

por todos eles. Ele paga 50 mil reais por cada clone, mas se por acaso a clonagem gerar mais de três espécimes, ele poderá adquiri-los por 25 mil reais cada um.

Carlos Martins (2011), pesquisador da Embrapa, em um artigo, argumenta que a regulamentação da clonagem de animais no Brasil contribuirá tanto na ciência básica, - nos estudos de desenvolvimento embrionário, de reprogramação molecular e células-tronco -, na conservação animal, - através dos bancos de sêmen, embriões, células-tronco e regeneração de animais em vias de extinção - e na produção animal, - multiplicação de espécimes de elevado mérito genético, como os espécimes de elite.

Martins ainda ressalta ainda que estudos empreendidos pela EFSA (European Food Safety Authority), uma instituição que controla a segurança alimentar na Europa, mostraram que não há diferença na qualidade da carne e do leite produzido pelos clones, que estes produtos são passíveis de serem consumidos por humanos.

Mas é interessante pensar que a mesma EFSA deliberou que clones e os produtos derivados deles não poderiam ser comercializados na Europa. Se aqui no Brasil estes espécimes já estão sendo vendidos em leilões por cifras milionárias, na Europa eles são produzidos exclusivamente para fins experimentais.

Na Nova Zelândia ocorre situação semelhante. O país, que é referência mundial na produção de clones, recentemente, através de clonagem e transgenia e do investimento de mais de 50 milhões de dólares em pesquisa, fez a vaca Daisy, o primeiro bovino do mundo a produzir um tipo de leite cuja composição não contém a proteína que afeta humanos alérgicos a lactose. Apesar de os benefícios que este leite pode supostamente trazer, o comércio de produtos oriundos de clones também é proibido naquele país e os investimentos financeiros neste tipo de pesquisa foram cessados.

Cientistas e criadores de gado de elite têm visto este cenário internacional como uma possibilidade para o Brasil, que já é um dos maiores produtores de bovinos do mundo, tornar-se a principal referência na clonagem destas reses.

“Pra você ter ideia, no início do ano passado eu fui na Nova Zelândia, tem um pesquisador lá que foi o segundo no mundo, o primeiro foi o Wilmut lá na Escócia, até fez doutorado com ele. Ele fez o segundo animal do mundo a ser clonado. Ele trabalha desde 96 com clonagem, a gente entrou em contato e eu passei uns dias com ele lá. Na Nova Zelândia eles tão parando com a

clonagem. Ele trabalha num centro de pesquisa igual a Embrapa, só que na Nova Zelândia é proibido consumir carne ou leite de clone. Então, se ele produzir um clone, não vai conseguir congelar sêmen e vender porque não pode comercializar nada dele. Como ele trabalha pro Estado e a população não quer, ele vai ter mudar a área de trabalho. O que tá acontecendo no Brasil hoje é bem diferente. É uma tecnologia nova que a população em geral não conhece, acha que é uma coisa de outro mundo, associa muito com transgênicos, que hoje ainda não tem nada a ver, você pode até usar a clonagem pra fazer a transgenia, mas você pode fazer transgenia de outras formas completamente diferentes. Clonagem no começo era aquele negócio: “você tá brincando de Deus”. Gente, é uma técnica como qualquer outra técnica de reprodução assistida. Hoje em humano também se usa isso, olha o tanto de bebê de proveta que tá nascendo assim. A clonagem é a mesma ideia, só que você usa células diferentes. (Emivaldo, veterinário)”.

A clonagem, por ora, parece ser a última fronteira alcançada pelo mercado de gado de elite. Por um lado, fica evidente que os procedimentos de clonagem só têm conseguido ocorrer no Brasil porque os proprietários de gado de elite conseguem investir altas cifras nestas tecnologias e promover arranjos políticos com o Estado para permitir a sua regulamentação.

Por outro, é possível pensar que os zebus, e também os zebuzeiros, desde sempre suscitaram controvérsias. O êxito do gado indiano no Brasil é efeito de um experimento como a clonagem ainda é. As primeiras importações de animais da Índia, que deram origem às principais linhagens do país, tentaram driblar a ideia de que a carne produzida por animais que até então eram criados em zoológicos não era dura, fétida ou imprópria ao consumo humano.

Mas a clonagem de bovinos de elite ainda ajuda a pensar a diferença elementar entre estes espécimes e os comuns, encaminhados para os frigoríficos. Ela elucida que o gado de elite é mais que um modelo genealógico, reprodutivo ou estético. Porque o seu devir é o da reprodução das substâncias que o configuram como tal, “o sangue”, os genes ou mais recentemente, o DNA. Seja através das biotecnologias contemporâneas, dos acasalamentos dirigidos, da publicação regular dos pedigrees ou mesmo dos primeiros procedimentos de “raceamento” fundamentados na consanguinidade, os espécimes de elite querem ser conservados pelos seus criadores. O contrário acontece com os bovinos criados para corte, seu caminho é único, certo, o abate é o que o aguarda.

O esforço deste capítulo foi apresentar as similitudes, oposições e relações entre a pecuária de corte e de elite. Ao descrever uma breve história do mercado de elite no mundo e um panorama geral deste mercado no Brasil, as etapas, os critérios, os objetivos e os mecanismos de precificação da pecuária de corte, as relações de parentesco e de “raceamento” entre espécimes de “pista” e os comuns, as estratégias de seleção, manejo e melhoramento do gado de elite e os efeitos produzidos pelas biotecnologias, quis explicitar diferenças, de ordem qualitativa e quantitativa, entre os bois de corte e os de elite.

Este empenho quis responder uma pergunta que fiz muitas vezes aos meus interlocutores e que me foi perguntada por muitos colegas antropólogos: “Qual a relação do mercado de gado de elite com o de corte?”

A resposta que dei muitas vezes foi a de que os espécimes de elite não eram abatidos. Por trás desta afirmação, incompleta, porém não incorreta, havia uma série de contingências e relações que quis elucidar neste capítulo. E que só conseguiram ser explicitadas devido a conversas, entrevistas e observações de campo, leituras de manuais zootécnicos e de gestão em agronegócio e pela inspiração antropológica que estudiosos da área de parentesco, tecnologias reprodutivas e relações humano-animais me trouxeram.

O fato é que mercado de gado de elite ilumina e é iluminado pelo de corte. Apesar dos dois produzirem algo que na aparência é semelhante, bois, há uma série contingências, agentes, substâncias e transformações que os afastam e, concomitantemente, os aproximam: as pistas de julgamento, as etapas de cria, recria e engorda, o uso ou não de biotecnologias, os efeitos da consanguinidade, o manejo, os frigoríficos e tantas outras relações, econômicas, políticas e históricas que serão apresentadas nos capítulos a seguir.

Capítulo 3 – Do valor do gado de elite

“Foi necessário muita conversa para que eu conseguisse um convite para o leilão da fazenda Mata Velha. Liguei, incessantemente, durante dias para a empresa leiloeira que organizava o evento para explicar que estar naquele pregão era essencial para a minha pesquisa de doutorado. A funcionária que organizava a disponibilidade de mesas para o leilão argumentava que a casa estava cheia, que ela não poderia me garantir um espaço, que ali em Uberaba estes eventos ocorriam longe da cidade e que eu poderia acompanhar o leilão pelo Canal Rural, que o transmitiria ao vivo. Primeiramente, achei que a tal funcionária estivesse de má vontade comigo, porque nas minhas observações de campo para o mestrado e graduação em Campo Grande e Londrina nunca tive dificuldade em acessar leilões. Depois de ter conseguido o acesso ao pregão da Mata Velha descobri que os leilões em Uberaba tinham uma outra atmosfera, e que a edição daquele leilão específico era efeito de uma conjuntura bastante particular”. (Diário de campo, 19 de setembro de 2011)

Qualquer leilão de gado de elite recebe convidados que darão lances e outros que participarão destes eventos para comer, beber, encontrar seus amigos e ser vistos por eles. Estes pregões, mais que eventos de compra e venda de bovinos, são pontos de encontro de profissionais do agronegócio. São grandes festas com uma farta quantidade de comida e bebida. Como as reses de elite costumam ser compradas por quantias bastante elevadas, uma pequena parte dos presentes em um leilão, de fato, adquirirá animais.

Não há problema em um criador com reputação constituída no mercado, em um leilão específico, não adquirir reses ou “prenhezes”. Se ele é conhecido, é porque já deu muitos lances e promoveu muitos leilões. Os criadores de gado de elite são os convidados de honra desses eventos. O simples fato deles estarem presentes em um leilão gera prestígio ao fazendeiro que o está promovendo.

Mas a plateia de um leilão não é composta exclusivamente de criadores. Pessoas que têm algum vínculo com o mercado de gado de elite - a imprensa especializada, representantes comerciais, amigos dos funcionários das fazendas, estudantes de zootecnia e veterinária - também frequentam estes eventos. Costumam ser nomeados pelos criadores e pelas “leiloeiras” – as empresas que organizam os leilões – como “comedores de coxinha”.

Estes convidados que frequentam estes eventos para comer, beber e se divertir, e não para comprar animais, são também figuras fundamentais para o sucesso de um pregão. Porque um leilão vazio confere pouco prestígio ao seu promotor. É preciso audiência, lotação máxima, filas e os “comedores de coxinha⁶¹” são essenciais para isso.

Naquele ano de 2011, em que iniciava as minhas primeiras incursões a campo, eu era uma candidata a “comedora de coxinha”. Durante semanas tentava articular um lugar no leilão da Fazenda Mata Velha que ocorreria durante a Expoinel (Exposição Internacional do Nelore). Já tinha ouvido falar que os leilões do criatório eram suntuosos e que comercializavam animais por cifras milionárias, portanto, estar presente naquele evento era muito importante para a minha pesquisa.

A funcionária da “leiloeira” com quem eu negociava o acesso ao leilão argumentava que não poderia me garantir um convite. Dizia que aquele evento era exclusivo, que ocorreria na sede da fazenda, distante mais de dez quilômetros da cidade de Uberaba durante três dias consecutivos - sexta, sábado e domingo - e que estava disputadíssimo. Depois de muito insistir, consegui um convite para o sábado. A funcionária ressaltou que eu até poderia entrar no pregão, mas que os lugares nas mesas eram reservados aos criadores, portanto, muito provavelmente eu permaneceria em pé.

Permanecer em pé era o menor dos meus problemas. Eu precisava arrumar um jeito de chegar até a fazenda. Nem todos os taxis de Uberaba faziam o trajeto do centro da cidade até a Chácara Mata Velha. Além disso, eu não conhecia o endereço da propriedade.

⁶¹ A expressão “comedores de coxinha” é utilizada especialmente por criadores e pelas “leiloeiras”. O termo, além de ajudar a descrever aspectos da festa nos leilões, explicita as hierarquias deste mercado. Um funcionário de uma empresa de rações, jamais se autoneomeia como um “comedor de coxinha”, apesar de poder ser classificado como tal por um pecuarista, porque considera o seu ofício essencial para a pecuária. Assim como criadores se deslocam ao longo do ano por uma série de leilões e feiras de pecuária, outros agentes, como representantes comerciais, imprensa especializada em agronegócio e vendedores de insumos agrícolas, também o fazem. Estes agentes são figuras conhecidas pelos criadores e pela empresa leiloeira, mas há uma diferença explícita no tratamento dado a eles. Apesar de eles realizarem um trabalho que ajuda a alavancar este mercado, já que eles vendem rações, insumos agrícolas ou seguros para animais, são considerados profissionais coadjuvantes. Não é incomum que eles tenham que aguardar por uma mesa em um leilão, ou mesmo que não consigam um lugar e que sejam evitados por alguns criadores em leilões, julgamentos e demais confraternizações.

Tal localização, inclusive, não estava exatamente explícita no catálogo que fazia a propaganda do leilão.

Cheguei em Uberaba no sábado pela manhã. No fim da tarde, depois de passar o dia no parque de exposições observando os julgamentos de gado da Expoinel, voltei ao hotel em que eu me hospedava. Lá encontrei com dois funcionários de uma revista especializada em pecuária – um jornalista e uma vendedora de assinaturas -, perguntei-lhes se iriam ao leilão da Mata Velha à noite e se eu poderia pegar uma carona. Eles disseram que sim.

As conversas entre os funcionários da revista fizeram com que eu começasse a me inteirar sobre a particularidade daquele evento. Durante a manhã, ainda no parque de exposições, já tinha escutado notícias sobre aquele leilão “histórico”. Tratadores de gado e um fotógrafo, que inclusive não tinham conseguido acesso ao leilão, comentavam que o aeroporto de Uberaba estava cheio de jatinhos particulares. Especulavam que políticos como Lula, Serra, Dilma e artistas famosos como Ivete Sangalo, Zezé de Camargo e Ana Maria Braga⁶² provavelmente estariam lá. Entre especulações sobre a presença das celebridades e de outros compradores, também conversavam sobre o ritmo das vendas do primeiro dia do leilão. Comentavam com empolgação sobre um dos lotes. Uma cota de 50% de um único espécime, a vaca Parla, teria sido adquirida por um “condomínio”⁶³ de criadores pela quantia de 2 milhões e setecentos mil reais. Parla, naquele momento, era o bovino mais caro do mundo.

Durante o trajeto até o leilão, o jornalista e a vendedora de assinaturas com quem peguei a carona não falavam somente sobre a venda de Parla. Os dois, por frequentarem leilões de gado de elite com bastante intensidade, já estavam acostumados com arremates de zebus por preços milionários. Conversavam sobre o “furo” jornalístico que a revista em que eles trabalhavam tinha dado. Ela teria sido o primeiro veículo da imprensa especializada em agronegócio a anunciar que o proprietário da fazenda Mata Velha, Jonas Barcelos, estaria deixando o mercado de gado de elite.

Os dois especulavam sobre os motivos da saída de Barcelos, um dos maiores nomes do setor, das “pistas” de julgamento. A vendedora de assinaturas dizia que ele estava

⁶² Todos estes artistas desenvolvem ou já desenvolveram criatórios de gado de pista. E a presença de políticos nestes leilões não é incomum.

⁶³ Condomínio é termo para nomear a sociedade de dois ou mais criadores na aquisição de um animal em um leilão.

cansado, que o mercado de elite requeria empenho político, a participação em muitos leilões, exposições e nas assembleias da ABCZ e que o empresário queria se dedicar aos seus outros negócios. Afirmava ainda que os investimentos no “gado de pista” não estavam dando o retorno esperado por Jonas Barcelos. O jornalista explicava o anúncio da saída do criador por outro viés, dizia que Barcelos mantinha uma fazenda na Índia e que estava esperando a abertura de novas importações para formar um plantel completamente novo.

O consenso era que a saída do criador que promovia os leilões mais suntuosos e que produzia vacas valiosíssimas, campeãs “das pistas” e que eram comercializadas por altas cifras, poderia produzir impactos negativos no mercado. Se Jonas Barcelos, considerado um dos mais bem-sucedidos criadores do setor, estava deixando a pecuária de elite, era porque algo não ia bem no mercado. O jornalista e a vendedora esperavam efeitos perniciosos com sua saída.

Em meio à urgência do leilão, eu precisava lidar com esta preciosa informação. Conhecia pouco da trajetória de Jonas, ainda não entendia muito das regras deste mercado, estava entrando pela primeira vez em uma fazenda de gado de elite. Até então, só tinha frequentado pregões que ocorriam nos “tatersais⁶⁴” de parques de exposição e nunca tinha tido a oportunidade de observar compras e vendas de animais por cifras milionárias. Eu estava a caminho do segundo dia daquela que seria a última edição do leilão de um dos criatórios mais importantes do país, Mata Velha. Grande parte do plantel de “doadoras” de Jonas Barcelos seria “liquidado” e esta era a chance de criadores, novatos e tradicionais, adquirirem um espécime da marca.

⁶⁴ Os recintos onde ocorrem os leilões de animais são comumente cunhados com “tatersais”. Na Inglaterra e nos Estados Unidos estes locais recebem a mesma denominação. Isto se deve, como aponta Cassidy (2005), a um criador de cavalos, Richard Tatersall, que ainda no fim do século XVIII, ao se casar com Catherine Somerville, funda uma dinastia de estoque de sangue e pedigree de cavalos “raçadores”. Seus descendentes fundam a firma Tatersall, a primeira empresa europeia especializada na venda de equinos reprodutores e que estabeleceu que leilões eram a melhor maneira para se comercializar espécimes considerados raros, especiais.

Os parques de exposição brasileiros sempre abrigam “tatersais”. No Parque Fernando Costa em Uberaba, por exemplo, há dois deles. Isto porque, nas feiras de pecuária mais disputadas, alguns leilões podem ocorrer no mesmo período. Leilões de gado de elite, especialmente de origem zebu, ocorrem durante o ano e por todo o Brasil. A maioria deles é parte da programação das feiras de pecuária e podem ocorrer nos tatersais dos parques de exposição, em hotéis e mesmo em fazendas (como é o caso do pregão da Mata Velha).

A alguns quilômetros da entrada da Chácara Mata Velha, ainda na BR-050, estrada que dá acesso ao criatório, avistei holofotes. Eles vinham da sede da fazenda. Não só ajudavam a localizá-la, como anunciavam a suntuosidade do evento. Quando estávamos há poucos metros da propriedade, a rodovia começava a engarrafar. Uma fila de camionetes e utilitários se formava.

Nestes automóveis estavam os convidados do evento. A rodovia engarrafava porque cada uma das pessoas nestes carros tinha que apresentar os convites para o leilão a seguranças particulares na entrada da propriedade. Entramos nessa fila, passamos por uma primeira portaria, mas tivemos que apresentar nossos convites em mais três outras instaladas na estrada que dava acesso ao leilão. O controle rigoroso sobre a entrada dos convidados na propriedade atestava a exclusividade do evento. Mas foi já dentro da fazenda, no caminho até o local onde ocorreria o leilão, o que chamou mais minha atenção. De fato, eu estava entrando em um lugar de elite, ou da elite.

A chegada na Chácara Mata Velha foi mesmo impressionante para mim. O percurso da entrada da fazenda até o local onde ocorreria o leilão, de mais de cinco quilômetros de estrada asfaltada, era margeado por coqueiros e ipês. Era setembro e as árvores estavam floridas. Neste trajeto passamos por casas rústicas, porém imponentes, que mais tarde vim a descobrir que abrigavam os escritórios e a sede da fazenda. Avistamos alguns espécimes nos currais, criteriosamente separados por cercas azuis. Este percurso era todo iluminado por projetores verdes, que ressaltavam as nuances da arquitetura e da vegetação da fazenda.

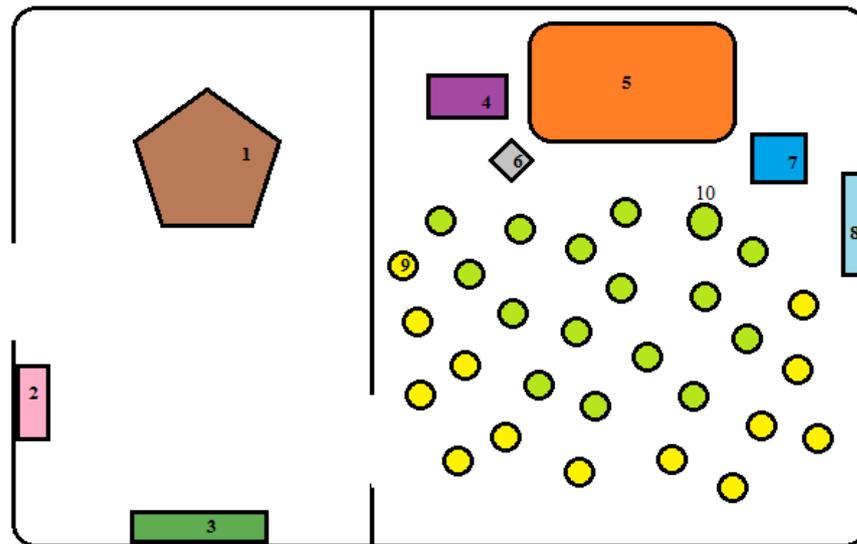
Quando chegamos às proximidades do local onde ocorreria o leilão, fomos recebidos por manobristas que estacionavam os carros. Até então, não conseguia prever como seria o espaço que sediaria o leilão. Imaginava uma estrutura móvel, simples, que abrigaria um salão com as mesas onde os convidados permaneceriam e a “pista”, o palco onde os animais seriam apresentados. Para minha surpresa na Chácara Mata Velha havia um espaço fixo, projetado, exclusivamente, para a realização de leilões.

Na entrada de um amplo galpão feito de alvenaria e coberto por estruturas metálicas onde ocorreria o leilão, o “tatersal” Mário Cruvinel Borges⁶⁵, havia uma recepção. Fomos recebidos pela funcionária da empresa “leiloeira” com quem eu tinha negociado um convite. Muito atarefada, ela tentava alocar os presentes em mesas. Seu problema não era com

⁶⁵ Mario Cruvinel Borges foi quem realizou as primeiras seleções do plantel de Jonas Barcelos.

os criadores, cujos lugares estavam estrategicamente reservados no centro do salão da onde conseguiriam observar os animais na “pista” e dar lances. Sua dificuldade era com convidados como nós, “comedores de coxinhas”, que disputavam cadeiras em mesas nas laterais do salão, distantes da “pista”, dos “leiloeiros” e dos “pisteiros”.

Croqui Tatarsal Fazenda Mata Velha



Legenda:

- 1 - Curral de apresentação dos animais
- 2- Recepção
- 3-Bar/ Mesa de Frios
- 4- Telão
- 5- Pista
- 6- Púlpito do leiloeiro
- 7- Painel eletrônico dos lances
- 8- Cabines telefônicas
- 9- Mesas Amarelas - "Comedores de Coxinhas"
- 10- Mesas Verdes - Criadores

Imagem 20: Croqui tatarsal Mário Cruvinel Borges

Aquele leilão não aconteceu, efetivamente, durante as compras e vendas. Entre a portaria em que fui atendida pela funcionária da leiloeira e o salão onde ocorreria o leilão, havia um espaço aberto onde era oferecido um coquetel. Entre garçons que circulavam com bandejas repletas de bebidas e uma mesa de frios, criadores se cumprimentavam

calorosamente, jornalistas do Canal Rural tentavam entrevistar Barcelos, fotógrafos capturavam imagens dos convidados. Telas de computadores disponibilizavam vídeos que explicavam como funcionavam procedimentos de clonagem. E, em um curral localizado na lateral esquerda deste espaço, os espécimes que estariam à venda a seguir desfilavam para possíveis interessados.

As “doadoras” que seriam leiloadas eram enormes, lindas, imponentes. Tinham o pelo, os chifres e os cascos brilhantes. O curral onde desfilavam atraía os olhares de criadores e da imprensa especializada. No seu entorno, pecuaristas, jornalistas e funcionários da leiloeira que participavam do coquetel comentavam sobre as qualidades genealógicas, genéticas, mas também estéticas daqueles espécimes. Não era apenas eu que me impressionava com a beleza e o tamanho daqueles animais.

O início das compras do leilão da Fazenda Mata Velha foi anunciado com uma canção, *Disparada*⁶⁶, de Geraldo Vandré, interpretada por Jair Rodrigues⁶⁷. Ao som das

⁶⁶ *Disparada*, de Geraldo Vandré:

“Prepare o seu coração, para as coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão,
Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar
Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar
E a morte, o destino, tudo, a morte e o destino, tudo
Estava fora do lugar, eu vivo prá consertar

Na boiada já fui boi, mas um dia eu me montei
Não por um motivo meu, ou de quem comigo houvesse
Que qualquer querer tivesse, porém por necessidade
Do dono de uma boiada cujo vaqueiro morreu

Boiadeiro muito tempo, laço firme e braço forte
Muito gado, muita gente, pela vida segurei
Seguia como numa sonho, e o boiadeiro era um rei
Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
E nos sonhos fui sonhando, as visões se clareando
As visões se clareando, até que um dia acordei

Então não pude seguir, valente em lugar tenente
E dono de gado e gente, porque gado a gente marca
Tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente
Se você não concordar não posso me desculpar
Não canto pra enganar, vou pegar minha viola
Vou deixar você de lado, vou cantar noutra lugar

Na boiada já fui boi, boiadeiro já fui rei
Não por mim nem por ninguém, que junto comigo houvesse
Que quisesse ou que pudesse, por qualquer coisa de seu
Por qualquer coisa de seu, querer ir mais longe que eu

estrofes “**na boiada já fui boi, boiadeiro já fui rei**”, junto com os demais convidados, caminhei do coquetel para o meu lugar no salão.

Enquanto eu me ajeitava em uma mesa no fundo do salão ocupada por jornalistas e representantes comerciais, o hino nacional foi tocado e o “leiloeiro” – o narrador do leilão – localizado em um púlpito à esquerda da “pista”, anunciou as regras de compra e venda daquele pregão.

A mesa em que me sentei estava decorada com velas e flores naturais. Nela havia pratos, guardanapos e talheres, um balde de gelo com refrigerantes, água, vinho e espumante, além de um litro uísque e uma garrafa de cachaça artesanal (produzida na própria fazenda). Já tinha ouvido falar da profusão de comida e de bebida em leilões de gado de elite, especialmente nos de Barcelos. Era esse banquete, segundo criadores e “leiloeiras”, o que atraía “comedores de coxinha” aos leilões.

Naquele dia, por exemplo, foi oferecido além dos frios no coquetel, salmão defumado, queijo brie com melão e amêndoas, pães variados, hambúrgueres de carneiro e massas como entrada, filé-mignon e bacalhau como pratos principais e *harumaki* de doce de leite com sorvete de baunilha como sobremesa. Mas foi um terceiro item do menu de pratos principais o que me causou espanto. Foi oferecido lagosta aos quase mil convidados do leilão. Uberaba está no centro do Brasil, há mais de 500 quilômetros do oceano, além disso é sabido que lagostas são uma iguaria, não exatamente barata⁶⁸.

Mas o mundo foi rodando, nas patas do meu cavalo
E já que um dia montei
Agora sou cavaleiro
Laço firme e braço forte
Num reino que não tem rei”

⁶⁷ Depois de realizar observações de campo em outros leilões, descobri que Disparada anunciava o início de todos os pregões promovidos pela Programa Leilões, a leiloeira mais importante do mercado de elite. No leilão que comemorava os cinquenta anos do criatório de Claudio Totó, um pecuarista de gado de elite e de corte de Mato Grosso do Sul, a música que dá início aos pregões foi cantada pelo próprio Jair Rodrigues, que na ocasião fez um show para celebrar as bodas do criador.

⁶⁸ Durante o meu trabalho de campo conheci uma moça que trabalhava em um dos buffets de Uberaba que prestavam serviços a leilões de gado de elite. Ela me disse que um menu oferecido pela fazenda Mata Velha custa cerca de 300 reais por convidado. Ela ressaltou que esta quantia diz respeito somente à comida, a bebida é paga a parte.

Mas não era somente a qualidade e a quantidade de comida e bebida que me impressionava. A “pista”, um amplo palco onde os animais desfilavam para serem leiloados, era iluminada com holofotes que projetavam a marca da fazenda (o sinal que é marcado a ferro em brasa no corpo dos animais). DJ’s entoavam músicas dançantes. Cada vez que o “leiloeiro” anunciava uma venda, e passava a narrar as qualidades fenotípicas, genealógicas e as premiações ganhas por aqueles espécimes em julgamentos, a imagem da rês, que desfilava na “pista”, era transmitida em telões e os valores dos lances, que mudavam sem cessar, eram exibidos em painéis eletrônicos.

As compras e vendas eram rápidas, mas não menos emocionantes. Eu tentava acompanhá-las, sem muito êxito, através do catálogo com as genealogias dos animais à venda e que estavam disponíveis nas mesas. Naquele primeiro dia de trabalho de campo em um leilão de gado de elite, não sabia identificar com precisão quem eram aquelas pessoas que recebiam os lances - os “pisteiros” -, nem quem eram aqueles especialistas - “os assessores” - que iam à frente da “pista” tecer comentários sobre as reses, tampouco o que telefonistas, alocados no salão, faziam ali.

Era muito nebuloso para mim, como ainda é, perceber como criadores transmitiam suas ofertas aos “pisteiros” e “leiloeiros”. Sabia que criadores estavam localizados nas mesas no centro do salão, tentava observá-los, mas eles eram silenciosos, discretos. Só percebia que um lance ocorria porque os “pisteiros” corriam e gritavam pelo salão ao anunciar as ofertas e porque o “leiloeiro”, ao receber uma proposta de compra, antes de bater o martelo, parafraseava a célebre expressão: **“Quem dá mais?”**

3.1 As coxias dos leilões de gado de elite

Há algo notável no mercado de gado de elite brasileiro que a descrição do pregão da Mata velha elucida bem. Quanto mais suntuoso o leilão é, mais difícil é o acesso. Os criatórios de Uberaba mais prestigiados, que comercializam animais milionários, realizam seus leilões à noite e na sede de suas fazendas. O acesso às propriedades é limitado, tanto porque é preciso ter um lugar em uma das mesas para participar dos leilões, que são sempre reservadas a pecuaristas com boa reputação no mercado, como porque nos convites e

catálogos dos pregões não é anunciado o endereço das fazendas. Dessa forma, somente os iniciados no assunto gado conhecem sua localização, sempre afastada da cidade.

O mercado de gado de elite é repleto de segredos. E as lógicas de funcionamento dos leilões - os mecanismos de compra, venda e também a festa - talvez seja o maior deles. É exatamente por isso que os leilões mais suntuosos geram tantos burburinhos e rumores⁶⁹. No leilão da Mata Velha, por exemplo, somente a imprensa credenciada pode fazer fotografias: na entrada do leilão os convidados são avisados que não é permitido fotografar ou gravar o evento.

Estes leilões enredam uma série de agentes e instâncias econômicas. Estes pregões ajudam a movimentar a indústria alimentícia, através dos buffets que empregam cozinheiros, garçons, metes e empresas fornecedoras de bebidas, geram trabalho aos DJ's que tocam músicas que embalam os lances, a decoradores, a iluminadores e a empresas de publicidade que produzem os catálogos com as genealogias dos animais e fazem a propaganda destes eventos.

Porque um leilão de gado de elite é um espaço de compras e vendas, mas também é uma festa. Um criador que pretende realizar um leilão bem-sucedido necessita da presença de outros criadores de gado de elite, que são quem, de fato, compram os animais, mas também de “comedores de coxinha” que lotarão o evento.

A presença dos “comedores de coxinha”- que supostamente frequentam leilões somente para comer e beber, e não para comprar animais -, é corriqueira. Mesmo um expectador em suas primeiras experiências de participação nesses eventos logo aprende a distingui-los dos criadores. Durante os coquetéis, estes recebem cumprimentos calorosos dos demais pecuaristas e dos promotores do leilão, enquanto aqueles permanecem isolados, como

⁶⁹ Nos corredores dos parques de exposição e nas plateias das pistas de julgamento circulam muitas estórias sobre o luxo e excentricidade dos leilões de gado de elite. Um fotógrafo que há mais de vinte anos atua no setor narrou que certa vez um criador carioca promoveu um leilão no Corcovado, para tanto, um reprodutor, caríssimo, foi levado de bondinho até o cume do morro. O cantor Zezé de Camargo, que tem se tornado um prestigiado criador de Nelore, promoveu um leilão em cruzeiro. Os convidados, além de participarem do pregão, puderam desfrutar de sete dias de passeio de navio pela costa brasileira. Anualmente Felipe Picciani, o proprietário do primeiro espécime zebuino clonado no Brasil, promove um leilão de gado Gir e Nelore de elite no Copacabana Palace, além de reunir criadores, o pregão atrai muitos artistas e celebridades.

que intimidados com o ambiente da festa. Além disso, há uma diferença no vestuário dos convidados. São os “comedores de coxinha” que se vestem com uma indumentária “country”, com chapéus exuberantes, botas ou camisas xadrez. Os criadores e suas mulheres utilizam roupas mais discretas, os homens usam ternos ou camisas, os jovens pecuaristas, inclusive, usam tênis e não botas, e suas companheiras desfilam bolsas, sapatos, óculos e vestidos de marcas famosas como Diesel, Dior, Gucci e Louis Vuitton.

A profusão de comida e bebida é parte constitutiva dos leilões. Os criadores que pretendem vender seus animais por lances altos, devem oferecer um menu⁷⁰ sofisticado aos seus convidados. Um leilão que ocorre no “tatersal” de um parque de exposições e oferta um cardápio mais singelo, provavelmente terá vendas mais “fracas”. O consumo de bebida, inclusive, segundo jornalistas e pecuaristas com quem conversei, estimulariam as compras. Os criadores, mais relaxados e desinibidos devido à ingestão de álcool, ficam mais suscetíveis a dar lances.

Mas mesmo este consumo de bebida nos leilões reitera distinções. São os “comedores de coxinha” e não os criadores que se embriagam nestes contextos. Há uma vigilância moral entre os criadores. Se por um lado os leilões são ponto de encontro e celebração, e portanto, permitem o consumo de grandes quantidades de comida e bebida, por outro são espaços de compra venda, de exibição de uma *performance* de disputa e competição. Porque os criadores ao fazerem seus negócios permanecem atentos não só a qualidade dos animais na pista, como aos lances dos outros pecuaristas.

Além dos “comedores de coxinha”, que fazem a festa, há outros agentes que ajudam a promover as compras e vendas, ou pelo menos a *performance* de realização de negócios, em um leilão: os “canais”, as empresas “leiloeiras”, as “assessorias”, os “pisteiros” e os “leiloeiros”.

⁷⁰ Nos leilões realizados durante o dia é oferecido churrasco aos convidados. E naqueles realizados à noite nos “tatersais” dos parques de exposição, o menu costuma ser mais singelo, são oferecidos salgadinhos, sanduíches ou rodízio de pizza. Em Uberaba há espaços, fora do parque de exposição, desenvolvidos exclusivamente para a realização de leilões. Estes recintos costumam ser locados na ocasião das feiras que acontecem na cidade por criadores que não possuem propriedades ali. Se são pecuaristas de gado de elite que “sabem fazer pista ou leilão”, e que pretendem vender animais por cifras consideráveis, costumam oferecer aos seus convidados um menu semelhante ao que é oferecido pela Fazenda Mata Velha.

Os primeiros são responsáveis pela transmissão dos leilões pela TV ou pela internet. Através do telefone, criadores que não estão presentes fisicamente nos leilões, mas que têm um cadastro prévio nas “leiloeiras”, podem dar lances. Cotidianamente, os “canais” transmitem leilões pela televisão. A rede mais conhecida e que transmite a maioria, senão todos, os leilões de zebu de elite é o Canal Rural.

Já as “leiloeiras” são empresas responsáveis pelos processos de compra e venda de animais, além da distribuição de convites e da organização espacial das mesas nos leilões. No Brasil, há leiloeiras especializadas em gado de corte e outras na venda de equinos. No caso do mercado de gado de elite de origem zebu, a “Programa Leilões” tem praticamente o monopólio do mercado. Ela controla os contratos de compra e venda e o recebimento das notas promissórias pelas quais são pagas as reses, são as empregadoras dos “pisteiros” – os agentes que recebem as ofertas dos criadores-, além de trabalharem como uma espécie de cicerone de criadores novatos. Nas exposições em Uberaba, faz o *transfer* de pecuaristas e empresários de seus hotéis até os locais dos leilões e confraternizações nas fazendas. Por estes serviços recebe uma porcentagem de 20 % sobre o total das vendas do leilão.

As “leiloeiras” também agenciam o trabalho dos “leiloeiros”, os narradores do leilão. Eles não têm contrato fixo com estas empresas, ao contrário dos “pisteiros”, mas são figuras fundamentais para os pregões, porque seu ofício é narrar as qualidades fenotípicas das reses e estimular os criadores a darem lances mais altos. Como as empresas leiloeiras, os “leiloeiros” também recebem uma porcentagem pela venda dos animais no leilão, mas o custo deste serviço é variável. São os promotores do leilão, criadores, quem escolhe os “leiloeiros” e negocia com eles o cachê. Mais que entender do mercado de gado, das oscilações de preço, das genealogias bovinas ou conhecer os criadores em evidência no momento, os “leiloeiros” devem saber se comunicar com plateia, transmitir as qualidades de cada lote.

Outros agentes que nos últimos dez anos têm realizado serviços em leilões de elite são as “assessorias”, empresas cujos donos são criadores ou ex-peões conhecidos pelos seus “bons olhos” para a classificação do gado ou por zootecnistas e veterinários, que organizam os leilões. Eles realizam desde a escolha dos animais nas fazendas para serem leiloados até a organização da ordem de entrada destes no leilão. Os “assessores”, assim como os leiloeiros, ajudam a promover o “ritmo do leilão”.

Como estes pregões costumam durar mais de duas horas, é preciso distribuir os lotes de maneira sistemática, deve se pensar em que momento as reses mais requisitadas,

vacas e touros campeões de rankings que serão adquiridas por altas cifras, podem estar disponíveis para as compras. É preciso estimular a plateia e evitar que o pregão se esvazie.

Além disso, durante os leilões, os “assessores” também tecem comentários sobre os animais. Quando os “leiloeiros”, “pisteiros” ou criadores entendem que uma rês pode ser vendida por um preço abaixo do esperado, eles chamam o assessor para tecer comentários acerca das qualidades reprodutivas e genealógicas do animal, para estimular lances mais altos.

Os criadores sabem de antemão quais animais serão leiloados. Os promotores do leilão, um único criador ou um conjunto deles, costumam encaminhar pelo correio ou por e-mail catálogos que trazem as genealogias e informações sobre as qualidades genéticas daqueles animais - “capacidade ovacitária” no caso das fêmeas, quantidade de sêmen produzida no caso dos machos, índices de programas de melhoramento ou provas zootécnicas, premiações ganhas em julgamentos. Ainda trazem dados sobre o modo de nascimento do animal – se por monta natural ou tecnologias reprodutivas -, o nome de seu proprietário, a data de seu nascimento e o número do registro na ABCZ.

Há dois tipos de catálogos⁷¹, um mais suntuoso, grande, com capa dura e fotografias coloridas, no formato de um álbum, que tem um caráter mais publicitário (e é este que é encaminhado ao endereço dos pecuaristas) e outro mais singelo, disponível nas mesas dos leilões. É através deste que se acompanha um leilão. Enquanto o leiloeiro narra as qualidades do animal, o público interessado lê informações adicionais sobre ele nos catálogos e, quando vendido, marcam seu preço. Além disso, esses documentos apresentam as regras de compra e venda dos leilões: o número de parcelas, a forma de pagamento, além de descrições sobre as obrigações e direitos dos compradores, vendedores e da empresa leiloeira.

⁷¹ Criadores costumam colecionar estes catálogos. Arnaldinho, um prestigiado criador e assessor, guarda em seu escritório todos os catálogos dos leilões de que participou. Os catálogos, mais que publicidade, são documentos por onde se pode ter acesso às genealogias dos animais e os preços pelos quais eles foram comercializados nos leilões.

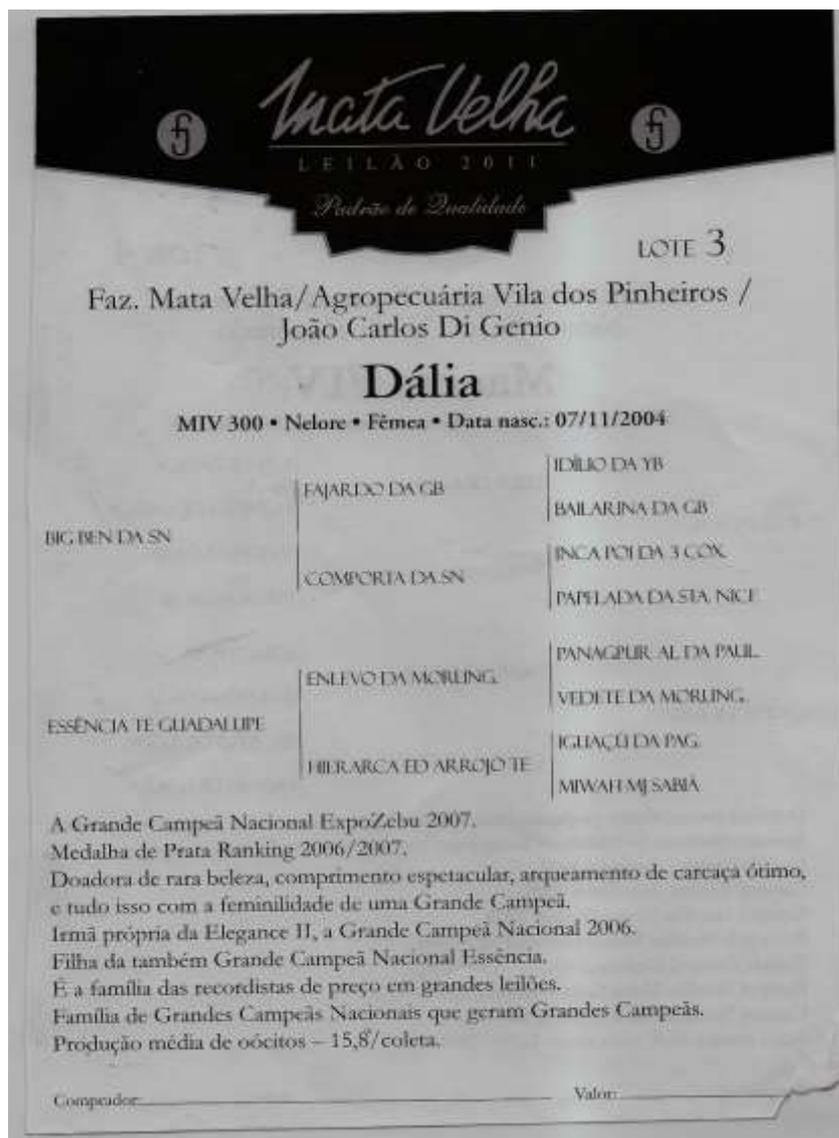


Imagem 21: Catálogo do leilão da Chácara Mata Velha 2011 – Genealogia de Dália

Uma das possibilidades que tenta assegurar os lucros de quem coloca um animal à venda em um leilão, que também está expressa nos catálogos, é realizar um lance de “defesa”. De antemão, o proprietário do animal combina com um “pisteiro” e com outro criador de sua confiança qual o preço mínimo que pretende vender sua rês. Se porventura não receber a oferta mínima esperada, faz uma “defesa”, o criador de confiança e o “pisteiro” encenam que a rês foi vendida. Quando acontece uma “defesa”, o criador que está comercializando a rês paga o valor de 20% pela suposta venda à leiloeira. Interessante notar que o mecanismo de “defesa” é legítimo, mas no jogo de cena do leilão um criador não pode demonstrar publicamente que um espécime seu suscitou pouco interesse dos compradores ou foi vendido por um preço abaixo do esperado.

Somente pecuaristas com olhar treinado sobre a qualidade das reses e conhecedores das oscilações de preço do mercado percebem quando uma “defesa” ocorre durante um leilão. Porque mesmo os lances que se concretizam, transmitidos por pecuaristas aos “pisteiros”, sempre são realizados discretamente. Raramente compradores se levantam ou se movimentam abruptamente para fazer uma oferta e cada um deles costuma desenvolver um código específico para dar um lance. Pode ser uma mexida no chapéu, uma piscadela, um sinal com as mãos ou com o pé. O valor da oferta é balbuciado pelos compradores interessados, percebido através da leitura labial que os “pisteiros” devem ser aptos a fazer.

Leiloeiros sempre permanecem estrategicamente localizados em um púlpito à esquerda da pista. Dali narram o leilão e batem o martelo quando as compras são concretizadas. Deste púlpito, conseguem avistar a plateia e os “pisteiros” que transmitem a eles os lances. Se os compradores devem ser discretos ao darem suas ofertas, os “pisteiros” são barulhentos e efusivos, eles gritam, pulam, se movimentam pelo recinto do leilão quando recebem uma boa proposta.

As vendas de um leilão de gado de elite são ligeiras. Um painel eletrônico apresenta à plateia cada novo lance, cuja oferta é o valor de uma das parcelas a serem pagas pelo lote. Se por exemplo, um touro foi vendido pelo preço de quinhentos mil reais e naquele leilão os lotes seriam pagos em vinte parcelas, o lance que fecharia a compra do reprodutor seria o de 25 mil reais. (Onde: $25.000 \times 20 = 500.000$).

A organização de um leilão começa pelo menos quatro meses antes de sua realização. É preciso escolher os animais ou “prenhezes” a serem leiloados, reservar uma data no “canal” e na “leiloeira”, de preferência durante a realização de uma feira de pecuária, contratar buffets, DJ’s, iluminadores e o serviço das “assessorias” e dos “leiloeiros”, confeccionar e publicar os catálogos com as genealogias dos animais, além de fazer a publicidade do evento.

Grande parte dos criatórios de gado de elite é um empreendimento familiar, que envolve o trabalho de pais e filhos. Na maioria dos casos, são as mulheres, esposas ou filhas, as responsáveis pela organização da festa em um leilão. Como as demais atividades realizadas por um criatório de gado de elite - seleção dos animais, realização de acasalamentos, manejo, uso de biotecnologias, participação em pistas de julgamento -, a promoção de um leilão é fundamental não só para a geração de divisas e lucros, mas para a produção de reputações

bovinas e humanas no mercado. Porque “fazer leilão” é tão ou mais importante do que “fazer gado” na pecuária de gado de elite.

3.1.1 A venda de Absoluta e o “bom relacionamento”

No segundo dia do leilão da Mata Velha, todos comentavam sobre a venda de 50% da vaca Parla por mais de dois milhões e setecentos mil reais, imaginava-se que nenhum outro animal alcançaria aquele mesmo feito financeiro, mas a venda do primeiro lote do leilão, a vaca Dália, da raça Nelore, já anunciou que o pregão seria quente. A doadora foi vendida pela quantia de um milhão e meio de reais.

Foi a venda de uma irmã de Parla, também filha do Bitelo SS, a vaca Absoluta, a grande protagonista da noite. Quando a rês adentrou na pista do leilão, uma chuva de papéis prateados picados foi lançada, holofotes se acenderam, o DJ entoou uma música altíssima, um dos “pisteiros” gritou “Páaaaaa tudo!” e o leiloeiro anunciou: **“Absoluta é a irmã de Parla! Ela é um diamante!”**.

O lance mínimo a ser dado por Absoluta era o de 5000 reais. Como os demais lotes do leilão, a doadora seria paga em 24 parcelas, e, portanto, seu preço inicial corresponderia a 120 mil reais. Os primeiros lances dados pela vaca eram cobertos de cinco em cinco mil reais, o primeiro foi de dez mil, o segundo de quinze, o terceiro de vinte, o quarto de vinte e cinco mil e assim sucessivamente. Quando a oferta de cinquenta mil reais foi alcançada, os lances dados pelos criadores começaram a ficar mais comedidos, eram cobertos por quantias menores, de quinhentos a mil reais, e o resultado daquela venda tornava-se cada vez menos previsível.

Enquanto os números que anunciavam os lances no painel mudavam sem cessar, os “pisteiros” gritavam, gesticulavam, corriam pelo salão, os convidados, embasbacados com as ofertas, conversavam entre si, jornalistas sacavam seus celulares para calcular o preço total da “doadora” e os próprios garçons, atarefados com as bandejas, paravam para olhar a pista. “Assessores” vinham ao centro do leilão e teciam considerações sobre Absoluta: **“Ela ganhou o prêmio de grande campeã em Goiânia e de reservada grande campeã em Uberaba, Absoluta é uma vaca diferenciada”**. **“É uma oportunidade única, um investimento certo, em dois ou três anos se recupera todo o investimento com a venda de**

“prenhezes”, ela está com média de produção de 128 “oócitos” por coleta”. “Genética não mente”. “É o xodó de Jonas”. “Bitelo da SS tem mesmo produzido filhas especiais”.

O leilão se agitava e o leiloeiro dizia: “Ela faz plantel!”. “É uma obra de arte!”. “Absoluta é a consagração de uma família”. “Que carcaça! Ela é doadora, ela é linda!”. Foi quando um dos “pisteiros”, aos berros, anunciou que tinha recebido um lance de 90 mil reais. A plateia aplaudiu, o DJ entouou uma nova música e quando todos os convidados esperavam que o leiloeiro batesse o martelo, ele argumentou: “Absoluta vale cem! Vendo só por cem!”.



Imagem 22: Retrato do painel com o lance final pago por Absoluta (Fonte: Leiloblog)

E de fato, o leiloeiro só bateu o martelo quando recebeu a oferta de 100, mais especificamente, de 24 parcelas de 101 mil reais. O investimento em uma cota de 50 % da vaca Absoluta custou dois milhões e quatrocentos mil reais aos seus novos donos.

Feita a compra, os “pisteiros” vieram à frente da pista anunciar quais criadores disputaram o lance. Como é usual nos leilões de gado de elite, os compradores devem saber com quem estavam disputando. Além disso, aos promotores do leilão convém conhecer quem

são os criadores interessados em seu plantel. A cota de 50% de Absoluta foi adquirida por um “condomínio” formado por dois criadores que, a partir daquela data, passariam a receber os lucros obtidos na venda de embriões da doadora.

Os resultados daqueles três dias de leilão foram “históricos”, Barcelos e seus sócios teriam arrecadado cerca de 23 milhões de reais com a venda do rebanho. A média de preço por lote foi de 600 mil reais, algo que não se vê cotidianamente na pecuária, mesmo na de gado de elite. Nos dias que sucederam ao leilão, durante as atividades da Expoinel, jornalistas, fotógrafos, veterinários, zootecnistas e criadores comentavam sobre o leilão e eu tentava desvendar o porquê da compra de Absoluta por aquela quantia. Conversando com o leiloeiro que fez a venda da doadora, ele afirmou:

“Eu tinha feito uma avaliação daquela vaca, das condições dela, das condições do mercado que era pra valer mais ou menos 2 milhões de reais...Você teria ali mais ou menos 80 mil de parcela. Então eu acreditava que até ali eu poderia usar todos os meus argumentos: segurar, aguardar, que certamente apareceriam interessados. E ela passou do esperado, da minha meta, ela chegou a 101.000 e acho que é justo o preço dela pro mercado atual”. (Genovese, leiloeiro)

Um outro pecuarista, que pediu para não ser identificado, analisava aquele leilão e o anúncio da saída de Barcelos do gado de elite por um outro ponto de vista. Dizia que nos últimos dez anos empresários de outros ramos tinham penetrado no mercado de gado de elite, e este era um dos motivos pelos quais os preços dos animais tinham subido tanto. Com a entrada desses “investidores” as reses passaram a ser comercializadas em cotas, de cinquenta a vinte e cinco por cento, isto teria não só inflacionado os preços, como dificultado o trabalho daqueles sócios que ficavam responsáveis por tratar as reses em suas fazendas.

“Mas aí você pergunta, por que o Jonas liquidou o plantel de elite? Porque metade ou um terço dos animais não era dele. Tanto que na venda, oitenta por cento dos animais tinham sócio, que eram os “investidores”, que não viram os resultados imediatos que o Paulo Horto (dono da Programa Leilões) prometeu, porque o Jonas nunca prometeu resultados imediatos. O Paulo Horto falava, esse cara aqui vai comprar a vaca mais valorizada do seu leilão porque eu já garanti pra ele o lucro. E assim foi feito, mas quando o Jonas viu, mais de oitenta por cento dos animais que tavam lá com ele não eram dele.”

O dono de uma revista especializada em gado Nelore, explicava aquele feito histórico por outro viés. Dizia que qualquer criador de gado de elite gostaria de ter em seu plantel a marca Mata Velha, não só pela qualidade dos animais, que era indubitavelmente inquestionável, mas para de algum modo estabelecer uma aliança com Jonas Barcelos, o criador mais respeitado e conhecido do mercado.

Além disso, segundo este jornalista, Barcelos “sabia fazer leilão”, recebe muito bem seus convidados e naquele ano específico, de liquidação de seu plantel, organizou o seu pregão de maneira que pudesse agradar os diversos estratos da pecuária de reprodutores. No primeiro dia, na sexta, quando vendeu Parla, ofertou os animais de quem era sócio, no segundo dia, no sábado, quando Absoluta foi comercializada, colocou à venda somente as reses de que era proprietário exclusivo. Nestes dois dias, vendeu animais por preços milionários, agradando os criadores que estão no “topo da pirâmide”. Já no último dia, no domingo, comercializou animais por cifras mais razoáveis, entre vinte e cem mil reais, permitindo que criadores medianos ou novatos pudessem adquirir espécimes da marca.

Há um consenso neste mercado de que os bons resultados de leilões de elite seriam efeito, além da qualidade das reses, do “bom relacionamento”. Da habilidade de alguns pecuaristas em fazer política, em serem cordiais com os demais criadores, participar e comprar em muitos leilões e de trazer ao mercado de gado de elite novos investidores. Há inclusive, criadores que não são exatamente brilhantes nas pistas de julgamentos, que não ocupam os primeiros lugares do ranking das melhores reses, mas que vendem seus animais por altas cifras nos leilões.

Jonas sabia “fazer pista” e “fazer leilão”, e era por isso, dentre outras coisas, que seus pregões eram tão disputados.

A saída do criador “das pistas” não gerou efeitos perniciosos como a imprensa, fazendeiros e técnicos imaginavam. Outros leilões de gado de elite continuaram acontecendo, inclusive vendendo animais por cifras milionárias. Porque Barcelos não deixou o mercado de gado de elite efetivamente. Permaneceu no cargo que ocupava, de vice-presidente da ABCZ, intensificou as atividades de sua empresa de clonagem de bois, a Geneal, e permitiu que amigos seus continuassem a realizar leilões na sede da Chácara Mata Velha.

3.2 Por uma sociologia e história dos leilões

Baudrillard (1983) e Smith (2002), ao proporem uma sociologia econômica dos leilões, enfatizam o caráter ritual e performático destes contextos. Segundo os autores, há *performance* teatral de rivalidade empreendida pelos leiloeiros e compradores na formação dos preços das mercadorias. Este jogo de cena seria capaz de omitir que os leilões, ao contrário do que se possa imaginar, são locais de consenso, onde pares estabelecem, através deste ritual de compras e vendas, um julgamento coletivo sobre as qualidades, e consequentemente preços, das mercadorias leiloadas.

Ao desenvolver um trabalho de inspiração durkheimiana sobre vários tipos de leilões - de carros, animais, de imóveis, de empresas estatais -, Smith (2002) aponta que os lances ofertados pelas mercadorias leiloadas não são efeitos de decisões racionais individuais como sugerem os economistas neoclássicos. São produto de uma conquista social, coletiva. Os participantes de um leilão, segundo o autor, não precisam justificar o preço das mercadorias. A decisão sobre aquela troca no lance já é suficiente porque a audiência de frequentadores de um leilão funciona como uma espécie de júri: forma um grupo que compartilha saberes e linhas argumentativas comuns sobre o valor dos bens ofertados.

Ao contrário do que sugerem Smith (2002) e Baudrillard (1983), o antropólogo Geismar (2001), em seu trabalho sobre pregões de arte tribal nos Estados Unidos, destaca o potencial de subversão dos leilões. Segundo o autor, as compras e vendas em leilões são recheadas de surpresas e inseguranças. Através de estratégias de manipulação de compradores, vendedores e do próprio leiloeiro, os preços são continuamente recriados, refletindo processos emocionais, mas também econômicos de cada evento particular. O preço das mercadorias leiloadas seria efeito de um conjunto de negociações de valor, estabelecidas fora do espaço dos leilões, fundamentadas, especialmente, pela existência de hierarquias e poder econômico dos compradores e vendedores.

Em *A Vida Social das Coisas* (2008), Appadurai sofisticada esta discussão. Iluminado pelo sistema de troca mais documentado pela antropologia, o Kula, entende os leilões como 'torneios de valor'. Ao que defender que os objetos têm suas próprias histórias e trajetórias que devem ser seguidas pelos analistas, e que é a troca, e não a produção como sugeriu Marx, o que estabelece o valor das mercadorias, Appadurai entende que os leilões,

através de seus aspectos lúdicos e agonísticos, seriam os espaços por excelência do exercício de um tipo troca que permite o intercâmbio de biografias entre coisas e pessoas, e cujo mecanismo de negociação de preços, está muito além das leis da oferta e demanda.

Iluminado por outro conceito que desenvolve na obra, ‘regimes de valor’, Appadurai (2008) sugere que o grau de coerência valorativa de uma mercadoria, que entre outras coisas estabelece seu preço, é altamente variável, pois depende da situação e dos níveis de compartilhamento de padrões e saberes pelas partes envolvidas. O valor de um objeto seria efeito de uma disputa política, no seu sentido mais amplo, pelo controle e consumo de bens específicos, em contextos culturais também específicos. E os leilões, cuja regra é a “de quem dá mais”, seriam capaz de ritualizar estas disputas.

Se as mercadorias são formas sociais muito complexas, como sugere Appadurai, é necessário conhecimento sobre elas para mensurar o seu valor. Estes conhecimentos, segundo o autor, seriam de três tipos: o estético, técnico e social que integra sua produção, um outro que é a ação de consumir de maneira apropriada esta mercadoria e o último, é o conhecimento do mercado, do destino e da demanda por aquele bem.

No caso de leilões, que Appadurai considera serem arenas de compra e venda especiais, isoladas da vida prática, trocam-se ‘expertises’. Os objetos em disputa, que costumam ser autênticos, com ‘assinatura’ - como bois de elite ou obras de arte -, são mais do que bens, são ‘emblemas de valor’, porque ao serem comercializados produzem status, poder e riqueza.

Mas além do aspecto sociológico de produção de valor – de homens e de bens - em leilões, vale refletir sobre a história desta prática de compra e venda. Alguns pesquisadores dedicaram-se ao assunto.

Ao produzirem uma genealogia dos leilões no Ocidente, Cassady (1967), Smith (2001) e Geismar (2001), apontam que o primeiro registro de um leilão data de 500 A. C, na Babilônia mulheres eram leiloadas. Durante o Império Romano, soldados também realizavam leilões de mercadorias saqueadas durante as guerras. Mas segundo estes autores, teria sido no século XVI, na França, que a prática foi institucionalizada. O governo francês cria a figura do oficial de justiça, uma espécie de leiloeiro especializado na resolução de disputas de propriedade. Através da promoção de pregões, cuja lógica era também a de quem pagava mais

por aqueles bens disputados, os franceses estabeleceram que os leilões eram mecanismos funcionais para estabelecer a última palavra sobre o direito a uma propriedade.

Para Cassady (1967), Smith (2001) e Geismar (2001), apesar de a França ter institucionalizado esta prática e ser o berço de muitos artistas, foi a Grã-Bretanha quem desenvolveu o mercado livre da arte mundial. Em 1666 inaugura a primeira casa de leilão de arte do mundo e, a partir de então, outras casas especializadas neste tipo de troca passam a proliferar e outras mercadorias como livros raros, joias e porcelanas passam também a ser leiloadas.

A prática de comercializar cavalos “raçadores” e outros animais através de leilões na Inglaterra, que chega ao Brasil séculos mais tarde, surge na esteira deste movimento. Empresas leiloeiras promoviam pregões de equinos já durante o século XVIII no Hyde Park em Londres. Inclusive, o primeiro bovino de elite do mundo, Comet, foi comercializado no ano de 1810 em um leilão. Segundo Rebecca Cassidy (2005), as firmas que obtinham sucesso neste mercado eram conhecidas não só pela qualidade das reses que disponibilizavam. Mais que vendedoras de cavalos, havia uma intenção aristocrática associada às práticas que desenvolviam.

Vale lembrar, que o mecanismo de formação de preços em uma arena pública, cuja lógica é de “quem dá mais” por certa mercadoria desenvolvido pela Inglaterra – que não coincidentemente é nomeado por especialistas como ‘Leilão Inglês’ e que é, contemporaneamente, utilizado no mercado de gado de elite brasileiro -, não é a única forma de leiloar um bem. Estudiosos do assunto, especialmente economistas e sociólogos, destacam que no modelo alemão ou holandês de leilão, que fora primeiramente utilizado no comércio de flores, mas que também o é no mercado de artes, o leiloeiro dá início ao leilão estabelecendo um preço altíssimo pela mercadoria, que ao longo do pregão, é progressivamente reduzido através dos lances. Há ainda leilões, quase sempre realizados para a aquisição de títulos públicos, em que os lances são dados em envelopes fechados. Nestes casos, como as ofertas não são divulgadas imediatamente, há uma variação grande nos lances, e conseqüentemente, na determinação dos preços.

O fato é que todos estes tipos de leilões têm inspirado estudos que anseiam entender como ocorrem os mecanismos de precificação de mercadorias nestes contextos. Economistas como Vicrey (1961) e Thomsen (1951), que desenvolveram os estudos pioneiros sobre o assunto, tendem a considerar os leilões como um mecanismo de precificação ‘justo’,

porque diferentemente de outras formas de troca que tentam encontrar o equilíbrio entre oferta e demanda, compradores interessados, ao participarem dos leilões, oferecem um preço, que pode ou não ser aceito pelos vendedores. Nesses cenários, oferta e demanda interagem diretamente.

Em seu trabalho sobre o mercado de arte contemporâneo, Olav Velthuis (2009) tenta desconstruir esta premissa. Sugere que os leilões nem sempre foram, e em parte seguem sem ser, mecanismos eficientes para o comércio de obras de arte. Aponta que os leilões de arte da Paris da segunda metade do século dezenove, mais que promover vendas, eram uma maneira de apresentar novos artistas à sociedade.

Pintores como Theodore Rousseau e Virgile Diaz de Lã Penã organizaram uma série de leilões entre os anos de 1861 e 1863. Eles conseguiram divulgar seus trabalhos especialmente através da confecção de catálogos, ilustrados pelos próprios pintores e cujas obras eram avaliadas por críticos de arte. Alguns dos leilões venderam bem, atraindo novos colecionadores, mas a audiência majoritária dos leilões era composta pelos amigos dos artistas.

Velthuis (2009) aponta ainda que a geração de pintores impressionistas, como Renoir e Monet, também realizou leilões na década de 70 do século dezenove. Mas diferentemente de seus antecessores, os leilões foram um fracasso. Somente amigos e familiares adquiriram as obras e a audiência dos pregões era praticamente nula. O insucesso dos impressionistas, todavia, não evitou que outros pintores realizassem leilões de suas obras. Velthuis descreve que Gauguin, na década seguinte, promove uma série de leilões que, apesar das poucas vendas, foram considerados exitosos. O pintor avaliou que os pregões que realizou eram um sucesso moral.

O autor sugere que estes pintores do século dezenove não tinham certeza sobre o valor econômico de suas obras e, portanto, os leilões se tornaram uma maneira eficaz de mensurar isso. Por outro lado, Velthuis destaca que estes leilões tinham um caráter ‘altruísta’, porque a maioria das obras era adquirida por pessoas próximas aos pintores, amigos ou familiares, com a intenção de expressar respeito e afeto às suas obras.

Lembra ainda que muitos leilões, de arte ou de outras mercadorias, eram e ainda são realizados para fins de caridade em que parte da venda é destinada a instituições de trabalho social. Mais próximos de uma ‘economia do dom’ do que do mercado, são espaços

em que compradores trocam status e reputações, expressos em sua qualidade moral e generosidade.

Vale lembrar que em várias localidades do interior do Brasil, em quermesses e festas de padroeiros, mercadorias menos valiosas, como galinhas ou porcos, bolos ou queijos, são leiloadas. Ou que escravos negros eram comercializados através de leilões durante a Colônia. Nem sempre artefatos raros, ‘com assinatura’, como sugere Appadurai, foram os objetos das compras e vendas em leilões. A generosidade dos compradores nos lances, tal como Velthuis (2009) aponta, é tão importante nos leilões quanto a qualidade das mercadorias comercializadas.

Os leilões de arte continuam a ocorrer com frequência nos Estados Unidos e na Europa, mas segundo Velthuis (2009), nem todos os artistas contemporâneos os veem com bons olhos. Apesar de o mercado de arte gerar muitas divisas através da venda das obras em leilões, muitos artistas preferem comercializar seus trabalhos através de galerias. O argumento é que muitos dos frequentadores de leilões, na busca de prestígio, e sem conhecimento profundo sobre arte, costumam pagar preços muito altos ou muito baixos pelas obras, impedindo que os artistas consigam mensurar, de fato, o valor de seu trabalho.

Interessante pensar o porquê dos leilões serem utilizados no Brasil como o espaço, por excelência, de compra e venda de bovinos de elite. Não são tão óbvias as explicações para a realização destes eventos. É fato que desde o século XVIII animais “raçadores” são comercializados em leilões europeus, mas as maneiras de se realizar as compras e vendas de bovinos de elite aqui têm algumas especificidades que devem ser consideradas, tanto para pensar a forma preço, quanto o evento leilão. E por isso trouxe a análise de autores que pensaram leilões de outros bens em outros contextos etnográficos.

A descrição de Velthuis (2009) sobre os leilões de arte, por exemplo, pode dar algumas pistas para explicar os leilões de elite brasileiros. É incapaz de solucionar todas as controvérsias, já que bois reprodutores não são exatamente como as obras de arte dos pintores europeus. Mas o evento leilão, através da atração de novos investidores, da *performance* e do saber dos compradores, vendedores e dos próprios artistas (sejam eles pintores ou criadores) que ajudam a constituir o valor deste bens, assemelha-se no mercado da arte e no mercado de gado de elite.

É fato que um espécime de elite de Barcelos tem ‘assinatura’ como um quadro de Monet. Inclusive, leiloeiros, com vistas a aquecer as vendas dos pregões, referem-se a estes bois como “obras de arte”. Mas um bovino de elite, além de ser um modelo estético, tem algo na construção do seu valor perpassa por critérios produtivos (quantidade de sêmen ou de “oócitos viáveis”, qualidade de seus descendentes e “valor genético”). E aí esta a dificuldade de justificar a forma preço destas mercadorias.

A pergunta que se faz é se os leilões de gado de elite, por suas especificidades nas compras, vendas, lances e mesmo pela festa, solucionam os impasses entre oferta e demanda na formação de preços, como querem os economistas neoclássicos, ou se são as arenas, por excelência, de produção de outros tipos de valores que, inclusive, excedem e, concomitantemente, produzem as qualidades dos bovinos leiloados.

3.3 Os leilões de gado brasileiros

Leilões de gado são realizados no Brasil desde a década de cinquenta⁷² do século XX. Criadores gaúchos, inspirados pelos vizinhos uruguaios e argentinos, que há mais tempo já adotavam o modelo inglês para a comercialização de equinos e bovinos, comercializavam através de leilões rebanhos comuns, sem raça definida, em pequenas cidades, fazendas e feiras agropecuárias.

O primeiro leilão voltado ao comércio de gado zebu ocorre décadas mais tarde. Randolpho Machado Borges, um criador uberabense e político da UDN, a partir do fim da

⁷² Os leilões de gado nos Estados Unidos também começaram a ser realizados no mesmo período. Especialmente a partir da década de 50 do século XX, com a desregulamentação das normais cambiais após a segunda guerra, houve um interesse dos norte-americanos em investir na arte europeia, e os leilões destas obras começaram a proliferar nos Estados Unidos (Smith: 2002). Foi nesta mesma década, conforma aponta o mestrado sobre a venda de gado no Brasil de Machado Filho (1994), que os leilões de animais, especialmente de bovinos, tornaram-se uma prática corriqueira naquele país. O autor aponta que no período, mais de 50% pecuaristas dos estados do Texas, Kansas, Oklahoma, Missouri e Nebraska já utilizavam leilões com um meio de comercializar seus animais a frigoríficos.

década de sessenta, passou a promover, junto com outros “zebuzeiros”, pregões regulares, que aconteciam aos domingos em fazendas e praças da cidade.

Criadores mais antigos, que acompanharam o surgimento dos leilões de gado zebu no Brasil destacam que esta prática facilitou o comércio da pecuária. Se antes bois eram transportados para serem comercializados, com os leilões, os criadores que passaram a viajar para realizar compras. Desta forma, estes eventos permitiram o encontro de pecuaristas de várias partes do país. Claudio Totó, lembra de quando tiveram início os leilões de gado:

“Isso começou na década de setenta, porque havia muita dificuldade em vender na fazenda. Porque nem sempre você conseguia um comprador pra aquilo que você queria vender. Se você tem uma mercadoria à venda e não tá conseguindo comprador, se você promove um leilão, você chama uma quantidade muito maior de pessoas que podem interessar, porque o que mais tem em leilão é “comedor de coxinha”, né? Mas eles fazem parte, eles são a plateia. E os leilões começaram no Rio Grande do Sul, e o Rio Grande do Sul é um estado de tradição europeia e na Europa já existia o leilão. Só que o leilão lá não tinha uísque, não tinha cerveja, não tinha nada. Tinha umas barraquinhas. Você quer comer, você compra e come. Não era um evento festivo e na Europa é assim até hoje. Depois por comodidade e porque “na cachaça” o sujeito paga mais do que vale, fica com coragem, empolga, aí virou o que virou. E isso tem um custo, né? 95% dos presentes num leilão não são compradores, mas eles fazem parte daquela cena toda. (Claudio Totó)

É importante lembrar, como bem frisa Totó, que os primeiros leilões de gado tinham um outro caráter. Realizados na sede das fazendas, em praças públicas ou em “tatersais” de parques de exposição, eram muito menos luxuosos que os realizados atualmente pelos criadores de gado de elite. Mesmo porque, como aponta Machado Filho (1994) em seu estudo sobre a venda de bovinos brasileiros, os primeiros pregões de gado no Brasil comercializavam o “refugo”: animais com baixa qualidade, indesejados pelos vendedores. A Programa Leilões teria sido a grande responsável, segundo o autor, pela mudança deste cenário, porque quando surgiu, ainda na década de setenta, profissionalizou o mercado de leilões de animais. Na época, comercializava cavalos das raças Quarto de Milha e Mangalarga. Foi um leilão de equinos, realizado na década de 80 no Maksoud Plaza em São Paulo, de nome “Marcas Famosas”, que estabeleceu que leilões de animais poderiam ser

espaços luxuosos. Outros leilões de equinos passaram a ser realizados em hotéis e recintos sofisticados, e o efeito disso chegou ao mercado de bois reprodutores.

Se antes os leilões de gado comercializavam o “refugio⁷³” para frigoríficos ou para pecuaristas que iriam recriar ou engordar os animais, a partir da década de noventa, os leilões de gado de elite passaram a reunir pecuaristas dedicados ao mesmo ofício: criadores de reprodutores comercializam animais para outros criadores de reprodutores. Porque pecuaristas de gado comum, de corte, adquirem as células reprodutivas - embriões ou sêmen - de grandes “raçadores”, mas não compram reses por preços milionários. E esta é uma especificidade deste mercado que merece algumas linhas.

No mercado das artes, por exemplo, pintores ou escultores comercializam sua produção para colecionadores que apreciam ou investem em arte, ou mesmo, como aponta Velthuis (2009), aos seus familiares ou amigos que não necessariamente são artistas. No mercado de bovinos reprodutores, criadores de gado de elite comercializam animais a outros criadores de elite. E, mais do que isso, aqueles que adquirem animais em leilões são concomitantemente os compradores, os vendedores e os autores - já que são os responsáveis pelas seleções das reses de elite - das mercadorias comercializadas. Se hoje um pecuarista é o promotor de um leilão em que um companheiro seu adquiriu uma rês por um alto preço, amanhã frequentará um pregão promovido por este mesmo amigo. E nestes casos, é de bom tom que ele compre a rês do colega por altas cifras, ou pelo menos que dê lances que “aqueçam” os preços do pregão. Conta-se mesmo que em certo leilão promovido por um conjunto de criadores, as compras e vendas realizaram-se exclusivamente entre os próprios promotores, que adquiriram os lotes uns dos outros, sem compradores externos.

De um viés mais economicista, é possível afirmar que o mercado de gado de elite, através da venda de animais em leilões, funciona como um oligopólio, em que um grupo restrito de empresários controla os mecanismos de oferta, demanda e logo de formação de preços das reses reprodutoras. Mas é preciso ressaltar que estes bois são mais do que

⁷³ Nem todos os leilões de gado realizados no Brasil comercializam espécimes de elite. Há muitas vendas de animais comuns, para cria, recria e engorda. Também há pregões que disponibilizam a venda de “vacas receptoras”. Estes tipos de leilões, inclusive, podem ocorrer durante feiras de pecuária. Nas feiras de Uberaba, os leilões de gado comercial não fazem parte da programação oficial, mas em exposições menores, ocorrem com certa frequência.

investimentos ou bens, eles geram riqueza e status. Eles são, nos termos de Appadurai (2008), ‘emblemas de valor’.

Talvez o sejam, porque corporificam um conjunto de características genealógicas e raciais, são capazes de transmitir tais características aos seus descendentes, são um bom investimento financeiro, são efeito de um manejo adequado, são capazes de corporificar o saber e o êxito de seus criadores. Mas os ‘emblemas de valor’ também podem ser considerados como tal por serem comercializados exclusivamente em leilões.

Porque no caso específico do mercado de gado de elite brasileiro, os leilões são o espaço por excelência da produção da reputação⁷⁴ das reses e de seus criadores, do valor de homens e bois. Como arenas públicas, permitem a exposição não só das qualidades fenotípicas ou genealógicas de doadoras e reprodutores, mas dos saberes, do “bom relacionamento” e do poder econômico dos pecuaristas, mensuráveis através da forma preço. Há quem diga, inclusive, que o valor de um animal de elite é o valor de seu dono. O mercado de gado de elite se faz a partir de critérios de luxo e exclusividade. Tanto porque o acesso aos leilões onde estes espécimes são comercializados são limitados, quanto porque estas reses são raras, mas também porque seus proprietários e criadores são também especiais, constituem uma elite.

O alto preço pago por uma res pode não ser exatamente ‘justo’, como sugerem os economistas Vicrey (1961) e Thomsen (1951) ao avaliarem os mecanismos de compra e venda dos leilões. Não há nenhuma garantia de que o comércio de sêmen ou de embriões daquele espécime cubra o investimento de um criador. Tal fato, todavia, não quer dizer que estes pecuaristas não estejam interessados em lucro financeiro ao investirem no de gado de elite, mas que este mercado é também permeado por outras razões.

Ao analisar as obras de arte enquanto um capital, Edmund Leach (1983) lembra que os preços destes objetos não explicam como artistas os pintaram ou como historiadores da

⁷⁴ A ideia de reputação que trago na tese é inspirada pela definição do termo desenvolvida por Bailey em *Gifts and Poison* (1971: 2, 3). O autor trata da pequena política (*‘small politics’*) que ocorre no cotidiano de comunidades que compartilham ideias e códigos de comunicação sobre como pessoas e a vida devem ser. O cotidiano da pequena política é permeado pela constituição de reputações, boas ou más. Uma boa reputação é ter um bom nome, ser bem-sucedido, é conhecer as regras do jogo social e saber vencê-lo. É necessário influenciar pessoas e fazer amigos. É uma maneira de conhecer como viver em sociedade, manejar o espaço social, preservar a própria identidade e, concomitantemente, servir ao interesse da comunidade a que faz parte.

arte avaliaram a qualidade dos trabalhos. O autor ressalta que o valor artístico e o valor de mercado de um objeto de arte não são a mesma coisa, especialmente porque as relações de troca em um leilão estabelecem uma ampla variedade de valores. Este enunciado permite algumas comparações com o mercado de gado de elite.

Na entrevista realizada com o leiloeiro que vendeu Absoluta, perguntei a ele se aqueles animais, de fato, valiam milhões de reais. Ele respondeu minha pergunta com a seguinte afirmação:

“Isso não está em nenhuma enciclopédia, isso eu sempre falei. Quando a gente fala em avaliação você tem que entender o momento do mercado. Não está em nenhum compêndio, nem na internet, que uma vaca deva valer tanto mais tanto...O que faz então ela poder valer 2 milhões ou 2 milhões e meio? É você ter a certeza que os produtos dela, os embriões dela, que a sequência da criação dela serão bons. Nesse mercado de elite, que é o topo da pirâmide, é permitido avaliações muitas vezes subjetivas e uma disseminação dessa genética em vários níveis...As filhas delas serão valorizadas, as netas delas serão valorizadas, fica até difícil mensurar quanto ela vale. Quando você tem um mercado mais de produção, mais objetivo, então você sabe o quanto vale um bezerro porque uma arroba vale tanto, então você tem uma média histórica e você tem uma moeda muito clara: a alta de boi. No gado de elite não existe essa moeda, as coisas são diferentes”. (Genovese)

Há longa data espécimes reprodutores, inclusive de origem zebu, são vendidos por preços elevados, independentemente da existência de leilões. Mas se estes espécimes fossem comercializados através de outros mecanismos que não os leilões, a tal “subjetividade”, da qual o leiloeiro fala, talvez fosse produzida de outra maneira.

No Brasil, o comércio dos bovinos reprodutores em leilões é tão essencial para classificá-los como elite quanto o investimento em manejo adequado, a participação nas pistas de julgamento, o pedigree ou a conformação racial. Talvez o seja, exatamente, porque neste mercado bois e criadores estejam produzindo uns aos outros como uma elite.

Vale lembrar que as qualidades reprodutivas, genealógicas, genéticas e mesmo estéticas de um bovino de elite não são feitas exclusivamente em leilões. Estas arenas de compra e venda, imprescindíveis para o mercado de gado de elite se realizar, produzem e ritualizam reputações bovinas e humanas. Mas a qualidade destes animais enquanto uma obra, autêntica e única, é produzida em outros cenários, que não os leilões, e por outros agentes, que não os “pisteiros” ou “leiloeiros” que viabilizam sua comercialização. Neste sentido, o

enunciado de Leach (1983) sobre o comércio de objetos de arte em leilões, cabe ao comércio de bois reprodutores: há um tipo de valor distinto e anterior na feitura e mesmo na avaliação de uma obra que a forma preço, isoladamente, não é capaz de mensurar.

3.4 Da arte do olho engordar o gado: o ‘algo a mais’

Para explicar o seu ofício, Sr. Mário Cruvinel Borges, um antigo tropeiro que selecionou o plantel da Mata Velha, gosta de repetir uma fala do então o ministro da agricultura Fernando Costa. Na ocasião da inauguração do parque de exposições de Uberaba, ainda na década de 40 do século XX, o ministro afirmou que o **“gado zebu era como um pedaço de cera na mão de um artista”**.

“O Fernando Costa considerava esse zebu nosso como um pedaço de cera na mão de um artista. Você faz o que quer, você aumenta orelha, você diminui o chifre. E eu acho a frase muito bem empregada. Se você visse o início do nosso zebu aqui você ficava impressionada, foi melhorando muito, né? É muito gostoso construir um rebanho desse e ver a evolução dele, né? (Mário Cruvinel Borges)

Até a primeira metade do século XX, o gado zebu ainda era uma aposta. Não se tinha certeza sobre a qualidade do leite, da carne e mesmo da habilidade como reprodutores destes espécimes. E enquanto fazendeiros e tropeiros realizavam seleções, concomitantemente eram produzidos saberes sobre esse gado com vistas a abastecer a emergente indústria da carne.

Felipe Vander Velden (2012) lembra que os índios Karintiana afirmam que ‘os fazendeiros é que sabem criar’, consideram que são seus vizinhos pecuaristas quem dominam técnicas sobre a criação de bois. No caso do mercado de gado de elite não é diferente, o saber sobre o criar também é algo valorizado. Há um conjunto de conhecimentos específicos desenvolvidos por alguns poucos agentes que os tornam exímios entendedores de gado.

Mesmo com os avanços das tecnologias reprodutivas, que permitem a replicação de espécimes de qualidades fenotípicas e genotípicas semelhantes em grande escala e em um

curto espaço de tempo, dos conhecimentos produzidos pela genética e zootecnia, pelas constantes avaliações que os animais são submetidos, há um certo saber ao criar estes espécimes que não está em manuais e que é o que torna um criador, de fato, um criador. Muitos veterinários e zootecnistas afirmam que são “somente técnicos”, que conhecem de genética e sabem realizar os procedimentos necessários para uma FIV ou uma inseminação artificial, mas que são os fazendeiros e peões quem, de fato, entendem de gado.

Essa habilidade em selecionar e de avaliar animais é um valor em si mesmo, difícil de ser descrito por leigos que pouco frequentam feiras, julgamentos e leilões. Um talento que só é percebido e apreciado, de fato, por outros criadores e vaqueiros que executam este mesmo ofício. Porque um espécime de elite é feito, mais do que dado. Criadores com boa reputação no mercado são aqueles que sabem “fazer gado”, “fazer pista”, “fazer leilão”.

Claudio Totó, um conhecido e antigo criador de Nelore e de Guzerá, cujos reprodutores ajudaram a formar vários criatórios que hoje ocupam os primeiros lugares dos rankings nacionais das melhores reses, ao explicar como se seleciona bovinos e se desenvolve a pecuária de elite costuma repetir um enunciado: “**Não é pensando, estudando ou imaginando, é pegando, fazendo e executando**”.

Porque os espécimes de elite, especificamente os zebus, são mais efeito de uma ‘ciência do concreto’(Lévi-Strauss: 1968) do que de uma ciência produzida em laboratórios ou em bancos de universidade. Quando uma doadora como Parla pisa na pista de um leilão e o leiloeiro narra que ela é “**linda**”, “**um diamante**”, a vaca é mais do que uma carcaça ou uma produtora de embriões, ela é apresentada em sua totalidade. O todo da doadora precede suas partes porque mais que do que um pedigree ou uma genética certa, ela é efeito de uma intuição sensível, do trabalho, dos selecionadores e criadores, que como a bricolagem, é um tanto manual e especulativo.

Fazendo um paralelo com a análise de Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem* (1989) sobre o processo de criação de um objeto de arte, o trabalho de seleção de um espécime de elite também é efeito de um confronto entre a estrutura e o acidente, entre um modelo – da genética ou da zootecnia – com a matéria. Porque Parla ou Absoluta são tanto objetos materiais quanto objetos de conhecimento. E o são porque são criadas concretamente pelos homens, por aqueles que as selecionaram e as criaram.

Ao pensar o universo de leilões de cavalos na Inglaterra, Rebecca Cassidy (2005) analisa o trabalho dos *bloodstock agents*, profissionais, como os “assessores” do mercado de gado de elite brasileiro, que dão consultorias aos donos dos equinos na seleção e nas compras em leilões. Segundo a autora, estes agentes, devido aos seus “bons olhos” com a criação, seriam capazes de fazer revelações sobre o futuro dos potros nas corridas. A antropóloga lembra que, na Inglaterra, um cavalo exemplar é efeito do pedigree, da conformação racial e de ‘algo a mais’. É este terceiro fator que os *bloodstock agents* conseguem perceber ao realizarem seu ofício.

Esta habilidade dos agentes, segundo Cassidy, não se ensina ou se aprende, é uma espécie de dom. Porque estes profissionais seriam capazes de observar os cavalos para além de seus atributos físicos ou de padrões objetivos mensurados por programas de aprimoramento genético. Eles os percebem como uma entidade completa. Isto só seria possível, para Cassidy, porque eles conseguiriam estabelecer uma relação de comunhão com os animais.

Não é difícil justificar o porquê de um espécime de elite ser um investimento financeiro, ou porque a genética garante a transmissão de atributos fenotípicos e genotípicos ao longo de gerações. Também não é impossível pensar os efeitos simbólicos produzidos pelo pedigree. Difícil é descrever o porquê de uma vaca como Parla ser um deleite estético, porque para isto se faz necessário considerar o ‘algo a mais’ apontado por Cassidy.

Um animal de elite deve ser imponente, simétrico. Quando entra na pista de um leilão envolve a plateia, não apenas porque é de propriedade de algum criador conhecido, tende a ser vendido por cifras milionárias ou porque produzirá quantias consideráveis de sêmen ou “oócitos”. À primeira vista, os olhos se voltam para aquele animal porque ele encanta. Não só porque corporifica características objetivas, da ordem da genética, da zootecnia, da economia, mas porque contém este ‘algo mais’, que é seu, mas também é de seu criador.

O mecanismo de apreciação de um espécime de elite nas pistas de julgamento ou de leilão é como a apreciação de um trabalho de arte. Os bovinos de elite são como os objetos de arte de Alfred Gell (1998). Parte de seu valor reside na virtuosidade técnica necessária para produzi-los. Inspirado pela teoria de Simmel (2009), que sugere que o valor de um objeto é diretamente proporcional ao desejo que as pessoas têm de obtê-lo ou consumi-lo, Gell afirma que as obras de arte são objetos desejados porque encantam aos seus apreciadores.

Segundo Alfred Gell (1998), os objetos de arte são capazes de superar quaisquer explicações racionais, porque a intervenção humana na construção deles vai muito além da matéria que os forma. Por isso a produção de um objeto com tamanhos atributos ecoa como um milagre, como uma forma encantada, e, segundo Gell, é por isso que exerce tanto fascínio.

O valor de um espécime de elite, tal qual de um objeto de arte, está na sua raridade. É necessário ser um apreciador para se encantar com uma vaca como Parla. Um neófito neste mercado, ao observar um rebanho com espécimes de mesma idade e raça, certamente terá dificuldade em perceber as diferenças entre animais com fenótipos tão semelhantes.

Porque por um lado, um bovino é efeito das contingências da natureza. Por outro, só pode ser considerado de elite devido a processos específicos desenvolvidos através das habilidades daqueles que os criam. Que inclusive não são passíveis de serem realizados por qualquer pessoa.

Criadores e bovinos produzem uns aos outros neste mercado como uma elite. Ambos devem ter ‘algo a mais’. No caso dos bois, tudo aquilo que os constitui e que concomitantemente está além das explicações produzidas pela genética, pelo pedigree e pelo manejo. O ‘algo a mais’ dos criadores é a habilidade de perceber e produzir qualidades bovinas. Mas é necessário lembrar que este ‘algo a mais’ é produzido mutuamente, se os animais são efeito do trabalho empreendido pelos criadores, concomitantemente, estes espécimes produzem seus selecionadores.

É comum, por exemplo, que criadores com “bom olho” para o gado, durante os julgamentos que ocorrem nas feiras de pecuária, observem de longe os espécimes na pista e sem ter acesso escrito ao seu pedigree, saber quem é o seu criador ou quantas doses de sêmen ou “oócitos” produzem, adivinharem qual animal será o campeão. Esta capacidade de observar, seria herdada, estaria no “sangue” das famílias de criadores e selecionadores. Por outro lado também seria efeito da “convivência”, da participação em inúmeras feiras, julgamentos, do conhecimento adquirido através da análise de bons pedigrees e do cotidiano nas fazendas.



Imagem 23: Retrato de Parla (Fonte: Site da fazenda Ipê Ouro)

São esses criadores e peões com “bons olhos” que fazem o gado, nas pistas, nos leilões, nas fazendas. “Fazem”, porque estão envolvidos nos processos de acasalamentos, de constituição de pedigrees, no fornecimento de manejo adequado a estes animais. Mas vale lembrar que o atributo mais elementar do ofício de um selecionador é da ordem percepção. E perceber as qualidades de um animal é também fazê-lo.

Tim Ingold (2011), especialmente inspirado por Merleau-Ponty em *O olho do espírito*, defende que a experiência da visão não é externa e objetiva, mas resultado de um engajamento em mão-dupla entre aquele que observa e o meio ambiente que o circunda. Isto é inspirador para pensar a pecuária de gado de elite. Um bom selecionador consegue identificar uma rês promissora já no seu nascimento. Isto não seria efeito, unicamente, do talento de quem seleciona. As reses, em sua imponência e simetria, também produzem o olhar de seus selecionadores.

Tanto os animais, quanto os criadores de elite são resultado de um processo cumulativo de saberes. Eles são tanto agentes, quanto pacientes nesse processo. Homens e bois, criadores e espécimes de elite, são efeito da experiência de seleção. Uma rês como Absoluta é tanto produto, quanto produtora de seu criador. É uma mercadoria inalienável,

porque o empenho e o trabalho em produzi-la jamais é obscurecido ao ser comercializada nos leilões.

Apesar de os padrões raciais estabelecidos, fundamentados em critérios que querem garantir uma maior produção - de carne, de genes, de células reprodutivas -, o trabalho dos selecionadores constitui certa autoria, os criatórios desenvolvem um padrão, fenotípico, genotípico e de manejo específico nos seus rebanhos. Aqueles que têm “bons olhos”, além de fazerem gado, fazem escola. Sr. Mário Cruvinel Borges é um desses exemplos. Nas feiras de pecuária é cercado por criadores e pela imprensa, todos querem estar perto dele e ouvir suas análises sobre a qualidade dos espécimes nas pistas de julgamento.

Alguns criadores e peões com quem conversei, que hoje são assessores ou que desenvolvem criatórios respeitados no mercado de gado de elite, disseram que eram da “Escola do Tio Mário⁷⁵” e que apesar de não terem os “bons olhos” dele, ao escutá-lo em feiras e julgamentos, aprendiam sobre a pecuária zebuína. O próprio Mário Borges reconhece que muitos pecuaristas aprenderam sobre gado com ele.

“Isso tem muito, né? Aqueles que começaram a mexer com fazenda, começaram comigo. Um dos discípulos que desenvolveu mais rápido acabou sendo presidente da ABCZ, o Romulo Kardec. Ele começou da estaca zero, saindo da escola, e por sinal, o pai dele era vizinho nosso de fazenda, mas ele pediu pra um primo meu pra eu trabalhar no registro. Mas se ele perguntasse direto pra mim, eu aceitaria, família conhecida e tudo. Ele pegou tudo, foi rápido, mas também andava comigo pra tudo quanto é lado. E não tem muito como ensinar, ele foi acompanhando meu trabalho, né? Juntinho comigo ali, olhando. Mas tem uma coisa, se a pessoa não tiver gosto e um olho bom, não vai pra frente não. Dr. Fontes brincava: “eu não compreendo a rapidez, você é danado mesmo no animal, se você me der mais tempo até que eu dou conta, mas você bate o olho no animal e diz tudo o que ele tem”. (Mário Cruvinel Borges)

⁷⁵ Muitos criadores e outros profissionais, como jornalistas, fotógrafos, representantes comerciais e funcionários das leiloeiras, chamam Mário Borges de tio. Eu mesma o chamava de Tio Mário durante nossos encontros. Mesmo criadores idosos, como Claudio Totó, também o chamam por esta alcunha.

Alguns criadores uberabenses tem, de fato, algum parentesco com ele. Independentemente destes vínculos, vale indagar o porquê dele ser “o tio” de tanta gente. Por um lado, é um tratamento carinhoso, cabível a um senhor de mais noventa anos que há muito frequenta o universo da produção de zebu. Por outro lado, sugere a importância das concepções de família e parentesco neste mercado.

Jonas Barcelos contratou Mario Cruvinel Borges para formar seu rebanho por ele ter esse “bom olho” com o gado. Ele é um Borges⁷⁶, de uma família uberabense envolvida nas primeiras importações de gado indiano e conhecida por ter “no sangue” o saber sobre o zebu. Além disso, junto como seus 12 irmãos, nasceu e cresceu na fazenda.

Mário nasceu em 1921, perdeu o pai aos 7 anos e a mãe aos 11. Em virtude disso, veio morar na cidade e foi interno do Marista, um colégio tradicional de Uberaba durante dois anos. Segundo ele, **“naquele tempo escola era pior que prisão”**⁷⁷, razão pela qual voltou para a fazenda da família. Em meados da década de 40, porém, devido uma crise de crédito na pecuária, a propriedade teve que ser entregue a um banco⁷⁸. Por essa razão, aos 17 anos Mário começou a trabalhar como tropeiro, levando o gado de Uberaba até o norte de Minas para comercializá-lo com fazendeiros da região de Montes Claros e Governador Valadares. Segundo ele, seu sucesso na pecuária se deu porque ele **“saiu no mundo”** vendendo touros.

Devido à sua experiência com o gado, aos 22 anos foi convidado pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, atual ABCZ, para trabalhar com o registro dos animais. Nos anos quarenta, a associação dava início à publicação dos primeiros livros de registro genealógico. Mário percorreu todo o Brasil, por algumas décadas, realizando registros e atuando como juiz de gado em feiras de pecuária. Foi uma das figuras que contribuiu para estabelecer os padrões raciais dos espécimes zebus brasileiros. Ele acompanhou o apogeu na raça Indubrasil, entre as

⁷⁶ Parte da trajetória desta família com o gado zebu será descrita no capítulo a seguir.

⁷⁷ Vale destacar esta fala de Mário Borges. Outros criadores mais velhos com quem conversei também afirmaram que frequentaram pouco a escola e que o conhecimento que têm sobre o gado veio do cotidiano nas fazendas. Interessante notar que tal discurso também é acionado por criadores mais jovens. Mesmo tendo frequentado faculdades de Zootecnia e Veterinária, a escolha acadêmica mais comum de filhos e netos de zebuzeiros, estes jovens criadores afirmam que tomaram gosto pela pecuária nas propriedades das suas famílias e não nos bancos escolares. Estas afirmações, em tese, se contrastariam com os mecanismos de produção da pecuária contemporânea. É também através do trabalho de cientistas em laboratórios que produzem conhecimentos sobre genética e tecnologias reprodutivas, que se produz espécimes de elite.

⁷⁸ A tal crise que atingiu a família de Sr. Mário foi efeito de uma mudança na política de créditos e financiamentos para atividades rurais. Durante a década de 30, com a ascensão do gado zebu, o governo Vargas, através do Banco do Brasil, liberou financiamentos consideráveis aos produtores rurais, especialmente em Uberaba, para adquirir reprodutores indianos. No fim de década de 40, a orientação dessa política de crédito é alterada. Alguns pecuaristas se viram impossibilitados de pagar suas dívidas com o banco. Sr. Mário se ressentiu muito deste fato, segundo ele, os juros cobrados pelo banco eram abusivos e ele nunca gostou de assumir dívidas. Ressalta, todavia, que poderia ter sido um grande fazendeiro, se como muitos de seus conterrâneos, tivesse optado por não pagar o banco.

décadas de 30 e 40, da raça Gir, na década de 50, e a ascensão da raça Nelore, a partir da década de 60. Gosta de lembrar que a pecuária zebuína teve lá seus “modismos”, mas que os espécimes nelores sempre foram superiores, porque são “rústicos” e se criam praticamente sozinhos.

Na década de setenta, Mário trabalhava na primeira central de inseminação artificial em Uberaba. Mas a fama do tropeiro circulava para além do Triângulo Mineiro. Alberto Mendes, um fazendeiro da região de Capitólio, Minas Gerais, queria dar início à sua seleção de gado zebu e, com esse objetivo, contratou Mário Borges para realizar seus primeiros acasalamentos. O ex-tropeiro conta, que na época, o dono da propriedade **“mal sabia diferenciar um macho de uma fêmea”**. A fazenda Sabiá tem hoje um dos mais bem-sucedidos criatórios do país.

Jonas Barcelos tinha uma fazenda próxima à Sabiá e vendo o êxito de seus vizinhos na pecuária zebuína, também quis investir no gado de elite. Como Alberto Mendes, Jonas também contratou os serviços de Sr. Mário. O ex-tropeiro narra que seu primeiro encontro com Barcelos se deu no aeroporto de Uberaba, de onde embarcaram juntos para Mato Grosso do Sul a fim de adquirir alguns animais. Contudo, Mário não gostou daquelas reses à venda e disse pra Jonas que escolheria outros animais.

Com sessenta e seis bezerras desmamadas selecionadas por Mário Borges, adquiridas do plantel de Vicentino Rodrigues da Cunha, da marca VR, teve início o criatório da Mata Velha. Junto a Jonas, seu trabalho não se restringia a direcionar acasalamentos e selecionar animais para as pistas, a seu serviço Mário também o ajudou a comprar fazendas com terras mais apropriadas para a pecuária, não coincidentemente localizadas em Uberaba, e esteve na Índia na década de oitenta para avaliar reprodutores.

As histórias de Mário Borges reiteram de múltiplas maneiras seu excepcionalmente “bom olho” com o gado e suas narrativas preferidas envolvem Jonas Barcelos e o criatório Mata Velha:

“A gente ia na fazenda do Jonas e nascia um bezerro, eu cheguei lá a vaca tinha acabado de produzir, eu fui almoçar e quando voltei o bezerro já tava ficando em pé. Eu cheguei e telefonei pra ele: “Oh Jonas, nasceu uma campeã aqui hoje, acabou de nascer”. E passou, passou e ela foi a Grande Campeã de Uberaba. Era a Página. Eu vi quando nasceu. E teve um outro caso também. Nasceu um bezerro lá na fazenda e nasceu uma beleza. E o Jonas mandou um avião aqui pra eu ver um bezerro que tinha acabado de nascer. Era uma novilha

de primeira cria, era um bezerro grande, a novilha tava arrasada. E eu falei: “essa novilha não vai dar conta de dar leite para esse bezerro, precisa por pra mamar em outra vaca”. Passou um mês, eu voltei lá e eles disseram que o bezerro não quis mamar em outra vaca. E eu sempre com esperança nesse bezerro. Quando ele tava assim, “sobreano⁷⁹”, um dia aqui, o Jonas disse: “Mário, nesse aí você errou”. Eu disse, me dá mais um tempinho que você vai ver. Uns seis, sete meses depois o bezerro foi o Grande Campeão de Uberaba, o Nambi”.

Nas conversas com “tio Mário”, eu tentava entender como era possível perceber, através do olhar, as qualidades de um animal reprodutor. “**Isso não tem explicação**”, dizia ele, mas ressaltava que talvez entendesse de zebu porque sempre gostou de fazenda. Insistentemente, eu queria compreender o que exatamente Mário olhava em uma rês para classificá-la como um espécime de elite.

“A primeira coisa que eu olho num animal é a raça. É a cabeça o que define a raça do animal. Depois você olha o corpo, e o corpo mais perfeito que tem, né? O animal bom é aquele bem desenvolvido, dentro da raça, com as características da raça perfeitas e com o corpo bem conformado, com a estrutura bem forte. Isso é um animal bonito, né?” (Mário Cruvinel Borges)

Perguntei a Mário qual era o melhor espécime que ele tinha visto. Ele afirmou que era o touro Schumacher. Sr. Mário me disse que o touro pode até não ter sido um grande reprodutor, mas certamente era o animal mais bonito que tinha visto. Quando o avistou em uma feira agropecuária na cidade de Goiânia em que atuava como juiz de gado, não teve dúvidas, deu a ele o título de grande campeão.

“Schumacher. Era filho de dois indianos. Ele tava lá, ele tava com uns quatro anos, ele tava lindo. E ele foi o Grande Campeão, pode não ter sido o melhor “raçador”, mas em matéria de beleza...”

⁷⁹ “Sobreano” é uma expressão que indica que o espécime tem mais de doze meses de idade.

O trabalho de selecionadores como Mário Borges é anterior aos critérios de produtividade que anseiam atestar a qualidade das reses como reprodutoras. E não só porque a avaliação da quantidade e da qualidade de sêmen ou “óocitos” que um animal é capaz de produzir, através de provas zootécnicas e programas de aprimoramento genético, é recente. Mas porque antes de ser, de fato, um reprodutor, uma rês de elite é apenas uma aposta, cujos atributos que a objetificam são da ordem do sensível. Não foi através de programas de aprimoramento genético, por exemplo, que se estabeleceu a premissa de que machos com cupins mais escuros eram bons reprodutores. Foram selecionadores como Mário Borges, através de lida cotidiana com o gado e com a observação dos rebanhos, que determinaram certos padrões raciais e reprodutivos que até hoje são referência nas pistas de julgamento.

É por isso que “zebuzeiros” mais antigos afirmam que não se fazem mais criadores como antigamente. Que, no alto dos seus 92 anos, Mário Borges seria uma das últimas “muralhas” da pecuária zebuína brasileira. Lembram que atualmente se faz gado com muito mais rapidez. As genealogias estão publicadas, os animais crescem e engordam mais facilmente com as rações e suplementos, geram mais descendentes através das tecnologias reprodutivas. Além disso, os conhecimentos sobre o zebu já estão consolidados e os jovens criadores dispõem de vários mecanismos que atestam a qualidade de suas reses como reprodutores. Apesar de tudo isso, ainda é necessário um “bom olho” para identificar uma boa rês. Esse tipo de saber que Seu Mário e outros selecionadores têm sobre o gado continua a se replicar. Inclusive, é imprescindível para a seleção, compra nos leilões e para produção das reputações dos animais e dos criadores de elite.

Mário Borges é precursor no ofício de “assessor”. Muitas famílias que estiveram envolvidas nas primeiras importações de gado zebu se mantêm na pecuária de elite e realizam suas seleções sem a ajuda de assessores e consultores. Mas com a entrada de novos empresários e com a profissionalização dos leilões, os assessores, alguns deles membros destas famílias precursoras, passaram a ser agentes imprescindíveis no mercado. Eles ajudam a produzir as reputações do gado e dos novos criadores de elite. Porque se assessores como Mário Borges, ou mesmo os mais novos, afirmam que uma rês é boa, e, portanto, tem chances de ganhar os primeiros lugares em um julgamento, muito provavelmente ela vai ser. Tanto porque eles são autoridade no assunto gado, e portanto suas opiniões são capazes de influenciar criadores, juízes e mesmo zootecnistas e veterinários, como porque o conhecimento que possuem sobre zebus é notório.

Pecuaristas que iniciam suas atividades na bovinocultura zebuína de elite, que porventura não tem no “sangue” este saber, necessitam destas assessorias. Eles precisam ser iniciados na pecuária. Assim como os assessores são capazes de antever e atestar os atributos das boas reses, também anteveem e atestam as qualidades de pecuaristas neófitos. Porque aqueles que querem ser considerados, de fato, criadores – que anseiam selecionar bons espécimes, ocupar os primeiros lugares do ranking, vender reses por cifras milionárias -, mesmo sendo assessorados, devem entender de gado. Jonas Barcelos e Alberto Mendes, por exemplo, que tiveram seus primeiros rebanhos selecionados por Mário Borges, passaram a entender de gado. Estiveram em muitos julgamentos e feiras de pecuária, envolveram-se no trato dos animais, viram-nos tornarem-se grandes campeões de rankings, aprenderam sobre os zebus com outros criadores em suas relações de amizades e negócios. Eles talvez jamais consigam ter os mesmos “bons olhos” de Mário Borges, mas sabem vender e comprar espécimes em leilões, oferecer o manejo adequado aos seus rebanhos, e isto também faz parte do conjunto de relações que produz o valor dos criadores e do gado de elite.

Porque o valor de homens e de bois é indissociável nesse mercado. Criadores e espécimes de elite são produtos de um processo. A beleza e as qualidades dos animais e o saber e o prestígio dos criadores é resultado de um conjunto de feitos que envolvem e misturam as trajetórias de ambos: do “bom olho” daquele que vê um espécime nascer e já intui que ele será um grande campeão, da simetria ou imponência dos animais nas pistas, do manejo adequado, das genealogias bovinas e humanas, dos prêmios ganhos pelas reses nos julgamentos, dos lugares ocupados pelos pecuaristas nos rankings, da quantidade de sêmen ou “oócitos” produzidos pelos reprodutores e doadoras, e dos negócios certos em leilões.

Um espécime de elite não é menos influente que um criador de elite. Na verdade, a influência de ambos é produzida mutuamente. A trajetória de Jonas sempre vai estar associada à de Páquina e vice-versa. Cada vez que uma filha da doadora ganhar um prêmio em um julgamento ou for bem vendida em um leilão, a trajetória de Páquina, e também de Jonas, será lembrada. E isto produzirá mais valor à doadora e ao criador.

3.5 Das dádivas, dívidas e circulação de homens e bois no mercado de gado de elite.

Na introdução de uma recente publicação que traz um conjunto de etnografias que pensam valor, Ton Otto e Rane Willerslev (2013) indagam se é possível desenvolver uma teoria antropológica sobre o tema. O impasse, segundo os autores, residiria na possibilidade efetiva dos antropólogos conseguirem comparar cosmologias distintas.

Autores clássicos e contemporâneos da antropologia que se embrenharam na tarefa de pensar a ideia de valor (Mauss (1988), Malinowski (1978), Gregory (1982), Appadurai (2007), Strathern (2006), Munn (1986), Weiner (1986), Graeber (2001), Godelier (2001), Viveiros de Castro (2009)), com maior ou menor intensidade, em certo momento de seus escritos, esbarram com uma comparação: a velha dicotomia dádiva X mercadoria. Talvez o tenham feito porque precursores da disciplina no tema, especialmente Mauss (1988) e Malinowski (1978), percorreram tal caminho. Mas há também outra razão. Se a ciência econômica ao pensar valor, comumente se volta aos mecanismos de produção das mercadorias e às escolhas dos indivíduos ao lidar com dinheiro e com a forma preço, os antropólogos interessam-se por sistemas de troca particulares (Appadurai: 2007, Graeber: 2001, Miller: 2013). Grandes modelos como o Kula, inspiraram antropólogos a pensar sobre os processos de produção de valor que geram efeitos tanto nas coisas trocadas, quanto nas pessoas envolvidas nestas trocas. E isto se faz presente tanto em análises sobre economias do dom, quanto nas de mercado.

Seguindo essa linha, também trato o mercado de gado de elite como um sistema de troca específico, cujas regras de compra, venda e de produção de valor são distintas, por exemplo, da pecuária de corte. Parto do princípio de que o valor de um reprodutor, e consequentemente seu preço, é efeito de um processo que envolve um conjunto de influências e relações. E que os leilões seriam o espaço por excelência de exibição destas influências.

Com isto, não pretendo desconsiderar o processo de produção do gado de elite. Vale destacar que mesmo quando um espécime reprodutor está sendo feito⁸⁰ em um

⁸⁰ Vale descrever uma passagem de meu trabalho de campo. Enquanto eu observava parte de um processo de fertilização *in vitro* em um laboratório, a técnica que conduzia o procedimento, lembrou que as células que manipulava eram de grandes reprodutores. Ela não apenas sabia de que bovinos de elite eram aquelas células reprodutivas, como conhecia o nome de seus criadores.

laboratório através de tecnologias reprodutivas, enquanto ele recebe manejo em uma fazenda, ao ser observado ao nascer ou avaliado em um julgamento, a influência, metonímica e metafórica, de seu selecionador está implícita. Em nenhum momento da produção, tampouco da troca nos leilões, as qualidades dos donos, e, conseqüentemente, das reses, estão ausentes. Portanto, uma característica fundamental de um espécime de elite é o fato de ser (uma mercadoria) inalienável.

Em *Gifts and Commodities* (1982), Gregory estabeleceu a diferenciação mais bem acabada da disciplina entre uma economia do dom e do mercado. Ao propor uma crítica aos autores da economia neoclássica, aos trabalhos de Marx e de Lévi-Strauss e analisar um conjunto de pesquisas empíricas sobre os sistemas de troca da Papua Nova Guiné, enfatiza os efeitos da política e do parentesco nos intercâmbios de bens. Segundo ele, nas sociedades baseadas em classes, os objetos trocados tendem a assumir a forma alienada de mercadoria, enquanto nas sociedades baseadas em clãs, os objetos assumem a forma não-alienada de dons. Nas primeiras, coisas e pessoas assumem a forma social de coisas, são ‘objetificadas’. Nas segundas, coisas assumem a forma social de pessoas, são ‘personificadas’.

Isso ocorre, segundo Gregory, porque nas sociedades de classe, capitalistas, há uma independência entre aqueles que estabelecem as trocas. Nos intercâmbios, realizados muitas vezes entre estranhos, as relações são estabelecidas mais entre objetos do que entre sujeitos. Há uma relação de equidade nas trocas, mesmo no intercâmbio de coisas heterogêneas – de uma mercadoria por outra mercadoria, ou de uma mercadoria por dinheiro. Portanto, é possível estabelecer atributos quantitativos às mercadorias trocadas, porque a principal motivação das trocas capitalistas é maximizar o lucro. Já nas sociedades baseadas em clãs, prossegue Gregory, há uma dependência recíproca entre aqueles que trocam. A proximidade através do parentesco está implícita. Além disso, a relação entre a coisa trocada e seu produtor nunca é obscurecida. O produto, na verdade, é parte da pessoa do produtor. Há um fenômeno de personalização nesses processos. As economias do dom são produtoras do prestígio e do controle político das pessoas envolvidas nas trocas. Aqueles que trocam não querem maximizar lucros, mas produzir relações. Inclusive quem doa é considerado superior ao que recebe: as economias da dádiva precisam gerar dívidas.

O empenho de Gregory (1982), ao descrever minuciosamente aspectos da economia do dom e do mercado, não é o de desconstruir o pressuposto de que elas sejam, de

fato, distintas. Mas é exatamente através da natureza destas diferenças, segundo ele, que é possível explicitar como estes tipos de economias disputam aspectos comuns.

O mercado de gado de elite é uma economia capitalista. A propriedade sobre os bovinos é um aspecto implícito. Além disso, há uma perspectiva de lucro na produção destes bois reprodutores e uma série de atributos produzidos pelos saberes da genética- através das biotecnologias e das provas zootécnicas - capazes de quantificar a qualidade destes espécimes através da forma preço. Concomitantemente a tudo isso, porém, certos aspectos do mercado de gado de elite permitem algumas analogias com economias da dádiva. Há também aspectos subjetivos na formação do preço de bois reprodutores nos leilões. Como já pontuei, bovinos de elite são mercadorias inalienáveis porque bois e criadores são produzidos mutuamente neste mercado. A trajetória de um bovino nas pistas ou o preço pelo qual é arrematado em um leilão jamais são dissociados da trajetória de seu criador.

E mais. A venda de um espécime em um leilão para um novo pecuarista não encerra o vínculo da rês com seu criador. Ao contrário, cada compra de uma rês por um preço milionário estabelece vínculos de reciprocidade entre o criador da rês e seus novos donos. As compras e vendas neste mercado, além de gerarem lucro, geram dívidas. Um pecuarista que teve uma rês de seu rebanho adquirida por um alto preço, também deve comprar animais daquele com quem fez negócio por altas cifras. Isto ajuda a produzir “o bom relacionamento”, imprescindível para “fazer pista”, “fazer gado” e “fazer leilão”.

O mercado gado de elite não é exatamente uma sociedade de clãs, mas indubitavelmente é um mercado de famílias, bovinas e humanas. O idioma do parentesco tanto é imprescindível para a produção de novas reses, através do *inbreeding* e do pedigree, quanto para a realização de compras nos leilões: é necessário conhecer e manter relações com as famílias que participam deste mercado. Há uma dependência recíproca entre os criadores, seja porque eles comercializam seus espécimes em arenas públicas em que vendedores e compradores interagem diretamente, seja porque certos vínculos, afetivos, políticos e de parentesco, enredam alianças que estão além do cenário das exposições, leilões e julgamentos.

Mais que a tradição antropológica ou estudos sociológicos, uma entrevista com Claudio Totó e seus filhos me fez pensar que os leilões de gado de elite permitiam algumas comparações com economias da dádiva. A família Souza, ao explicar os mecanismos de compra, venda e a própria festa presente nos leilões, usava os termos “fama”, “reciprocidade”, “dívida”. Eles afirmavam que pecuaristas com mais “fama” vendiam suas reses por valores

maiores. Diziam que leilões eram espaços de amizade e “reciprocidade”, que criadores eram “generosos”, além disso, afirmaram que nas transações de compra e venda em leilões, havia muito mais do que o intercâmbio de dinheiro por bovinos.

Segundo eles, o mercado de gado de elite era permeado por “dívidas” não só porque alguns criadores, que não era o caso deles, através da compra de animais por altos preços nos leilões, quitam débitos de outras transações financeiras, mas porque nas compras e vendas de reses, estava em jogo mais que a qualidade dos espécimes à venda. Eles, por exemplo, davam lances mais altos pelos animais daqueles criadores com quem eles tinham uma boa relação, cujos reprodutores tinham ajudado a aprimorar a qualidade de seu plantel, que eram amigos ou próximos da família, que tinham, por sua vez, comprado animais por quantia proporcional. E esperavam o mesmo destes criadores.

“Leda: É reciprocidade. Você compra o meu, eu compro o seu. Nós somos muito recíprocos, nós costumamos ajudar, lançar, né pai?”

Totó: Há reciprocidade sim, há amizade... Eu procuro comprar alguma coisa, ou quando não compro, eu lanço realmente.

Fernando: Isso aí faz parte da necessidade de movimentar o negócio. Não adianta você falar: eu não vou em leilão de ninguém e todo mundo vai no meu. Aí não dá!

Totó: Porque às vezes você vai no leilão pra não comprar, pra aparecer, pra ajudar. Pra comer, pra beber.” (Leda, Fernando e Cláudio Totó – Família Souza)

Os criadores de gado de elite com boa reputação estão sempre em dívida uns com os outros porque são “recíprocos”, de acordo com as reflexões nativas. Inclusive, os jovens criadores, para conseguirem prestígio no mercado de gado de elite, precisam da anuência de criadores com reputação constituída para constituir a sua própria. Eles devem adquirir espécimes de criadores tradicionais em leilões e vender suas reses para eles.

“E tem outra coisa, você tem criadores antigos, criadores grandes, criadores fortes, criadores que tão na ponta e você tem um monte de criadores que tão começando. Então o que acontece? Esse criador que tá começando, principalmente se ele é empresário ou esse tipo de coisa, ele tem (faz um sinal com os dedos indicando dinheiro) bastante... Só que o gado dele não tem a qualidade que o antigo tem. Mas o que acontece? Há uma troca, mas ele vai no leilão do criador grande, vamos supor, compra um animal por 100 mil e ele põe um

animal dele e vende por 20 mil, 15 mil. E às vezes é o criador antigo que comprou o animal dele. Mas isto faz parte do negócio, é a situação normal. É um criador mais antigo tentando comprar o animal dele que vale menos realmente. Mas foi o fulano que comprou, se fulano conhece, é sinal que o animal dele é bom. E ao mesmo tempo, ele, pra melhorar o gado dele, ele precisa comprar dos criadores melhores, que são os mais antigos.” (Fernando Souza)

É frequentando julgamentos, exposições e adquirindo animais em leilões por altas cifras que se constrói reputações – bovinas e humanas - no mercado de gado de elite. Cláudio Totó, por exemplo, adquiriu espécimes de Torres Homem, Rubico Carvalho e Celso Garcia Cid – aqueles que estiveram envolvidos na importação de 1962 – para dar início ao seu criatório e passou a ser muito próximo deles. Hoje, jovens criadores como Zezé de Camargo⁸¹ e Felipe Picciani frequentam leilões de Totó porque precisam dos reprodutores e da influência do pecuarista para fazer seu plantel.

Há um circuito temporal e espacial que faz criadores e espécimes de elite. Estar nele é essencial para a produção do valor de bois e de pecuaristas. Porque fazer gado é também fazer fama. É preciso que a reputação das reses e dos criadores, através do comércio de células reprodutivas, de prêmios em julgamentos, de acasalamentos bem-sucedidos, de vendas em leilões, circule no mercado.

Ao analisar o Kula, melanesistas (Munn:1986, Strathern: 2006, Weiner:1986) produziram análises sofisticadas sobre mecanismos de troca, produção e circulação de influências e reputações entre coisas e pessoas, que são inspiradoras para iluminar o mercado de gado de elite brasileiro. Entre outras coisas, pensam valor como um processo, como o efeito de relações e de influências diversas. Ao analisar a dimensão temporal e espacial das trocas e da constituição da reputação de bens e de pessoas na Melanésia, Nancy Munn (1986) lembra que em Gawa, o Kula é mais que um sistema de intercâmbio de bens. É um modo de ação em que, através do tempo e do espaço, pessoas produzem atos de influência e de controle político. Atos e práticas empreendidos no Kula geram influências e potencialidades nas coisas e nas pessoas, produzem fama. Mas as influências dos agentes emergem não apenas das ações

⁸¹ Estive presente no primeiro leilão de gado de elite promovido por Zezé de Camargo. A propaganda do leilão do criatório, cujo nome é o mesmo da sua canção mais famosa “É o amor!”, veiculada semanas antes em uma feira agropecuária em Uberaba, enfatizava que os animais de Zezé tinham sido desenvolvidos a partir de acasalamentos com reses famosas criadas por Claudio Totó e Jonas Barcelos. Zezé de Camargo é um criador jovem no mercado e precisava se valer da reputação de criadores conhecidos para fazer a sua própria.

empreendidas por eles mesmos. Suas potencialidades são também ativadas por seus parceiros de troca e pelos sucessivos intercâmbios de bens. O nome de uma pessoa e, portanto, sua fama, viaja no tempo e no espaço através dos objetos trocados, porque os artefatos intercambiados funcionam como símbolos sociais e individuais do *self*. Como as trocas são incessantes e coisas e pessoas são indissociáveis uns dos outros, um intercâmbio realizado no presente, engaja relações futuras. Portanto, o controle sobre o movimento destes objetos, no tempo e também no espaço, é um controle político sobre a própria fama. O valor de uma pessoa em Gawa é produzido processualmente. Ele é equivalente à capacidade de desenvolver maestria sobre o espaço-tempo do Kula. E por isso o controle sobre a circulação da fama, e portanto, dos objetos trocados, é tão importante. Porque os agentes produzem não só o sistema de troca, mas se produzem através dele.

Uberaba não é Gawa, tampouco os leilões são sistemas de troca como o Kula. Mas o controle sobre reputações através dos objetos intercambiados (neste caso, gado) é certamente um objetivo dos criadores de espécimes de elite. Os criadores com mais prestígio são aqueles que conhecem o ‘espaço-tempo’ do mercado de gado de elite, que sabem fazer gado e, concomitantemente, fazer parcerias certeiras. Os bons parceiros são aqueles que não só adquirem animais por bom preço, como ajudam a fazer circular reputações. Cada compra e venda em um leilão ou o grande prêmio em um julgamento produz influências que são recíprocas e cumulativas. Cujos efeitos, se positivos, produzem mais valor aos criadores e às reses.

Em o *Gênero da Dádiva*, Marylin Strathern (2006) desloca a análise de Munn. Ela também trata de processos, da produção de influências e de prestígio entre os Hagen no Kula. Mas ao invés de pensar o ‘simbolismo da influência’ (Munn: 1986) nas trocas, traz os efeitos do intercâmbio de substâncias. Os itens de riqueza entre os Hagen, como em outras economias da dádiva, são semelhantes às pessoas, logo são inalienáveis. Mas isto não seria efeito de um simples processo de antropomorfização⁸². Os objetos, segundo Strathern, não são apenas uma representação das pessoas, eles estão em constante relação com elas. Pessoas e coisas são destacáveis e concomitantemente parte umas das outras. Portanto, nas trocas, há um fluxo de influências, de substâncias e de reputações, entre coisas e pessoas.

Cada troca dos Hagen produz uma série de efeitos transformativos. Homens e coisas destacam de si algo que é completamente distinto daquilo que conseguem absorver de

⁸² Como quer Chris Gregory, ao explicar as relações entre bens e pessoas em economias da dádiva.

volta. As relações, neste sentido, através do fluxo de substâncias e reputações, são sempre ampliadas e cumulativas. Estas transformações, que incessantemente ativam novas relações, tornam visíveis as influências de coisas em pessoas, de pessoas em coisas, de coisas em coisas e de pessoas em pessoas.

Talvez seja temerário realizar uma comparação literal das trocas na Melanésia de Strathern com o contexto do mercado de gado de elite brasileiro. Reprodutores e criadores não são exatamente ‘divíduos’ como os melanésios. Estes, inclusive, estão muito mais interessados em porcos, do que em bois. Mas a grande lição da antropóloga é analisar como coisas e pessoas são construídas, e incessantemente transformadas, pelas relações que estabelecem. E isto parece dar algumas pistas para pensar a constituição do valor de homens e de bois no mercado de gado de elite.

É também a partir da troca de substâncias, e não somente através do intercâmbio de reputações, que se faz o valor de espécimes de elite. As genealogias bovinas, sempre lembradas quando um animal vai ser vendido em um leilão por alto preço ou quando concorre nas pistas de julgamentos, são registros escritos que atestam a transmissão certa de genes, “sangue”, ovócitos, sêmen. Narradores dos leilões, ao qualificar os animais, lembram das influências dos pais, os avós e os bisavós destas reses e das substâncias que certamente serão capazes de prover as futuras gerações.

Mas outras genealogias, e portanto, substâncias, são acionadas nessas ocasiões. Como as trajetórias de bovinos e de criadores são indissociáveis, quando se fala da mãe de um determinado espécime, também é lembrada a trajetória daquele que a criou. Um conhecedor deste mercado facilmente consegue se lembrar de quem são os criadores das reses mais prestigiadas, inclusive, esta informação é escrita nos registros da ABCZ e marcada nos corpos dos bovinos. Ao compor o pedigree de um animal, concomitantemente, há uma composição de uma genealogia dos criadores das reses. O pedigree é tanto um traçado da transmissão de substâncias bovinas, quanto das trocas - de reputações, dádivas e reses- através das compras e vendas em leilões, realizadas entre pecuaristas neste mercado. Neste sentido, um espécime de elite é uma espécie de repositório que mistura influências, reputações e genealogias bovinas e humanas. E seu valor, é efeito de todas estas relações.

Tomemos, como exemplo, a trajetória de Parla, a vaca mais cara do mundo. Ela tem um pedigree exemplar. Seu pai, Bitelo SS, - que é filho de Ludy de Garça, considerado um dos “genearcas” da raça Nelore - não só ganhou vários prêmios em exposições, como

produziu vários filhos também campeões. Bitelo, que nasceu em 1995, já é um reprodutor falecido. Mas seu sêmen continua a ser utilizado para fazer novos “raçadores”. Nos anos 90, quando ainda era vivo, ganhou prêmios em várias feiras agropecuárias, mas foi nos anos 2000, que assumiu a liderança no ranking de melhor reprodutor da raça Nelore.

A mãe da doadora, Jatany, não ganhou muitos prêmios em feiras de pecuária. É conhecida e procurada por criadores exatamente por ser a mãe de Parla. Além disso, tem boa reputação no mercado porque foi criada por Arnaldinho. O criador é um Borges como Sr. Mário, e conhecido no mercado de gado de elite pelo seu “bom olho” e pela boa memória. Arnaldinho é um exímio conhecedor dos pedigrees da raça Nelore. Vale lembrar que a mãe de Jatany - a avó de Parla -, a vaca Rinha, foi criada por Claudio Totó. Certamente Arnaldinho utilizou a genética de Rinha para fazer Jatany por saber que Totó era também um exímio selecionador e fazia bons espécimes da raça.

Antes de 2011, em que se torna bovino mais caro do mundo, Parla já tinha sido vendida em um outro leilão. No ano 2009, em um pregão realizado inclusive na Chácara Mata Velha, de nome “Elo da Raça”, Jonas Barcelos e mais dois outros criadores, um mais antigo e outro que entrou recentemente no gado de elite, se associaram para adquirir a vaca pela quantia de dois milhões de reais. Naquele mesmo ano, Parla já tinha ganhado o prêmio de Grande Campeã da Expozebu (a mais disputada das exposições de gado zebuino) e de outras feiras agropecuárias no Brasil. Também já era uma grande produtora de “oócitos”. Sua reputação como uma boa doadora já circulava no mercado antes dela ter sido comercializada pela primeira vez por mais de um milhão de reais.

Mas ela ganhou novas premiações e, portanto, mais valor quando passou para a mão de Barcelos. Em 2010, novamente, foi a Grande Campeã da Expozebu. Este bom desempenho de Parla nas pistas, entre outras coisas, foi efeito do reconhecido bom trabalho de manejo empreendido pelo criatório Mata Velha, que é indissociável de Jonas Barcelos e do “bom olho” de Sr. Mário Borges. Quando foi vendida em 2011, na ocasião em que Barcelos anunciou que deixaria as pistas de julgamento, a forma preço de Parla, que antes era de 2 milhões de reais, passou para 5 milhões e quatrocentos mil reais (já que 50% dela foi vendido por 2 milhões e setecentos mil reais).

Aquilo que é, por assim dizer, intrínseco à doadora, qualidade dos genes ou de seus atributos raciais, não foram exatamente aprimorados nestes dois anos. A pergunta que se faz é por que o preço de Parla teria dobrado? Isto seria efeito simplesmente do anúncio da

saída de Barcelos? O mercado estaria aquecido devido a entrada de novos criadores? A vaca teria dado novas provas de que era uma doadora de “oócitos” exemplar? Teria produzido descendentes também campeões de rankings?

Como outros espécimes de elite, Parla, é efeito de substâncias – genes, sêmen, oócitos – e códigos –, prêmios, manejo, “bom olho”, preço – que geram reputações, bovinas e humanas. Este conjunto de relações, concomitantemente estáveis, transformáveis e intercambiáveis produz o valor da doadora. Mais que um investimento financeiro, recuperável através da venda de embriões, Parla é efeito das influências de Ludy de Garça, Bitello da SS, Jatany, Rinha, Arnaldinho, Totó, Mário Borges, Jonas Barcelos, da Rima Agropecuária que a adquiriu no leilão de 2011 e de tanto outros agentes. O valor da doadora, inclusive, se transforma sem cessar. Ela não vai mais ganhar prêmios em julgamentos, não tem mais idade para participar destas competições, e muito provavelmente não vai ser mais vendida em um novo leilão. Mas se ela tiver um descendente que ganhar um grande prêmio em uma exposição, certamente angariará mais valor, cujos efeitos chegarão a Ludy de Garça, Bitello da SS, Jatany, Rinha, Arnaldinho, Totó, Mário Borges, Jonas Barcelos e à Rima Agropecuária.

É possível perguntar se o valor de qualquer mercadoria não seria efeito de um conjunto de relações. Se a trajetória de um artefato qualquer for seguida, como propõem Appadurai (2007) e Latour (2012), provavelmente conseguirá ser descrita a partir de efeitos de diversos agentes e influências. Mas vale lembrar que o mercado de gado de elite tem lá suas especificidades. Muitos espécimes que hoje ocupam os primeiros lugares do ranking das melhores reses, facilmente, reuniriam influências de Totó, Arnaldinho, Barcelos e Mário Borges. Mas não só porque estes selecionadores produziram muito gado e, com a “democratização” das tecnologias reprodutivas, a genética de seus animais é disseminada com mais facilidade. Certa vez uma veterinária, pouco entusiasta do mercado de gado de elite, me disse que “genética não tinha preço” e, portanto, não conseguia explicar o porquê de alguns reprodutores zebuínos custarem tão caro. De fato, o “valor genético”, passível de ser mensurado através de programas de aprimoramento ou de provas zootécnicas, é uma pequena parte de uma série de outras relações que fazem com que um criador pague cifras milionárias por um espécime em um leilão. É pela qualidade e pela quantidade das relações, que se faz bois e criadores no mercado de gado de elite. E talvez seja exatamente por isso que é difícil avaliar a forma preço destes espécimes.

Criadores de gado de elite consideram seus bovinos especiais, únicos, e também consideram a si próprios e aos seus pares como tal. Seja porque eles são ricos e, portanto, podem adquirir espécimes por um alto preço em um leilão, seja porque têm o saber sobre o gado no “sangue”, “bons olhos” para identificar atributos raciais e, por isso, conseguem estabelecer “um bom relacionamento” com outros criadores. São poucos os bovinos e também os criadores capazes de doar, receber e produzir tamanhas influências. Isto produz o seu valor, os torna de elite.

Um dos primeiros objetivos deste estudo, já expresso no projeto desta pesquisa, era entender o porquê de animais de elite serem vendidos por altas cifras. No início da pesquisa, meu argumento era de que estes bovinos funcionavam como investimentos financeiros, cujo retorno se realizava através da venda de sêmen ou embriões.

Este capítulo, através da narração de um leilão específico, da explicitação das regras de compra, venda e também da festa nestes pregões, da explicação dos papéis empreendidos por “leiloeiros”, “pisteiros”, “criadores”, “leiloeiras”, “assessores”, “canais” e “comedores de coxinha”, de uma breve análise sociológica e histórica sobre a realização de leilões no mundo, de um relato sobre os saberes de selecionadores na produção da qualidade destes espécimes e da descrição sobre o intercâmbio de reputações entre bois e homens, tornou possível um novo olhar sobre a questão inicial da pesquisa.

A qualidade destes espécimes enquanto um investimento não é capaz de explicar seu preço, tampouco às relações que estabelecem com seus criadores. Porque mesmo a forma preço, os milhões de reais pagos por estes animais, consegue explicar apenas parcialmente as nuances deste mercado e por isso o investimento em compará-lo com uma economia da dádiva.

Ao realizar trabalho de campo em leilões, feiras de pecuárias, julgamentos e fazendas, o estatuto, simbólico, econômico e estético, destes bovinos foi ganhando novos contornos explicativos. Um espécime de elite é produtor e produto de seu criador. As trajetórias de homens e bois são indissociáveis umas das outras, e talvez seja essa, a principal especificidade deste mercado: mais que produzir e comercializar vacas e touros com qualidades genealógicas, fenotípicas e estéticas raras, a pecuária de elite realiza reputações.

Nas compras e vendas realizadas através de leilões, bovinos e criadores, criadores e bovinos, bovinos e bovinos e criadores e criadores trocam influências e potencialidades. No capítulo a seguir, continuarei a investir na análise de intercâmbios. Mas desta vez, de substâncias. A partir da análise da trajetória de dois criadores já citados neste capítulo, Arnaldinho e Jonas Barcelos, analisarei os efeitos do idioma do parentesco neste mercado, especialmente, através da categoria nativa “sangue”.

Capítulo 4 : O “sangue” dos zebus e dos zebuzeiros

Em conversa com Dona Yeda, a mãe de um dos mais prestigiados criadores de zebu do Brasil - Arnaldo Manuel Machado Borges -, ela me disse que seu filho nasceu com o dom da criação. Desde muito menino, na fazenda da família, localizada em Uberaba, realizava experiências com a seleção de animais:

“ O Arnaldo Manuel fez uma seleção de galinha vermelha pintada de branco e eu não tinha nem galinha vermelha, nem galinha branca. Eu não sei o quê que ele arrumou que ele ficava o dia inteiro mexendo com as galinhas e fez um plantel de galinhas vermelhas pintada de branco. Ele tinha uns oito anos, ele nasceu sabendo ”. (Yeda)

Dona Yeda gosta de lembrar que Arnaldo Manuel é tanto um criador de bovinos, quanto de plantas. Nas propriedades de sua família cultivava árvores frutíferas e orquídeas. Segundo ela, estes saberes teriam sido herdados dos avôs de seu filho. De seu pai Manuel que era um exímio criador de plantas e de Rodolfo, o pai de seu marido Arnaldo, que era um grande “zebuzeiro”.

“ Você tá vendo, isso ele puxou de mim. Você tá vendo como aqui tem flor? Aqui é pura orquídea, nas árvores, no pomar. É tudo! Ele planta sem parar igualzinho eu, e nós fazemos isso igualzinho ao meu pai. Papai era assim, eu sou assim e o Arnaldo Manuel também. Cada um nasce com um dom. Agora o Arnaldo Manuel é igualzinho ao Rodolfo na criação. Ele puxou. Então o Arnaldo Manoel é metade Rodolfo, metade Manuel. ” (Yeda)

Arnaldo Manuel Machado Borges, carinhosamente chamado de Arnaldinho, sabe muito da história das importações e da seleção de espécimes indianos, e é por isso, dentre outras coisas, muito estimado no mercado. Alguns de seus parentes- tios, primos, avós, bisavós, tataravós – estiveram diretamente envolvidos com os primórdios da bovinocultura zebuína em Uberaba. Ele é uma “unanimidade” na pecuária de elite. Agrada técnicos, veterinários e criadores porque além de ter “um bom olho com o gado”, possui uma memória genealógica exemplar. Lembra quem são os pais, avôs e bisavôs das reses e sabe quais misturas genéticas são certas para gerar espécimes com esta ou aquela característica. Como

pouquíssimos criadores, é capaz de relacionar genealogias bovinas com atributos raciais específicos.

Por tudo isso, ele é sempre cercado por outros pecuaristas no contexto de julgamentos, leilões e nas demais atividades, como seminários, empreendidas pela ABCZ. Técnicos, veterinários, leiloeiros e também outros criadores nestas ocasiões o chamam de “Professor Arnaldo”. Nos leilões de gado de elite é sempre requisitado para tecer considerações sobre as qualidades fenotípicas, mas especialmente genealógicas, das reses na pista.

Certa vez, eu o acompanhei em uma viagem de carro de São Paulo até Ribeirão Preto. Junto com uma das funcionárias de sua fazenda, a veterinária Renata, fomos até uma central de inseminação artificial para participar de uma festa em comemoração aos 15 anos do touro Ranchi⁸³, um dos mais importantes feitos do criador. O reprodutor é um dos espécimes de mais famosos do Brasil. É tanto um “recordista” de venda de sêmen, como de preço em leilões. No ano de 2008, Arnaldinho comercializou uma cota de 50% de Ranchi a um grupo de empresários pela quantia de um milhão de reais.

No caminho até a festa, o celular do criador tocava incessantemente. No mesmo dia em que comemorava a nova idade de Ranchi, outro reprodutor de Arnaldinho, Gandhi, falecia. Um dos funcionários da fazenda ligava em seu celular para sugerir ao criador que o “raçador” fosse empalhado. Arnaldinho dizia que além do procedimento de taxidermia⁸⁴ de um touro ser muito caro, era de mau gosto. O criador argumentava que Gandhi deveria ser lembrado por seus feitos enquanto vivo, pois havia deixado muitos descendentes campeões dos rankings nacionais de melhores reses, tinha uma genealogia exemplar, além disso, doses de seu sêmen estavam congeladas. Portanto, jamais seria esquecido.

⁸³ A descrição etnográfica deste interessante evento foi narrada em uma Comunicação Oral, de título “A festa de aniversário do touro Ranchi: Uma etnografia da celebração de um mercado” (2012), no grupo de trabalho “Animais e humanos em contextos urbanos e rurais: novas perspectivas sobre relações interespecíficas” durante a ocasião da 28ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia.

⁸⁴ A prática de taxidermia de grandes reprodutores não é incomum no mercado de gado de elite. Cabeças empalhadas são utilizadas como ornamentação de fazendas e centrais de inseminação. A cabeça empalhada do touro Chave de Ouro, um dos principais reprodutores de Rodolfo Machados Borges, o avô de Arnaldinho, ornamenta uma das salas no Museu do Zebu no Parque Fernando Costa em Uberaba.

Mas os assuntos das ligações que Arnaldinho recebia no trajeto não envolviam somente Gandhi, ou Ranchi. Enquanto o criador observava criteriosamente a paisagem da estrada, especialmente as árvores e plantações, clientes seus, que o contratavam como “assessor”, ligavam para confirmar a data de leilões, de visitas e reuniões em fazendas e certificar escolha de acasalamentos. Arnaldinho recebeu vários telefonemas nos quase quatrocentos quilômetros que ligavam São Paulo a Ribeirão Preto. Ele é, por excelência, um homem de negócios da pecuária.

Quando chegamos à central de inseminação, Arnaldinho foi recebido com entusiasmo pelos convidados da festa. Veterinários, funcionários da central, jornalistas e alguns pecuaristas o aguardavam para ouvir suas considerações sobre a trajetória genealógica e reprodutiva do aniversariante Ranchi. Em seu discurso, proferido depois de cantarmos parabéns ao touro, Arnaldinho lembrou que Ranchi nasceu com um tamanho “normal”: 35 quilos. Mas ao completar seis meses de idade, passou a se diferenciar de seus “contemporâneos”: era forte, musculoso, muito “masculino”. Quando o criador desenvolveu o acasalamento que deu origem a ele, já previa que Ranchi comporia a elite da pecuária brasileira porque sua genealogia era mesmo exemplar. Sua mãe, Opala, da linhagem “Lemgruhber”, era uma grande matriz. O touro, segundo Arnaldinho, teria ganhado prêmios em todos os três julgamentos de que participou e a maior prova do seu bom desempenho eram suas filhas: todas muito saudáveis, “funcionais” e campeãs de “pista”.

Por seus saberes genealógicos e pela “convivência” com o gado, Arnaldinho fez de Ranchi um exemplar “pareador” da raça Nelore. Concomitantemente, a trajetória bem-sucedida do touro na pecuária de elite - seja por sua conformação racial, sua venda milionária no leilão, pelo comércio de seu sêmen e por seus descendentes campeões de julgamentos - é prova de que Arnaldinho é um exímio selecionador. A comemoração dos 15 anos de Ranchi, portanto, celebrou tanto o valor do touro, quanto o de Arnaldinho no mercado de gado de elite.

Depois de proferir a fala, degustar os quitutes oferecidos na comemoração e dar entrevistas a jornalistas, Arnaldinho circulou pelos currais da central. Junto com outros convidados da festa, eu seguia o criador pelo corredor que cortava as cocheiras onde permaneciam os animais que eram coletados. Ele observava cada um daqueles bovinos e tecia observações. Mais do que comentar sobre as premiações que tinham ganhado em julgamentos, os preços pelos quais tinham sido adquiridos em leilões ou sobre as quantidades

de doses de sêmen que produziam, Arnaldinho falava dos atributos das reses através de um saber genealógico. Sobre o “posterior” (as pernas traseiras) de um famoso reprodutor, por exemplo, afirmou: **“O pelo é “estrelado”, você vê. É característico do sangue Taj Mahal”**. Ao analisar outro espécime, comentou: **“Ele tem a cabeça como a do avô”**.

Arnaldinho é um Borges, uma família que tem saber notório sobre a seleção de gado zebu. Além da gestão da própria criação, ele se dedica a julgar animais em diversas feiras do país e presta assessorias a fazendeiros novatos. Ocupa posições estratégicas na pecuária de elite brasileira porque tanto cria (logo, também promove leilões e concorre nas pistas de julgamento) e avalia animais (julga-os nas feiras agropecuárias e, portanto, contribui na definição de padrões raciais), quanto assessora outros pecuaristas (influenciando a reputação de novatos que querem concorrer nos julgamentos e vender suas reses por cifras milionárias).

O criador é bacharel em medicina veterinária pela UFMG. Na década de 80, depois de graduar-se, tornou-se diretor técnico da ABCZ, onde orientava a realização de registros genealógicos. Deste período em diante, passou a atuar como juiz de gado em exposições e a desenvolver seu próprio criatório. Ele gosta de lembrar que o trabalho de seleção é muito gratificante porque, cotidianamente, através da realização de acasalamentos e do estudo de genealogias, é possível observar o aprimoramento dos descendentes de “raçadores” e “matrizes”.

Durante uma entrevista, ele ressaltou que frequentar a fazenda da família foi essencial para se tornar um selecionador. E estimulou seus filhos a fazerem o mesmo. Segundo o criador, a “convivência” e o trato da criação o ajudaram na consolidação do seu saber sobre gado.

“ Agora uma coisa que foi muito importante, tanto pro meu pai, pra mim e também pro João Marcos e pra Maria Isabel, foi que o meu avô procurou criar os filhos nesse ambiente da fazenda e da pecuária e a gente também. Meus filhos, sempre nas férias, iam pra fazenda e ficavam trabalhando lá na lida do gado, faziam tudo. A gente participava de tudo lá na fazenda. Então, meu pai, eu e também meus filhos, desde pequenos já começaram a ter essa convivência ali e a gente aprende muito. Eu fiz também veterinária, mas o que eu sei, o que eu tenho conhecimento sobre as raças zebuínas eu aprendi na fazenda.”(Arnaldinho)

Muitas vezes escutei Arnaldinho falar, no contexto de leilões e julgamentos de gado, que **“a genética e o sangue não mentem”**. Que as genealogias são capazes de mostrar as potencialidades de um espécime. Através da qualidade dos ancestrais é possível prever o futuro da progênie. Segundo ele, o melhoramento animal é efeito da ação sobre o pedigree com o manejo adequado e o mais importante na tarefa de selecionar animais é conhecer e trabalhar com boas famílias bovinas:

“O animal através do seu pedigree mostra o que ele pode ser”....Você só vai conseguir saber se o animal é um grande “raçador” ou uma grande matriz através da sua progênie. Então é muito interessante, essa frase vinha antes nos certificados pra mostrar aos criadores a importância do registro genealógico, dos animais terem a genealogia, porque através da identificação dos ancestrais e do futuro das progênies que você vê todo o potencial de cada animal”. (Arnaldinho)

Seu avô, Rodolfo Machado Borges, e seu pai, Arnaldo Machado Borges, dedicaram-se a seleção de Gir. Quando Arnaldinho começou seu próprio criatório, investiu no Nelore, uma raça em ascensão no momento. Na década de 80, os rebanhos nelores sentiam efeitos positivos provocados pela importação de 1962. Arnaldinho, além de utilizar o “sangue” destes “raçadores” importados na década de sessenta, investiu numa linhagem ainda mais antiga e tradicional: a “Lemgruhber”. Passou a usar em seus acasalamentos, descendentes do casal de nelores importados ao Brasil do zoológico de Hamburgo, trazidos pelo industrial carioca Manuel Lemgruhber ainda em 1870, naquela que é considerada por zootecnistas, veterinários e historiadores da pecuária como a “primeira importação intencional” de gado zebu ao país.

“Bom, até 1980 a minha convivência era praticamente só com Gir. Daí nessa convivência com Gir eu tive experiência como criador...Os criadores de Gir, cada um tinha o seu rebanho fechado, ainda não se usava entre os criadores de Gir troca de material genético, não tinha os leilões, os leilões hoje facilitam muito a troca de material genético. Não tinha esses recursos que tem hoje, FIV, TE, então o criador ficava fechado dentro da sua seleção, com isso nós começamos a ter problemas graves de consanguinidade. Porque a consanguinidade tem um grau de tolerância. Então, o que começou a acontecer com a raça Gir? Todas as características ligadas a produtividade

começaram a cair: peso, leite, fertilidade. Começaram a aparecer muitos animais com defeitos físicos...Bom, aí a partir de 80, passei a ter convivência com a raça Nelore. No final dos anos 80 eu comecei a ter oportunidade de trabalhar com outros rebanhos dando orientação de acasalamento. Aí me veio, logo no início desse trabalho, a ideia de procurar introduzir nesses rebanhos que eu dava assistência, todas as linhagens disponíveis na raça Nelore. Então nós introduzimos na pecuária seletiva uma linhagem que não se usava de jeito nenhum: a linhagem Lemgruber. Mas nós procuramos pegar a genética de todos os rebanhos tradicionais e tivemos resultados. Hoje a raça Nelore tem muitas opções de linhagens, cada uma dessas linhagens tem suas contribuições...”
(Arnaldinho)

Em virtude de sua experiência como selecionador da raça Nelore, Arnaldinho escreveu em parceria com dois pesquisadores da Embrapa, José Henrique Ferreira de Oliveira e Claudio de Ulhôa Magnabosco, um livro de nome “*Nelore: Base Genética e Evolução Seletiva no Brasil*” (2002) em que analisam as vantagens do uso de alguns reprodutores como os principais “genearcas” da raça no país. O objetivo do documento é fornecer a pecuaristas (de corte e de elite) informações sobre as transformações fenotípicas, morfológicas e econômicas que ocorrem na “estrutura familiar” dos rebanhos brasileiros. Para isso, descrevem como o investimento em linhagens bovinas, entendidas pelos autores como “*um grupo de animais, descendentes de um reprodutor ou de uma reprodutriz, constituindo uma família cujos membros têm, entre si, maior parentesco do que comumente observado na raça*” (Oliveira, Magnabosco e Machado Borges: 21, 2002), operam no melhoramento animal.

A partir da análise fenotípica (racial e morfológica) e dos “valores genéticos” dos “genearcas” que deram origem as principais linhagens da raça - Kavardi, Taj Mahal, Golias, Godhavari, Rastã, Padhu e Nova Opção⁸⁵ - Arnaldinho e os veterinários da Embrapa, analisaram mais de 50 mil genealogias de descendentes destes reprodutores. O estudo, apesar de fundamentado em critérios que permitem identificar “frações de genes idênticos” presentes nos descendentes destes “raçadores”, e que, portanto, analisam a “contribuição genética”

⁸⁵ A linhagem Nova Opção é resultado da importação, sem autorização do Ministério da Agricultura, de material genético da Índia entre 1978 e 1980. Este material foi trabalhado em rebanhos fechados e produziu importantes reprodutores, tais como Nagory, Visual, Inca que, por sua vez, originaram descendentes que foram grandes campeões de julgamentos. O caso mais exemplar é o de Fajardo da GB, um neto de Visual, que por sua conformação racial, tornou-se um recordista de venda de sêmen no Brasil.

destes reprodutores, traz à tona velhas questões da pecuária zebuína brasileira que só um exímio criador, como Arnaldinho é, conhece de perto: as vantagens e desvantagens da “consanguinidade” em um rebanho desenvolvido a partir de número bastante limitado de espécimes - de elite - que atuam como fornecedores seminais de substâncias (sangue e genes) para o gado comum.

O criador conhece muito bem as linhagens bovinas da raça Nelore e, portanto, a qualidade do “sangue” e da genética destes “pareadores”. É com estas informações que ele trabalha como selecionador - de seu próprio rebanho e daqueles de quem ele assessora - e como um associado bastante atuante na ABCZ. Como outros criadores, desde pelo menos a década de 90, quando, inclusive, esteve na Índia, é um defensor de novas importações de gado zebu.

Em um leilão realizado no ano 2012 em que Arnaldinho, não estava pessoalmente presente, seus filhos João Marcos, Maria Isabel e Manuel Eduardo receberam um abaixo-assinado com mais de cem assinaturas, de peões e criadores, requisitando que ele lançasse candidatura como presidente da ABCZ⁸⁶. Na ocasião, um dos pecuaristas, entusiasta de sua candidatura, ressaltava que o saber sobre o gado “corria em suas veias”, que há algumas gerações os Borges eram exímios selecionadores de zebu, e isto poderia ser atestado não só pela trajetória de Arnaldinho na pecuária, como pela atuação de seu avô Rodolfo, de seu pai Arnaldo e de seu filho, João Marcos, que seguia seus passos na bovinocultura.

Foi manejando linhagens bovinas com maestria que Arnaldinho construiu sua reputação no mercado de gado de elite. Mas não foi somente este saber genealógico sobre bovinos, que o tornou um dos maiores conhecedores de gado do Brasil. Arnaldinho, assim como seus reprodutores, tem pedigree. Além de seu pai e de seu avô terem sido exímios selecionadores, vários outros de seus ancestrais são protagonistas no desenvolvimento da pecuária zebuína brasileira. Os traçados de sua genealogia - as linhas de descendência, as

⁸⁶ As eleições para a presidência da ABCZ são realizadas a cada três anos. Os associados, que são todos aqueles pecuaristas brasileiros que registram seus animais, podem votar. Nas eleições da última década, não houve mais de um candidato disputando pela presidência. Há uma espécie de consenso, entre aqueles que ocupam cargos diretivos na associação, em estabelecer quem serão os criadores que ocuparão suas funções na próxima gestão. Os principais cargos da ABCZ, de presidente, vice-presidente e de diretores, usualmente, são ocupados por criadores de famílias tradicionais na pecuária zebuína, que não coincidentemente, desenvolvem seus criatórios em Uberaba. Apesar da campanha de seus colegas, Arnaldinho não se tornou o presidente da associação, mas ocupou o cargo de vice-presidente.

alianças - são capazes de compor a história das importações, a memória dos grandes feitos de “raçadores” em leilões, dos julgamentos, das feiras, das mudanças provocadas pelas biotecnologias. A genealogia de Arnaldinho exprime, como se uma prova experimental, que o saber sobre o gado, como querem criadores de espécimes de elite, é transmitido através do “sangue” de geração em geração. Ele mesmo é a progênie que ratifica o valor de sua genealogia.

4.1 O *inbreeding* dos zebuzeiros ou o “crochê” dos Borges e dos Rodrigues da Cunha

Em livros de memórias, teses e manuais de zootecnia que trazem a história das primeiras importações e seleções de gado zebu no Triângulo Mineiro realizadas até meados do século XX (Borges Lopes e Rezende: 2011, Santiago: 1983, Medrado: 2013, Machado Borges: 2012, Domingues: 1966), o nome de alguns personagens sempre aparece: Teófilo de Godoy, Geraldino e Hipólito Rodrigues da Cunha, Antônio e Zacarias Machado Borges, José Caetano Borges, João Martins Borges, Rodolfo Machado Borges.

Todos eles são parentes de Arnaldinho.

Conversar sobre a história das importações e das primeiras seleções de gado zebu em Uberaba com Arnaldinho e seus pais, Dona Yeda e Sr. Arnaldo, é reconstruir a história familiar deles. Os três, como muitos criadores tradicionais, manejam um saber genealógico para falar de bois e também sobre humanos. Eles tanto constroem genealogias de seus animais, quanto de sua família.

Na pecuária de elite realizada em Uberaba nas primeiras décadas do século XX, momento em que se estabeleciam os primeiros critérios raciais de espécimes zebuínos, conhecer famílias humanas era mais importante do que conhecer famílias bovinas. Naquele tempo em que, segundo Yeda, “todo mundo era parente⁸⁷”, os espécimes reprodutores

⁸⁷ Margarida Maria Moura, em *Os Herdeiros da Terra* (1978), ao analisar o padrão de matrimônio entre primos cruzados em um grupo de camponeses de São João da Cristina, sul de Minas, aponta que seus nativos diziam, como diz Yeda sobre a Uberaba do início do século XX, “Aqui tudo é parente”. Na mesma direção de Moura, Ana Claudia Marques (2002), ao pensar a produção de famílias, política e conflito no sertão de Pernambuco

chegavam ali através das mãos de poucas famílias, os Rodrigues da Cunha, os Prata, os Borges.

Já explicitarei nesta tese, ao longo do capítulo 2, que o rebanho zebu brasileiro é bastante consanguíneo. Que alguns poucos “pareadores” deram origem às principais linhagens. Além disso, o *inbreeding* era uma aposta zootécnica. Algo semelhante pode ser dito a respeito das famílias de criadores precursoras. Elas também eram endogâmicas. Na observação de genealogias⁸⁸ destas famílias, é possível notar muitos casamentos entre primos, próximos e distantes, de Borges com Borges, Rodrigues da Cunha com Rodrigues da Cunha, de Borges com Rodrigues da Cunha.

Este padrão de aliança foi um tema trazido pelo jornalista uberabense Orlando Ferreira, o “Doca”, em seu livro *Terra Madrasta* (1928). Crítico ferrenho das elites agropecuárias locais, Doca dedicou-se nas primeiras décadas do século XX a escrever sobre “o mau exemplo das classes dirigentes” (Ferreira: 1928) e a defender a incorporação do Triângulo Mineiro⁸⁹ ao estado de São Paulo. Afirmava, ao contrário dos “zebuzeiros”, que

também descreve que seus nativos, ao falarem de suas relações de parentesco diziam: “é tudo parente!”. A mesma frase “aqui é tudo parente” é empregada no contexto dos casamentos endogâmicos descritos por Moura (1978) ou da ocupação territorial e constituição de uma história local, como observa Marques (2002). Um sentido de indiferenciação contextual ou preliminar parece ser comum aos diferentes usos desse enunciado, inclusive aqueles aqui enfocados.

⁸⁸ Junto com Yeda e Arnaldo, os pais de Arnaldinho, construí a genealogia da família Borges apresentada nesta tese. Vale lembrar que o casal quis incluir nela somente aqueles que, de fato, tiveram influência na pecuária zebuína de Uberaba. Para a construção desta genealogia tive acesso a duas outras, uma manuscrita, do “tronco” do tio-avô de Arnaldo, Antônio Borges de Araújo, fornecida a mim por Yeda e outra publicada, “Família Rodrigues da Cunha – Tronco Cornélia Cândida de Oliveira Borges”, organizada por Antônio Adolfo de Carvalho Borges.

⁸⁹ Ao longo de todo o século XX, o Triângulo Mineiro foi palco de uma série de movimentos separatistas. A proposta de Doca, e de outros líderes separatistas nas primeiras décadas do século XX, era que o Triângulo Mineiro fosse anexado ao estado de São Paulo. Movimentos separatistas, quase sempre liderados pelas elites locais, ganharam maior ou menor força, durante todo o século. O principal argumento para tal separação era que a região sempre foi pouco assistida pelo governo estadual, apesar de sua economia contribuir decisivamente para Minas Gerais, além disso, os “triangulinos” diziam que a região sempre esteve mais próxima, na geografia, nos costumes e na economia, de São Paulo e de Goiás. No ano de 1988, com a abertura democrática, foi realizado um plebiscito para consultar a população sobre uma possível separação, mas o projeto da criação do Estado do Triângulo não foi aprovado.

Uberaba teria entrado em decadência econômica com os sucessivos investimentos na pecuária.

A localidade, que fora um importante entreposto comercial de mercadorias diversas na segunda metade do século XIX, a partir do início do século XX, volta sua economia quase que exclusivamente à bovinocultura. Segundo Doca, o investimento na seleção e comércio de zebus beneficiou somente Os Borges, Os Rodrigues da Cunha e os Prata, as famílias precursoras na pecuária zebuína.

Doca justifica tal argumento, ao dizer que os Borges, os Rodrigues da Cunha e os Prata nunca foram aptos a desempenhar as posições que historicamente ocuparam. Segundo o jornalista, “não foram felizes” como comerciantes e mesmo como pecuaristas. Dizia que os Borges eram conhecidos pela sua “burrice”, os Prata pela “avareza” e os Rodrigues da Cunha pela “soberba”. Doca ressalta ainda, que estas características eram acentuadas porque nestas famílias houve muitos casamentos entre parentes próximos, primos, e a intensa “consanguinidade” não só os atrapalhava, como ao progresso de Uberaba.

“Ah! Se os Borges, os Rodrigues da Cunha e os Prata não gostassem de política! Como isto seria bom para Uberaba! Isto posto ainda temos que registrar o seguinte facto lamentabilíssimo: os numerosos membros dessas três famílias citadas, homens e mulheres, quasi todos já bastante fracos pelos casamentos consanguíneos, não praticam mais esse erro, simplesmente porque se acham impossibilitados pelo Código Civil, mas todavia, as uniões infelizes, os casamentos anti-eugênicos, entre elles, isto é entre primos degenerados, continuam para a infelicidade destas mesmas famílias, que nestas condições, deixando de procurar fóra um elemento eugênico forte, rico, permanecem no seu erro secular e assim cooperam para a sua própria desgraça, para o seu próprio aniquilamento, fazendo um grande mal a sociedade, porque a sociedade necessita somente de typos normaes, aptos para gerarem filhos normaes, inteligentes, robustos, perfeitos...” (Orlando Ferreira, 1928: 170)

Dona Yeda e Sr. Arnaldo Machado Borges, os pais de Arnaldinho, no alto de seus mais de 80 anos, têm uma visão distinta da de Doca. Afirmam que nestas famílias há mesmo muita “consanguinidade”, mas que o “crochê dos Borges e dos Rodrigues da Cunha”, do qual fazem parte, foi muito positivo para a pecuária zebuína brasileira. As várias alianças entre primos, próximos e distantes, não só evitaram a dispersão das heranças - de fazendas e bois - como ajudaram a concentrar no “sangue” o saber sobre gado.

Ao narrar sua biografia familiar, Yeda gosta de lembrar que é “prima” de seu marido, Arnaldo Machado Borges. Ressalta que pertence à família Borges, mas que também é Rodrigues da Cunha. Segundo ela, quando conheceu Arnaldo, o casamento entre primos, próximos e distantes, não só era bastante comum, como incentivado pelas famílias.

A própria narrativa do encontro de Arnaldo e Yeda ilustra isso. A moça, cuja família era de Araguari-MG, durante o ginásio estudou em São Paulo no Colégio Santa Inês e foi cursar Serviço Social na PUC do Rio de Janeiro. Por ocasião de uma de suas férias escolares, quase sempre passadas no Triângulo Mineiro, conheceu Arnaldo em um baile de carnaval que acontecia no Jóquei Clube de Uberaba. Segundo Arnaldo, ela o paquerava de longe e um irmão seu o incentivou para que a tirasse para dançar porque ela não só era uma boa moça, como “prima” dele. Deste encontro, começaram a namorar, se casaram e tiveram cinco filhos: Arnaldo Manuel, José Rodolfo, Juliana, Cristiana e Cândida.

Ascendentes de Yeda e Arnaldo estiveram diretamente vinculados à seleção e importação dos primeiros espécimes zebus brasileiros. Maria Cândida de Godoy, uma das bisavós de Yeda, era de uma família espanhola donatária de terras em Ouro Preto. Com a decadência da mineração, muda-se para o Triângulo Mineiro. Proprietária de uma grande fazenda em Araguari, casa-se com Lindolfo Rodrigues da Cunha.

Ainda no fim do século dezenove, Maria Cândida de Godoy, a tataravó de Arnaldinho, financia a primeira importação de gado indiano realizada por um “triangulino”. Seu irmão, Teófilo de Godoy, parte no ano de 1898 para Índia e retorna ao Brasil em 1904 com sete cabeças de gado.

“A primeira importação de gado zebu no Brasil foi feita por Teófilo de Godoy. Ele foi a mando da minha avó Maria Cândida de Godoy. Era quem tinha condições financeiras, ele não tinha. Ele foi, ficou uns anos, mas na volta o navio estragou. E o gado e a tripulação ficou sem água e sem comida. Só chegaram sete cabeças. A minha vó teve que vender fazenda pra pagar as coisas, porque você sustentar uma pessoa que comprou um mundo de coisas na Índia e só gastando, gastando, gastando, ela teve que abrir mão da fazenda, de uma fazenda que ainda existe lá no Rio Paranaíba. Ela teve que vender essa fazenda pra pagar os gastos do Tio Teófilo, só vieram sete cabeças. “ (Yeda)

Vale lembrar, que antes da expedição de Godoy, notícias sobre a adaptação do gado indiano no Brasil já circulavam pelo Triângulo Mineiro. Esta era a principal motivação

desta primeira viagem à Índia. Antônio e Zacarias Borges de Araújo, tios-avôs de Arnaldo, trouxeram do Rio de Janeiro, no ano de 1888, o touro Lontra, da raça Guzerá, considerado como o primeiro reprodutor “puro-sangue” a chegar em Uberaba. Historiadores da pecuária (Borges Lopez e Rezende: 2001) afirmam, inclusive, que Antônio e Zacarias foram ao Rio de Janeiro em busca de descendentes do casal de Nelores trazidos por Manuel Lemgruber, o industrial suíço que realiza a primeira importação “intencional” de gado zebu ao Brasil.

Importações “diretas” de gado zebu, sem a intermediação de barões do café fluminenses, que até o século XIX eram os proprietários de espécimes indianos, já vinham sendo realizadas. Geraldino Rodrigues da Cunha, irmão de Lindolfo Rodrigues da Cunha, o bisavô de Yeda, trouxe alguns espécimes da Índia através de uma casa de importação de mercadorias paulista - Casa Arens/AS - na década de 90 do século XIX. A audácia de Teófilo de Godoy, que segundo Yeda custou a fazenda de sua bisavó, foi ir diretamente à Índia adquirir espécimes e inaugurar um ciclo de importações de gado zebu que se estende até a década de sessenta do século XX.

Segundo Yeda e Arnaldo, estas primeiras cabeças de gado trazidas da Índia por “Tio Teófilo”, foram vendidas por Maria Cândida aos seus cunhados Geraldino e Hipólito Rodrigues da Cunha que moravam em Uberaba e já trabalhavam na bovinocultura. Eles lembram, com este episódio, que no início da pecuária zebuína, as compras e vendas de animais realizavam-se entre famílias. Neste caso precursor, não coincidentemente, realizaram-se entre parentes seus.

Dona Yeda lembra que sua mãe, Ambrosina Rodrigues da Cunha, é “Rodrigues da Cunha duas vezes”. É filha de Lindolfo Rodrigues da Cunha Junior (filho de Lindolfo Rodrigues da Cunha com Maria Cândida de Godoy) com a prima Adélia Rodrigues de Cunha (filha de Ambrosina Rodrigues da Cunha Borges com João Borges de Araújo). O enlace entre seus avós João e Ambrosina, inclusive, foi o que tornou Yeda “prima” de seu marido. João Borges de Araújo era irmão de Maria Santanna Borges de Araújo, a avó paterna de Arnaldo.

É especialmente através da história da “vó Santanna” que Arnaldo e Yeda traçam a trajetória, e a genealogia, dos Borges na pecuária zebuína. Os pais de Santanna, Antônio Borges Pacheco e Querubina Generosa de São José, tinham uma propriedade em Pratinha do Araxá. Ganhavam dinheiro com a exploração de minas de ouro. Antônio, junto com seus filhos mais velhos, um deles João Borges de Araújo - que veio a ser avô de Yeda -, adquiriu

grandes porções de terra na região de Uberaba. Segundo Arnaldo e Yeda, Antônio Borges Pacheco já vislumbrava com essas glebas desenvolver a atividade pecuária.

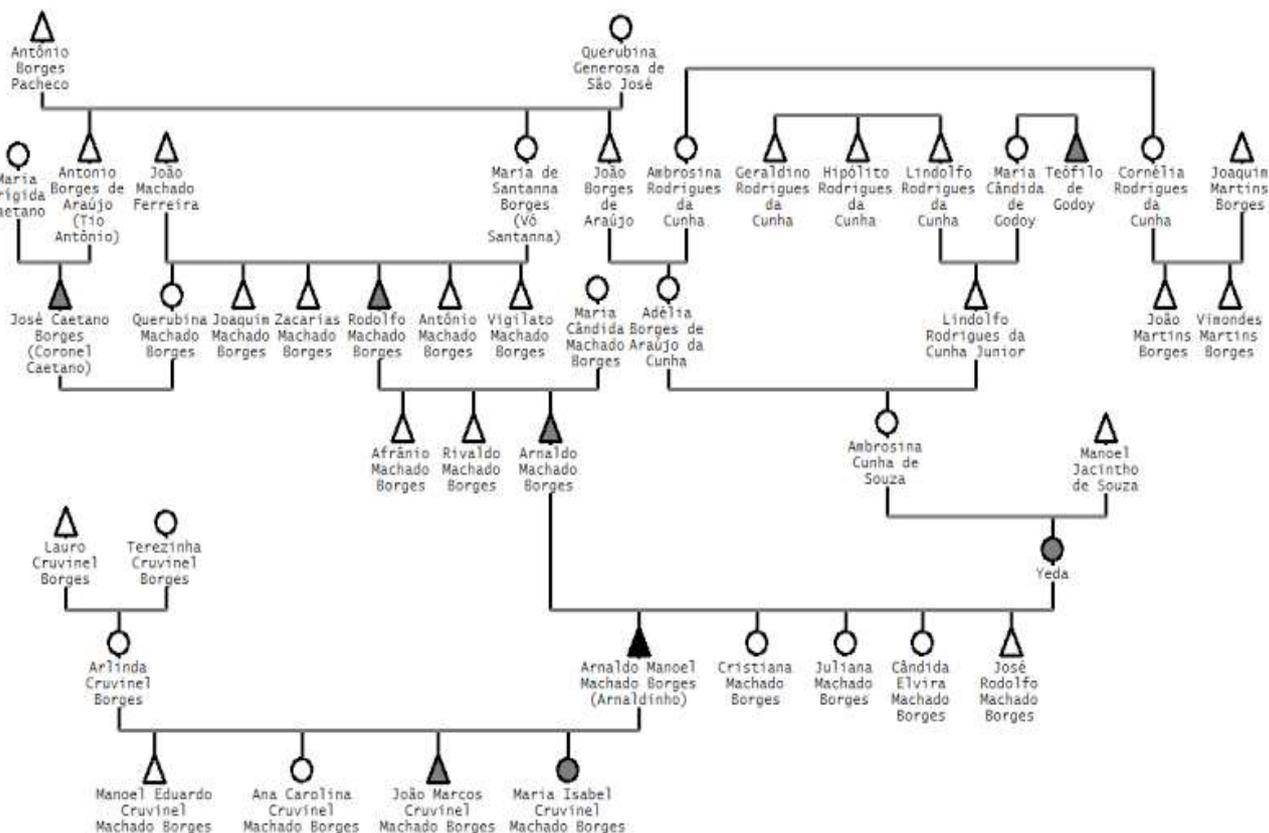


Diagrama de parentesco entre os Borges e dos Rodrigues da Cunha

Mas Antônio morre antes de se mudar. Os três filhos mais velhos já tinham se instalado em Uberaba. Querubina, então viúva, com seus 10 filhos mais novos, vem para a propriedade da família na década de setenta do século XIX.

“Em 1872. A família, naquele tempo veio do Araxá, Ibiá e Pratinha. Lá, essa Pratinha era muito antiga. A terra era bem valorizada. O marido da vó Querubina, ele com a comitiva, saiu lá da Pratinha e vieram e passaram aqui pela região da Farinha Podre – você sabe que aqui chamava Farinha Podre – então eles vieram pra conhecer o sul-goiano pra comprar terra. Aqui não havia habitação, as terras eram baratas e o governo ajudava. Então esse meu bisavô chegando na Pratinha falou pros filhos: “o melhor lugar que eu achei foi o da Farinha Podre”. Mas ele faleceu antes de mudar pra cá. Então vieram aqui os três filhos mais velhos,

e compraram uma três sesmarias, porque a terra lá era mais valorizada, aqui não tinha dono, os índios daqui já tinham ido embora, só tinha bichinho. Foi a maneira que eles instalaram. A região era própria, tudo era próprio pra pecuária, pequenas águas, o clima, era muito próprio. Então eles compraram e aí a família mudou pra cá. Talvez em 1874, por aí.” (Arnaldo)

Maria de Santanna Borges de Araújo, a avó de Arnaldo e tia-avó de Yeda, casou-se com João Machado Ferreira e tiveram 12 filhos. Eles adquiriram uma propriedade nas margens do Rio Laranjeiras, próximas a de Querubina. Certa vez, no ano de 1886, João foi até uma fazenda vizinha trabalhar na roça. Na volta, foi atingido por um raio e veio a falecer. Santanna e seus filhos, então, mudam-se, junto com Querubina, das Laranjeiras para uma fazenda na beira do ribeirão Cassu, onde, paralelamente à pecuária, desenvolvem uma indústria têxtil.

“Então, minha filha, a vovó com dez filhos e a família da vó Querubina, montaram a primeira industriazinha do Brasil Central, uma fábrica de tecido, aqui no ribeirão chamado Cassu. Tinha uma cachoeira enorme, então eles aproveitaram e fizeram lá a usina. Então ficou uma espécie de arraialzinho da família.”(Arnaldo)

Os filhos homens de Santanna estudavam numa escola rural próxima dali. Quando mocinhos eram iniciados na atividade pecuária. Antônio Borges de Araújo, um dos irmãos de Santanna, filho de Querubina, desde a importação de Lontra, já se destacava como pecuarista. Era um homem rico e tornou-se o responsável por estimular os filhos de “vó Santanna” na bovinocultura. Empréstava-lhes dinheiro para comprarem em Mato Grosso, na região da Vacaria – próximo da onde hoje se localiza Campo Grande-MS – gado “curraleiro”, sem raça definida, e comercializarem-no em Uberaba.

Arnaldo lembra que cinco dos filhos homens da vó Santanna, Joaquim, Antônio, Zeca, Vigilato e Rodolfo Machado Borges, tornaram-se grandes fazendeiros. Cada um deles dedicou-se a uma raça específica. Mas teria sido seu pai Rodolfo, segundo ele, quem mais teria se destacado como selecionador. Desde muito cedo, já mostrava aptidão com o gado. Quieto e muito observador, gostava de apreciar as reses no pasto e era melhor com a criação do que com o comércio de gado.

“Aí esse Antônio Borges de Araújo, o papai conheceu ele quando ele tinha 14 anos, aí papai foi lá visitá-lo, ele falou: “Rodolfo, você vai ser o maior fazendeiro de toda família”. Porque o papai desde criança, ele levantava cedinho, antes dos irmãos, já ia pro curral tirar um leite. Então ele nasceu com esse dom de ser fazendeiro. Tanto que ele nunca quis viajar, ele fazia sociedade com algum irmão que ia lá buscar os bois e ficava tomando conta da fazenda da vovó. Os demais irmãos , que eram Tio Antônio, Tio Quinca, Tio Zeca, Tio Vigilato, eram cinco homens, então ele fazia sociedade com eles, eles iam fazer a parte comercial e ele ficava tomando conta da fazenda.” (Arnaldo)

Rodolfo Machado Borges, o avô de Arnaldinho, começou sua seleção de zebus no ano de 1906. Na ocasião da primeira exposição de gado ocorrida em Uberaba, na Fazenda Cassu, que tinha sido de propriedade de sua avó Querubina, Rodolfo adquire de José Caetano Borges - que era, concomitantemente, seu primo e cunhado, já que era filho de Antônio Borges de Araújo, seu tio, e casado com Querubina Machado Borges, sua irmã – seu primeiro lote de zebus.

Vale lembrar, que quando Rodolfo e muitos outros criadores começaram, não havia precisão nos critérios raciais de zebus. Aqueles poucos espécimes importados da Índia acasalavam entre si. Guzerás cruzavam com nelores, girs com guzerás, nelores com girs, zebus com “curraleiros”. Zé Caetano Borges, de quem Rodolfo teria adquirido suas primeiras reses, era um homem rico e influente; único filho de Antônio Borges de Araújo, entre os Borges era quem mais tinha gado. Ao assumir os negócios de seu pai, além de trabalhar com pecuária, atuou como comerciante e investidor de papéis na bolsa de valores.

“ Muito bem, então esse Antônio Borges de Araújo, que era tio do papai, ele começou a fazer seleção entre as raças zebus, Nelore, Guzerá e o Gir. Ele foi o primeiro. Ele foi quem começou esse trabalho. E depois que ele faleceu, o José Caetano Borges, o filho dele, que era um homem muito inteligente, muito evoluído, era um homem que naquele tempo, toda compra que ele ia fazer, de mobília, coisas do lar, de fazenda, ele ia a São Paulo. Foi durante uns vinte anos o homem mais rico do Brasil Central. Aí ele continuou o trabalho do pai com muito acerto e formou um gado bom, numa época que os fazendeiros moravam na zona rural e os funcionários também, porque na cidade não tinha emprego, não tinha indústria, não tinha nada .” (Arnaldo)

Como tinha poder econômico e também político, o “Coronel” José Caetano investiu na importação de espécimes zebus. Foi o proprietário, a partir do ano de 1905, da primeira casa de importação de mercadorias do Brasil Central, “Borges e Irmãos”, com vistas a facilitar a chegada de espécimes indianos no Triângulo Mineiro. Uma das expedições à Índia mais bem-sucedidas, segundo Yeda e Arnaldo, foi patrocinada por Zé Caetano e realizada por dois irmãos que “eram Borges e Rodrigues da Cunha”. João e Virmontes Martins Borges eram filhos de Cornélia Rodrigues da Cunha (irmã de Adélia Rodrigues da Cunha, avó materna de Yeda) com Joaquim Martins Borges⁹⁰.

João, o primogênito, já tinha ido à Índia, nos anos de 1914 e 1916. Na última destas expedições, realizada entre 1917 e 1918, e que fora patrocinada por Zé Caetano, leva seu irmão Virmontes e seu primo Otaviano. Nas cartas trocadas entre João Martins Borges e Zé Caetano (Medrado: 2013) há duas preocupações centrais: o transporte do gado da Índia⁹¹ até o Brasil e o controle sobre a propriedade destes espécimes “raçadores”.

Nestas cartas, em que narra às intempéries da expedição e os mecanismos de compra e venda de zebus, João Martins Borges pede sigilo a José Caetano sobre suas negociações. Queria ocultar de possíveis concorrentes, criadores e outros expedicionários, que tipo de gado traria da Índia. Para tanto, pedia segredo sobre seus fornecedores, os camponeses indianos com quem negociava, mas também sobre as estratégias de transporte destes rebanhos

⁹⁰ Yeda e Arnaldo ressaltam que em Uberaba há muitos Borges: os Martins Borges, os Machado Borges, os Cruvinel Borges. Todas estes Borges estiveram envolvidos com a seleção de gado zebu. Não são do mesmíssimo “tronco familiar”, mas com os negócios na pecuária e com os casamentos acabaram se aproximando, tornando-se “primos”. Yeda e Arnaldo conseguiram demonstrar a mim que “os irmãos” Borges, João e Virmontes, são parentes através dos Rodrigues da Cunha, mas intuem que tem algum parentesco com os Machado Borges também. Tal fato corrobora com a ideia de que o pedigree, além de parentesco, exige conhecimento sobre a história e o destino dos personagens, é mais que um simples traçado genealógico. Os irmãos Borges, neste sentido, são trazidos à história e à memória genealógica de Yeda e Arnaldo na bovinocultura como personagens que são tão ou mais importantes que seus parentes mais próximos.

⁹¹ Estes navios que vinham de Índia ao Brasil não traziam somente o gado importado e os expedicionários. Joana Medrado (2013; 113) narra em sua tese de doutorado que muitos deles faziam o transporte de tecidos. Em uma das cartas trocadas entre o viajante e o criador, de 1916, João Martins Borges pede a Zé Caetano que ele vá até São Paulo negociar com a “Companhia Nacional de Tecidos Juta”, lugares nos porões do vapor que faria o trajeto de Calcutá até Santos para o gado que adquiriu na Índia.

para o Brasil. A exclusividade sobre estes reprodutores, desde as primeiras importações, foi central para a consolidação em Uberaba de uma pecuária de elite.

Esta expedição dos “irmãos Borges” é lembrada por Yeda e Arnaldo porque é tanto bem-sucedida quanto trágica. O líder, João Martins Borges, em suas negociações, pega uma gripe e falece em Calcutá no ano de 1918. Virmontes e Otaviano ainda permanecem na Índia por mais algum tempo. Como os documentos que atestavam as compras dos animais estavam no nome de João, enfrentaram uma série de entraves burocráticos para trazer o gado ao Brasil. Retornam ao país a bordo do navio Himalaia-Marú, no ano de 1919, com 160 reses.

“Pra quem foi esse gado [dos irmãos Borges] ? Era aquele gado que foi pra mão do Tio Zeca, pra mão do Tio Quinca, pro Tio Rodolfo. Aquilo é que foi dividindo as raças, raça Indubrasil, raça Guzerá, raça Nelore e o Gir.” (Yeda)

Mas não foi só pelos investimentos em importações de gado indiano ao longo das primeiras décadas do século XX que José Caetano, primo e cunhado de Rodolfo, é lembrado por Yeda e Arnaldo e em teses, livros de memórias e manuais zootécnicos. Ao realizar acasalamentos entre reprodutores importados das raças Gir, Guzerá e Nelore, José Caetano e outros criadores uberabenses acabaram compondo um tipo de bovino que não existia na Índia. Em 1926, Zé Caetano apresenta em uma exposição um touro, “mestiço”, mas muito pesado, que seria o padrão de uma nova raça: “Induberaba”.

Este projeto de Zé Caetano teve êxito. Na ausência de um contingente grande de reprodutores das raças Gir, Guzerá e Nelore para gerar rebanhos “puro-sangue”, o investimento neste novo tipo instaurava um padrão zootécnico e de seleção. Mas os criadores locais, apesar de apoiar-lo nessa empreitada, não se entendiam a respeito de uma questão: o nome da raça. Zé Caetano afirmava que em todas as partes do mundo as raças bovinas eram nomeadas conforme o local de sua origem e que, portanto, o tipo desenvolvido em Uberaba deveria conter em sua alcunha uma homenagem à cidade. Outros criadores afirmavam que aquele tipo era uma invenção brasileira e, portanto, deveria ser nomeado como “Indubrasil”.

A disputa pelo nome daquele tipo de bovino gerou tantos desacordos que só conseguiu ser definida na década de 30. Getúlio Vargas era um entusiasta da raça. Zé Caetano o teria visitado algumas vezes no Palácio do Catete para conseguir apoio político e Getúlio também teria vindo ao Triângulo Mineiro visitar o criatório de induberabas de Zé Caetano,

contam Yeda e Arnaldo. O presidente, inclusive, teria assinado um ato atestando que aquele tipo desenvolvido na fazenda Cassu deveria ser nomeado como Induberaba. Mas mesmo com o apoio de Vargas, Zé Caetano foi vencido. A partir do ano de 1938, com a criação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro e publicação regular de pedigrees, aqueles tipos passaram a ser nomeados como Indubrasil.

“Essa raça predominou uns trinta anos mais ou menos. Quando foi em 1938, que formaram o padrão da raça Gir, e colocava uma marca especial, o caranguejo, que representa o Triângulo Mineiro, então a Sociedade Rural do Triângulo Mineiro deu o nome, eles analisaram, e falaram vamos botar o nome da raça de Indubrasil. Aí o Zé Caetano que ia muito no Rio, visitar o Getúlio, o Getúlio chegou a ir almoçar na fazenda dele. E o ministro Fernando Costa foi um fenômeno, foi um homem perfeito, ministro da agricultura. Então o Zé Caetano falou com eles: “Presidente, eu não acho certo esse nome de Indubrasil”. E naquele tempo ele era o líder daquela raça. “Deve chamar Induberaba”. Porque na Índia o nome que a raça recebia era mais ou menos da região. Então, ele falou com Getúlio e o Fernando Costa que a raça devia chamar Induberaba. O Getúlio falou: “Coronel Zé Caetano, pode registrar particularmente, vai ser oficializado Induberaba”. A Sociedade Rural do Triângulo Mineiro ficou com o nome de Indubrasil e a dele de Induberaba, era um registro separado da Associação.(Arnaldo)

A raça Induberaba, ou Indubrasil, teve seu apogeu até pelo menos até a década de 50 do século XX. Seus selecionadores tentavam desenvolver espécimes com orelhas grandes, barbelas acentuadas e cupins salientes. Com todos aqueles elementos fenotípicos que destacavam as diferenças entre um espécime *Bos taurus indicus*, de origem indiana, de um *Bos taurus taurus*, de origem europeia.

Rodolfo Machado Borges, o pai de Arnaldo, criava espécimes induberabas, guzerás, girs e nelores na fazenda Laranjeiras, aquela propriedade adquirida por Santanna e João Machado Ferreira na virada do século XIX para o XX. Enquanto seu cunhado Zé Caetano e os demais associados da “Sociedade Rural do Triângulo Mineiro” se envolviam em disputas sobre a alcunha dos induberabas, Rodolfo passou a investir mais sistematicamente na compra de gado Gir. No ano de 1920 adquire espécimes Gir trazidos pelo navio Paraná-Marú. Os reprodutores Vassari e Vasúvio e as matrizes Menina, Tonta, Esterlina, Paineira e Rinha, compradas nessa ocasião, vieram a ser a base de seu rebanho.

Arnaldo analisa a escolha bem-sucedida de seu pai pelo gado Gir:

“ Ele observou o seguinte: o Guzerá é uma raça boa, boa de leite, mas de índole um pouco brava. Tem um chifrão grande, ele achou mais difícil, porque o bezerro nascia e você ficava um mês botando ele pra mamar. Já o Nelore não, até hoje. Pra essa criação brasileira, dá cria, o bezerro mama, a teta é miúda, é pra criação extensiva. Porque desde a Índia, quando não havia máquina, o transporte feito com gado, a raça era o Nelore. Esperta, mais independente. Porque a raça predominante lá é o Gir, que dá leite, porque lá mais é leite, é questão de religião lá na Índia. O Guzerá é mais difícil a criação, precisava de mais ajuda dos vaqueiros. A outra raça, Indubrasil, tinha mais ou menos mais defeito e no geral o umbigo era comprido, e como a pastagem natural, era mais alta, machucava com mais facilidade. Então tinha esses defeitos. Aí o papai notando que era raça pura o Gir e o Nelore, como o Guzerá que era puro, mas inconveniente. Porque o Indubrasil era considerado como a raça em formação, mestiça. Então, ele dentro dessa informação, ele passou a desfazer o Guzerá e o Indubrasil e aumentando o Gir e o Nelore. Então tem um caso muito interessante, de 1906 até 1936, era quatro reprodutores que havia, eles evitavam muita consanguinidade pra não dar defeito, tinha o Vesuvio, o Danubio, o Danubinho, tinha Vatari, quatro reprodutores Gir. E o Nelore, porque a diferença que houve é que o Nelore dá pra ser muito prolífero, pare que é uma coisa! Então precisava ter uma pastagem melhor. A fazenda das Laranjeiras tinha só vinte por cento de umas pastagem pra Nelore. E o Gir, como era uma raça assim, bem rústica etc, leiteira, mas a criação era mais fácil. Então, naquele tempo o papai foi aumentando o Gir. Mas o que ele fez de extraordinário foi o Gir, foi procurando fazer pra carne e adaptação dele nos campos aproximando com o Nelore, a vaca com teta menor, etc.”

A sagacidade de Rodolfo Machado Borges, com bem lembra seu filho Arnaldo, foi desenvolver espécimes mais dóceis que os guzerás e tão rústicos quanto os nelores. Para tanto, selecionou Girs de tetas mais curtas. Eles eram resistentes ao clima, mas não eram tão prolíferos como os nelores, e, portanto, poderiam se desenvolver e engordar em sua propriedade, pequena e com pastagens naturais.

Em 1931, Rodolfo adquire de Joaquim Martins Borges, um dos irmãos de João e Otaviano Martins Borges que estiveram na Índia em 1918, um bezerro da raça Gir e o nomeia como Martelo. Segundo Arnaldo e Yeda, a alcunha dada a este reprodutor era uma provocação de Rodolfo. Naquele tempo, de apogeu do Indubrasil e de consolidação dos primeiros critérios raciais, os criadores defendiam que os espécimes mais finos, deveriam ter a

orelha mais saliente. Rodolfo não conseguia associar de que maneira o tamanho da orelha influenciaria na produção de carne e o porquê da insistência na seleção de uma raça “mestiça”, como era o Indubrasil.

“ Quando o papai comprou, porque o uso naquele tempo, o valor, era do Indubrasil. O zebu sempre teve dessa coisa, um hobbyzinho. Ele podia ter tudo bom, mas tinha que ter a orelha longa, que significa a procedência fina da raça. Aí eles chegaram, olharam, e falaram: “Rodolfo, o que é isso? Pra que deixar de criar o Indubrasil pra criar Gir e Nelore de orelha curta?”. Aí você vê o que é visão. O papai falou: “O garrote vai chamar Martelo”. Porque naquela época costumava macetar⁹² o testículo, invés de operar. “Ele vai chamar Martelo pra abrir a cabeça de vocês pra vocês ficarem mais inteligentes”. Papai deu essa resposta. Em 38, minha filha, o Martelo foi o campeão de todas as raças.” (Arnaldo)

No ano de 1930, chegou à Índia, o Coronel Arthur Olver, um funcionário do exército inglês com experiência na seleção de gado zebu no Egito e na África. Ele publica um texto *A Brief Survey of Some of Important Breeds of Cattle in India* (1938) onde analisa características morfológicas do rebanho indiano e separa os animais em tipos raciais: Girs, Nelores, Guzerás. Um dos filhos de Rodolfo, Rivaldo, contam Yeda e Arnaldo, no mesmo ano de 1938, conseguiu um manuscrito do livro de Olver. Rodolfo teria dito que aquela informação valia mais de “10 mil contos de reis” (Machado Borges: 2012) e passou a seguir rigorosamente as instruções do zootecnista inglês em seu rebanho.

Rodolfo Machado Borges foi um dos “zebuzeiros” pioneiros em desenvolver linhagens bovinas. Todo touro seu que ganhava o prêmio de grande campeão em uma exposição, no ano seguinte, era utilizado como o principal “pareador” de seu rebanho e assim, fez reprodutores. Sua marca R foi campeã em várias exposições. Alguns de seus espécimes - Annabela, Chave de Ouro, Marmoré - até hoje são lembrados como grandes “genearcas” da

⁹² Arnaldo, com essa passagem, mais que explicitar o talento de seu pai na pecuária, mostra como eram realizados os procedimentos de castração dos touros. Martelos eram utilizados para amassar os testículos dos machos que, por não conterem o conjunto de caracteres para se tornarem reprodutores, viravam bois, encaminhados para o abate. Martelo, neste sentido, é tanto um instrumento que define animais, de elite e de corte - os reprodutores e os que viram carne - como uma ferramenta metafórica que seria capaz de abrir a cabeça de criadores entusiastas do Indubrasil. Por isso, Rodolfo nomeia um de seus mais famosos reprodutores com esta alcunha.

raça Gir. Rodolfo também teve importante atuação na fundação do registro genealógico da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro: o touro Martelo, em 1938, foi o primeiro espécime zebu a ter pedigree no Brasil. Sua trajetória como criador é marcada por dois grandes feitos: o desenvolvimento de espécimes Gir com dupla aptidão (para carne e leite) e a defesa da seleção de raças-puras.

“Durante uns 20 anos o Gir do papai foi campeão das raças zebus, em todas as exposições que ia, em São Paulo, Campo Grande, Recife, ele levava longe. Durante uns 20 anos, dentro do ideal dele, pra formar uma raça pesada, de carne. Mas ele disse: “o dia que tiver máquina e adubo, o Nelore vai predominar”. E hoje você vê o Nelore predominando.” (Arnaldo)

Do casamento com Dona Sinhá - Cândida Elvira Araújo Borges - Rodolfo teve sete filhos. Os homens, Afrânio, Rivaldo e Arnaldo, seguiram os passos do pai na pecuária. Arnaldo, o pai de Arnaldinho, começou sua seleção no ano 1948, trabalhou com gado Nelore, mas como o pai, se destacou na seleção de Gir:

“Eu comecei em outubro de 1948. Quando o papai deu pra cada filho umas sessenta reses, um pouquinho de Nelore pros três filhos, pro Afrânio, pro Rivaldo e pra mim. E ele ficou lá nas Laranjeiras com umas oitenta reses selecionando, fazendo, vamos supor, elite. Continuando o trabalho dele até falecer. Meu começo foi em 1948 com a criação de Gir e Nelore, na fazenda onde eu moro, vinda do papai. A gente prosseguiu procurando seguir com os ensinamentos dele tudo. Tanto que em 1941, papai morreu em 1952, veio um juiz da América do Norte, julgar um animal mais próprio pra carne, ele analisou o gado todo aqui no parque, aqui em cima, ele falou o animal numero 1 da exposição aqui é era fêmea Garota. Tanto é que deve tá chegando aqui na minha fazenda uma neta dela... (Arnaldo)

Junto com a esposa e “prima” Yeda, Arnaldo levou seu gado em muitas feiras e julgamentos. Ele gosta de lembrar que sua esposa também é muito boa na seleção com o gado, e que provavelmente teria herdado e aprimorado esse dom. A própria Yeda reconhece que tem bom olho com o gado:

“ O que o tio Rodolfo deixou pra gente foi amor pela criação...

Eu acho que convivendo a gente vai apurando o gosto pelas coisas. Você vê, eu sou de família de fazenda, desde bisavó e tudo. Mas de zebu eu não entendia, mas desde que eu casei eu ajudava o Arnaldo a tirar “reserva”, “cabeceira”. Ele ia pra fazenda e eu botava animal na pista porque escolhia tudo muito bem. Por quê? Eu fui contaminada, gostava e aprendi o que era o bom ”. (Yeda)

Na fazenda Boa Vista, vizinha à Ipê Ouro, Arnaldo e Yeda passam a maior parte do tempo. Além de gado⁹³, a fazenda tem um pequeno museu em que Arnaldo preserva, cuidadosamente, retratos, recortes de jornal, troféus ganhos em feiras, documentos e catálogos de leilões. Todos os seus cinco filhos passaram boa parte da infância na fazenda e herdaram propriedades próximas dali, mas é o primogênito, Arnaldinho, quem se destaca como “zebuzeiro”.

Yeda e Arnaldo não conseguem explicar essa aptidão do filho mais velho para a seleção - que apareceu quando ele era ainda criança, ao selecionar galinhas vermelhas pintadas de branco – senão pelo “sangue”. Pelas influências de Teófilo de Godoy, dos “irmãos Borges”, de Antônio Borges de Araújo, de José Caetano Borges, mas principalmente de seu avô, Rodolfo Machado Borges.

“ Minha filha, eu tenho impressão que isso é congênito. Isso vem do pai do Arnaldo. Porque ele tem sobrinhos que mexem com isso, mas quem faz a seleção deles é o Arnaldinho. O que brilhou mesmo foi o Arnaldo Manuel. Hoje sem vaidade nenhuma, porque eu não tenho nada de vaidade, eu vejo meus filhos, é valor moral, é honestidade, outras coisas. Mas ele é conhecido como o maior do mundo, não é só do Brasil não. Porque na Bolívia o gado era meio pra baixo, ele fez levantar. O gado vem de lá e é páreo duro aqui. Ele trabalha pra aqueles Monastérios, são banqueiros, são riquíssimos, ele tá lá. E ele foi convidado pra ir pro México, pros Estados Unidos, mas ele não quis ir. Quando precisou de um técnico ir na Índia, ele foi. Parece que a pessoa...É o mesmo que perguntar: “Por que que a menina toca piano?”. Eu gostava de música porque a minha amiga gostava, toco piano, toco órgão. Mas a filha dela é um gênio, ela toca na orquestra, na Filarmônica dos Estados Unidos. Eu acho que tem uns trem que vem no sangue. Você não acha? Você não acha que tem fatores físicos? Tem fatores também de formação, de

⁹³ Na ocasião de minha visita, metade da fazenda Boa Vista estava arrendada para plantação de cana. O arrendamento de terras de fazendas de gado para esta atividade tem sido muito comum em Uberaba. Há uma grande usina, do grupo multinacional Balbio, instalada na cidade.

caráter, de gosto, eu acho que tem. Não justifica esse negócio do Arnaldo Manuel, sabe? Ele já nasceu sabendo.” (Yeda)

Nem todos os filhos de dona Yeda e de Sr. Arnaldo, apesar do “crochê dos Borges e Rodrigues da Cunha”, são criadores. Tal fato, ao contrário de despersuadir o pressuposto de que o saber sobre o gado é transmitido de geração e geração pelo “sangue”, o reforça. Foi apenas Arnaldinho, entre os seus irmãos, quem conseguiu receber e, concomitantemente, transmitir a influência e o saber dos Borges sobre o zebu. Isto o torna especial, o faz, como seu gado, de elite.

4.2 O “sangue”, “a convivência”, o trabalho e a sucessão

Na estrada que dá acesso às fazendas Boa Vista e Ipê Ouro há uma placa com os nomes de Rodolfo Machado Borges, Arnaldo Machado Borges, Arnaldo Manuel Machado Borges, a data do início de seus criatórios e os dizeres: “ **Em cada Geração um Trabalho de Seleção**”.



Imagem 24: Retrato da placa na entrada das propriedades Ipê Ouro e Boa Vista (Fonte: Site Ipê Ouro)

A foto acima foi publicada em uma página na rede social Facebook. Na caixa de comentários da publicação, Maria Isabel, uma das filhas de Arnaldinho, que é veterinária como o pai e trabalha no criatório da família, lembra que um novo nome, representando a quarta geração dos Borges na pecuária zebuína, deve ser incluído na placa: o de João Marcos, seu irmão, que desde 2006 desenvolve seu próprio criatório.

**“Agora tem que completar a placa com o nome do João Marcos Borges, né?! Quarta geração!
(Maria Isabel)**

Arnaldinho tem quatro filhos, a mais velha, Ana Carolina, e o mais novo, Manuel Eduardo moram em São Paulo. A primeira tem uma loja de roupas, o segundo é advogado. Maria Isabel e João Marcos trabalham com o pai na Ipê Ouro em Uberaba. A moça trabalha no escritório, gerencia os funcionários, o “financeiro” e organiza os leilões da propriedade. João Marcos trabalha como o pai: é juiz, assessor e criador.

Assim como em outros ramos empresariais, a sucessão pode se tornar um problema para as famílias que atuam na pecuária de gado de elite. Alguns filhos, netos⁹⁴ e bisnetos de “zebuzeiros” têm optado por outras carreiras e negócios. Por isso, o trabalho em família dos Borges na Ipê Ouro é visto com muitos bons olhos no mercado. A trajetória de Arnaldinho e também de Maria Isabel e João Marcos contraria a máxima “pai rico, filho nobre e neto pobre⁹⁵”. Ao contrário, este trabalho de quatro gerações na bovinocultura seletiva contribui positivamente na construção da reputação e do prestígio dos Borges como notórios entendedores de gado.

Letícia Cañedo (2002) analisa a transmissão de capital político nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Ao relacionar as características da formação escolar e a atuação em partidos dos sucessores, avalia que tipo de força garante a determinadas famílias a predisposição à ação política. Segundo a autora, há uma atividade pedagógica familiar que endossa, através do parentesco, uma herança, um prestígio. Garante um capital que é tanto

⁹⁴ Dos netos de Dona Yeda e Seu Arnaldo, por exemplo, somente Maria Isabel, João Marcos e um dos filhos de José Rodolfo, Rodolfinho, trabalham na pecuária. Os outros são profissionais liberais, médicos, nutricionistas, dentistas e advogados.

⁹⁵ Máxima já trazida por Gilberto Freyre no clássico ‘Casa Grande & Senzala’, reiterada nos trabalhos sobre empresas familiares de Yanagizako (2002) Piscitelli (2006) e Lima (2003) e também utilizada por criadores de gado de elite brasileiros.

social, quanto territorial: os sucessores herdaram tanto uma rede de relações, quanto um *locus* onde irão atuar.

No caso da pecuária de gado de elite, não parece ser diferente. Se os herdeiros da política, como aponta Cañedo, frequentam faculdades de Direito e Engenharia, os filhos e netos de criadores, como João Marcos e Maria Isabel, cursam Medicina Veterinária ou Zootecnia. Os filhos de Arnaldinho, inclusive, estudaram em uma universidade de Uberaba, a UNIUBE⁹⁶, que forma muitos descendentes de pecuaristas de várias partes do país. Além disso, desde crianças foram iniciados⁹⁷ no universo da bovinocultura, frequentando não só fazendas, como feiras agropecuárias, julgamentos e leilões.

Tal como os proprietários de fábricas de tecido italianas analisados por Yanagisako (2002), os Borges também operam com um ‘sentimento de parentesco’, uma força de produção e reprodução de vínculos familiares através das sucessivas gerações. Que os

⁹⁶ Há duas universidades particulares grandes em Uberaba que oferecem cursos de agrárias, a Uniube e a Fazu. As duas têm como alunos filhos e netos de zebuzeiros. Uma das filhas de Claudio Totó, por exemplo, que é de Mato Grosso do Sul, cursou zootecnia na FAZU. Uberaba é considerada uma “cidade universitária”, mas atrai um tipo bastante específico de estudantes. Há muitas repúblicas no entorno do parque de exposições, que é próximo da UNIUBE, e são realizadas muitas festas e bailes animados com o gênero musical sertanejo universitário. Os estudantes de veterinária, zootecnia e agronomia circulam pela cidade com suas camionetes e sons potentes. A universidade pública dali, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, foi inaugurada recentemente, na era Lula, e tem cursos de humanas e biológicas.

⁹⁷ Certa vez, um representante comercial, Sr. Arruda, que há quase 30 anos circula pelo mercado de gado de elite, narrou a mim um episódio que envolvia os filhos de Arnaldinho. No fim da década de 80, ele representava uma empresa que comercializava botijões que armazenam sêmen, um produto que não é exatamente barato. Em um leilão realizado em Uberaba, Sr. Arruda sorteava aos convidados um botijão entre os presentes, que colocavam em uma urna seu nome em um pedaço de papel. Os quatro filhos de Arnaldinho, que eram bastante crianças, estavam presentes e ficaram muito entusiasmados com a possibilidade de seu pai ser premiado. Para tanto, colocaram vários papéis como o nome de Arnaldinho na urna, aumentando, consideravelmente, a possibilidade dele ser sorteado, como de fato foi. Segundo Sr. Arruda, os filhos de Arnaldinho, “a progênie”, vibravam com o presente ganho por seu pai. O representante comercial vê com muitos bons olhos este episódio e a trajetória destes meninos, que “ele viu crescer”, na pecuária. Desde pequenos, segundo ele, já demonstravam interesse pelos negócios da família.

É muito comum a presença de crianças, filhas de criadores, em feiras de pecuária. Elas circulam pelos julgamentos e pavilhões, entre brincadeiras e corridas pelo parque de exposição, são iniciados na atividade pecuária. Quando os pais ou avós ganham prêmios em julgamentos, inclusive, as crianças costumam acompanhá-los até a pista para receber o troféu e para o momento ser fotografado.

distingue, por exemplo, tanto daquelas famílias também tradicionais, precursoras na pecuária zebuína, que não deram continuidade aos seus criatórios, quanto dos pecuaristas novatos, que há poucos anos investem na pecuária de gado de elite. Em uma entrevista Maria Isabel avaliou a trajetória de sua família na pecuária:

“Eu acho que uma foi uma coisa muito importante, o que falta, é a renovação. Então, o que eu acho legal, que hoje tem esses criadores novos, que começam a criar com uma outra cabeça, que hoje em dia é muito rápido. Você compra uma “prenhez” ali, compra uma coisa ali e vai montando. A gente tem uma tradição, a gente tem uma estrutura, uma base. Porque qualquer empresa, qualquer negócio tem momentos altos e momentos baixos. A gente sabe passar esses momentos baixos. É uma confiança. Eu e o João Marcos demos muita sorte. Como a gente acompanha desde novo, outro dia eu tava vendo umas fotos ali e eu não tenho o que reclamar da minha infância. Era muito gostoso, era final de semana, a gente ia pra fazenda e a gente não ia por obrigação. A gente ia porque gostava, acompanhava, eu acompanhava meus pais no julgamento. Tinha os leilões a gente ia. Todo mundo ali acompanhou nosso crescimento. E quando eu e o João Marcos começamos eu imaginei que a gente pudesse ter a barreira de ser muito novos, porque o João Marcos começou a representar a fazenda, o meu pai, antes de terminar a faculdade. Eles acolheram a gente, muito pelo contrário, eles ajudaram e sempre valorizaram. Acho que todo mundo vê isso como uma coisa bonita de ver, onde eu vou todo mundo pergunta: “Cadê seu vô? Cadê seu pai?”. Então tem uma continuidade. E por outro lado, eu vejo meu pai falando: “seu vô precisa renovar”. E a mesma coisa eu e o João Marcos a gente faz com o meu pai. Por exemplo, essa parte de biotecnologia que tem evolução, fomos eu e o João Marcos que praticamente implantamos. Meu pai ficou pé atrás, mas meu pai sempre deu liberdade. Ele faz, reclama, volta atrás, mas sabe que é importante. Nessas coisas de leilão... Porque eu acho que pro meu pai foi até mais difícil do que pro meu avô. Porque da fase do meu pai pra nossa, a evolução foi muito rápida, de tecnologia e de tudo. Meu vô, como é uma pessoa de mais idade, é difícil da gente introduzir alguma coisa e a gente tem que respeitar, porque aquilo ali é daquela forma há muitos anos. E nossa fazenda, hoje, a gente reduziu um pouco o plantel, a gente seleciona mais. Hoje você consegue fazer uma pequena propriedade de grandes resultados.” (Maria Isabel)

A veterinária lembra que desde muito menina já tinha um olhar apurado com o gado. Nas feiras e julgamentos em que acompanhava seu pai, conseguia identificar a qualidade de bons espécimes. Conta que, certa vez, um reprodutor vinha ganhando os primeiros lugares em todos os julgamentos de que participava. Ela estava com Arnaldinho na pista de julgamento de uma feira que ocorria em Uberaba e ao observar este touro disse intuitivamente: “**Pai, ele**

não tem a cabeça muito feminina?”. Outro juiz, que estava prestes a dar o primeiro lugar ao “raçador”, pediu para que ela repetisse a frase. Influenciado pela avaliação dela, segundo Maria Isabel, a opinião daquele juiz foi revista e o touro não ganhou o prêmio de Grande Campeão da feira.

O trabalho de Maria Isabel na Ipê Ouro é considerado por seus irmãos, seus pais, seus avós e também por outros frequentadores do mercado como fundamental para o sucesso da empresa. Mas a própria veterinária reconhece que a pecuária de gado de elite é um universo muito masculino e que as diferenças de gênero implicam uma série de dificuldades às mulheres:

“Eu sempre fui muito despojada, eu não boto barreiras com isso. Mas é uma coisa difícil, é mulher. Até mesmo pra mulher se impor, é um meio totalmente de homem, até mesmo dos funcionários. Ontem mesmo eu tava auxiliando⁹⁸ em pista, você tem que tomar cuidado, porque você tem que se posicionar em tudo, em se comportar, em se vestir. Você tem que tomar esse cuidado, até mesmo de impor sua opinião, porque às vezes você fala alguma coisa e você falou e pronto. Hoje eu até acho interessante, que foi mudando, e me chamou atenção há uns dois, três anos atrás na Expozebu, não sei se você viu uma juíza, que julga Gir, o nome dela é Tatiana. A mulher deu um show. E era isso que tava precisando, de uma mulher. Depois daquele dia ela foi chamada pra julgar em várias exposições e abriu as portas. Hoje você vê muita menina auxiliando, antes você não via. E eu acho isso, a gente tem que passar confiança e os colegas ajudam muito, tendo essa credibilidade deles vão ajudando.” (Maria Isabel)

Maria Isabel lembra que na sua família as mulheres “são fortes”. Sua vó Yeda ajudava seu avô Arnaldo nas exposições e quando seu pai começou a trabalhar como “assessor” no fim da década de 90, era sua mãe, Arlinda, quem tocava a fazenda. Apesar do reconhecido talento de Maria Isabel com o gado, João Marcos é o sucessor “natural” de seu pai. Portanto, merece que seu nome seja incluído na placa que dá acesso a propriedade.

Como em outros ramos empresarias (Yanagisako:2002, Piscitelli: 2006) a sucessão no mercado de gado de elite é patrilinear. E isto não seria efeito, exclusivamente, da distribuição de capitais através da herança ou de uma teoria monogenética de reprodução

⁹⁸ Nos julgamentos de animais os juízes contam com a ajuda de “auxiliares”, veterinários, zootecnistas ou agrônomos que frequentaram o Colégio de Jurados da ABCZ, mas que ainda são noviços. Trabalham, nos julgamentos como estagiários e assim galgam espaço para, futuramente, serem convidados para atuarem como jurados nas feiras de pecuária.

(Piscitelli: 2006, 148), Isabel, Arlinda e Yeda, por exemplo, como Arnaldo, Arnaldinho e João, também entendem de pecuária. Mas assim como escutei Dona Yeda falar que Arnaldinho era como Rodolfo Machado Borges, Maria Isabel me disse, que seu irmão João Marcos era “igualzinho” ao seu pai:

“Porque, na verdade, eu e meus irmãos somos “Borges três vezes”. Dona Yeda e Seu Arnaldo são Borges e meu avô por parte de mãe também é Borges. Consanguinidade total! Eles até falam que meu pai e minha mãe são parecidos. Eu sou a cara da minha mãe, se você ver. Mas tem pessoas que me veem com o meu pai e falam: “nossa vocês são parecidos”. Você chegou a ver meus irmãos? Nos quatro juntos, você fala são irmãos. Essa foto aqui é mais antiga. [Isabel aponta para uma fotografia]. A Carol puxou mais a família da minha vó Dona Yeda, a maçã do rosto. Mas nós quatro somos muito parecidos. O João Marcos é igualzinho meu pai.” (Maria Isabel)

Ser Borges “três vezes” (ou ser “Rodrigues da Cunha “duas vezes” como a mãe de Yeda é) produz alguns efeitos para além da tradição na seleção de gado zebu. Isabel lembra que quando ela e seus irmãos eram crianças, na ocasião de leilões e feiras agropecuárias que participavam, as pessoas diziam: **“lá vem a progênie!”**, fazendo referência a um termo utilizado nas pistas de julgamento que avalia a semelhança fenotípica de bezerros filhos de mesmo pai e de mesma mãe.

Ana Carolina, João Marcos, Maria Isabel e Manuel Eduardo são semelhantes entre si, são indubitavelmente Borges (de pai e de mãe). Mas as semelhanças entre João e Arnaldinho são notáveis. Os dois compartilham atributos fenotípicos e de temperamento – têm a mesma cor e estatura, a mesma voz, a mesma calma para falar -, têm os mesmos bons olhos para a seleção, são reconhecidos como grandes entendedores de gado. Por estes fatores, e também porque só um homem é capaz de ser tão semelhante a um outro homem, que João Marcos é o sucessor “natural” de Arnaldinho.

O próprio João Marcos, ao refletir sobre sua trajetória na pecuária zebuína, reconhece seu saber com o gado como algo “natural” - “do sangue” e da “convivência” - e que estava nele desde que nasceu:

“A gente acredita nessa influência do sangue. Mas também da convivência, do dia-a-dia, acabo pegando aquela coisa naturalmente também. Desde o meu primeiro dia de vida eu convivo com isso, são quatro gerações na família, então é muito tempo, mais de 100 anos. Então, com certeza transmite e a gente convivendo no dia-a-dia vai pegando a coisa naturalmente. Pra te falar como você aprendeu, que dia que você aprendeu a lidar com o gado, eu nem sei. Foi uma coisa natural que surgiu e é uma coisa natural até hoje. A gente vai, vê o animal, identifica no olhar, às vezes de longe, só de bater o olho já sabe de alguma coisa diferente, então eu nem sei te dizer como. Mas é natural, tá ali”. (João Marcos)”

Para ele, a “convivência” é “natural” como o “sangue” é, “está ali”. Ao equiparar os efeitos do “sangue” e da “convivência”, João Marcos ajuda a produzir, e a reproduzir, a reputação dos Borges enquanto exímios selecionadores na bovinocultura. Assim como seu pai, seu avô e seu bisavô, João entende de gado. Porque é preciso “conviver” para criar animais e desenvolver o olhar apurado sobre as reses. Concomitantemente, este olhar e o próprio convívio, possibilitado pela herança de fazendas, bois e de uma rede de relações no mercado de gado de elite, vem de família, portanto, vem do “sangue”. O “sangue” faz “convívio”, assim como o “convívio” faz “sangue”.

“Sangue” e “convívio” fazem-se uns aos outros pela centralidade que o parentesco ocupa no mercado de gado de elite. Eles produzem saberes e famílias. Yeda e Arnaldo eram de famílias de zebuzeiros, assim como Arnaldinho e Arlinda. Estes enlacs, também propiciados pelo ambiente da pecuária - as festas, leilões, julgamentos que proporcionam os encontros e logo, alianças, de famílias tradicionais da bovinocultura -, ajudaram a produzir descendentes que são Borges “três vezes” e que, portanto, carregam semelhanças físicas comuns e a potencialidade de serem, como seus ascendentes, entendedores de zebu.

Na introdução de *The Perception of the Environment* (2006), Tim Ingold pensa como cada geração contribui na seguinte no processo de construção de saberes, que ele entende como uma ‘educação para a atenção’(2006: 20,21). Segundo o autor, os novíços, quando estimulados por seus pais ou mestres a provarem, sentirem ou olharem isto ou aquilo, não só decodificam o ambiente que o circunda, como descobrem os significados de tudo aquilo que pertence e está neles mesmos.

Para João Marcos, que é um criador de gado de elite e, portanto, leva à sério como o seu pai a máxima de que **“a genética e o sangue não mentem”**, seu saber sobre bois é “natural”. Mas quando ele naturaliza seu ofício de selecionador e criador, concomitantemente,

o culturaliza. Como seu bisavô Rodolfo Machado Borges, seu avô Arnaldo Machado Borges e seu pai Arnaldinho, João nasceu fazendeiro. E quem poderia nascer fazendeiro senão um filho de fazendeiro?

Um peão, um mascate, pode até ser um entendedor de gado, mas não é um fazendeiro. Este herda terras, bois, redes de relações, mas também o que está no “sangue”: um conjunto de influências que ajudam a produzir o saber, mas também a “paixão” pelo gado. Atributos essenciais de um criador de gado de elite.

É fato que no contexto dos leilões, julgamentos, exposições e mesmo nas fazendas, conhecer com primazia genealogias bovinas é imprescindível para a realização de boas compras e acasalamentos certos. Por isso Arnaldinho é tão requisitado. O acesso a este conhecimento sobre pedigrees é facilitado pela “convivência” e pelo “sangue”. Mas como apontado no capítulo anterior, há também algo da ordem dos sentidos na feitura e avaliação de um gado de elite que só se explica através da intuição. O domínio destes imponderáveis da seleção de bovinos, que Sr. Rodolfo Machado Borges teve e Arnaldinho, João Marcos e Sr. Mário Borges têm também, e que ajudam a produzir o saber e a paixão pelo gado, “correm nas veias”, são do “sangue”.

Alguns antropólogos brasileiros, Abreu Filho (1982), Marques (2002), Vander Velden (2004), Woortman (1995), em distintos contextos etnográficos, dedicaram-se a tarefa de pensar a ideia de sangue, como substância, símbolo ou mesmo como categoria social. Entre as famílias tradicionais do gado de elite, o “sangue” pode ser pensado a partir de todos estes domínios.

Ao avaliar as estratégias de reprodução camponesa entre colonos teuto-brasileiros, Ellen Woortmann, em *Herdeiros Parentes e Compadres* (1995), analisa como as categorias simbólicas ‘sangue’ e ‘keim’ operam nas práticas de casamento. Segundo a autora, naquela comunidade, prevalece a ideia de um princípio vital, pensado tal como a seiva de uma árvore - o ‘keim’ -, que está no sangue, mas não se confunde com ele, embora seja por ele transmitido. O ‘keim’ corresponde a um conjunto de caracteres e potencialidades transmissíveis das gerações anteriores para as futuras. É principalmente através desta substância que se selecionam os casáveis e os não-casáveis naquela comunidade.

O ‘keim’, prossegue Woortmann, é definidor tanto de características físicas, quanto morais. Ele pode ser ‘forte’ ou ‘fraco’, ‘bom’ ou ‘ruim’ e classifica pessoas enquanto

membros de famílias específicas. Ele importa, porque se ‘bom’, é capaz de concentrar em uma família todas aquelas qualidades centrais de uma ética camponesa: diligência, força física, cumprimento de palavra, iniciativa, prudência, obediências às regras de reciprocidade. Se o ‘keim’ entre o grupo teuto-brasileiro estudado por Woortmann (1995) faz camponeses, o “sangue”, no contexto do mercado de gado de elite, faz criadores. E não só porque se herda através dele certas influências da ordem do fenótipo e do temperamento. Os matrimônios entre famílias de zebuzeiros faz concentrar no “sangue” certos atributos em alguns descendentes que são fundamentais para a realização do ofício de criador.

Tal como a ideia de sangue opera em outros contextos etnográficos - inclusive na pecuária de gado de elite -, entre os teuto-brasileiros a semelhança física entre parentes indica a herança de um conjunto de atributos, de ‘keim’. Mas esta substância, segundo Woortmann (1995), não define pessoas e famílias de maneira absoluta. A socialização, por exemplo, pode controlar um ‘keim ruim’, assim como a “convivência” no gado de elite, pode apurar o saber sobre gado.

Ana Claudia Marques (2002) também trata do controle sobre atributos transmitidos de geração em geração no sertão de Pernambuco. No contexto etnográfico pensado pela antropóloga, tal como na Araxá de Abreu Filho (1982), o ‘sangue’ funciona como um vetor de reputações familiares, oferecendo tanto padrões de classificação social, como modos de relações. Mas como o ‘sangue’ é coletivo e não individual - é familiar- e não é ‘puro’ porque se forma através da mistura de outros ‘sangues’, os atributos transmitidos a cada descendente, segundo Marques, não são antecipáveis.

Se o ‘sangue’, no sertão de Pernambuco, pode ser utilizado para justificar o porquê dos Encarnados e Albuquerque serem ‘mansos’, ‘brabos’ ou ‘valentes’, também pode ser usado para explicar o porquê dos Borges e dos Rodrigues da Cunha serem exímios selecionadores de gado⁹⁹. Nestes dois casos etnográficos, o sangue faz a ponte entre o ‘individual e o coletivo, entre escolha e destino’ (Marques: 2002: 149). Se os sertanejos devem ser capazes de domar todos aqueles atributos presentes no seu sangue para evitar uma injúria, os criadores de gado de elite devem “apurar” o seu, através da “convivência”, com

⁹⁹ Como bem lembra Marques (2002) ao pensar o sertão de Pernambuco, Comerford (2003) na Zona da Mata mineira ou mesmo como narra Doca (1928), ao falar dos Borges, dos Rodrigues da Cunha e dos Prata em Uberaba, “sangue” e reputação são categorias coextensivas. Nestes casos etnográficos há uma ligação fundamental entre nome, sangue, reputação e localidade.

vistas a tirar proveito de tudo aquilo que é transmitido de geração em geração, e logo, “**não mente**”, para realizar o seu ofício com maestria.

4.3 O “sangue” dos zebus e dos zebuzeiros

Em recente artigo, Janet Carsten (2013) indaga se seria possível desenvolver uma teoria antropológica do sangue. Segundo a autora, o sangue não é algo autoevidente, tampouco estável. Ao viajar pelos diversos campos da disciplina - a política, a religião, o parentesco, as tecnologias reprodutivas – e ganhar inúmeros sentidos em distintos contextos etnográficos, pode estar associado tanto à fungibilidade e ao potencial de sua própria transformação, quanto à essência. O sangue tem propriedades materiais, mas também simbólicas, é parte da pessoa e um objeto que pode ser comercializado.

É por poder percorrer todos estes domínios, como sugere Carsten (2013), que o “sangue” é central na pecuária de gado de elite. Um mercado que, como o sangue, é polivalente. Permeado por razões econômicas, da ordem do preço e do valor, pela “paixão” e o ‘algo a mais’ dos selecionadores, por conhecimentos da genética e da zootecnia, pelos efeitos das biotecnologias, pela política, pelo Estado. O “sangue” está presente em todos estes domínios da pecuária zebuína de reprodutores brasileira, ele faz raça, faz classe, faz família, faz reputações. Portanto, é elementar na produção de criadores e espécimes de elite.

O “sangue” é tão importante para os zebus, quanto é para os zebuzeiros. A centralidade que o parentesco tem neste mercado de famílias, bovinas e humanas se substancializa no “sangue”, que carrega um conjunto de atributos e potencialidades - fenotípicos, raciais, genéticos e da ordem do temperamento – capaz de tornar homens entendedores de gado e reses campeãs de pista. É central porque medeia os dois mundos do parentesco, é da ordem do inato e do adquirido. Além disso, viaja entre domínios, é tanto dos humanos, quanto dos animais.

Tem um sentido polissêmico no mercado de gado de elite. É usado tanto como um equivalente de genética, tratado como uma substância corporal, uma fonte biomédica (utilizada, por exemplo, nos exames de DNA) e também como uma metáfora. O fato é que o

“sangue” é um tema da pecuária zebuína de reprodutores brasileira e ajuda a estabelecer uma estreita relação entre humanos e bois.

A “paixão” sobre o gado “corre nas veias” dos criadores. Há uma série de estratégias, como as importações de gado da Índia, cujo objetivo é “refrescar o sangue” dos rebanhos. Concomitantemente, o *inbreeding*, a “consanguinidade”, é uma aposta zootécnica. Através dos pedigrees e das linhagens se transmite atributos que estão no “sangue”. As famílias tradicionais de zebuzeiros também são “consanguíneas”. Pecuáristas “dão o sangue” pelos seus criatórios. O saber sobre o gado é herdado através do “sangue”.

Na Inglaterra, com bem lembra Rebecca Cassidy (2002), o controle sobre o sangue e a publicação regular de genealogias, equinas e humanas, é central na produção e reprodução do mercado de cavalos “raçadores”. Ali, criadores entendem o sangue como um ‘fato da vida’, algo natural e, portanto, central na transmissão de atributos ao longo de gerações. Como na pecuária zebuína de elite, o sangue é visto como uma substância limitada, que é distribuída e balanceada através da reprodução. A antropóloga lembra que como há algumas gerações as mesmas famílias de cavalos são utilizadas em acasalamentos, não há adição de novo sangue, somente novas combinações da substância nas sucessivas gerações.

As corridas e a seleção dirigida de cavalos na Inglaterra são atividades da aristocracia, é um ‘esporte de reis’¹⁰⁰. Portanto, o ‘pensamento genealógico’ (Cassidy, 2002: 140) fundamentado especialmente pela publicação de pedigrees, e logo, pelas ‘preocupações com posições hereditárias e castas sociais’, são tanto fundamentais para os equinos, quanto para os humanos. Ali não há intenção de mistura ou “choque de sangue”, ao contrário. Os criadores tradicionais, os ‘guardiões de sangue’, temem a distribuição e pulverização desta substância. Encaram as biotecnologias - as inseminações artificiais e a clonagem – e a genética, como uma afronta ao seu ofício porque permitiriam misturas de influências, e logo, a dissipação do caráter nobre do sangue dos “raçadores”.

Os criadores de bovinos reprodutores brasileiros não são exatamente uma aristocracia, mas são, indubitavelmente, uma elite que também se pensa através do seu próprio “sangue”, do “sangue” de seus animais e que produz genealogias. Que se constrói e se reproduz enquanto tal através dos rankings nacionais das melhores reses, das compras

¹⁰⁰ Um dos livros de Cassidy, em que narra a influência do sangue nos cavalos e nos criadores, tem o nome de “The Sport of Kings”(2002).

milionárias nos leilões, das alianças com outros criadores, do uso sistemático de biotecnologias. Diferentemente da aristocracia inglesa, uma elite consolidada, os pecuaristas brasileiros talvez estejam mais propensos a receber novas influências porque querem “apurar sangue”.

Os investimentos nas importações de gado indiano, por exemplo, elucidam isto. Foi primeiramente “azebuando” os rebanhos “curraleiros” e depois importando espécimes da Índia, que os comerciantes e fazendeiros do Triângulo Mineiro, se construíram enquanto uma elite. Foi fazendo raça, através do uso da consanguinidade em seus rebanhos, e fazendo classe, através dos casamentos entre famílias específicas e dos negócios com reprodutores indianos, que a pecuária de elite se realiza. Fazer classe e fazer raça é apurar sangue.

Se os espécimes de elite são efeito, como querem veterinários, zootecnistas e pecuaristas, do “manejo” e da “genética”, os criadores são efeito da “convivência” e do “sangue”. Quando Arnaldinho afirma que **“o sangue e a genética não mentem”**, que “as genealogias mostram tudo aquilo que a progênie pode vir a ser” e que aprendeu muito sobre gado na “convivência” na fazenda, produz enunciados sobre bois, mas também sobre homens de elite. Alguns atributos, que estão no “sangue” - o temperamento, o fenótipo e o genótipo - são herdados, transmitidos de geração em geração. Mas operam como virtualidades (Marques e Vilella: ms) que podem ser atualizadas, por exemplo, através do manejo e da genética no caso dos bois e da “convivência” no caso dos homens.

As gerações futuras, bovinas e humanas, como Arnaldinho também gosta de lembrar, devem sempre ser superiores às anteriores. Mas elas são “melhores” também pela virtualidade dos efeitos do sangue, ele está sempre lá. Bois podem receber rações com elevados índices proteicos e serem submetidos a programas de aprimoramento genético que conseguem evidenciar um conjunto de atributos e potencialidades. E as pessoas têm acesso a novos conhecimentos zootécnicos e de gestão de seus negócios ao conviverem em julgamentos, feiras, leilões tornado assim possível “treinar seus olhos” e torná-los exímios selecionadores. De todo modo, estes atributos e potencialidades estão no sangue. A genética, o manejo ou a “convivência”, isoladamente, não conseguem inventar nada, apenas dão conta de suscitar que apareça algo que está no sangue.

Este enunciado, do melhoramento, é um pressuposto zootécnico, fundamentado por saberes da genética e que não se contrapõe à ideia de sangue, ao contrário. O gene, como unidade fundamental de hereditariedade, produz informações sobre atributos específicos. Um

programa de aprimoramento genético pode calcular propensões a doenças ou tentar, através de acasalamentos dirigidos, produzir descendentes com esta ou aquela característica, mas não torna a ideia de sangue obsoleta. Como afirma Carsten (2013), citando Sarah Franklin: (2013), ‘o sangue é mais denso do que os genes’. A genética continua fundamentada nos velhos pressupostos do parentesco, da herança e da família, mas diferentemente do sangue, é incapaz de absorver múltiplos sentidos, temporalidades e historicidades.

O sangue, mais que a genética, produz distinções no mercado de gado de elite. A genética quer ser “democratizada”, o sangue “apurado”. O saber de Arnaldinho está no “sangue” dos Borges. E o uso do “sangue” de Taj-Mahal produz descendentes com pelo “estrelado”. Criadores de gado comum têm acesso à genética, criadores de gado de elite manipulam “sangue”. Porque o sangue concentra um conjunto de características fenotípicas e genotípicas, mas também da ordem do temperamento, que faz um espécime de elite, a genética dissipa atributos específicos de animais reprodutores ao gado de corte.

É interessante pensar como o “sangue”, na pecuária de elite e também em outros contextos etnográficos, é uma influência que é sempre mais do que a genética e mais do que um símbolo. Foi David Schneider, em *American Kinship* (1980), quem trouxe a centralidade do sangue aos estudos de parentesco. Ao formular que nos Estados Unidos o parentesco é, sobretudo, definido em termos biogenéticos e que parentes compartilham graus de hereditariedade, entende o sangue como aquilo que flui entre os domínios da substância e do código, como o símbolo por excelência do parentesco. Os parentes de sangue, segundo Schneider, se relacionam tanto pelos domínios da lei, quanto da natureza.

Inspirada pelo pressuposto de Schneider, explicitarei em capítulo anterior, que os bovinos para serem considerados de elite, devem ter a substância e o código, ser de uma raça específica e concomitantemente participar dos julgamentos, feiras e exposições. Neste sentido, são efeito das manipulações genéticas e de uma intenção que é simbólica: em produzir um espécime que é único e que servirá como um modelo que é tanto genético, quanto genealógico e estético. Algo semelhante pode ser dito a respeito dos criadores, não basta ser um Borges ou um Rodrigues da Cunha para ser um exímio selecionador; é preciso ter saber e paixão sobre o gado, “conviver” em fazendas, feiras, leilões, julgamentos e estabelecer alianças com outros pecuaristas.

O “sangue”, neste sentido, ajuda a produzir o valor dos homens e dos bois. Ele faz família, faz raça, faz classe e também faz negócios. As alianças entre famílias de zebuzeiros,

mais que concentrar o saber e paixão sobre o gado ao longo de gerações, permitem, através das compras e vendas em leilões, a circulação do “sangue” dos bovinos entre criadores. Estas trocas, orquestradas pela lógica da reciprocidade, deram, e ainda dão, origem a acasalamentos e linhagens, bovinas e humanas, imprescindíveis para a produção e reprodução do mercado de elite.

Kath Weston (2013) analisa como o sangue opera no mundo das finanças. Lembra que a fisiologia do sangue em circulação é acionada como uma analogia para pensar os negócios. Há uma ‘retórica de fluxos’ para pensar o sangue e a economia: é preciso liquidez e circulação para operarem de maneira ideal. Uma crise econômica, lembra Weston, é como um ataque cardíaco: impede o fluxo, pressiona, estagna.

Segundo Weston, as comparações da fisiologia do sangue com a economia são mais que uma metáfora. Ela lembra, por exemplo, que os tempos de guerra, de muitas mortes ou exploração, de derramamento literal de sangue, podem ser tempos de pujança de negócios em que capitalistas adquirem propriedades e fazem fortunas. O sangue na economia, segundo Weston, opera como uma ‘meta-materialidade’; mais que um simbolismo de grande significância nas análises das finanças, é usado de maneira literal.

O “sangue” na pecuária de elite também opera como uma ‘meta-materialidade’. É mesmo uma substância manipulável através das biotecnologias, da importação de novos espécimes da Índia, dos acasalamentos e das linhagens certas e também através dos casamentos entre zebuzeiros. Mas, concomitantemente, é um símbolo produtor de distinções, que opera nos negócios em leilões, na produção da reputação familiar de homens e de animais e que, fundamentalmente, ajuda a produzir criadores e espécimes de elite.

4.4 O “sangue” dos investidores e a trajetória de Jonas Barcelos

O conjunto dos criadores de gado Nelore de elite é comumente nomeado, por leiloeiros, juizes de gado, jornalistas e mesmo por pecuaristas como a “família nelorista”. Consanguíneos ou não, os criadores de gado de elite, operam com um idioma familiar. Se avaliam como uma “grande família”, que “convive” no contexto de feiras, julgamentos, exposições e confraternizações, e por isso compartilha a “paixão” pelo zebu.

Certa vez, participei de um almoço realizado na fazenda de um pecuarista novato, um empresário carioca que há apenas dois anos frequentava o mercado de gado de elite. Ele já despontava nas pistas de julgamento e vendia reses por cifras milionárias. Mas ainda era considerado por alguns zebuzeiros tradicionais como um “investidor”. O objetivo daquele evento, realizado durante uma feira agropecuária que acontecia em Uberaba, era reunir pecuaristas para conhecer a propriedade e os animais do criador novato. O anfitrião, um neófito no mercado, já sabendo que o “bom relacionamento” e a “convivência” eram essenciais não só para as compras e vendas nos leilões, como para a realização de acasalamentos certos, queria agradar criadores consolidados.

O criador novato, na ocasião, proferiu um discurso. Pegou seu neto no colo, que desfilava pelo almoço com um boné que trazia a logomarca do criatório, para agradecer a presença dos convidados. Disse que o seu empreendimento era “familiar”, de três gerações - ele, um senhor de mais ou menos 60 anos, seu filho, um homem de 30, e seu neto, de apenas 3 - que atuavam juntas na pecuária e eram apaixonadas pelo gado zebu. Agradeceu pela “família nelorista” tê-lo recebido de braços abertos, mas especialmente a um amigo que o teria introduzido no universo do gado de elite.

Um “investidor” jamais entra solitário no mercado de gado de elite. Ele é sempre convidado. Se sua família não atua na pecuária, entra no mercado através de um convite de amigos ou das “leiloeiras”. Ao frequentarem leilões como expectadores e serem apresentados a outros pecuaristas, são - paulatinamente - iniciados na pecuária de elite. Como estes criadores novatos costumam ter capital, adquirirão tanto fazendas, preferencialmente localizadas em Uberaba, quanto animais de valor muito elevado. Mesmo assim, a entrada de um empresário, de um político ou de artista gera desconfiança dos criadores tradicionais. Ele precisa mostrar que além de lucro, está interessado em gado.

A demonstração deste interesse, inclusive, pode ser difusa. Como um criador novato jamais terá os mesmos “bons olhos” ou o saber sobre genealogias de um Borges, por exemplo, ele deve ser capaz de defender a importância da pecuária em outros cenários. Os políticos, cantores e empresários que têm sucesso neste mercado, que se tornam, de fato, criadores, utilizam sua influência em palcos, palanques e reuniões com outros setores produtivos para fazer uma defesa da importância do agronegócio no Brasil.

O estatuto de “investidor” é temporário. Ele é sempre um potencial criador. “Convivendo”, ele pode adquirir os códigos - através do “bom relacionamento”, da

contratação de “assessores”, da frequência de leilões e feiras – e as substâncias – o “sangue” de “raçadores” e mesmo das famílias tradicionais de zebuzeiros, através de matrimônios, e assim produzir sua reputação de criador no mercado. Aqueles que permanecem “investidores” são os sujeitos que compram gado, inclusive por cifras milionárias, mas não “convivem” no mercado. Não reverenciam os pecuaristas consolidados, não participam de feiras, julgamentos e leilões, não conseguem estabelecer “bom relacionamento”. E por não estabelecer estes vínculos, não conseguem decolar na pecuária de gado de elite.

Só permanece “investidor” no mercado de gado de elite quem não se ‘familiariza’ (Comerford: 2003). É preciso fazer família para fazer gado e estabelecer relações comerciais com outros criadores. Do caráter agonístico dos julgamentos, das disputas pelos primeiros lugares dos rankings nacionais das melhores reses ou da lógica de “quem dá mais nos leilões”, intervêm a “reciprocidade”, o “companheirismo” e a “amizade”.

Estes elementos, “reciprocidade”, “amizade” e “companheirismo”, são tão importantes no mercado de gado de elite quanto as transações milionárias nos leilões ou os acasalamentos certos. A “convivência” produz reputações essenciais para os êxitos nos negócios. “Convivendo”, os “investidores” trazem “sangue novo” ao mercado. Maria Isabel analisa estes aspectos do mercado de gado de elite:

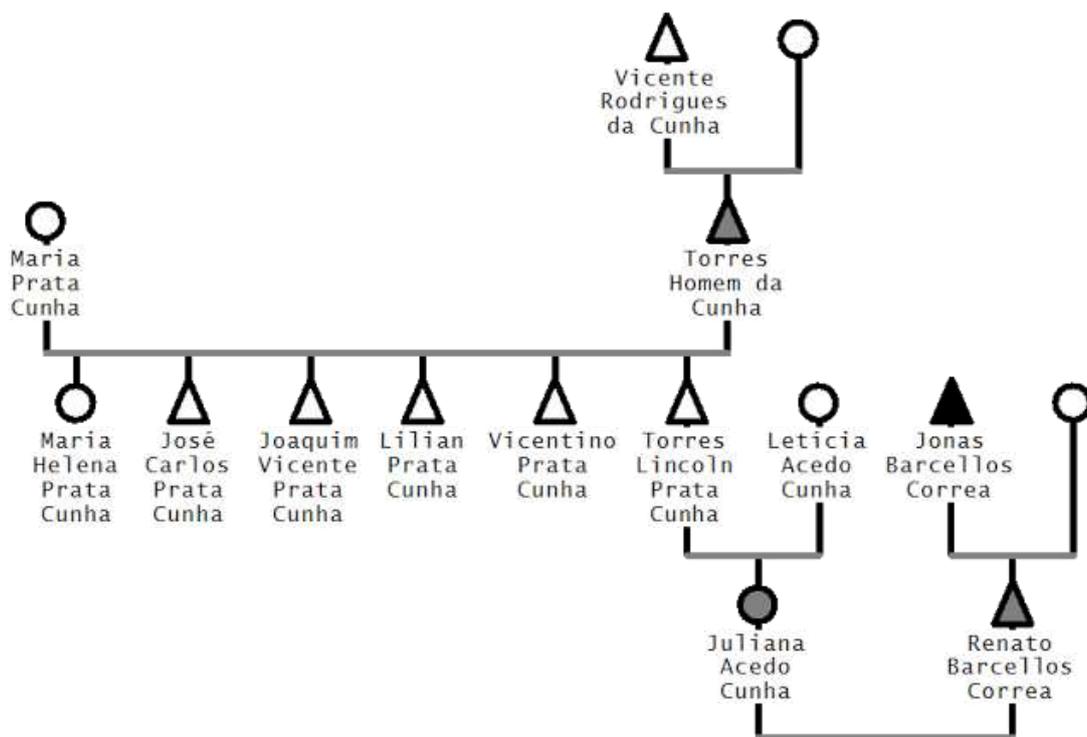
“Eu acho que muito da segurança que o Nelore dá é essa questão de companheirismo. Você é uma pessoa querida, o nome pesa. Tem o prestígio ali, com certeza. E tem uma coisa que o convívio ali vai criando, surgindo. Você conhece gente assim que se conheceu... Eu, por exemplo, namoro o filho do Jorge Picciani que é criador, conheci em leilão. É uma família mesmo, vai criando. E tem história de gente que eu conheci ali dentro, que se casou, que se criaram família no leilão. Tem muito parentesco ali junto. Então tem essa tradição, esse estreitamento de convivência, de tudo. (Maria Isabel)”

Se, naquele tempo que “todo mundo era parente”, Borges se casavam com Borges ou com Rodrigues da Cunha, atualmente, com a entrada de empresários de outros setores produtivos na pecuária de elite, há enlacs matrimoniais entre filhos e netos de zebuzeiros tradicionais com descendentes de criadores novatos. A filha de Arnaldinho, por exemplo, namora o filho de Jorge Picciani, que além de pecuarista é político no estado do Rio de

Janeiro. E o filho de Jonas Barcelos – cuja trajetória é exemplar para pensar como se entra “investidor” e se faz criador – é casado com uma Rodrigues da Cunha, Juliana, neta de Torres Homem Rodrigues da Cunha.

Vale lembrar que o criatório Mata Velha de Jonas Barcelos, que realiza os leilões mais disputados e concorridos do mercado, teve início com a aquisição de 66 bezerras da marca VR (de Vicente Rodrigues da Cunha), que na ocasião eram de propriedade do filho de Vicente, Torres Homem Rodrigues da Cunha.

Vicente, um fazendeiro uberabense, teria adquirido seus primeiros espécimes do “primo” Hipólito Rodrigues da Cunha, já mencionado neste capítulo, no ano de 1914. Como os Borges, ele adquiriu gado importado da Índia, e assim fez um rebanho campeão ao longo da primeira metade do século XX. Mas foi seu sucessor, Torres Homem, quem se fez um personagem central na pecuária zebuína brasileira porque foi o responsável pela importação, no ano de 1962, do touro Kavardi, um dos principais “genearcas” da raça Nelore (ver capítulo 1).



Aliança dos Barcelos com os Rodrigues da Cunha

Quando Jonas entra no mercado na década de 70, influenciado pelo amigo Alberto Mendes, muito sabiamente se ‘familiariza’. Não só porque contrata Sr. Mário, que é um Borges, para selecionar seu rebanho ou porque adquire dos Rodrigues da Cunha, outra família tradicional na bovinocultura, seus primeiros espécimes. Quando seu sucessor, Renato, se casa com a neta de Torres Homem Rodrigues da Cunha, ele – literalmente - se aparenta com zebuzeiros tradicionais. Ou seja, traz o saber e a “paixão” sobre o gado ao “sangue” de sua família.

Barcelos é, como Teófilo de Godoy, Hipólito e Geraldino Rodrigues de Cunha, João Martins Borges, José Caetano Borges, Rodolfo Machado Borges, Torres Homem Rodrigues da Cunha, protagonista na pecuária zebuína brasileira. Mas é um personagem de um outro momento da bovinocultura: de raças consolidadas, de uso de biotecnologias, de profissionalização dos leilões e de investimentos milionários na compra de animais. Ele foi o primeiro “investidor” a entrar neste mercado. Diferentemente dos Borges e de outras famílias tradicionais de Uberaba que se dedicam exclusivamente a pecuária de gado de elite, Barcelos, como outros “investidores-criadores”, tem vários negócios.

Jonas é um homem com muitas atribuições e seu filho Renato tem assumido as atividades da família na pecuária. Por isso, a simples presença dele no parque de exposições em Uberaba é um evento. Certa vez, na ocasião de um coquetel, eu o aguardava no estande de uma empresa de biotecnologia no parque Fernando Costa para realizar uma entrevista, quando Barcelos chegou discretamente. Todos os convidados do evento, ao perceberem sua presença, levantaram-se de seus lugares para mais que cumprimentá-lo, reverenciá-lo.

O criador, de fato, trouxe “sangue novo” à pecuária de gado de elite brasileira. Durante uma entrevista, o criador não retratou sua própria trajetória através de traços genealógicos, como os Borges fazem, mas falou que seu vínculo com a pecuária veio “de família”. Nascido em Belo Horizonte no ano de 1936, em uma família que tinha propriedades rurais, frequentou fazendas na infância e juventude. Como seus pais eram profissionais liberais, era ele quem mais “convivia” com o gado e conhecia as atividades da fazenda.

“Os meus pais eram de fazendeiros, a minha mãe principalmente, a família toda de fazendeiros, ela viveu a mocidade toda em fazenda, até casar. Mas o meu pai não era fazendeiro, mas eu tinha dois tios que eram fazendeiros e que cuidavam muito de fazendas. E eu, desde menino, sempre fui muito ligado à fazenda, então no fim de semana e no que eu tinha de tempo, eu ia pra

fazenda deles e ali, eu vivia no curral vendo o gado, eu vivia acompanhando o gado e, normalmente, eu até conhecia mais da fazenda do que eles mesmos. Porque eles não tinham muito tempo pra ficar no curral e eu vivia no curral, vivia conversando com os vaqueiros, vivia vendo o gado, vivia sentindo isso. Eu sempre gostei demais, então quando eu tive a oportunidade, eu comecei a comprar fazenda e comecei a trabalhar com o gado”. (Jonas Barcelos)”

Filho de Jonas Barcelos Correa, um dos fundadores da UDN¹⁰¹, quando entra na pecuária de gado de elite na década de 70, Jonas traz um olhar “empresarial” ao mercado. Ele fazia parte de uma outra elite mineira - que não a do sertão “triangulino” - urbanizada, escolarizada e bastante afinada com o Estado.

Engenheiro, graduado pela UFMG, Jonas Barcelos funda em 1965 seu principal empreendimento: a Brasif¹⁰². Essa empresa de atuação diversa, uma *holding*, que ao longo dos seus mais de 40 anos de existência, investiu no mercado imobiliário, locação de máquinas pesadas, na gestão dos *free-shops* dos aeroportos brasileiros, no gerenciamento de fundos de investimento e, mais recentemente, em biotecnologia. É o próprio Jonas quem reconhece que trouxe a experiência de seus outros negócios à pecuária de elite:

“Então todo o negócio sofre uma evolução e como a gente tem outras atividades, onde a concorrência é muito dura, eu falo, inclusive que nos negócios ou “é pra frente ou é pra fora”, porque não tenho muito meio termo, as coisas andam muito rápidas. Então você tem que tá sempre olhando o futuro e adaptando, você tem que ter uma capacidade de adaptação muito

¹⁰¹ O pai de Jonas, o advogado Jonas Barcelos Correa, foi um dos signatários do “Manifesto dos Mineiros”, um documento, publicado no ano de 1943, que manifestava a insatisfação das elites mineiras com o Estado Novo. A carta foi peça fundamental para a criação da UDN, muitos de seus signatários se articularam em torno da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes nas eleições de 1945. Segundo Maria Victória Benevides (1980), o documento tinha tom moderado, brando, quase legalista. Voltado aos interesses das elites econômicas e políticas, especialmente as mineiras, tinha uma escrita bacharelesca e nada radical. Apresentava, inclusive, elogios à estabilidade política do período, que garantiu êxito nos negócios e nas atividades profissionais. Concomitantemente, explicitava insatisfação com o autoritarismo e a democracia trabalhista instaurada por Vargas, já que defendia a instauração de uma democracia liberal.

¹⁰² Paralelamente a atuação na Brasif, na década de 70, Barcelos foi presidente do BMG (Banco de Minas Gerais) e nos anos 80, o vice-presidente do conselho da Bolsa de Valores de Minas Gerais.

grande. Eu acho, que pra mim, por exemplo, eu trouxe pro Nelore, eu procurava sempre enxergar a raça não só dentro da fazenda nossa, eu tava sempre olhando a evolução dos outros criadores e vendo as modificações, tá certo? Muitas vezes eu até desconfiava dos técnicos que tinham uma opinião que às vezes eles não tinham observado, mas isso é o natural. Mas o mais gostoso é cuidar do gado, você tá mexendo com o gado o tempo passa, é muito interessante, é de uma evolução muito grande, e diferente dos outros negócios, tem vida, né? Você tem a emoção de um negócio que tem vida, quando você mexe com outros negócios geralmente são máquinas, são produtos, são fábricas, são o que for, mas nesse você tem vida, né? Você tem o animal, você tem o bezerro que nasce ou que adocece, você tem o que morre, então é um negócio muito diferente dos outros.” (Jonas Barcelos)

Por estas habilidades políticas, empresariais, mas também de um exímio selecionador de gado, que Barcelos, ao longo da sua trajetória de mais de 35 anos na pecuária zebuína, ocupou por várias gestões consecutivas, cargos de diretoria na ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu). Jonas não só vem para a pecuária de elite com muito capital econômico, suficiente para adquirir fazendas, animais e investir em biotecnologias, como com capital social. Ele sabe estabelecer “bom relacionamento”. Através de suas relações com outros setores produtivos, mas também com o Estado, foi especialmente responsável por atrair, a partir da década de 90, empresários e políticos aos seus leilões:

“O empresário, como eu te disse, tem uma cabeça que não tá simplesmente voltada para o gado. O empresário que entra nisso é porque gosta de fazenda, é pelo prazer. Muito pelo negócio e muito pelo prazer, da satisfação de fazer. Então as pessoas que unem as duas coisas normalmente somam pro negócio. Realmente vieram alguns empresários que tão até hoje e com um sucesso muito grande, tem muita gente que entrou e depois saiu, mas fez um trabalho muito bom durante um período. Mas do meio do relacionamento meu empresarial, eles vinham nos leilões, conheciam o gado, visitavam a fazenda e começavam a se interessar por isso. Então por conta da amizade nossa, do relacionamento de outras áreas e tudo, eles resolviam entrar no gado.” (Jonas Barcelos)

O maior exemplo do exercício do “bom relacionamento” de Barcelos é um almoço que promove anualmente, há pelo menos vinte anos, na sede da Chácara Mata Velha, após a inauguração oficial da Expozebu. Este evento, ainda mais restritivo e disputado que seus

leilões, ao qual mesmo a imprensa especializada em agronegócio não tem acesso¹⁰³, reúne criadores e boa parte da elite política e empresarial do país.

Diferentemente de alguns criadores de famílias tradicionais mais desconfiados, Jonas Barcelos vê com muitos bons olhos a entrada de empresários de outros ramos na pecuária de gado de elite. E associa o interesse destes “investidores” à possibilidade do uso de biotecnologias. Lembra que fazer um animal de elite, campeão das pistas, é uma tarefa difícil, por isto estes espécimes são vendidos por cifras tão elevadas. Mas ressalta que contemporaneamente, através da inseminação artificial, mas especialmente da *fertilização in vitro*, é mais fácil produzir gado de boa qualidade do que era há anos atrás. Além disso, os leilões possibilitaram a venda de bovinos de pecuaristas consolidados para criadores novatos, permitindo assim, a troca de “sangue” e de material genético.

“Pra chegar lá é difícilimo. Agora hoje em dia é muito mais fácil você fazer um gado excepcional porque você tem acesso aos animais excepcionais. Porque antes você não tinha. Esses animais excepcionais tavam fechados nas mãos dos criadores, que eram o Rubico, o Torres Homens, o Nenê Costa e feito assim outros. E depois com a gente vendendo os melhores animais que a gente tinha, aí começou a abrir e por isso aumentou tanto o número de criadores que se interessaram também, fazendo um gado excepcional. Porque, se você pensar hoje em dia, a pista e as exposições são poucos os criadores tradicionais que tão disputando e que são os campeões de pista, porque são quase sempre os criadores novos. Exatamente porque eles tão conseguindo fazer os mesmos animais que nós fazemos, eles também fazem. Desde que eles tenham dinheiro pra comprar esses animais excepcionais. Agora o investimento deles parece que é muito alto, mas se você comparar o investimento deles com o nosso que vem fazendo isso há 40 anos, se você comparar... Eu preferia muito mais tá entrando há 3 anos atrás, do que há 40 anos atrás. Acho que eu faria o gado que fiz com uma rapidez muito grande, não precisava de tanto tempo e com um investimento talvez menor”. (Jonas Barcelos)

¹⁰³ Nunca tive acesso a este almoço. Mas uma pessoa que conheci durante o meu trabalho de campo, e que participa da confraternização, disse-me que o evento, de fato, reúne a elite política e empresarial nacional. No ano de 2013, disse-me ele, estavam presentes a Senadora Kátia Abreu, Lula e Dilma, mas também Aécio Neves e José Serra. Durante o almoço há sempre um show com artistas de renome nacional. Jorge Ben Jor, Gaby Amarantos e Preta Gil, por exemplo, já se apresentaram no almoço da Mata Velha.

Aliando sua “paixão” pelo gado, um negócio que “tem vida”, com a aposta nos efeitos positivos que as biotecnologias podem trazer, que Jonas alçou seu mais novo vôo na pecuária zebuína: o desenvolvimento de uma empresa de clonagem de bovinos localizada em Uberaba, a Geneal. Segundo o criador, há vários anos ele vinha se interessando pelos processos de transferência nuclear, mas como as experiências estavam na mão do Estado, da Embrapa, considerava que aconteciam de maneira muito lenta.

“Então por isso que nós começamos com esse laboratório, na verdade nós começamos há muito tempo, procuramos a Embrapa porque ela era um centro de tecnologia muito avançado. Eu fui lá uma vez pra ver o primeiro clone, o primeiro animal da Embrapa e eu fui lá ver. Aí eles me fizeram uma proposta muito difícil de aceitar, que a mentalidade era muito estatal, uma coisa que achava que o empresário tinha que fazer as coisas e o resultado que se conseguisse daquilo era pra Embrapa usar e desenvolver sem olhar o aspecto do lucro. Demorou muito tempo, e depois, inclusive, nós tivemos um trabalho bem grande com a Embrapa e conseguimos então, abrir uma mentalidade da Embrapa começar com participações onde ela usaria também o potencial do empresário o que facilitaria a Embrapa em andar mais rápido porque passaria a ter o capital da empresa privada, né? E foi o que aconteceu, tá aí o Rodolfo que pertence a Embrapa e nós temos tido um relacionamento muito bom, hoje em dia nós estamos avançando com outras parcerias, que são muito importantes pro desenvolvimento, e depois da clonagem nós temos um monte de ideias pra evoluir e realmente estar de olho no que vai aparecer. (Jonas Barcelos)

Para montar sua própria empresa, no ano de 2010, Jonas estabelece uma parceria com o Estado. Contrata o pesquisador da Embrapa que desenvolvia as experiências de clonagem e consegue apoio do BNDES para equipar seu laboratório. Além disso, conta com o auxílio de jovens pesquisadores, mestres e bolsistas da Capes e do CNPq, que podem desenvolver seus estudos na sede da Geneal.

O primeiro clone de um espécime de elite a ser vendido em um leilão no Brasil, como já apontado em capítulo anterior, era de propriedade de Felipe Picciani, cunhado de Maria Isabel, a filha de Arnaldinho. Mas o primeiro espécime clonado a ter registro na ABCZ, a doadora Divisa Mata Velha, não coincidentemente, era de propriedade de Jonas. Este empenho do criador em investir em clonagem, bem como sua influência, que certamente teve peso na regularização destes procedimentos através do projeto de lei 73/2007 da Senadora Kátia Abreu, tem estimulado cada vez mais criadores de gado de elite a clonar seus animais

Foi “sangue”, “bom relacionamento” e “convivência” que tornaram Barcelos um exímio selecionador. Ele, de fato, deu “um choque de sangue” na pecuária zebuína. Tanto porque atraiu novos investidores ao mercado, que fizeram gado e família ao comprarem animais por cifras milionárias em seus leilões e porque investiu sistematicamente em biotecnologia permitindo o controle e apuramento da raça dos espécimes de elite, quanto porque deu início a um novo “refrescamento de sangue” nos rebanhos brasileiros. Desde pelo menos a década de 90, Jonas Barcelos é o principal articulador de novas importações de gado indiano.

4.5 O “choque de sangue”

Desde os anos 80, a ABCZ tem avaliado a necessidade de realizar novas importações de gado da Índia. Isto dividia as opiniões dos associados. Aqueles que se posicionavam contra, afirmavam que o rebanho zebuino brasileiro era muito melhor que o indiano e que novas importações poderiam atestar o fracasso dos sucessivos investimentos em uma “bovinocultura tropical”. Aqueles que se posicionavam a favor, como Jonas, utilizavam daquele mesmo argumento das primeiras importações: a necessidade de um “choque de sangue” nos rebanhos brasileiros, que estavam bastante “consanguíneos”.

Diante dessa polêmica, a Associação passou a negociar junto ao Ministério da Agricultura a regulamentação da importação de animais e de botijões de sêmen da Índia. Argumentava que espécimes e células reprodutivas de bovinos de origem europeia chegavam ao país com bastante facilidade e não entendia o porquê da suspensão de importação do “sangue” de bovinos indianos. O ministério dizia que a Índia tinha muitos problemas sanitários e temia, com estas novas importações, a vinda para o Brasil de doenças ou verminoses. O fato é que a ABCZ compôs uma comissão para discutir o assunto e patrocinou uma viagem de técnicos e criadores à Índia para avaliar as condições do rebanho e a real necessidade de novas importações.

Paralelamente a esta comitiva, Jonas manda à Índia, no mesmíssimo período que a comissão da ABCZ estava lá, seu fiel escudeiro Mário Borges. O tropeiro foi até lá para avaliar espécimes e quem sabe adquiri-los para seu patrão. Apesar de a importação ser

proibida, Sr. Mário não só adquire um touro, como recolhe seu sêmen e o traz para o Brasil. Em entrevista concedida ao Museu do Zebu, Mário Borges narra sua viagem à Índia:

“Em 1980. Eu fui porque tava havendo uma expectativa de poder trazer animais. Mas no período que eu estive lá, aquela coisa toda, eu vi que não era possível. Então, (risos), agora eu posso falar de contrabando? Hein? Aí trouxemos de lá sêmen, que não podia trazer o touro, eu adquirei o touro de lá, fizemos coletas de sêmen e trouxemos. Era proibido¹⁰⁴” (Mario Borges)

Este material genético, lembra Mário, deu origem a vários “raçadores” e matrizes exemplares. Era a prova de que o “choque de sangue” poderia produzir efeitos positivos nos rebanhos brasileiros.

Mas os impasses que envolviam a possibilidade de novas importações legais continuavam latentes. E o “choque de sangue”, através de acasalamentos com reprodutores indianos, parecia mesmo uma aposta promissora. A ABCZ, na década 90, ainda tentando negociar com o Ministério da Agricultura a vinda de novos bovinos, compõe uma outra comissão de criadores e técnicos, da qual inclusive Arnaldinho fez parte, com vistas a justificar a necessidade de novas importações.

Com sua visão “empresarial”, Jonas estava à frente deste projeto. No fim da década de 90, mais precisamente no ano de 1997, aluga uma chácara na Índia. Nesta propriedade, que mantém até hoje, junto com outros criadores entusiastas do “choque de sangue”, passa não só a selecionar espécimes adquiridos em território indiano, como monta um laboratório de coleta de sêmen e congelamento de embriões, prospectando com isso trazer o “sangue” de “raçadores” ao Brasil.

No ano de 1998, a tal comissão da ABCZ realiza uma visita técnica na Índia para desenvolver ali um novo livro de registro genealógico, o LEI (Livro Especial de Importação). A comissão avalia os atributos raciais dos espécimes adquiridos por brasileiros na Índia e os registram com o selo da ABCZ. Estas novas genealogias funcionaram como uma estratégia para pressionar o governo brasileiro na liberação de novas importações. Os pedigrees destes

¹⁰⁴ Mário Borges já tinha mencionado tal fato, do “contrabando” de sêmen, em um de nossos encontros. Na ocasião, inclusive, fiquei bastante preocupada com os limites éticos envolvidos na publicação deste dado na tese. O depoimento acima é de acesso público. Foi obtido através de um vídeo, disponível na sala virtual do Museu do Zebu. A entrevista com Mário Borges pode ser acessada através do link: <https://www.abczstat.com.br/SalaVirtual/>

espécimes bovinos eram a prova de que seu “sangue” poderia aprimorar os rebanhos brasileiros.

A liberação de novas importações só foi permitida em meados dos anos 2000 e, especialmente, reforça Barcelos, através da influência e empenho do presidente Lula. Envolveu uma série de entraves burocráticos. Só foi liberada a vinda de embriões. Mas como esse material genético, segundo o Ministério da Agricultura, também poderia trazer doenças e verminoses ao país, deveria passar por uma “quarentena”. Para tanto, precisava ser mantido isolado, para evitar o contato com outros rebanhos. Mais uma vez, Jonas, um entusiasta do “choque de sangue”, esteve envolvido diretamente neste processo. Adquiriu uma fazenda na Cananéia, que é uma ilha, onde passou a criar as vacas receptoras que gestavam estes embriões.

Jonas Barcelos avalia os percalços, mas também os efeitos positivos, destas novas importações:

“ Isso é uma novela danada, porque a última importação que tinha tido foi em 1962. Realmente foi muito importante pro gado, foi a grande evolução pro gado e daí você vê que a evolução do “sangue novo” pro gado é muito importante. Os animais que vieram da Índia em 1962 mudaram o gado do Brasil. Tiveram touros que tiveram uma influência na criação, até hoje grande parte dos animais de êxito, se você olhar nos pedigrees você vai acabar chegando num destes touros. Você teve o Kavardi que fez uma evolução fantástica, o Taj. Vendo isso, o que nós procuramos fazer, vendo que o gado tava muito consanguíneo e que a evolução foi excelente, nós quisemos trazer animais novos. E depois de 62 as importações ficaram fechadas. E nós fizemos um trabalho muito grande, primeiro de convencer o Ministério da Agricultura. Porque existia uma reação no Ministério da Agricultura muito grande, inclusive, muito descabida porque o que a gente procurava fazer era promover uma importação totalmente associada ao Ministério da Agricultura com participação deles, com a participação da ABCZ pra avaliação do problema da atualidade e os problemas sanitários todos de acordo com o Ministério da Agricultura. Então procuramos fazer uma coisa não debaixo do pano, mas uma coisa rigorosa, aberta e onde eles teriam uma participação nisso. Mas foi uma dificuldade muito grande porque demorei oito anos pra conseguirmos convencê-los que valia a pena, e assim mesmo, autorizaram trazer embriões. Embriões, praticamente, é impossível ele transmitir qualquer coisa. Apesar disso, nós estamos fazendo lá em Cananeia, os animais que vieram. Porque nós tivemos dificuldades aqui, depois de vencermos as dificuldades aqui, começaram as dificuldades lá na Índia, a burocracia daqui, depois veio a burocracia indiana, que foi uma luta! E eu falo sempre, que nós conseguimos trazer esses embriões pela atuação direta do Presidente Lula, porque eu estive com ele lá há seis

anos atrás e ele realmente fez um trabalho muito grande pra mostrar a eles que nós precisávamos trazer estes embriões. Depois ele voltou lá há cinco anos e eles não tinham feito nada e ele deu uma dura danada no pessoal lá e eles realmente abriram e nós conseguimos trazer os embriões. Mas durante este período foram dezesseis anos, onde nós, inclusive, já estávamos lá e nós procuramos sempre dar toda a cobertura aos criadores aqui do Brasil que queriam trazer o gado de lá. Então estamos tendo todo um trabalho na Cananeia, um custo altíssimo desses embriões ”. (Jonas Barcelos)

Os embriões que se desenvolvem bem, que não têm doenças ou verminoses, e que ao nascerem corporificam um conjunto de atributos raciais passíveis de serem classificados como elite, são encaminhados para Uberaba, para a sede da Chácara Mata Velha, onde recebem “manejo”. Jonas e outros criadores estão bastante esperançosos com os resultados deste “choque de sangue”, que inaugura um novo trabalho com linhagens e seleção de zebus. Em um leilão realizado em 2013, o primeiro destes espécimes, que veio da Índia como um embrião e na ocasião já era uma bezerra, foi comercializado por 900 mil reais.

Não só criadores estão esperançosos com este novo “choque de sangue” na pecuária zebuína. A presidente Dilma, na ocasião da inauguração da Expozebu do ano de 2013, proferiu um discurso em que dizia que os pecuaristas brasileiros eram um exemplo de determinação. Que o investimento nas sucessivas importações de gado zebu da Índia, que ela considerava ser uma iniciativa pioneira, era fruto de muita ousadia, de tentativa e erro. E que esta intuição mineira tornou o Brasil não só um dos maiores produtores de proteína animal do mundo, mas uma referência de produção de conhecimento e tecnologia.

Dilma lembrou, que grande parte destes feitos na pecuária zebuína brasileira, eram resultado do empenho de Jonas Barcelos, que vinha tanto investindo na clonagem de bovinos, em sua empresa Geneal, como era um defensor do “refrescamento de sangue” do gado zebu.

4.6 O Sangue, a Genética e a Genealogia dos zebus

É principalmente com sangue, mas também com genética e publicação de genealogias que se fazem espécimes de elite. É através da manipulação de grandes divisores

caros ao pensamento antropológico - natureza e cultura - que a pecuária zebuína de reprodutores se realiza no Brasil.

As biotecnologias – a inseminação, as FIV's, as clonagens - facilitaram a seleção de animais e mesmo as novas importações de material genético da Índia (seja através da importação ao Brasil botijões de sêmen ou, mais recentemente, de embriões). Mas apesar de a “democratização da genética” - que facilita o trabalho tanto dos pecuaristas novatos, quanto dos consolidados - o desenvolvimento de espécimes de elite parece operar através de velhos e conhecidos polos dos criadores: “consanguinidade” e “refrescamento de sangue”.

É através de processos de familiarização e desfamiliarização (Comerford: 2006) que se desenvolvem linhagens e animais superiores. Aqui o sangue, como sugere Scheneider, é mesmo “mais denso que a água”. É preciso ora engrossá-lo, através de cruzas entre reses consanguíneas, ora afiná-lo, com o “refrescamento de sangue”.

Estes processos são sempre orquestrados pelos registros. São eles quem documentam superioridade racial. E daí a necessidade de registrar espécimes na Índia antes de trazê-los ao Brasil. Tais genealogias, que expressam bem mais que acasalamentos certos já que produzem distinções, descrevem o fluxo de influências: biogenéticas, mas também simbólicas, políticas, humanas e animais. Em todas elas se faz presente os efeitos do sangue.

As genealogias destes bovinos, inclusive, são organizadas antes de um espécime tornar-se, de fato, de elite. Através de graus de registro de ancestralidade, antecipa-se o futuro da progênie. O sangue dos ancestrais, que se propaga através dos desenhos de traçados genealógicos, justifica o porquê dos descendentes serem exemplares.

Mais do que isso, as genealogias, a genética e mesmo o manejo atualizam-se a partir da ideia de sangue, ele é imperativo na pecuária zebuína brasileira. Tanto a genética quanto o sangue, por exemplo, tratam de atributos transmitidos hereditariamente. Mas se a primeira é um conhecimento – humano - que se desenvolve a partir da leitura dos genes, o segundo é uma substância- bovina- e que, portanto, permite entender o parentesco de maneira mais processual; explicitando como indivíduos, neste caso bois, estabelecem relações uns com os outros. (Carsten: 2004, 109).

Há espécimes de “alto valor genético”, capazes de conter um conjunto de caracteres que facilitam a produção de carne ou mesmo de leite e que, inclusive, podem não ser

considerados de elite. Mas não é possível afirmar que existam animais “mais puros” geneticamente.

O contrário pode ser dito a respeito do sangue: há bovinos “puro-sangue”. Inclusive, o sangue existe antes mesmo da própria existência de um espécime tratado para ser um “raçador”, porque, ao contrário da genética, é vital. Ele é tanto o fluido que corre pelas veias, quanto uma essência que não se dissipa tal como os genes.

O sangue é imutável e permanente, portanto, purifica, concentra, corre em uma única direção. Um animal de alto “valor genético” pode possuir uma série, mas não todos, os atributos que o configuram como um bom reprodutor. Já um espécime “puro-sangue” é por excelência, de elite: não só contém os atributos raciais necessários para ser considerado como tal, como é capaz de recebê-los de seus ascendentes e de transmiti-los aos seus descendentes.

Um bovino é “puro-sangue” porque além de ser descendente de espécimes que pertencem à mesma raça e, portanto, tem genealogia, algumas de suas características, especialmente fenotípicas, são consideradas “prepotentes”. Ele é mais que um P.O (puro de origem) porque mesmo com a mistura, com acasalamento com indivíduos de outras famílias, a força de seu sangue sempre se impõe. O pelo “estrelado” de Taj-Mahal será notado nos corpos de seus descendentes, mesmo os mais longínquos.

Por isso o sangue faz “raçadores”, que fazem linhagens e famílias. No contexto dos leilões, quando há referência a reprodutores consolidados, fala-se da influência de seu sangue. Ele, mais do que a genética, é preponderante porque produz efeitos de longa duração percebíveis nas sucessivas gerações.

Neste sentido, os males da consanguinidade para a bovinocultura são mais que as más conformações congênitas ou doenças recessivas que um acasalamento entre indivíduos com elevado grau de parentesco pode trazer. Como ela limita a diversidade genética, também limita a variabilidade de traços fenotípicos. Apesar de a ideia de raça estar fundamentada no parentesco, na uniformização de traços físicos e atributos zootécnicos passíveis de serem transmitidos hereditariamente, os exímios criadores de gado de elite sempre querem produzir espécimes únicos, especiais e um “choque de sangue” pode contribuir para isso.

E não foi assim que Manuel Lemgruber procedeu ao importar o casal de “bovinos exóticos” do zoológico de Hamburgo que “azebuaram” os planteis brasileiros ? Ou Antônio e Zacarias Borges de Araújo ao trazerem Lontra, um “puro-sangue” que teria sido de

propriedade do imperador, à Uberaba? Arnaldinho é conhecido pelo exímio saber em manipular linhagens, genealogias e, logo, o “sangue” dos zebus. E Jonas, com sua visão empresarial, ao “refrescar o sangue” dos rebanhos brasileiros, refresca toda a dinâmica do mercado de bovinos “raçadores”.

Foi sempre com sangue - e logo com genes, genealogias, famílias e linhagens - que este mercado se realizou. Com o apuramento desta influência, inata e simbólica, que como bois, se reproduz e se atualiza sem cessar. É com ela que se faz raça, se faz classe, se faz a pecuária de elite.

Este capítulo traz a trajetória de dois criadores que ocupam posições estratégicas na pecuária de elite brasileira: Arnaldo Manuel Machado Borges e Jonas Barcelos Corrêa Filho. Suas origens familiares são distintas: o primeiro é um descendente de precursores da pecuária zebuína em Uberaba, o segundo pertence à fina flor da elite política e econômica de Belo Horizonte.

Arnaldinho é um criador tradicional, um “Borges”, que junto com seus filhos, há algumas gerações, trabalha com gado zebu. É um sucessor que gerou sucessores. Sua história familiar se mistura com a história dos primórdios da bovinocultura zebuína no Brasil. Por herdar certos atributos de seus ancestrais e “conviver” desde cedo na pecuária, nasce criador, e, por isso, é um grande conhecedor de genealogias bovinas. Já Jonas, além de criador, é acima de tudo um empreendedor. Também entende de gado, mas, sobretudo, de fazer negócios. Como sabe mobilizar relações e tem capital, promove os leilões mais suntuosos do país e sempre está à frente das inovações do mercado: foi um dos primeiros a ter um “assessor”, trouxe empresários de outros ramos à pecuária de gado de elite, é um entusiasta do uso de biotecnologias, o articulador de novas importações de gado zebu.

Suas trajetórias familiares, aparentemente diversas, se cruzam em alguns momentos: o primeiro, e mais óbvio, é por serem criadores de gado zebu. Ou seja, eles “convivem” em feiras, julgamentos e leilões, portanto, são parte da “família nelorista”. O segundo é porque tanto os Borges, quanto os Barcelos se aparentaram com os Rodrigues da Cunha.

O “sangue”, por estes motivos e por tantos outros, aproximam Arnaldinho e Barcelos. Como outros exímios selecionadores do mercado de gado de elite, os dois operam com um idioma e com os efeitos produzidos pelo parentesco ao realizarem suas seleções. Os dois lidam com “sangue”. Arnaldinho manipula e aprimora o “sangue” através de seu conhecimento de linhagens bovinas. Jonas, através de seu empreendedorismo, do investimento em biotecnologias e nas importações de gado da Índia, promove o “choque de sangue”.

A maneira que desenvolvem seus criatórios, de um certo ponto de vista, poderia indicar as diferenças entre “criadores” e “investidores”. Mas como explicitado, tal distinção, não opera de forma plena no mercado de gado de elite. Primeiramente, porque um “investidor” é sempre um potencial criador. E se os criadores tradicionais, como a trajetória dos Borges aponta, indubitavelmente carregam no “sangue” o saber sobre zebus, os investidores, ao entrarem no mercado, se ‘familiarizam’. Seja “convivendo” ou estabelecendo alianças com zebuzeiros.

O “sangue”, neste sentido, é mesmo um ‘meta-materialidade’ (Weston: 2013), uma espécie de combustível biogenético e simbólico que opera a produção e a reprodução do mercado de gado de elite brasileiro. Ele faz raça, faz classe, faz família, faz negócios, faz reputações.

Mas a ‘meta-materialidade’ do sangue faz mais que bois ou criadores de elite. No caso do Brasil, o sangue, ao fazer raça e classe, produziu efeitos no desenvolvimento de um projeto de nação. O investimento em gado zebu, em bois adaptados às necessidades dos “trópicos”, é apenas uma parte deste grande projeto, cujas confluências históricas e políticas com outras ações do Estado, serão tratadas no capítulo a seguir.

Capítulo 5

O boi tropical

No ano de 2014 a Expozebu – a maior feira de gado zebu do Brasil - foi mesmo concorrida. E não apenas por suas atividades de negócios: os disputadíssimos leilões de elite ou julgamentos de animais. Comemorava-se a octogésima edição do evento em um ano de eleições presidenciais. Em meio às solenidades de celebração dos 80 anos da Expozebu realizadas no Parque Fernando Costa, circularam os candidatos à presidência da república Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos.

Dilma, a atual presidenta, proferiu um discurso na solenidade de abertura da feira. Na ocasião, assinou um decreto que atualizava a lei de registros genealógicos de animais domésticos no Brasil, lançou uma campanha contra febre aftosa, formalizou a prática de CAR (Cadastro Ambiental Rural - uma ferramenta de controle de desmatamentos estabelecida pelo Código Florestal) e recebeu uma medalha comemorativa pelos 80 anos da Expozebu. Foi aplaudida por alguns e vaiada por outros, assim afirmou a imprensa especializada em agronegócio.

Aécio Neves, senador do PSDB por Minas Gerais, teria chegado um dia antes da inauguração oficial do evento em Uberaba para uma reunião com criadores e lideranças da bancada ruralista. Nesse encontro, apresentou suas propostas de governo e se colocou como o “candidato do agronegócio”. O senador não apareceu na solenidade de abertura da feira, ou seja, não dividiu o palanque com sua oponente petista. Mas segundo colunistas e jornalistas, estava presente na feijoada que comemorava a inauguração da feira em uma fazenda.

Eduardo Campos também apareceu por Uberaba. Dias depois da abertura oficial da Expozebu, reuniu-se com pecuaristas na sede da ABCZ para uma reunião em que apresentou suas propostas e ouviu as demandas do setor. Explicou o porquê de Marina Silva ser sua pré-candidata à vice e tratou de questões caras aos pecuaristas como segurança jurídica, riscos sanitários, infraestrutura e necessidade de reestruturação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O presidente da ABCZ avaliou a presença destes pré-candidatos ao governo federal na Expozebu com bons olhos. Em entrevista concedida a jornalistas¹⁰⁵, Luis Claudio Paranhos afirmou:

“A presença dos três principais pré-candidatos à Presidência da República na Expozebu 80 anos primeiro nos enche de orgulho por terem escolhido o evento como grande palanque para exposições de propostas e recebimento de demandas e nos mostra a importância que a cadeia produtiva da pecuária tem para o futuro político e econômico do nosso país”. (Luis Claudio Paranhos)

A presença de presidentes da república (e presidenciáveis), mas também de senadores, deputados, governadores, vereadores e ministros na Expozebu não é de hoje. O acervo do Museu do Zebu conta com uma galeria de fotografias de políticos nas inaugurações oficiais das feiras de pecuária em Uberaba. Getúlio Vargas esteve presente em 1940 – quando inaugura o Parque Fernando Costa -, em 1941 e também em 1952. Em 1956 foi a vez de Juscelino Kubitschek. Marechal Castelo Branco participou de solenidades de abertura nos anos de 1964, 1965 e assim foi feito por Arthur Costa e Silva em 1967 e 1969. Ernesto Geisel esteve em Uberaba em 1977 e João Batista Figueiredo em 1979. Em 1986 e 1987, o presidente em exercício, Ulisses Guimarães esteve na Expozebu. Assim como Fernando Collor em 1990 e 1991, Fernando Henrique em 1995, Lula em 2007 e Dilma Rouseff em 2010, 2013 e 2014.

Desde Getúlio - um entusiasta do gado zebu - pelo menos uma vez em seus mandatos, presidentes da república estiveram nas feiras agropecuárias de Uberaba (somente Eurico Gaspar Dutra, João Goulart, Emílio Médici e Itamar Franco não participaram das inaugurações oficiais da Expozebu). A reverência a criadores, que compõem a elite da pecuária brasileira, parece ter sido crucial em todos estes mandatos - a despeito de suas linhas ideológicas. E não apenas porque a bovinocultura, desde pelo menos a década de 60 do século XX, é uma atividade que gera consideráveis divisas ao país. Ela é parte de um projeto político de Brasil.

Já nos tempos coloniais, a bovinocultura ocupava uma posição estratégica. Durante a coroa portuguesa, a partir do século XVII, a criação de bovinos tanto foi utilizada para a ocupação dos sertões (Abreu: 1907), quanto como tração nos engenhos de cana-de-açúcar

¹⁰⁵ Ver em <http://www.abcz.org.br/noticias/Noticia/39456>

(Freyre: 2001). Nos séculos seguintes, em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro para transporte e tração nas plantações de café (Santiago: 1983). Foi base nas indústrias saladeris no século XVIII nos estados do Ceará, Piauí, Maranhão (Figueiredo: 1994). E no Rio Grande do Sul, a partir da segunda metade deste mesmo século, esta indústria, através das “charqueadas”, não só garantiu a posse do território, como permitiu a província abastecer os mercados externo e interno da carne (Prado Junior: 1941).

No oeste brasileiro, a partir de segunda metade do século XVIII, os rebanhos estabeleceram rotas de penetração com o Sudeste e com países vizinhos, Bolívia e Paraguai (Sodré: 1941). No Pantanal mato-grossense, o povoamento e a consolidação de grandes latifúndios no século XIX se deu através do gado que se adaptou em um ambiente até então considerado inóspito (Banducci: 2007). Boiadas também se fizeram presentes no norte do país (Vander Velden: 2012, Ribeiro: [1970] 1996). Do vale do rio São Francisco, ainda durante os primeiros anos de colonização, a criação de gado avançou pela região do baixo-amazonas, entrou por Santarém e mais tarde no arquipélago de Marajó. E na década de sessenta do século XX, durante a ditadura militar, a bovinocultura foi a atividade privilegiada para ocupar a Amazônia (Veiga, Tourrand, Piketty, Pocard-Chapuis, Alves, Thales: 2004).

Pecuaristas, em certo sentido, mais que empresários que geram divisas e empregos, são um braço do Estado que coloniza, ocupa, pauta demandas, recebe financiamentos e incentivos. Assim foi feito em meados do século XIX, com a distribuição de terras no antigo Sertão da Farinha Podre que vieram a se tornar importantes criatórios de gado indiano. No alvorecer da república, como sugere Joana Medrado (2013), as políticas de modernização rural que incrementaram as atividades agropecuárias – através da inauguração de escolas técnicas e fazendas-experimentais, publicação de manuais zootécnicos, promoção de congressos agrícolas, criação de associações de ruralistas e mais tarde de livros de registros genealógicos – eram efeito de um projeto maior, de Estado. A prática de “raceamento” animal empreendida pelos defensores do caracu e do zebu, como bem descreve a historiadora, mais que abastecer o emergente mercado da carne mundial, era uma disputa pela invenção de um gado nacional.

A consolidação do gado zebu, a partir da década de 30 do século XX, não coincidentemente naqueles tempos de *nation building* em que a capoeira, o candomblé e o futebol tornam-se símbolos nacionais (Schwarcz: 2006, Cândido: 1994), reforça este argumento. Foi com a invenção do Indubrasil – uma raça “mestiça”, “tipicamente brasileira” –

e com a publicação dos primeiros livros de registros genealógicos que os zebus se tornam de elite, assim como seus donos. Mais do que isso, ao “racear” seus rebanhos, fazendo guzerás, girs, nelores e mesmo indubrisis “puro-sangue”, a intenção de criadores uberabenses era tanto desenvolver espécimes aptos a resistirem às intempéries dos trópicos, quanto desenvolver um gado que estivesse de acordo com as necessidades de um novo projeto político de Brasil.

Assim, nesse processo de consolidação da pecuária zebuína, há dois movimentos paralelos e complementares: de um lado, a formação de um rebanho brasileiro, de número e produção, capaz de abastecer o mercado da carne e de outro, a invenção de uma bovinocultura de elite nacional, que tanto fez reprodutores, quanto criadores com distinção.

O objetivo de desenvolver rebanhos compatíveis com as necessidades de um novo projeto de Brasil estava anunciado no editorial da primeira edição da Revista o Zebu, lançada pela Sociedade Rural do Triângulo Mineiro em 1939, no mesmo ano em que é realizada a publicação do primeiro livro de registro genealógico desta associação.

“Desejamos conclamar todos os interessados na racionalização dos processos de criação das boas raças de origem indiana, aquelas que os criadores brasileiros elegeram como capazes de corresponder as exigências ecológicas do Brasil tropical e sub-tropical, bem como as finalidades econômicas a que se destinam, a nos ajudarem com seu indispensável concurso – a fé nos próprios cometimentos e na capacidade superior de Técnica Brasileira, manejada pelos brasileiros, na suprema demonstração da nossa capacidade de realizar a progredir. Eis que temos conquistado a primeira e mais difícil escalada – aquela em que em mais de um século porfiamos em demonstrar a governantes e governadores que “sairia” vencedora a doutrina econômica nascida do imperativo da própria Natureza Brasileira e não de doutrinas alienígenas, servilmente copiada de outros países e de outros povos...É essa nossa mentalidade, reformada de métodos e sistemas adaptáveis ao nosso meio, em todos os ramos de nossas atividades humanas e a qual nos honramos de pertencer, renovação advinda da melhor maneira de sentir as nossas necessidades pelos que estão ajudando a criar um Brasil Novo, que fazem um veemente apelo no sentido de prestigiar a nossa causa, que é a própria causa de todos os criadores e técnicos de boa vontade”. (Revista O Zebu – Publicação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, ano 1, agosto de 1939).

Zebus e zebuzeiros se enobrecem, tornam-se uma elite, através de temas - já explicitados em capítulos anteriores, como “sangue”, “raça”, “pureza” e “miscigenação” - que são caros à zootecnia, mas também um projeto mais geral de nação. Se o primeiro espécime

zebuíno - o touro Lontra - a chegar a Uberaba no alvorecer da república era nobre porque teria sido do imperador Dom Pedro II, na década de 30, quando os esforços de consolidação de um modernismo à brasileira finalmente se implementam, os zebus e os zebuzeiros estavam afinados com um projeto de Estado.

Vale destacar que no editorial desta publicação, a SRTM não mais se coloca como uma associação de criadores do Triângulo Mineiro, as especificidades geográficas e a “audácia” dos pecuaristas da região ao realizarem expedições à Índia sequer são mencionadas. Seu projeto era nacional, fundamentado nas tecnologias e nas doutrinas econômicas brasileiras.

Moacir Palmeira (1989) lembra que a modernização rural, especialmente a partir da década de 60 no Brasil, provocou mudanças substanciais no campo. Se por um lado a tecnificação e a mecanização colocou o país em modernos circuitos de comercialização, cujos efeitos foram o aumento da produção de matérias-primas e alimentos para exportação e mesmo para o mercado interno, por outro estas mudanças geraram resultados perniciosos: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, assim como o êxodo rural. Mas não são sobre estes aspectos, pensados por vários intelectuais, que Palmeira versa. Ele lembra que com a modernização rural, surge a “fábula do empresário rural moderno”, o homem do campo que se moderniza ou o empresário de outros ramos que passa a atuar na agropecuária.

O que esta fábula não explica, segundo o antropólogo, é de que maneira o Estado atua para a permanência destes empresários no setor. Ressalta que os documentos governamentais e mesmo os acadêmicos costumam tratar o Estado e o empresariado como entidades estranhas uma à outra e quando esta relação é pensada, é vista em termos de representação e influência. O que estas análises deixam de fora, para Moacir Palmeira, é que entre Estado e empresariado rural há uma ‘coalização de interesses’.

O campo modernizado, que se realiza através de cadeias produtivas e conta com o incentivo de crédito rural, tornou-se uma alternativa econômica interessante, e não só pelos lucros. Os novos tipos de agentes econômicos que o agronegócio mobiliza são trazidos à máquina do Estado. Segundo Palmeira, não são exatamente legisladores ou relações pessoais de clientelismo que pautam a demanda do setor, mas lobistas, órgãos públicos, vendedores e compradores de terras. O Estado, neste sentido, mais que um regulador do mercado agropecuário, é a condição que garante a existência do empresariado rural.

Eu arrisco a dizer, que foi antes da década de sessenta, como afirma Palmeira (1989), o pontapé inicial da modernização do campo que promoveu a ‘coalização interesses’ entre Estado e empresariado rural, pelo menos na pecuária zebuína. Como explicitado no capítulo primeiro desta tese, foi principalmente a partir do fim da década de 30, no governo de Getúlio Vargas, que ocorreu a súbita elevação de preço de espécimes indianos e, conseqüentemente, o enriquecimento dos zebuzeiros uberabenses e a atração de novos atores, mascates e empresários de outros ramos, para este setor. O subsídio do Estado - através do crédito rural para a aquisição de zebus reprodutores - e o apoio político através do investimento em tecnologias (fazendas-experimentais, cooperativas de inseminação artificial, escolas agrícolas) e do projeto de colonização do oeste brasileiro foram fundamentais nesse processo.

JK, Castelo Branco, Costa e Silva, Geisel, Figueiredo, Sarney, Collor, FHC e mais recentemente Lula, presidentes que estiveram nas feiras de Uberaba, apenas deram continuidade a esta coalização de interesses. E os presidentes, Aécio, Dilma e Campos, ao demonstrar apoio a estes pecuaristas, garantem continuá-la. Porque pecuaristas, sejam eles de corte ou de elite, produzem mais que animais reprodutores ou divisas financeiras.

A pecuária zebuína brasileira, desde os seus primeiros tempos, produz enunciados nacionalistas. Explicitados no editorial da primeira edição da Revista o Zebu, mas também nos capítulos dedicados à defesa do gado indiano publicados em manuais zootécnicos que proliferavam nas décadas de 30, 40, 50 e 60 do século XX (Domingues: 1963, Silva: 1947, Borges: 1946); na organização sistemática de registros comemorativos - diários, biografias, álbuns de fotografias e livros - que desde este período até os dias de hoje, trazem trajetórias bem-sucedidas de zebuzeiros e de seus bois (Machado Borges: 2012, Souza: 2011, Fatori: 2007, Fortes: 2000); na recorrência de bandas militares - do exército, da marinha ou da aeronáutica - na abertura de eventos dedicados à raças zebuínas quando entoam o hino nacional, hasteiam a bandeira do país e são aplaudidas de pé. Ou ainda na produção mais recente de mercadorias derivadas da carne zebu, cortes tipo exportação, cuja publicidade é a de que são produtos “naturais”, “tipicamente brasileiros”.

Ao descrever a trajetória de Dolly, o primeiro mamífero a ser clonado no mundo, Sarah Franklin (2007) pensa a história da criação de ovelhas na Grã- Bretanha em termos de nação. Sugere que a viabilidade e a plasticidade da ovelha britânica é fonte inestimável de valor para a população porque comporta as mais antigas tradições de pertença, como sangue, solo e país, conjugadas a formas modernas de identidade, economia e tecnologia. Para

Franklin (2007: 74) não é coincidência que Dolly seja britânica, mais especificamente escocesa, porque ela corporifica a combinação de valores médicos, agrícolas e industriais que fundamentaram outras invenções do país como a penicilina, a máquina à vapor, os carretéis de algodão, a seringa e os ratos de laboratório.

As ovelhas britânicas, como os bois no Brasil, conseguiram sobreviver em partes do território consideradas remotas, tornando-se fontes de riqueza. Por isso - para Franklin - as ovelhas teriam uma distinção especial na Grã-Bretanha quer por razões geográficas, quanto econômicas, culturais e históricas. Respondem bem no conjunto de ambientes do território e são utilizadas para vários fins: lã, leite, carne, para reprodução humana, para aprimorar a terra. Foram essenciais para a insurgência do capitalismo na Inglaterra através das fábricas de tecido. E contemporaneamente, obviam o campo da era industrial que conjuga agricultura, turismo, biotecnologia, genômica e medicina. Segundo Sarah Franklin, as ovelhas são animais ordinários, sagrados e, concomitantemente, mercadorias. E Dolly epitomaria tudo isto. É arte, ciência, agricultura e efeito daquilo que se espera do caráter britânico: uma mistura de radicalismo com individualismo, excentricidade e inventividade.

Talvez seja temerário produzir uma comparação literal dos zebus de elite no Brasil com as ovelhas na Grã-Bretanha. Mas a análise de Franklin inspira a pensar como a pecuária bovina produziu, e ainda continua a produzir, certas ressonâncias na história, na economia e mesmo na política ou na produção intelectual brasileira. Ajudou a tornar o país uma terra de grandes propriedades. Transformou políticos e empresários em fazendeiros, proprietários rurais em lobistas. A pecuária é tema da literatura e o boi é protagonista de diversas comemorações populares (do Boi de Parintins, das vaquejadas nordestinas, das festas de peão do centro-sul). A carne bovina é a maior *commodity* de exportação e o Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo atualmente. O país é referência no uso de biotecnologias na pecuária e, como descrito ao longo desta tese, comercializa as reses mais caras do mundo.

O boi - que não é uma espécie nativa - desde a colonização vem sendo pensado, e principalmente utilizado, como parte de um projeto político e econômico brasileiro, sempre em desenvolvimento, cheio de assimetrias e contradições. É sobre parte deste projeto, de invenção de uma nação, que, não coincidentemente, fez bovinos e criadores “puro-sangue”, que este capítulo irá tratar. Sobre o conjunto de enunciados, relações e discursos – políticos e nacionais, por excelência – que ao se atualizarem sem cessar, fazem elites de criadores e elites de bovinos.

5. 1 O boi e o Brasil

Não é sem razão que autores clássicos - caros àquilo que se convencionou designar Pensamento Social Brasileiro - tenham escrito sobre bois, boiadas, vaqueiros e fazendas. Desde a colônia, a pecuária bovina ocupa uma posição estratégica para a economia e a ocupação dos sertões brasileiros.

Capistrano de Abreu ([1907] 1988) sugere que durante a colônia as plantações de cana, de fumo e a produção de mantimentos conseguiam prosperar se próximas do litoral ou em trechos de rios navegáveis. Do lucro que estas atividades poderiam proporcionar, fazia parte um cálculo de despesas com o transporte destas mercadorias. A solução para as zonas interiores foi o *gado vacum*, que transportava a si mesmo por longas distâncias, se adaptava nas regiões impróprias ao cultivo da cana, requeria cuidados diminutos e ainda era fonte de alimento. Quase abolia capitais - fixos, circulantes ou mesmo humanos - porque não exigia tantos braços ou investimentos como a lavoura e se reproduzia sem cessar. Ao passo do gado, segundo Abreu, do litoral em direção ao interior do Brasil, ia se formando novos caminhos, novas frentes de ocupação.

Foi a bovinocultura quem inspirou a célebre formulação do autor sobre “a civilização do couro”. Se por um lado o sertão nordestino era apartado geográfica e economicamente do litoral, ao ritmo das boiadas, desenvolveu-se mesmo ali um *modus vivendi* .

É também sobre bois que um outro autor, também caro ao pensamento social brasileiro, dedica algumas linhas. Caio Prado Junior ([1941] 2010), em *Formação do Brasil Contemporâneo*, aponta que durante a colônia, se formaram três grandes zonas da pecuária: os sertões do norte, a parte meridional de Minas Gerais e as planícies do sul do Brasil. Diferentemente da produção de outros bens, como açúcar, tabaco, ouro, diamante, algodão e café, que foram sucessivamente produzidos para exportação, a bovinocultura era uma atividade econômica voltada ao mercado interno. O uso de bois tanto na alimentação e como para povoamento dos sertões, funcionava como uma espécie de apêndice da grande exploração empreendida pelos colonizadores. (Medrado: 2013).

Segundo Prado Junior, os sertões do norte seriam a zona criatória mais antiga e mais extensa da colônia. Compreenderia todo o Nordeste e se estendendo até o norte de Minas Gerais e ao oeste se fixava na margem esquerda do São Francisco além da região limítrofe de

Goiás. Esta vasta área, de mais de 1 milhão quilômetros quadrados, teria se dedicado produção de *gado vacum* para abastecer a população da zona agrícola do litoral, mas também o Maranhão e, em menor quantidade, os centros mineradores de Minas Gerais. Teria se consolidado muito cedo, já no século XVII.

As fazendas de gado no sertão nordestino, como sugerem Caio Prado Junior (1941), Celso Furtado (1959) e Capistrano de Abreu (1988) se espraiavam com rapidez, tanto pelo consumo de carne do litoral e das minas, quanto pela baixa produtividade da indústria, assim como pela facilidade com que se instalavam naquela paisagem. Nesses estabelecimentos modestos, vaqueiros, mestiços de índios, mulatos ou pretos, eram proprietários de centenas de cabeças de gado.

Marxista, Prado Junior (1942) ressalta que, no entanto, este não foi o único modelo, nem mesmo o predominante. No Brasil, onde terá prevalecido a grande propriedade, os donos do gado eram senhores que viviam nos centros urbanos cujo contato que mantinham com a bovinocultura se dava, exclusivamente, através do recebimento dos dividendos desta atividade.

Eram vaqueiros e alguns auxiliares, os fábricas, quem tocavam as fazendas de gado no sertão nordestino. Em alguns casos estes vaqueiros eram escravos, mais a maioria deles era assalariada, sua remuneração era feita em bois: a cada quatro crias, uma era do vaqueiro. Cabia a eles (Abreu: 1907) domesticar e amansar os bezerros, marcá-los com ferro, cuidar de suas bicheiras e queimar os campos para formar pastos nos períodos apropriados. O serviço mais penoso nas fazendas era o de manter os rebanhos à vista, o que não era exatamente uma tarefa fácil num amplo território sem divisões de cercas ou tapagens.

Segundo Caio Prado Jr (1941), o gado vivia ali sob a lei da natureza, em um meio desfavorável com pouca água ou comida. Como as reses eram musculosas e extremamente magras, elas forneciam uma carne pouco apetitosa à colônia. Os rebanhos eram sujeitos aos ataques de morcegos, onças, varejeiras e como eram criados à solta, corriam o risco de perder a domesticidade. Estes seriam os fatores, conforme sugere o autor, da baixa produtividade da pecuária nordestina. Apesar da ampla área que ocupava, apenas uma pequena parte do “gado em pé” era aproveitável.

A produção de couro, todavia, teve vulto no período. Em portos do Maranhão até a Bahia, couros surtidos, solas e vaquetas eram exportados. E o preparo de carne seca driblou a

as grandes distâncias entre o sertão e o litoral. A falta de umidade que fora um empecilho para o fornecimento de “gado em pé”, segundo Prado Jr., facilitou a indústria saladeira nordestina que ocupou posição privilegiada até pelo menos a metade do século XVIII.

Em *A Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado (1959) descreve que a pecuária nordestina que se desenvolveu na colônia era dependente da indústria açucareira, especialmente na fase inicial, em meados XVII. Sua rentabilidade era baixa, os lucros gerados pelo “gado em pé” e exportação do couro para o litoral eram ínfimos se comparados com os da cana-de-açúcar. E a ascensão da pecuária no Rio Grande do Sul no século XVIII afetou a geração de divisas da bovinocultura nordestina.

Caio Prado Junior (1941) sugere que se a bovinocultura do norte era incapaz de abastecer o emergente mercado interno de carnes e de seus derivados, o Sul dispunha de vantagens consideráveis: um rebanho imenso e boas pastagens. O gado introduzido ali desde os primeiros anos do século XVII, através das missões jesuíticas uruguaias, se proliferou em abundância e chegou a abastecer os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo. Mas a bovinocultura, segundo Caio Prado Jr., teria se firmado ali só no século XVIII com a produção de artigos de couro por estancieiros. A carne, até então, era desprezada, nas palavras do historiador: “*tirava-se o couro e abandonava-se o resto*”. (Prado Junior: 2010 [1941]: 203)

A indústria do charque que se consolida a partir dos 1790 estava localizada entre os rios Pelotas e São Gonçalo. Esta posição geográfica, segundo Caio Prado, era privilegiada, próxima dos centros criatórios da fronteira e do porto de Rio Grande em que realizava o comércio exterior da capitania. Foi com as charqueadas e com o comércio de “gado em pé” deste período que a pecuária sulista começa a ser realizada de maneira mais regular. O autor ressalta que a bovinocultura rio-grandense, na chegada do XIX, não apresentava um nível técnico exatamente superior àquele que foi empreendido no Nordeste. O gado era antes caçado¹⁰⁶, do que criado, as reses “semibravias” também eram criadas à solta.

¹⁰⁶ Ao comparar a vida pastoril do nordeste e do sul do país, Maria Isaura de Queiroz (1977) ressalta que se nas fazendas de gado do sertão, os boiadeiros eram vaqueiros, nos pampas eram caçadores, estancieiros que não só domaram bois, mas especialmente cavalos e mulas. O patronímico que veio a cunhar os habitantes do Rio Grande do Sul como gaúchos - homens que lidavam com a árdua vida campeira - também estava associados a rebanhos (equinos e bovinos) como afirma Ruben Oliven (2006). Dizia

Mas, ainda segundo Caio Prado Jr. desde a colônia, a parte meridional de Minas Gerais, o mesmo estado que mais tarde veio a ser central no desenvolvimento da pecuária zebuína, reunia as condições mais favoráveis à criação de gado. Os rebanhos que chegaram ali eram oriundos do Nordeste, desceram pelas margens do São Francisco fugindo das secas. Logo que se iniciara em Minas Gerais a exploração das minas de diamante, paralelamente, se desenvolveu a bovinocultura.

A abundância de rios, de boas pastagens e a adoção de práticas de criação distintas das do Nordeste e do Sul teriam propiciado a Minas Gerais, segundo Prado Junior, uma bovinocultura mais elaborada. A distinção nas maneiras de criar dos mineiros em relação aos seus congêneres sulistas e nordestinos se dava, principalmente, por um detalhe que nos dias de hoje parece elementar: o uso de cercas. Estas divisórias, feitas de pau-a-pique, tanto separavam as fazendas das propriedades vizinhas, como organizavam suas partes internas através de currais e pastos. Por isso, as instalações das fazendas mineiras eram mais complexas que as do Nordeste e do Sul. A formação de pastos, através do rodízio dos campos, proporcionava uma forragem mais tenra e viçosa que as do Sul. E a utilização de currais contribuía tanto na produção do leite - que desde muito cedo foi aproveitado comercialmente através da venda de queijo minas e manteiga para o Rio Janeiro e outros pontos da colônia -, como reduzia o extravio de bovinos e ajudava na seleção e aprimoramento dos espécimes.

Em sua narrativa sobre a criação de bovinos da fazenda do Campo Sêco, sertão da Bahia, entre os séculos XVIII e XIX, Lycurgo de Castro dos Santos Filho (1910) faz uma descrição que converge com a análise de Caio Prado Junior. E acrescenta, que com vistas a aprimorar o rebanho, de tempos em tempos, o dono da propriedade trazia de Minas Gerais alguns touros “raçadores”, mansos e mochos, cujos descendentes eram utilizados como reprodutores.

Este gado, curraleiro ou “pé-duro”, que vindo do São Francisco fora aprimorado em Minas Gerais, continuou sua marcha para o oeste do Brasil. Chegou ao Triângulo Mineiro (Ribeiro: 2012), a partir da segunda metade do XVIII avançou nos chapadões da Vacaria, região central da província de Mato Grosso e no início do século seguinte penetrou pelo Pantanal (Banducci: 2007). Segundo Nelson Werneck de Sodré (1941), em *Oeste - Ensaio*

respeito, num primeiro momento, a ladrões de gado e só mais tarde veio a significar o cavaleiro ou guerreiro que luta por seus territórios na Revolução Farroupilha entre 1835 e 1845.

sobre a grande propriedade pastoril, foram mineiros e seus rebanhos quem povoaram o oeste brasileiro. A bovinocultura não só teria aberto novos caminhos para aquela região do Brasil, organizando cidades, lugarejos e comércios rudimentares, como teria sido responsável por fazer surgir, na parca presença do elemento humano e do Estado, grandes latifúndios e clãs rurais, que dominando a província desde o segundo império, montaram ali sua própria repressão. O regime pastoril aliado ao domínio territorial e econômico destes clãs rurais, segundo Sodré, seriam os responsáveis pela desordem e dispersão que caracterizaria o oeste brasileiro.

Parte destes mineiros que levaram rebanhos e clã rurais ao oeste do Brasil, como sugere Sodré, que já se distinguiam dos gaúchos e nordestinos em suas práticas de criação de bovinos como afirma Prado Jr., passaram a se destacar na virada do século XIX para o XX como selecionadores de gado zebu. E se estas seleções produziram efeitos no Brasil Central – que veio a concentrar tecnologias e criatórios que passaram a abastecer o emergente mercado da carne mundial nas primeiras décadas do século XX – também produziram ressonâncias em outras partes do país.

Em cartas trocadas entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade, entre 1924 e 1944 (Amoroso: 2012), o historiador potiguar, reclama ao seu amigo paulista da presença de zebus, caracus e herefords que estariam alterando a paisagem e os costumes da bovinocultura paraibana.

"Vaqueiros? Sumiram-se. Estamos comprando zebu, caracu, hereford etc. Bicho de comer em cocho e beber parado. Não sabe ouvir aboio nem corre no fechado da caatinga. Morre a vaquejada e com ela duzentos anos de alegria despreocupada e afoita." (Cascudo: 1924 - 1944[Apud: Amoroso, 2012])

Se o uso de caracus, herefords e zebus, bovinos “puro-sangue”, alterava os costumes do pastoreio nordestino, como reclamam Câmara Cascudo e Mário de Andrade, com ele se inaugurou um novo discurso agrário nacional. Este, modernizador, lidava com saberes científicos, econômicos e políticos norteados, especialmente, pela ideia de raça, fundamental para um outro tipo de pecuária consonante com a consolidação de um, também novo, projeto de Estado-Nação. Se antes, o gado “nativo e espontâneo” era celebrado como o autenticamente brasileiro, o zebu, só o substitui nessa posição depois de muito manipulado. Com os nelores, guzerás ou girs, a ideia de raça, mais do que simplesmente um acaso de misturas, é mesmo um projeto, uma intenção.

5. 2 Raça, sangue e nação

Afirmar em capítulo anterior que o “sangue” faz família, faz reputações, faz classe e faz raça no mercado de gado de elite. Na pecuária zebuína, os saberes zootécnicos acionados por cientistas e criadores que produzem enunciados sobre o “sangue”, e logo sobre a raça e a genética, são capazes de justificar muito mais que as qualidades reprodutivas ou morfológicas dos bovinos, ou seja, são muito mais que biologia.

Os espécimes zebuínos são parte de um projeto maior, que no caso brasileiro, não coincidentemente, é consonante com a consolidação de uma indústria, de um comércio ganadeiro (que passou a abastecer os mercados interno e externo da carne) e da ocupação de um território. Falar de raças bovinas é, portanto, falar de um projeto político de Estado-Nação. E por isto o título deste subcapítulo.

A compreensão da pureza e das misturas de sangues na formação de povos (ou rebanhos) parece atravessar os enunciados produzidos por naturalistas, eugenistas, antropólogos e também zootecnistas, pelo menos de um certo período. Se levarmos à sério a máxima do determinismo racial - que operou na virada do século XIX para o XX enquanto um discurso diretamente relacionado ao caráter dos povos e nações e que ainda se faz essencial nas práticas contemporâneas de melhoramento de bovinos - na ideia de raça há sempre a virtualidade do sangue. Este, ao se atualizar na raça, opera tanto como uma metáfora - que produz distinções -, quanto como uma substância, que tal como o gene, transmite traços hereditários.

Pelo menos sobre certos efeitos produzidos pela consanguinidade, poligenistas, monogenistas e darwinistas concordavam, segundo Stocking em *Race, Culture and Evolution* (1968). Eles podem não ter problematizado a substância sangue, mas ao pensar as raças como grupos de indivíduos que compartilhavam certas características pela virtualidade da ancestralidade comum (Stocking: 1968,166), produziam enunciados sobre a hereditariedade. No discurso sobre raça, desde os seus primeiros tempos, há o efeito residual do sangue e, portanto, do parentesco.

Segundo Herzfeld (1997) há sempre uma metáfora de parentesco na retórica do Estado. A partilha de substâncias, não só confere uma identidade comum, como estabelece uma solidariedade de sangue. Ele lembra que a racionalidade científica da biologia do século

XIX, classificou as raças humanas na esfera das políticas étnicas, fundamentais para os discursos de consolidação de nacionalismos. Na Europa deste período, Herzfeld afirma, assim como Stocking (1968), que o sangue servia como o ponto de partida de um código capaz de ranquear pessoas de acordo com características físicas, mentais e morais. Tal discurso, ao ser acionado por cidadãos comuns e por oficiais, reafirma Herzfeld (1997), além de estabelecer quem seriam os incluídos e excluídos, convertia relações sociais locais em uma cultura nacional.

Herzfeld (1997) enfatiza que sangue, raça e parentesco serviram como ideologias de Estado, que variaram em cada situação específica. Mais do que simples metáforas, eram instrumentos de persuasão em massa. Em casos mais extremados, fizeram emergir o racismo moderno (como o nazismo alemão). Ele ressalta, no entanto, que descartar o significado político da retórica do sangue em prol da dicotomia radical da antropologia entre natureza e cultura (que partindo do ponto de vista da cultura, é capaz de desfazer os argumentos racistas sobre a superioridade ou inferioridade das raças), é negligenciar o significado vital do sangue na consolidação de estados-nações: este, sempre presente, pode ser preenchido com uma variedade de significados ideológicos.

Em um dos capítulos de *Modest_Witness@Second_Millennium* (1997), Donna Haraway, produz enunciados que dialogam com Herzfeld (1997). Avalia como as ideias de raça, população e genoma, que entende como ‘categorias biológicas do parentesco’, foram sucessivamente utilizadas ao longo do século XX. As árvores genealógicas ou taxonomias (dos estudos sobre raças realizados entre 1900 e 1930), as frequências de genes (dos estudos sobre populações que proliferaram entre 1940 e 1970) ou, mais recentemente, os bancos de dados de genes (no caso da genômica dos anos de 1975 aos 2000) ajudaram a produzir, segundo a autora, o discurso racial das ciências da vida. Mas as ideias de raça, de população ou genoma, enfatiza Haraway, são artefatos do saber biológico sempre acionados para além dos círculos científicos. Ao serem utilizados por milhares de pessoas como chaves explicativas capazes de justificar a natureza humana, são construtores potentes dos discursos sobre nação. Concomitantemente pertencentes aos domínios da natureza e da cultura, tais categorias conseguem vincular num sistema de sentidos e práticas, segundo Haraway, família, Estado, comércio, entretenimento, educação e indústria.

Por isso, a autora defende que ninguém é imune aos discursos raciais. Estes (seja na forma das ideias de raça, população ou genoma) são centrais na história das origens e

propósitos de uma nação. Nos Estados Unidos, lembra Haraway, evocam gramáticas de segregação e vínculos, rompimentos e alianças. Naquele país, que como o Brasil, tem fascinação por mistura e unidade, a raça funciona como um sintoma da preocupação com a pureza e decomposição.

É precisamente por este caráter enfatizado por Haraway (1997) e também por Herzfeld (1997), de pertencer tanto ao território da natureza, quanto ao da cultura, que raça é um tema antropológico por excelência. Ela é um bom exemplo para elucidar os ensinamentos latourianos de naturezas-culturas (Latour: 2005). Como todas as invenções modernas, que falham já de saída, é imanente e transcendente, é ciência e política, e apesar de tratar de purezas (raciais), a ideia de raça jamais conseguiu ser completamente ‘purificada’(Latour: 2005, 35).

Mas aqui vale um destaque (a ser discutido a seguir). Se raça não conseguiu ser ‘purificada’ na antropologia, tampouco conseguiu na biologia. Se a antropologia, ao se dedicar ao estudo das culturas, nunca deixou de falar da natureza, naturalistas, biólogos, eugenistas e, mais tarde, zootecnistas, ao tratar de raças (humanas ou animais), nunca deixaram de falar de cultura. Antropólogos e zootecnistas, portanto, jamais foram modernos.

Começamos pela antropologia, com o trabalho de Franz Boas. Foram suas análises sobre raça que lhe ofereceram vias cruciais para a construção de seu conceito de cultura. Em seus primeiros estudos, conforme sugere Stocking (1968), Boas estava interessado na interação do homem com seu ambiente e o efeito disso sobre a percepção. Ao enveredar pela antropologia física, estava atento a processos biológicos, na mistura racial, no crescimento, nos fatores ambientais e climáticos, portanto, em tudo aquilo que governava a formação de tipos e sua expressão em certos grupos de indivíduos. Como bem lembra o autor, Boas, de algum modo, ainda que para refutá-los, avaliou os mecanismos de transmissão de traços hereditários. Era um leitor de Galton e de Mendel.

Foi com a publicação de *The Mind of Primitive Man* (1911) que Boas, pela primeira vez, distinguiu a noção de raça da de cultura. Com vistas a rejeitar os conhecimentos evolucionistas sobre o progresso racial e, concomitantemente, explicar a totalidade das reações e atividades mentais e físicas que caracterizam a conduta de grupos sociais, através da ênfase na história, na linguagem, nos fatores ambientais e nas diferenças de motivação, entende a cultura como uma “*estrutura relativista, pluralista, holística, integrada e*

historicamente condicionada para o estudo da determinação do comportamento humano”. (Stocking: 2004, 36).

Para falar de cultura, portanto, Franz Boas primeiramente, teve que lidar com o conceito biológico de raça. Ao se afastar da ideia de civilização, daquele caminho natural que todos os povos necessariamente percorreriam, consagrou o sentido de especificidade, exclusividade e diferença das culturas. Se a partir de certo momento de sua obra desconsiderava os preceitos deterministas da raça, lançava mão de outros determinismos: os culturais.

De maneira reversa, naqueles trabalhos considerados por alguns comentadores como ‘biologicistas’, lá está a cultura. Tomemos como exemplo, a obra de Francis Galton, o “pai da eugenia” (Stocking: 1968, Del Cont: 2008, Castaneda: 2003, Banton: 1998). Em seus estudos estatísticos e biométricos, incorpora os ensinamentos de seu primo Charles Darwin sobre a seleção natural para pensar os mecanismos de hereditariedade de traços – morfológicos e morais - nos humanos. Sua principal pergunta era: “*Quanto do êxito de um homem se deve às oportunidades e quanto se deve ao seu poder natural e intelecto?*” (Galton: 1925, 23 [Apud: Castaneda, 2003]).

Em sua obra mais conhecida, *Gênio Hereditário* (1869), Galton avalia uma ‘dinastia de talentos’ através da análise de histórias familiares - genealogias e biografias - de poetas, militares e políticos para chegar à conclusão de que a genialidade não era efeito de fatores externos, tais como educação, nutrição e cultura (Del Cont: 2008). Existiriam partículas – as gêmeulas – que através do processo de reprodução transmitiriam caracteres físicos, a cor dos olhos, a altura, mas também talentos, de geração em geração.

De um certo ponto vista, o inato vence o adquirido na obra de Galton. Mas é, principalmente, através do controle social de casamentos (práticas culturais, por excelência) que desenvolve seu projeto eugênico. O Estado, com vistas a evitar a degenerescência da população, deveria regular as uniões matrimoniais e assim promover um controle reprodutivo orientado (Castaneda: 2003).

Em Boas e Galton, por distintos pontos de partida, raça não só flerta com a natureza e com a cultura, como está diretamente relacionada a um projeto de nação. Se Boas, um culturalista, pensou sobre a assimilação da raça negra nos Estados Unidos, Galton, um eugenista, através do controle de casamentos, queria apurar o sangue do povo inglês.

Os efeitos da obra de Galton chegam ao Brasil. A tese da diferenciação da responsabilidade penal do médico Nina Rodrigues – um projeto de Estado - estava fundamentada na ideia do ‘germen da criminalidade’ – um preceito biológico, galtoniano. Apesar de não fazer referência à obra de Galton, Rodrigues defendia que os dotes intelectuais eram efeito de um desenvolvimento orgânico. Já no capítulo primeiro de *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil* (1894), anunciava que a superioridade e inferioridade das raças - que defendeu ao longo de sua obra e que, inclusive, fundamentou seu argumento sobre a influência perniciosa dos negros na população brasileira - eram efeito de um processo evolutivo, cujas causas eram inexoráveis e poderosas:

“ Não são tão simples e contingentes as causas do pé de desigualdade em que se apresentam na superfície do globo as diversas raças ou espécies humanas, que disputam sua posse.

Ao contrário, ellas se reproduzem no espaço, com mais ou menos fidelidade os estádios ou phases, por que no tempo e sob pressão de causas inexoráveis e poderosas, passou o aperfeiçoamento evolutivo daqueles grupos anthropológicos que conseguiram triumphar pela adaptação e ocupar a vanguarda da evolução social”. (Rodrigues: 1894, 30)

A solução de Nina Rodrigues para a população brasileira, não era menos eugênica que a de Galton. Se o cruzamento entre raças, com a negra em especial, explicava a loucura, a degenerescência e a criminalidade, a medicina legal, que naquele início de século na Bahia articulava saberes sociológicos e biológicos, era o campo de cura e controle da sociedade.

Vale lembrar que as elites intelectuais e políticas brasileiras nunca negaram o aspecto multirracial de seu povo. Como bem lembra Schwarcz (1993), os homens de ciência, dos museus etnográficos e das escolas de medicina e direito, trabalharam de maneira muito original as influências das teorias raciais europeias da virada do século XIX para o XX. Aqui, sugere a autora, o liberalismo aliou-se ao racismo. Acatar que os mestiços eram invariavelmente degenerados era atestar, de antemão, o fracasso do projeto de nação em desenvolvimento na Primeira República. No Brasil, indubitavelmente, havia índios, negros e brancos, portanto, a mestiçagem era uma questão a ser discutida. Funcionava como uma pista, que tanto poderia dar conta de um suposto atraso ou inviabilidade da nação, quanto ser acionada como um adjetivo capaz de explicar o caráter brasileiro.

Silvio Romero, por exemplo, no fim do século XIX, defendia o reconhecimento da sociedade brasileira como miscigenada. Não haveria aqui tipos puros, o sangue de negros, índios e brancos se mesclava. Além disso, segundo Romero, uma nação era produto da interação entre população e o habitat natural (Skidmore: 2012). Assim está explícito em um trecho de *Doutrina contra Doutrina – O evolucionismo e o positivismo na República do Brasil* (1894):

“ *O Brasil é um país fatalmente democrático. Filho de uma cultura moderna, depois da época das grandes navegações e das grandes descobertas, o que importa dizer, depois da constituição forte da plebe e da burguesia, elle é, além do mais o cruzamento de raças diversas, onde evidentemente predomina o sangue tropical*” (Romero: 1894)

Mas para Romero este “sangue tropical” poderia ser melhorado. Os europeus, arianos, seriam mais aptos em domar a natureza, mais fortes, ocupariam o topo da hierarquia racial. A população brasileira, híbrida, estaria subordinada às leis da seleção natural e exatamente por isso que o intelectual previa um final feliz para a evolução étnica do país (Skidmore: 2012). Acreditava que a raça branca, fatalmente, seria vencedora e cabia a ela se aclimatar. A extinção do tráfico negro e a imigração europeia poderiam contribuir para isso. A longo prazo, segundo Romero, haveria de existir uma fusão étnica completa no Brasil, cujo resultado talvez não fosse o branco puro, mas um mestiço “bem caracterizado”.

Era também sobre a predominância dos caracteres brancos sobre os negros que versava o diretor do Museu Nacional João Baptista de Lacerda, mas a partir de um outro ponto de vista. Em 1911 participou do Congresso Mundial de Raças em Londres. Na publicação de 1912 em que apresentava um relatório da série de conferências do evento, argumentava que a ideia de raça deveria ser discutida à luz da ciência e da consciência moderna. Dizia que os povos orientais tinham poder de assimilação e o contato com o ocidente era o caminho que os civilizaria. Ao analisar o conceito de raça do ponto de vista sociológico, o antropólogo afirmava que somente o comércio, a indústria e a filosofia seriam capazes de unir o oriente e o ocidente. Um dos exemplos bem-sucedidos deste processo, segundo Lacerda, era Índia – o destino de zebuzeiros – que ao ser colonizada pela Inglaterra, assimilou saberes europeus, aprimorando assim sua agricultura e economia.

Em um dos textos desta publicação, *Réplica á crítica da memória- Sur les métis au Brésil* (1912), João Baptista de Lacerda torna explícita sua defesa do branqueamento da

população brasileira. Apesar de tratar das diferenças entre brancos e negros, Lacerda dizia que raça não era uma questão de cor e que também não havia raças superiores ou inferiores, mas sim, mais adiantadas e menos adiantadas.

“ Demais, devem todos saber, porque a sciencia já o demonstrou, que embora tomada como caracter diferencial de raça, a côr não passa de um caracter anthropologico accidental, susceptível de modificar-se profundamente sob a influência dos agentes cósmicos, que a superioridade e a inferioridade das raças no sentido absoluto é um facto inverídico, e que no mundo só existem raças adiantadas e atrasadas, devendo ser attribuidas essas diferenças ás condições do meio physico e social em que o homem evoluiu ” (Lacerda: 1912, 90)

Para Lacerda a raça branca era, indubitavelmente, “adiantada”, não só em termos biológicos, como culturais. Neste texto, em parceria com o colega Roquette Pinto, apresentava diagramas estatísticos que demonstravam a tendência de branqueamento da população brasileira. Em alguns séculos, segundo o antropólogo, a herança negra estaria erradicada no Brasil e este processo avançava consideravelmente em virtude da política de incentivo a imigração europeia, implantada durante o império e que se mantinha na Primeira República.

É precisamente ao fazer críticas a Lacerda, que através dos eufemismos “adiantado” ou “atrasado” produzia enunciados biologicistas sobre a superioridade dos brancos, e, portanto, uma defesa do “branqueamento”, que Giralda Seyferth (2002) avalia a política imigratória da virada do século XIX e início do XX. A antropóloga descreve a intencionalidade implícita na escolha destes estrangeiros: a qualificação deles se dava pela natureza do trabalho na grande propriedade cafeeira, mas segundo Seyferth, não havia dúvidas quanto à cor de sua pele.

O branqueamento, portanto, era um projeto de Estado, que por tratar de raças, flertava com a natureza e com a cultura, mas também com a economia, com o comércio, com a indústria, mas principalmente com o planejamento de uma nação. Mas o uso político da ideia de raça não era uma prática exclusivamente brasileira. Em *Origens do Totalitarismo* (1973) Arendt, como Herzfeld (1997), vincula as ideias de raça, nação e Estado. Entende raça como um princípio de estrutura política. Mais que determinar as características inatas de uma população, raça é um artifício nacionalista.

A ideologia racista na Alemanha que ganha força a partir do século XIX, prossegue a autora, funcionou como um esforço de unir o povo germânico contra o domínio estrangeiro. Na falta de uma unidade nacional, ergueu-se uma muralha ideológica - o discurso racista - capaz de unir um povo carente de história e de unidade geográfica. Foi primeiro insistindo no discurso sobre origem comum através da língua e só mais tarde através do parentesco de sangue - uma definição orgânica e naturalista – que a supremacia da raça aariana veio a ser, no século seguinte, um artifício de guerra.

Na Alemanha nazista, as ideias do Conde Gobineau - que também fundamentaram o discurso racista brasileiro sobre as controvérsias da mestiçagem - caíram como uma luva. Ele levava até o limite as doutrinas genealógicas. Em *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853) reúne argumentos, utilizados no século XX na Alemanha, que justificavam a ascensão e o declínio das nações. A decadência de um povo era explicada por Gobineau pela mistura de sangues. As raças vencedoras, superiores, eram as de “sangue azul”. Arendt lembra que havia um fundo político no argumento de Gobineau. Ele desejava que a aristocracia fosse substituída por uma nova elite. Mais do que príncipes, deveria haver uma raça de príncipes. Estes, arianos, pertenceriam a uma aristocracia natural, cujo destino era dominar todos os outros.

A Alemanha nazista, cenário do holocausto, colocou a natureza a serviço de um projeto nacionalista implacável, intransponível, definidor dos vencedores e dos vencidos, fossem eles homens ou animais. Boria Sax analisa as controvérsias do período em *Animals in the Third Reich* (2000). Se negros, judeus e ciganos eram perseguidos e exterminados, havia uma retórica nazista que misturava e simetrizava humanos e não-humanos: aqueles considerados “puros” eram vistos como necessariamente superiores. A nação germânica, segundo o autor, poderia incluir animais e excluir homens, um cachorro “geneticamente saudável” poderia facilmente ter mais valor do que um judeu.

Este tipo de relacionamento entre homens e animais superiores, ressalta Sax, não estava pautado por um envolvimento afetivo. Era um compromisso abstrato, com a ideia de raça, mas também com a de Estado e de nação que estava em jogo. Assim como os nazistas queriam recriar o povo ariano a partir da seleção artificial, também tentavam recriar bovídeos do tipo auroque. Estes animais, de grande porte e comportamento indócil, já estavam extintos no período, mas teriam dado origem a subespécie *Bos taurus taurus*. Através de cruzas entre raças bovinas alemãs e também com búfalos norte-americanos, selecionadores queriam

inventar um tipo bovino supremo e repovoar com esses animais as primeiras florestas onde tribos germânicas teriam vivido.

Tal compartilhamento de discursos racialistas no desenvolvimento de homens e de animais, como sugere Sax, permite algumas analogias com outros contextos nacionais. A Grã-Bretanha, inventora do pedigree e do *inbreeding*, também desenvolveu uma maneira própria de pensar o desenvolvimento de humanos e não-humanos mais aptos.

Se na Inglaterra não houve, exatamente, um regime totalitário como na Alemanha Nazista - que ansiava desenvolver “raças puras”- havia um discurso concomitantemente aristocrático e liberal. Ali, o darwinismo foi apropriado por Galton para pensar a eugenia, por Spencer para pensar a economia e por famílias tradicionais para desenvolver suas próprias genealogias. Como bem lembra Strathern em *After Nature* (1999), no pragmatismo inglês moderno, os conhecimentos são invariavelmente definidos como úteis e relevantes para outros propósitos além deles mesmos, por isso a autora os entende como merográficos. Este é o caso das especificidades do parentesco britânico, do *inbreeding* e da invenção de uma indústria de estoque de sangue e pedigree de cavalos, ovelhas e bovinos.

Franklin (2007) descreve que a indústria de estoque de sangue que emerge no século XVIII combina genealogia, propriedade e economia. Por isto estava a serviço de um projeto britânico, que ao longo de sua história, também se fez através desta tríade. Se por um lado o estoque de sangue tratava de linhagens e famílias, e logo de ancestrais e transmissão de traços hereditários, a sua definição também tinha o sentido de um fundo monetário e financeiro, é um “estoque”, portanto, referia-se a um capital. A Inglaterra, portanto, não só inventou um método de “raceamento” animal, como o mercado agropecuário moderno.

Através da comparação com estes outros nacionalismos, que produziram efeitos nas práticas de “raceamento” animal, é possível também pensar o Brasil. Se na Inglaterra, a criação de animais aliou genealogia, propriedade e economia e na Alemanha Nazista houve tentativas de invenção de bovinos de “raça-pura”, a seleção de bois - durante a Primeira República e o Estado Novo - também estava afinada com discursos racialistas nacionais. Não só o sangue de negros, índios e brancos - como apontam os trabalhos de Nina Rodrigues, Silvio Romero e João Baptista de Lacerda - misturavam-se no Brasil, mas os de bovinos que aqui chegaram, em várias levas, durante a colônia. O rebanho brasileiro, como o povo, era mestiço.

Além disso, criadores e zootecnistas do alvorecer da república, ao participarem do processo de formulação de projeto de nação, também passam a se orientar por doutrinas científicas europeias: o *inbreeding* de Bakewell, um britânico, sempre mencionado em manuais zootécnicos, é um exemplo disto. Mas as coincidências dos saberes zootécnicos com o discurso racista brasileiro das primeiras décadas do século XX, não param por aí. Como ocorreu nas escolas de direito, medicina e nos museus etnográficos, os saberes agrícolas europeus também se desenvolveram aqui de maneira original, era preciso modernizar as práticas de seleção e, concomitantemente, adaptá-las às adversidades do clima e das verminoses brasileiras. A invenção de uma zootecnia tropical, a ser descrita a seguir, cuja história está estritamente vinculada à consolidação do gado zebu, é efeito disso.

De um certo ponto de vista, o discurso sobre a mestiçagem, que fez raça, fez nação, fez um projeto de Estado, também fez a seleção de bovinos, especialmente os zebus. No Brasil, as ideias de sangue, de família, de raça e, logo, de mestiçagem foram, e ainda são, acionadas como aquela mitologia de origem apropriada pelo Estado-Nação a qual Herzfeld fala. Mais que biogenético, cultural, ideológico ou mesmo imaginado, como quer Anderson (1983), o nacionalismo, segundo Herzfeld em *Intimidade Cultural Poética Social no Estado Nação* (2008), é praticado. Aqui, a tecnologia da genética, da medicina, do direito, da política – que trata de homens - e também da zootecnia – que trata de bois – se atualiza com vistas a concretizar uma essência eterna: miscigenada.

Parece contraditório dizer que a seleção de bovinos zebus reprodutores, de elite, que têm pedigree, portanto, são “puros”, esteja pautada pela mestiçagem. Mas é exatamente pela especificidade do saber zootécnico que isto pode ser afirmado. No caso da pecuária zebuína brasileira, a prática de “raceamento”, desde os primeiros tempos de seleção, é ora “engrossar”, através da consanguinidade, ora “afinar”, através do “refrescamento”, o sangue dos rebanhos. Além disso, o conceito de “raças puras” em zootecnia é da ordem da convenção. (Domingues: 1963).

A zootecnia é definida como a “arte de selecionar”. Ao estudar animais domésticos e silvestres, opera com a política, com a economia, com a genética, com ‘naturezas-culturas’ (Latour: 2003). Talvez por isso, tenha resolvido a questão da raça, antes de outras ciências (como a antropologia, por exemplo), porque em nenhum momento de sua história negou seu compromisso com a eugenia. Quando a cátedra de zootecnia surge, em 1849 na França a partir da tese de Emile Baudement, no Instituto Agrônomo de Versailles, o intelectual faz a

defesa do princípio teórico - que até hoje norteia a ciência - dos animais domésticos como “máquinas vivas”, valorizadoras e transformadoras dos alimentos. (Ferreira, Barbosa, Carrer, Carvalho, Corrêa Filho, Dutra Junior, Freitas, Mariano, Oliveira, Oliveira, Oliveira, Pinheiro e Silva : 2006).

Ao tratar de animais como máquinas, a zootecnia pode falar de melhoramento, apoiada em leituras de genealogias, da transmissão de traços hereditários através de genes e de sangue, da influência do meio e do clima, sobre a “prepotência” de raças, orientação de acasalamentos e também sobre mestiços, sem qualquer dilema ético. Pode tratar de purezas e misturas, de sangues que se repelem, e de outros, que, ao se mesclarem, fortalecem as raças.

Mais que uma ciência, a zootecnia é um saber, desempenhado por cientistas, mas também por criadores. Articula enunciados sobre práticas econômicas, políticas e sociais. Neste sentido, a invenção do zebu como um gado tropical, mais que um documento da história da zootecnia e da pecuária brasileira, é mesmo um monumento (Foucault:1972) que trata de diversos conceitos, temas e teorias que relacionam homens e bois em um projeto de Estado- Nação.

5.3 Dos homens e dos bois

As primeiras importações de gado zebu, realizadas na virada do século XIX para o XX, talvez não tenham sido realizadas somente em virtude da “audácia” e da “visão” de pecuaristas e mascates de gado, como querem memorialistas, historiadores da pecuária e criadores. Naquele período em que Manoel Lemgruhber vai até o zoológico inglês com a intenção de importar bovinos “exóticos” ou que Teófilo de Godoy vai até a Índia, chegavam ao país várias levadas de estrangeiros europeus. Se no alvorecer da república, criadores defendiam necessidade de “azebuamento” dos planteis brasileiros, o Estado- antes monárquico e depois republicano -apostava no branqueamento da população brasileira.

Muito se escreveu sobre a tese do branqueamento da população brasileira (Benzaquen: 1993, Skidmore: 2003, Seyferd: 2002, Schwarz: 1993) e pouco, ou quase nada, pelo menos de um ponto de vista antropológico, sobre o “azebuamento” dos rebanhos. O fato

é que estas apostas, contemporâneas, de algum modo, eram parte de um mesmo projeto nacionalista e assimilacionista.

A convergência mais óbvia destas apostas é por compartilharem um discurso eugênico: na seleção de raças de imigrantes ou de bovinos havia a intencionalidade de se pensar populações mais aptas a viverem em território nacional. Se antropólogos físicos, juristas e médicos sanitaristas defendiam a maior probabilidade de “abrasilamento” dos latinos (Lacerda: 1912, Seyferd: 2002), assim pensavam criadores e mascates ao importarem gado indiano ao Brasil.

Mas nesta comparação entre homens e bois vale uma ressalva. As teorias racistas na virada do século XIX para o XX pressupunham a superioridade da raça branca. No monogenismo de Buffon, que tanto inspirou a tese do branqueamento defendida pelas elites intelectuais brasileiras entre 1889 e 1914, havia um argumento étnico: cada raça teria um tempo de evolução, mas todas elas avançariam na mesma direção dos europeus. Em virtude disso, o caráter miscigenado do Brasil poderia ser atenuado com a imigração europeia. Havia uma intencionalidade de construir no futuro uma nação mais homogênea, pelo menos racialmente.

E aí reside a principal divergência entre as ideias de “azebuamento” e branqueamento. Por definição os zebus não são europeus. Os *Bos taurus indicus*, inclusive, são classificados em oposição aos *Bos taurus taurus*, europeus. Como explicitado ao longo desta tese, os espécimes zebuínos eram considerados “exóticos”, eram animais de zoológico. E houve uma considerável resistência, não só dos criadores de caracu, a estas raças. Até a década de 30, quando a consolidação do gado zebu se dá, a tese do “branqueamento” – fundamentada na superioridade das raças arianas - era válida também na zootecnia

No primeiro manual zootécnico brasileiro escrito por Eduardo Cotrim em 1913, isto estava explícito. Na quarta parte do livro, em que descreve as aptidões de raças bovinas nacionais e estrangeiras, Cotrim justifica o porquê de não mencionar as raças de origem indiana em sua obra:

“Só nos fins do século XIX se começou a importação dos zebus indianos que hoje avassalaram os campos brasileiros, até que a dolorosa experiência de algum tempo mais, venha provar aos nossos criadores que se fanatisaram por esse ídolo hindu, há muitos séculos existente na Índia e sempre incapaz de melhoramento, quão prejudicial foi, para a criação brasileira, a sua importação.”

*Aqui não vamos considerar senão as raças ou grupos de animais descendentes do *Bos taurus*, que é o boi doméstico da civilização ocidental a que pertencemos por origem, por índole e por costumes.”*
(Cotrim: 1913, 135)

Eduardo Cotrim (1913) quer instruir e formar criadores modernos, que não só devem fazer uso de práticas zootécnicas europeias – como cercamento, forragens e pastagens, estações de monta, cria e engorda de rebanhos -, como devem criar raças também europeias. O Brasil, para se fazer enquanto uma nação ocidental, deveria utilizar de saberes também ocidentais e, portanto, a importação e proliferação de bovinos do oriente ia na contramão deste projeto. É a defesa do uso no país de durhams, angus, herefords, polled-angus, welshs, holandeses, ayrshires ou no máximo de caracus, crioulos, junqueiras ou curraleiros - raças brasileiras que se convencionaram a partir de cruzamentos de espécimes europeus – que se enuncia no primeiro manual zootécnico brasileiro.

O saber zootécnico hegemônico, em seus primeiros tempos no Brasil, portanto, mais do que eugênico, era branqueador. Os espécimes europeus já eram “máquinas animais aperfeiçoáveis e aperfeiçoadas”. Só elas, segundo Cotrim, poderiam alterar a selvageria do pastoreio.

Ao compor a história da pecuária no sertão mineiro, Ricardo Ferreira Ribeiro (2012) analisa que a resistência ao gado zebu, capitaneada por Cotrim e pelos criadores paulistas defensores do caracu, saía da esfera zootécnica. Lembra que durante uma conferência da Sociedade Nacional da Agricultura realizada em 1916, entusiastas das raças indianas, ao defendê-las, diziam que elas foram injustamente comparadas com caboclos e negros. Se fossem europeias, segundo eles, não haveria qualquer resistência quanto à sua seleção.

É certo que naquele início de século, os saberes científicos e as doutrinas raciais europeias eram dominantes. Mas a comparação literal de zebus com negros e caboclos parece não ser plena. A subespécie *Bos taurus indicus* se espalhou pela África. Para recordar um exemplo fundamental, o casal de zebus que Dom Pedro I criava na fazenda imperial de Santa Cruz era originário do Nilo. Mas foi a Índia o destino dos zebuzeiros, era de lá que chegaram os primeiros animais importados.

A Índia era um lugar da nobreza, das castas e dos marajás e também das ações do império inglês. Os zebus, de algum modo, já eram de elite antes de chegar ao Brasil (Cotrim,

inclusive, acusa os zebuzeiros de estarem encantados por um ídolo hindu). Tanto porque eram sagrados, quanto porque estavam em vias de ser melhorados através das ações das fazendas experimentais britânicas. De um certo ponto de vista, naquele início de século na Índia, o investimento na seleção de espécimes zebuínos feita pelos britânicos, já era a experiência, que veio a ser consolidada aqui, da união da ciência europeia com a natureza tropical.

Vale lembrar que desde a década de vinte, intelectuais - fossem eles modernistas, integralistas ou positivistas - capitaneavam um projeto de construção de um novo Estado. Mas foi durante o governo de Vargas que o movimento de integração nacional se consolida. O caminho para a modernidade estava no próprio Brasil. O discurso racialista branqueador em vigor na virada do século XIX para o XX se diluía na preocupação com uma homogeneidade nacional. A inegável miscigenação da população brasileira era o corpo de doutrinação deste novo nacionalismo pautado pela necessidade de assimilação e caldeamento (Seyferth: 1999).

A consolidação dos zebus, e também dos zebuzeiros, na década de 30, converge com esse discurso. Estes animais não só eram capazes de se “naturalizar” ao clima brasileiro, como eram uma invenção de pecuaristas cujas propriedades estavam distantes do litoral. Neste sentido, eram a elite econômica e racial resultante da ampliação de fronteiras.

Quando Cassiano Ricardo escreve a *Marcha para o Oeste* (1942), obra que inspira o projeto homônimo de Vargas (Bittar: 1999), a figura do bandeirante é valorizada em razão de sua capacidade de promover, ao avançar pelos sertões brasileiros, a convergência de um Brasil civilizado do litoral, com um Brasil nativo dos sertões (Pereira: 1997). Era disto que tratava o nacionalismo do Estado Novo, um projeto de consolidação de uma nação concomitantemente integrada e purificada, que se afastava de doutrinas alienígenas e que casava a raça com o sertão.

Criadores uberabenses, através da seleção do gado zebu, conseguiram promover esse casamento. A apologia ao bandeirantismo brasileiro enquanto um modelo de democracia para o Estado Novo (Esterci: 2013), inclusive, expressou-se, não casualmente, em um manual de zootecnia publicado na década de 40. Oswaldo Affonso Borges, em *O Zebu do Brasil - Como conhecê-lo, melhorá-lo, como empregá-lo* (1946), sugere que o gado indiano era o próprio bandeirante brasileiro, o único tipo bovino capaz de desbravar o sertão e torná-lo habitável:

“As qualidades do zebu são, pois, altamente apreciáveis e justificam perfeitamente seu prestígio entre nós. Já houve quem disse que o Ford e o zebu foram os maiores bandeirantes do Brasil, os únicos que realmente desbravaram o sertão e o tornaram habitável” (Borges: 1946, 130)

O incentivo do Estado Novo era pela migração interna. A expansão demográfica teria de ser realizada dentro do próprio território e se isto coube aos homens, também coube aos bois, como bem mostra o trecho acima. Vale destacar que Vargas, é sempre lembrado por criadores e memorialistas da pecuária como um entusiasta do gado zebu. Além de ter inaugurado em Uberaba uma fazenda-experimental e o Parque Fernando Costa na década de 40, foi um incentivador do tipo Indubrasil (ou Induberaba), uma invenção nacional, “mestiça”, que por estes atributos era considerada “tipicamente brasileira”.

Mas este tipo mestiço, não deixava de ser nobre. Se não tinha a pureza de um Gir, de um Nelore ou de um Guzerá, era por excelência, um “puro-sangue” zebu. Segundo o zootecnista Octávio Domingues (1939), a raça Indubrasil através da mistura de sangues de espécimes indianos, vencia dois obstáculos: a contingência da espécie – que envolvia um processo de multiplicação demorado – e a instauração de um padrão racial brasileiro. Outro zootecnista, Alexandre Barbosa da Silva (1947) lembra que o governo, durante muitos anos, não prestou a atenção devida às vantagens do zebu, mas com a invenção do Indubrasil, a publicação dos primeiros livros de registro genealógico e a comprovação de que esse tipo se adaptava na zona intertropical, o valor dos espécimes zebuínos como o “esteio” da economia brasileira era inegável.

Não é em vão, que um dos principais intérpretes do Brasil, Gilberto Freyre, tenha avaliado o investimento em gado zebu como um dos exemplos bem-sucedidos de um país moderno, miscigenado e, concomitantemente, original. Em uma interessante passagem da introdução de *Novo Mundo nos Trópicos* ([1947] 2011), uma coletânea de conferências que trazem temas pensados pelo autor em outras publicações – a mestiçagem, a adaptação, o domínio privado e a ‘tropicologia’-, Gilberto Freyre sugere que o trabalho empreendido por pecuaristas na seleção e criação de um tipo de bovino “puro-sangue” brasileiro, através da cruzada de espécimes importados da Índia com o gado “crioulo”, desenvolveu rebanhos com maior imunidade aos efeitos do clima e das verminoses tropicais:

“ Outro trabalho pioneiro de alto interesse, não só científico quanto prático, que vem sendo feito pelos brasileiros em benefício de seu país, e também do desenvolvimento da civilização moderna nos trópicos – outros países tropicais como a Venezuela, o Paraguai, a África portuguesa se têm beneficiado da experiência brasileira – é o novo tipo de gado especialmente adaptado aos trópicos que os brasileiros já obtiveram, graças ao cruzamento do zebu, importado da Índia, com animais descendentes daqueles que vieram de Portugal na época da Colônia. Quando os fazendeiros anglo-americanos começaram a ter interesse no Brasil, sob o ponto de vista das grandes indústrias frigoríficas dos Estados Unidos, julgaram que o nosso país necessitava introduzir em nossas pastagens o gado Hereford puro-sangue, que seria cruzado com o gado nativo ou “gado crioulo”. Mas de acordo com um observador britânico que esteve aqui na Primeira Grande Guerra, e estudou minuciosamente o problema – sr. J.O.P Bland – apesar dos resultados obtidos em fazendas experimentais com o gado importado justificar a experiência, brasileiros mais práticos argumentaram que o gado puro-sangue nativo renderia muito mais, dada a sua imunidade a insetos nocivos, peculiares ao clima tropical, o que não aconteceria com os animais importados e não adaptados ao clima, e que sucumbiriam facilmente. E o observador britânico concordou com os brasileiros práticos nesse ponto: que o clima e os insetos no Brasil são fatores a serem considerados, tratando-se de problema que não poderia ser resolvido com a aplicação da experiência adquirida no Texas ou na Argentina” (Freyre: 2011, 47).

Para Gilberto Freyre os trópicos eram um *locus* de desequilíbrio, excessos e irregularidades. Eram o paraíso e o inferno. A tropicologia, portanto, com vistas a superar o suposto inacabamento do Brasil, deveria combinar elementos exógenos da ciência europeia com a natureza tropical. E assim, segundo Freyre, fizeram zebuzeiros e zootecnistas brasileiros.

Os rebanhos brasileiros se “azebuavam” desde o início do século, eram mestiços de sangue europeu e indiano. Mas é sobre a seleção de um gado “puro-sangue” nativo que Freyre versa. Efeito tanto de uma adaptação ao clima, às verminoses e doenças dos trópicos, quanto da prática de criadores brasileiros. Era uma invenção de uma ciência zootécnica tropical que estava em pauta com a consolidação do gado zebu.

Nesta passagem de *Novo Mundo nos Trópicos*, ao utilizar o gado zebu como um exemplo bem-sucedido do país moderno e original, Freyre dá pistas de sua versão da identidade nacional. A seleção destes espécimes, como outras invenções brasileiras, era um esforço de articulação de tradições, a tal síntese completa e definitiva de “antagonismos em equilíbrio”. Para Freyre, os zebus no Brasil combinavam a mestiçagem, a adaptação e os trópicos.

Mas não é apenas o intelectual pernambucano que avalia a seleção de gado zebu nesses termos. Se para Freyre, o conceito de raça era mais um efeito do que uma causa, uma amálgama que mesclava biologia, clima e cultura (Benzaquen: 1993), também era para os estudiosos e pecuaristas do período. A defesa de autores que se debruçaram sobre as raças indianas, Silva (1947), Domingues (1963), Borges (1946), e mesmo de criadores contemporâneos e do Estado pelo gado zebu, é que em nenhum outro lugar do globo, estes espécimes atingiram tamanho melhoramento. Sua capacidade de adaptação ao clima e aos sertões, sua “prepotência” na transmissão de traços hereditários e a habilidade de seleção de seus criadores, fizeram deles o “boi dos trópicos”.

5. 4 O Boi Tropical: Octávio Domingues, entre a zootecnia e a eugenia

No pequeno museu que Sr. Arnaldo Machado Borges preserva em sua fazenda, há um painel em que narra a história de seu pai, Rodolfo Machado Borges, na pecuária zebuína. No texto que ilustra este painel, há um trecho destacando que no decorrer de sua trajetória de criador, Rodolfo estabeleceu relações com notórios zootecnistas e isto teria sido decisivo para o sucesso de sua seleção. Octávio Domingues era um deles.

Foi em uma exposição em Uberaba, o celeiro dos “bois dos trópicos”, realizada no ano de 1951, que Octávio Domingues, conhecido como “o patrono da zootecnia brasileira” (Ferreira, Barbosa, Carrer, Carvalho, Corrêa Filho, Dutra Junior, Freitas, Mariano, Oliveira, Oliveira, Oliveira, Pinheiro e Silva: 2006), propôs que pecuaristas e estudiosos organizassem a Sociedade Brasileira de Zootecnia¹⁰⁷ (Peixoto: 1982). No período, ainda não havia cursos de

¹⁰⁷ Aristeu Mendes Peixoto (1982) aponta que a Sociedade Brasileira de Zootecnia foi fundada antes mesmo da criação da primeira graduação em Zootecnia do Brasil (somente no ano de 1966 que é inaugurado um curso regular, oferecido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, campus de Uruguaiana). A primeira reunião da SBZ se deu em 1951, na cidade de Piracicaba, e foi uma das atividades da Exposição Nacional de Animais, uma feira que reunia criadores de gado de todo país e que naquele ano tinha sede no estado de São Paulo. Ao trazerem dados sobre os quarenta anos da profissão de zootecnista no Brasil, Ferreira, Barbosa, Carrer, Carvalho, Corrêa Filho, Dutra Junior, Freitas, Mariano, Oliveira, Oliveira, Oliveira, Pinheiro e Silva (2006), afirmam que a institucionalização da Zootecnia no país como um ramo autônomo da Medicina Veterinária e da Agricultura teve como objetivo principal o desenvolvimento de pastagens e da bovinocultura zebuína nos trópicos. Sugerem ainda que a Zootecnia é tanto arte, quanto ciência e que este ramo do

graduação em zootecnia no Brasil, mas o Triângulo Mineiro, através dos criadores de gado zebu e das ações de estudiosos e agentes do Estado em fazendas-experimentais, já era o cenário de consolidação de saberes zootécnicos tropicais.

Se foi só nos anos 50 que a zootecnia se consolida no Brasil como um ramo autônomo da agricultura e da veterinária, desde o início do século, Octávio Domingues já vinha pensando a criação de animais domésticos brasileiros. Entre 1915 e 1917 cursou agronomia na ESALQ, entre os anos de 1925 e 1931 lecionou nesta mesma instituição. Foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a ensinar as Leis de Mendel no país. Sua tese de doutorado versava sobre o gado caracu, como o título do trabalho aponta: *Uma escala de julgamento de reprodutores da raça Caracu* (1931). Mas foi em seus estudos sobre o zebu, o boi tropical, que Domingues se destacou.

Do final da década de 20 até a década de 60 do século XX, Domingues escreveu vários manuais que tratavam sobre a adaptação e aclimação de animais domésticos, pensou a criação de galinhas, carneiros e bovinos. Entre estes escritos, vale destacar: *Aclimação e adaptação dos Animais Domésticos* (1928); *Para produzir ovos não basta ter galinhas* (1936); *Crie galinhas começando certo*, (1941); *Introdução a zootecnia* (1944); *Plano de acasalamento para exploração do gado leiteiro no Brasil tropical* (1952); *Sobre a origem do carneiro deslanado de morada nova* (1954); *Considerações em torno do ensino de Zootecnia* (1958); *O fenômeno da variação nos animais domésticos* (1958); *O gado nos trópicos* (1961); *Introdução da palma forrageira no Nordeste* (1963); *O gado indiano no Brasil – Historiografia, Exterior, reprodução, criação, melhoramento* (1966); *Elementos de zootecnia tropical* (1974). Mas foi ainda em uma publicação de 1929, que Domingues definiu as diretrizes da zootecnia tropical:

“ [...] herdeiros da cultura latina, particularmente da cultura francesa, em ciência, nós importamos para aqui, inicialmente, as virtudes e também os defeitos da Zootecnia criada por Baudement e levada ao apogeu por Cornevin. Daí o embaraço em que ainda nos debatem em considerar uma “Zootecnia Geral” de um lado, e uma “Zootecnia Especial”, do outro, como faziam. No caso do Brasil houve um fator, que nos outros

conhecimento é definido como “a arte de criar”. “[...] a Zootecnia deixou de ser somente uma prática que se aprendia com a “lida” com o gado, para ser também uma arte ou ciência aplicada que se aprende observando e experimentando (2006: 82)”. É arte, segundo estes autores, porque é do imaginário humano, é da capacidade inata em compreender e intervir na natureza, e é, concomitantemente, ciência porque estuda e revela os acontecimentos animais para promover conhecimentos dirigidos ao bem-estar dos homens (2006: 83) .

casos não teve tanto efeito. Foi o fator clima, que influenciou, notadamente, a prática da criação. E não só influencia decisivamente, na prática teórica, porque essa nasceu por transplantação, com a importação de livros e professores europeus, ou melhor, franceses, de cultura francesa. É inegável, todavia, a necessidade de submetermos, nós teóricos, a imposição do meio, a ponto de precisarmos reformar a Zootecnia na sua própria definição. Como conheceis a definição que, a propósito cheguei a formular, baseando-se no fenômeno da adaptação. Por que? Nada mais fácil de responder. Porque a adaptação do animal doméstico ao meio ambiente, e ainda, a adaptação desse meio no próprio animal, constitui a essência de todo o trabalho do criador. Criar animais numa região tropical é um esforço que gira em torno da adaptação: adaptação do gado ao ambiente do criatório, adaptação do meio ao animal que deve ser explorado. Então é lícito ao Zootecnista brasileiro definir a Zootecnia de modo diferente do que vem sendo feito pelos Zootecnistas de outro hemisfério, onde o fenômeno da adaptação deixou de existir, como um problema a existir, como um problema a resolver, ou não se apresenta com o relevo que deparamos entre nós. Para o Zootecnista brasileiro, ela não é apenas a “ciência da produção e da exploração das máquinas vivas”. Porque para realizar essa tarefa, nas regiões como o Brasil, a adaptação vai ser o trabalho primordial e básico, anterior a todos os outros. Daí impor-se uma nova definição para a Zootecnia dos trópicos, e que podemos enunciar nos seguintes termos: “É a ciência aplicada que estuda e aperfeiçoa os meios de promover a adaptação econômica do animal ao ambiente do criatório, e deste aquele” (Domingues: 1929 [Apud: Ferreira, 2012])

Este trecho, fundador da zootecnia tropical, mostra uma clara diferença entre os ensinamentos de Cotrim (1913) e de Domingues (1929). Se no primeiro manual zootécnico brasileiro o projeto era “branqueador”, portanto, deveria fundamentar as práticas da agricultura em doutrinas europeias, o pressuposto de Octávio Domingues, não coincidentemente elaborado na virada da década de 20 para a de 30, é consolidar uma ciência zootécnica tropical, brasileira. Grande parte das espécies domésticas, segundo Domingues, teria chegado ao Brasil pelas mãos dos colonizadores, portanto, eram de zonas temperadas. Mais que lidar com “máquinas animais”, criadores deveriam promover a adaptação dos animais e do ambiente do criatório.

Como a medicina tropical do início do século XX, a zootecnia de Domingues também estava fundamentada em um projeto nacionalista. Se a medicina tropical, através de investigações sobre patologias brasileiras, tentava fundar um diagnóstico sobre o Brasil levando em conta a possibilidade de constituir um projeto de nação (Edler: 2010), a zootecnia tropical, através do melhoramento dos animais e de pesquisas sobre pastagens e verminoses, trilhava o mesmo caminho.

Na introdução de *O Zebu, sua reprodução e multiplicação dirigida* (1971), uma edição resumida do manual *O gado indiano no Brasil* (1966), Domingues traz uma passagem

de um discurso que teria proferido em Uberaba na década de 40 em que afirmou que na zootecnia eram os práticos - os criadores - quem abriam caminhos para os teóricos. Eram as fazendas os maiores laboratórios dos zootecnistas. Figuras como Bakewell na Inglaterra e os zebuzeiros do Brasil teriam antecipado a consolidação da zootecnia enquanto ciência.

Para Domingues, o processo de melhoramento dos animais no Brasil estava diretamente relacionado ao fator clima. Este era preponderante para o rendimento zootécnico do gado, já que influenciava as pastagens, a ocorrência de parasitas e verminoses e mesmo as condições socioeconômicas e educacionais dos criadores na realização das seleções. Domingues, como Gilberto Freyre, era um adepto do neolamarckismo (Stefano e Neves: 2007). Para ele as condições físicas e geográficas eram determinantes para a consolidação de padrões raciais e também culturais.

Em *O Gado nos Trópicos (1961)* Domingues descreve que os bovinos de origem indiana eram tropicais desde a origem, ao contrário dos europeus. Os *Bos taurus taurus*, segundo o autor, entravam em um processo de degeneração no Brasil, o calor perturbava seu desenvolvimento e sua multiplicação.

Os bois indianos e europeus, segundo Domingues, eram distintos em sua morfologia e fisiologia. Os zebus tinham alta tolerância ao calor, seus pelos aderentes à pele e a abundância de secreção pelas glândulas sudoríparas os faziam resistir às verminoses e doenças tropicais. Diferentemente dos taurinos, apresentavam boas condições de fertilidade nos trópicos, eram “prolíferos”. Além disso, sua alimentação no pasto era mais eficiente, conseguiam digerir melhor alimentos grosseiros e requeriam menos proteínas e calorias do que os bovinos europeus.

Por comparação às raças europeias, o zebu era “pernudo”, alto. Segundo Domingues este aspecto teria se desenvolvido ainda na Índia, onde teria sido explorado como animal de transporte. Em virtude dos seus membros, locomovia-se bem nas estradas e nos pastos, tal característica morfológica era uma vantagem para o povoamento das fazendas brasileiras.

Domingues defendia que os zootecnistas tinham que lidar com raças e linhagens. Portanto, o êxito dos zebus no Brasil, além de sua adaptação, se deu em virtude dos criadores uberabenses em publicar livros de registros genealógicos. Ele lembra, no entanto, que genealogias idênticas não levavam, necessariamente, a heranças genéticas idênticas. Apesar de inspirar suas análises na Lei de Mendel, dizia que a genética animal atuava no campo das

generalidades, eram estudos estatísticos da variabilidade das populações, mas suas contribuições eram pouco objetivas. O melhoramento animal, objeto da zootecnia, portanto, dependia tanto dos mecanismos de hereditariedade, quanto da ginástica funcional e da alimentação.

Em *O gado indiano no Brasil – Historiografia, Exterior, reprodução, criação, melhoramento* (1966), Domingues afirma que os métodos de reprodução de bovinos poderiam ser realizados entre indivíduos de mesma família (*inbreeding*), de mesma raça, de raças diferentes (cruzamentos), entre mestiços e entre espécies distintas (hibridação). No caso do Brasil, primeiro se deu a proliferação de mestiços, raças nativas provenientes de acasalamentos entre espécimes *Bos taurus taurus* trazidos durante a colônia. Estes, creoulos, junqueiras e curraleiros, segundo Domingues, como os zebras, eram vitoriosos nas regiões tropicais. Mas nesta adaptação, o metabolismo destes espécimes ficava lento. Ao reduzir suas despesas orgânicas, prossegue Domingues, cresciam parcamente, tal desenvolvimento metabólico gerava espécimes de pequeno porte e volume.

Octávio Domingues não era contra o uso de mestiços, e por isso o elogio a creoulos, junqueiras e curraleiros, raças nacionais. Mas estas, “heterogêneas”, eram “sem sangue”. Dizia que se o objetivo da seleção fosse produzir carne ou leite, espécimes mestiços poderiam oferecer o mesmo grau de possibilidades de melhorar a descendência, pelo menos na transmissão de caracteres econômicos. Mas se o criador quisesse apurar a raça, como faziam os zebuzeiros uberabenses, mestiços não deveriam ser utilizados na reprodução. Somente “animais puros” ou “mestiços identificados” (como era o Indubrasil) bem pintados, com boas orelhas, bons chifres e pelagens típicas, poderiam ser usados como “pareadores”.

O zootecnista defendia que não haveria necessidade, tampouco possibilidade, pelo menos no período em que desenvolveu seus estudos, de determinar pureza genética. O que se procurava ao “racear” rebanhos, segundo o autor, era estabelecer em um conjunto de indivíduos com fenótipos semelhantes. Além disso, o processo de seleção para Domingues era fundamentalmente determinado pelo ambiente e daí o êxito do zebu no Brasil. Estes espécimes exerciam no país a forma mais bem acabada da adaptação: a “naturalização”. Se aclimaram aqui sem qualquer afastamento do padrão racial original e ainda melhoraram suas qualidades econômicas. Portanto, eram a experiência bem-sucedida de uma zootecnia tropical.

Vale mais algumas palavras sobre o autor. No mesmo ano da defesa de seu doutorado sobre o gado caracu, 1931, era fundada por Vargas uma Comissão Brasileira de

Eugenia, da qual tanto o presidente fazia parte, quanto Renato Kehl, Belizário de Augusto de Oliveira Penna e também Octávio Domingues. Com o anseio de desenvolver uma nação de gente saudável e inteligente, o movimento eugênico brasileiro da década de 30 tinha como objetivo estimular a fecundidade de tipos superiores (Castaneda: 2003). Essa política de melhoramento da população discutida por tal comissão de eugenia tinha duas linhas, de um lado havia Kehl, um lamarckista que condenava a mestiçagem, e de outro, Domingues, um mendeliano que não desaconselhava a miscigenação.

Não é possível afirmar se foram os estudos zootécnicos que estimularam os estudos eugênicos de Domingues ou se foi o contrário. O fato é que o autor pensou tanto sobre a adaptação de raças bovinas no Brasil, quanto de raças humanas. Em um trecho de um de seus livros sobre eugenia, *A hereditariedade em face da educação* (1935), Octávio Domingues ressalta semelhanças nos processos de melhoramento do gado e de melhoramento do homem:

“Isto dito, fácil será o leitor ajuizar por si, e concluir a respeito do que se deve entender por melhoramento do homem, tem as mesmas bases do melhoramento do gado, mas não é idêntico, apenas assemelhavel. Sim. O animal-homem está sujeito as mesmas condições biológicas que os animais domésticos. A aplicação dessas leis deu, e continua dando, os melhores resultados no aperfeiçoamento desses animais. Logo, a illação é simples: ao homem também devemos aplicar taes conhecimentos, se queremos operar, em caminho acertado, o melhoramento physico, intelectual e moral. (1935: 131)”.

Como nos seus ensinamentos zootécnicos, nos seus estudos eugênicos Domingues também recorria à Lei de Mendel para pensar a variação e a hereditariedade. Ele não negava a herança de caracteres, para Domingues um atleta, como um boi de elite, já nascia feito. Mas o meio - os exercícios, o clima, fatores sociais e a educação - eram fundamentais para o desenvolvimento de talentos. Para ele, os caracteres hereditários operavam como “virtualidades inatas” que não necessariamente se revelariam. O gênio, portanto, era uma combinação vitoriosa de traços hereditários com a interação com meio.

Em *Hereditariedade e Eugenia* (1936), Domingues afirma que a eugenia não era imoral ou perniciosa, atuava como a “higiene da espécie”, no caso dos humanos funcionava como uma luta contra os instintos animais. Para Domingues, caracteres físicos, intelectuais e mentais poderiam ser transmitidos através da reprodução. Neste livro, por

exemplo, menciona a necessidade de evitar a multiplicação de ‘linhagens taradas’, o controle de casamentos, portanto, era uma maneira de barrar a continuidade biológica de ‘virtualidades inatas’ inadequadas transmitidas através do sangue.

Assim como em seus estudos sobre animais, Domingues também defendia que entre humanos não haveria “raças puras”. Mas admitia que houvesse raças superiores e inferiores, estas concentravam na “massa de seu sangue” atributos que eram transmitidos de geração em geração. O sucesso de uma raça, bovina ou humana, segundo ele, dependia da adaptação. Se os homens encontraram um meio de melhorar suas plantas e seu gado, também poderiam fazer o mesmo com seus semelhantes. Os vencedores, para Domingues, eram sempre os melhor adaptados.

Ele lembra, que no caso do Brasil, a adaptação dos colonizadores não foi uma simples transplantação de gente de uma terra para outra. Foi através da formação de um novo tipo, mestiço, através de casamentos entre brancos, negros e índios, que foi possível desenvolver uma civilização na zona tropical. Como Gilberto Freyre¹⁰⁸, Domingues defendia que os portugueses já eram um povo miscigenado. Quando, no Brasil, uniram-se a outras raças originaram o *melting-pot* fundamental para o povoamento do espaço americano.

Seus estudos zootécnicos, que versaram sobre as vantagens de “caracus”, “junqueiras” e “creoulos”, provavelmente inspiraram seu argumento sobre a mestiçagem entre humanos. Através da mistura de raças, especialmente entre a raça negra e branca, era possível formar descendentes variados. Isto, segundo o autor, era uma vantagem em termos evolutivos. Estas uniões aliadas à ação da seleção natural e do meio eram capazes de gerar uma progênie vigorosa. Embora aconselhasse acasalamentos consanguíneos em bovinos com vistas a apurar as raças, desaconselhava-os em humanos. Segundo o autor, na reprodução entre indivíduos com elevado índice de parentesco havia a propensão de transmissão de doenças hereditárias.

Apesar dos esforços de Domingues nos estudos eugênicos naquela década de 30, seu protagonismo enquanto pesquisador parece ter sido mesmo na zootecnia. Se é neste período que escreve sobre eugenia e mestiçagem, a partir da década de 40 volta seus estudos à criação de animais domésticos e nas décadas seguinte, especialmente, à bovinocultura dos trópicos. Olívia Cunha (1999) narra que em 1938 houve uma série de comemorações aos 50 anos de abolição no Brasil, e que esses eventos, capitaneados pelo antropólogo Arthur Ramos, eram o espaço público para pensar as implicações da temática racial para a construção da nação.

¹⁰⁸ Vale destacar que não há qualquer menção a Gilberto Freyre nos escritos de Octávio Domingues.

Entre as atividades desta comemoração, havia conferências, sessões cívicas, exposições e publicação de monografias e verbetes sobre o negro no Brasil. Uma série de intelectuais, entre eles Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Câmara Cascudo e Mário de Andrade, foram convidados para escrever sobre o assunto, a lista de autores era ampla e diversa, diz Olívia Cunha, mas Octávio Domingues não foi um dos escolhidos. A autora narra que o zootecnista ironizava o critério de escolha de Arthur Ramos em uma carta dirigida ao antropólogo, inclusive, utilizando uma expressão agrária para definir os eleitos de Ramos. Segundo ele, eram somente os “latifundiários” do assunto os escolhidos.

O episódio, todavia, não sugere que Domingues não estivesse afinado com o debate racialista da primeira metade do século XX. Ao contrário, tanto seus estudos zootécnicos, quanto os eugênicos versavam sobre populações mais aptas a viverem no Brasil. E mais, antropólogos, como Arthur Ramos, ou zootecnistas, como Domingues, utilizavam de argumentos e práticas acadêmicas semelhantes para pensar raças, bovinas ou humanas. Realizavam seminários, organizavam-se em associações, publicavam coletâneas, manuais e enciclopédias.

A título de ilustração, vale comparar a organização de manuais zootécnicos e de livros de antropologia no período. Em ambos os casos tratava-se de edições financiadas pelo Estado (por ministérios e secretarias). Além disso, a própria disposição dos capítulos destas obras compartilhava algumas semelhanças. Tomemos como exemplo, duas publicações, *As Culturas Negras no Novo Mundo* (1937) de Arthur Ramos e *O zebu na Índia e no Brasil* (1947) de Alexandre Barbosa da Silva (manual que, inclusive, conta com um prefácio de Octávio Domingues). Os primeiros capítulos destas obras versam sobre as especificidades geográficas e históricas dos locais de origem de negros ou de zebrus, Ramos fala sobre a África e Silva sobre a Ásia. Na sequência, discorrem sobre a adaptação destas populações em diversos territórios do globo, para só depois, pensarem sobre o êxito delas no Brasil.

Essa reversibilidade, para pensar raças de homens e de bois, é exemplar na obra de Octávio Domingues, um estudioso que era, concomitantemente, zootecnista e eugenista. Era sobre um argumento nacionalista do melhoramento, baseado em um elogio à mestiçagem, nas leis de hereditariedade e no conceito de adaptação, que versava Domingues, seja falando sobre homens ou sobre bois. Sua trajetória elucidada que os saberes zootécnicos ou eugênicos brasileiros do período eram parte de um mesmo movimento. De pensar raças, mas também a economia, a política, o povoamento. De dar conta de implementar um projeto de nação.

5.5 Os zebus, os zebuzeiros e o Brasil

Se os discursos racialistas brasileiros da primeira metade do século XX, produziram efeitos na seleção de zebus, como argumentei ao longo deste capítulo, seja através do incentivo ou suspensão das importações da Índia, da aposta no “azebuamento” ou mais tarde na mestiçagem - através do Indubrasil – e da invenção de uma zootecnia tropical, vale pensar como a pecuária zebuína, já consolidada, não só atuou para tornar o Brasil um dos maiores fornecedores de carne bovina do mundo, como para fazer um mercado de elite, ou da elite.

É pela “adaptabilidade” e “rusticidade”, como querem zootecnistas e criadores, que os zebus avançaram fronteiras e chegaram ao centro-oeste e norte do país, a partir da década de 60. É inegável, portanto, que as características morfológicas e raciais destes espécimes, concomitantemente inatas e desenvolvidas por seus selecionadores, calharam com os anseios do Estado de colonizar e aprimorar a economia destas regiões através de atividades agropecuárias.

O investimento em gado zebu, neste sentido, é parte deste projeto. Sob o aspecto da relação do zebu, especialmente da raça Nelore, com a produção de carne, não há muito o que discutir, pelo menos em termos econômicos. A ascensão da criação destes espécimes nestas regiões brasileiras coincide com a ascensão do Brasil como exportador de proteína animal.

Mas em que medida o mercado de gado de elite, objeto desta tese, está afinado com um projeto de Estado? Por que no Brasil se comercializa as reses mais caras do mundo? Por que espécimes angus ou herefords, selecionados por criadores gaúchos, por exemplo, raramente são vendidos por cifras milionárias? Como os zebus, e também os zebuzeiros, se fazem como uma elite nacional?

Quer seja por diretrizes zootécnicas - como o *inbreeding* ou a publicação regular de genealogias - ou pela dinâmica de venda destes espécimes em leilões e mesmo pela especificidade técnica (infraestrutura das fazendas, capital, “bom olho”, “sangue” e “convivência”) necessária para criar estes espécimes, que tornam a pecuária de reprodutores bastante restrita, o mercado de gado de elite opera com uma lógica familista. São famílias de criadores selecionando e comercializando famílias de bovinos.

Intelectuais brasileiros pensaram outras elites, rurais e urbanas (senhores de engenho, cafeicultores, industriais, comerciantes), pela perspectiva familista. Isto parece ser recorrente na tradição do pensamento social brasileiro. Mas ainda se produziu muito pouco sobre as elites do Brasil Central, como são os zebuzeiros. Uma elite que há quase um século lida com quantias consideráveis de dinheiro, manipula alta tecnologia e, como demonstrado no início deste capítulo, recebe notória atenção do Estado (de ministérios, instituições de pesquisa agropecuária, universidades, de presidentes e presidenciáveis).

Se no início do século XX, criadores “triangulinos” eram afastados geográfica e politicamente, a partir da década de 30, ao receberem incentivos estatais (fazendas-experimentais, crédito rural), afinaram seus bois, os zebus, com um discurso modernizante de Estado-Nação. Operando com as ideias de raça, dos trópicos e do bandeirantismo, estes espécimes passaram a ser as “máquinas animais” adaptadas às necessidades do Brasil.

É inegável, portanto, que a ‘coalização de interesses’ entre empresariado rural e Estado sobre a qual Palmeira (1999) versa, tenha sido essencial para tornar o país um dos maiores produtores de proteína animal do mundo. Desde Getúlio, veem sendo criadas instituições e relações que incentivam o trabalho de pecuaristas. Mas os criadores de zebus de elite, que produzem espécimes reprodutores que não são abatidos, foram adiante. Através de suas relações com o Estado, além de “puros-sangues” brasileiros, criaram um mercado de gado de elite brasileiro.

É fato que bovinos de elite na Inglaterra, nos Estados Unidos ou na Austrália não são abatidos. Como o mercado de reprodutores lida com estoque de sangue e de genética, os espécimes “raçadores”, modelos raciais, tendem a ser preservados. Mas não é apenas disso que trata o mercado de gado de elite brasileiro. Os leilões suntuosos que atraem os olhos de artistas, industriais e políticos, os preços milionários por quais são vendidas estas reses, a tecnologia de ponta (FIV’s, IA’s e clonagens) empregada para a produção desses espécimes, não só descrevem como o “topo da pirâmide” da pecuária opera no país, como demonstram como esses criadores transformaram “máquinas animais” em artefatos raros, especiais. Mais que aplicar ou consolidar os conhecimentos da zootecnia tropical, os zebuzeiros inventaram um mercado agropecuário de luxo.

Interessante pensar a trajetória do zebu no Brasil. De espécimes “exóticos” exibidos em zoológicos - de carne “dura” e “fétida”-, vieram a ser no país modelos estéticos, raciais e reprodutivos -, que, inclusive, atraem o interesse de pecuaristas estrangeiros. Se foram de

propriedade de uma elite apartada, que se arriscava em intrépidas expedições à Índia, hoje são de tradicionalíssimos fazendeiros e poderosos empresários. Além disso, o rico mercado de gado de elite é o próprio enunciado do agronegócio como o esteio da economia brasileira.

De fato, a pecuária zebuína mobilizou, e continua a mobilizar, inúmeras relações. Opera com a natureza e com a cultura, com as ideias de raça e de sangue, com Estado, empresariado e famílias, vincula homens e bois, ciência e empiria, zootecnia e eugenia. Nestes processos, zebus fizeram zebuzeiros e zebuzeiros fizeram zebus.

Apesar das controvérsias deste mercado, como, por exemplo, as quase inexplicáveis cifras pagas por estes espécimes, são inegáveis os aspectos inventivos e criativos da consolidação do gado zebu no país. Talvez, seja por isso, que o Brasil, celeiro de contradições políticas, econômicas e culturais, também seja o celeiro do controverso “boi dos trópicos”.

Considerações finais

Indústrias de “estoque de sangue” - de ovelhas, bovinos ou cavalos - sejam na Inglaterra, na Austrália, nos Estados Unidos ou no Brasil, por conjugarem natureza e cultura, pedigrees humanos e animais, investimento em biotecnologias e em práticas de seleção e domesticação, revelam-se temas bons pra pensar? Daí o investimento recente da antropologia, com a emergência de pesquisas sobre relações humano-animais, em estudos sobre o assunto tais como os de Sarah Franklin (2007), Rebecca Cassidy (2007), Barbara Orland (2004), Carrie Friese (2009) e mesmo o de Tim Ingold (2011). A presente tese, em diálogo com estes autores e com tantos outros que se dedicaram a discutir outros temas e campos da antropologia, quis descrever parte das especificidades desta indústria no caso brasileiro, que se realizou, e se realiza, especialmente através do gado zebu.

A pecuária de gado de elite brasileira, mais do que uma indústria que produz e comercializa bovinos “raçadores” (e logo, “sanguês”, genes, sêmen, embriões e “prenhezes”), se mostrou um universo, um enunciado, um projeto que conjuga relações entre homens e bois (de elite) no Brasil. Este trabalho - através de histórias, trajetórias e mesmo genealogias de zebus e de zebuzeiros, da descrição de práticas de manejo, seleção, “raceamento” e melhoramento, da análise da influência de criadores em bovinos e de bovinos em criadores - ao elucidar as particularidades da pecuária zebuína praticada no Brasil Central, que tanto fez do país um dos maiores exportadores de carne bovina, quanto o produtor das reses mais caras do mundo, acabou por explicitar conexões com outras searas.

Por isso, é difícil circunscrever exatamente o que é a pecuária de elite (e, portanto, do que se trata esta tese). Envolve reses e criadores, mas também saberes zootécnicos, genéticos e biotecnologias. É produtora de reputações e de quantias consideráveis de dinheiro. É uma política, um saber, um ramo da economia, um projeto de Estado.

Em *After Nature* (1999), Marilyn Strathern trata o parentesco inglês com um constructo. Defende que as diversas relações capazes de produzir o sentido do parentesco na Inglaterra, e que ela se debruça a analisar - as biotecnologias, as casas, as genealogias, a literatura, o Estado -, não são apenas partes que configuram um todo (o parentesco inglês). Antes, são produtoras de conexões que iluminam e escondem umas às outras, e, assim,

apontam outras partes. Neste contínuo jogo de disputas de perspectivas, que a antropóloga descreve com primor, a ênfase em determinado domínio é capaz eclipsar os efeitos de todos os outros.

As descrições etnográficas realizadas nesta tese sobre a história das importações de gado da Índia, os julgamentos de animais, os “registros”, os programas de aprimoramento genético, o “manejo”, o comércio de sêmen de embriões (e mesmo a clonagem), os efeitos produzidos pelas ideias de “sangue”, família e genética, os leilões, o saber de criadores e as consonâncias históricas de um discurso zootécnico “tropical” com a consolidação do gado zebu como parte de um projeto de estado-nação brasileiro, são capazes de compor um panorama bastante congruente sobre o mercado de gado de elite contemporâneo. Concomitantemente, o mergulho etnográfico em cada um destes temas é capaz de obscurecer certos efeitos e argumentos de todos os demais aqui distinguidos. Talvez o mercado de gado de elite brasileiro, como o parentesco inglês de Strathern, também se realize e, portanto, seja capaz de ser pensado, através de conexões merográficas.

Evidentemente, todos os temas e eixos trazidos neste trabalho compõem, produzem e atualizam o mercado de gado de elite brasileiro e por isso foram discutidos na tese. A escolha pelo encadeamento dos capítulos não foi aleatória. É preciso saber da história das importações de gado da Índia e dos mecanismos dos “registros”, julgamentos e programas de aprimoramento genético para entender os efeitos das biotecnologias e do parentesco dos espécimes de elite na produção dos de corte que gera efeitos na pecuária de cria, recria e engorda e mesmo no mercado de derivativos. Somente com estas informações é possível entender as maneiras de produção do valor (de homens e bois de elite) nos leilões e o porquê do “bom olho” fazer um bom gado. Para assim perceber as ressonâncias da ideia de “sangue” nos criadores e bovinos, e dos processos de ‘familiarização’(Comerford: 2003) neste mercado que fazem raça, classe e famílias, para, em seguida, entender o gado zebu como parte de um projeto de estado-nação brasileiro. Mas cada um dos capítulos da tese é uma perspectiva sobre a pecuária de gado de elite.

Tomemos como exemplo o principal tema do capítulo 2: o uso de biotecnologias. O comércio de sêmen, embriões e as clonagens dos espécimes de elite ou mesmo os programas de aprimoramento genético e as fórmulas de manejo intensivo são capazes de explicar, desde certo ponto de vista, tanto a qualidade (genealógica, reprodutiva, fenotípica) destes espécimes, quanto sua relação com o gado de corte, que é abatido. Se estes animais forem tratados

exclusivamente como “laboratórios”, como afirmam zootecnistas e criadores, como um “insumo” capaz de aprimorar o mercado da carne, como sugerem os teóricos do agronegócio (Michels, Mendonça e Sprosser: 2001) ou tal qual “reservas de material genético”, como entendem os pesquisadores que se debruçaram sobre a indústria de estoque de sangue e pedigree (Cassidy: 2009, Franklin: 2007, Orland: 2004), é possível justificar, sem grandes controvérsias, o porquê destas reses serem comercializadas por quantias consideráveis de dinheiro.

Se as reses de elite, como afirmam criadores e zootecnistas, com vistas a justificar suas altas cifras, funcionam como um “investimento”, já que corporificam um padrão racial que é transmitido ao longo de gerações e é capaz de melhorar a progênie (que é abatida ou utilizada como reprodutora), de outra perspectiva, atuam como uma espécie de via que engendra outras trocas também necessárias para a pecuária de gado de elite se realizar. O capítulo sobre os leilões quis elucidar este aspecto.

É precisamente no principal *locus* em que este universo se ritualiza, na medida em que é nos leilões que as compras e vendas de doadoras e reprodutores são feitas e o que o investimento em “manejo”, biotecnologias e pedigree se materializa em cifras milionárias, que podemos perceber que bois de elite mobilizam muito mais que relações financeiras ou econômicas e mesmo as razões da zootecnia ou da genética. Nos leilões, em meio à fartura de comida e bebida, da empolgação de leiloeiros e “pisteiros”, da exibição das fazendas, das luzes e da música na “pista” e, evidentemente, do gado, são produzidas reputações bovinas e humanas. A política dos leilões enreda relações - de parentesco, reciprocidade, “convivência” e amizade – que concomitantemente ultrapassam estes cenários de compras e vendas, os produzem e ainda fazem o valor de homens e bois.

A quantidade de sêmen ou de embriões viáveis atribuída a um “raçador” ou a uma “doadora”, passível de ser avaliada através de programas de aprimoramento genético, convertida em índices de produtividade utilizados pelas centrais e laboratórios, torna-se menor, por ocasião de sua apresentação durante um leilão, diante da imponência e da beleza de cada animal de elite, e de alguns em particular, levado à “pista”. É claro que estes critérios estão lá implícitos, eles não são eclipsados por completo; os leiloeiros os mencionam na tentativa de aquecer o pregão. Mas ali onde a trajetória de homens e de bois se simetriza e é ritualizada, os animais de belas gibas e barbelas, de posteriores pronunciados, de costelas arqueadas, que são “arte”, “diamantes”, os “xodós” de seus donos, “a consagração de uma

família”, mais que “raçadores” ou “investimentos”, são deleites estéticos que corporificam o saber da seleção (o “bom olho”, a feitura de pedigrees, “o bom relacionamento”, a raça, o “sangue”) e também por isso são capazes de produzir o valor de zebus e de zebuzeiros. E assim homens e bois, homens e homens, bois e bois, em meio às disputas nos lances, intercambiam influências e reputações, exibem o êxito de suas genealogias, de sua trajetória no mercado de gado de elite e, nesse percurso, mobilizam o intercâmbio de montantes consideráveis de dinheiro.

Nos leilões, as dicotomias homem *versus* animal, criadores *versus* criaturas, são eclipsadas. As fortunas pagas por esses espécimes funcionam como uma espécie de recompensa oferecida tanto aos donos dos animais (que engendram o saber e as relações necessárias para produzi-los), quanto aos próprios bovinos, os indivíduos que corporificam estes saberes e características raciais consideradas raras, especiais. Na pecuária de gado de elite nem o dinheiro, tampouco a propriedade, são capazes de alienar o trabalho (dos selecionadores) e as mercadorias (os bois produzidos em fazendas e laboratórios e comercializados em leilões).

Se os leilões são, por excelência, os cenários em que as influências de homens em homens, de bois em bois, de bois em homens e de homens em bois são exibidas e vivificadas, inclusive na forma preço, elas são produzidas em outros contextos: nas fazendas, nos julgamentos, nas reuniões da ABCZ, no “convívio” com o gado e com criadores. E nestes outros cenários em que as cifras milionárias que estes espécimes podem alcançar são parcialmente obscurecidas, emergem outras conexões e relações que também produzem homens e bois de elite.

No capítulo 4, demonstro como “o sangue”, sempre mais “denso” que água (Schneider: 1980), se faz presente neste universo. Ele também ajuda a produzir a reputação de homens e bois. Seja porque faz genealogias, famílias e a “convivência”, necessárias para as alianças na pecuária de reprodutores, como porque é “refrescando” ou “apurando” o “sangue” que se fazem criadores e espécimes de elite. Ora “concentrando”, ora dando um “choque de sangue” é que se fazem reses “raçadoras”, negócios com novos selecionadores em leilões e a “família nelorista”, relações e parcerias com o Estado e, portanto, que se realizam as inovações e a manutenção da pecuária de elite brasileira.

Mas o sentido do “sangue” na pecuária de elite, que é tanto uma substância quanto um símbolo (Carsten: 2013), biologia e cultura, algo que faz “convivência”, famílias e

negócios, não é pouco controverso. Ele mais problematiza do que, de fato, justifica ou explica. Ao contribuir na produção da influência e evidenciar o saber dos criadores, o “sangue” conseguiria obscurecer por completo os efeitos da produção em grande escala de sêmen e embriões que gera progênes (de corte e de elite) e cujo comércio justifica as cifras milionárias pagas por estas reses em leilões? A pecuária de gado de elite brasileira, circunscrita a um campo restrito de alianças e negócios entre famílias, é mesmo um mercado “ilusório”, como argumentam certos veterinários e zootecnistas pouco entusiastas deste segmento? Para reformular de outra maneira essas questões, são os criadores prestigiados, que sabem aprimorar e “refrescar” “sangue”- e não os saberes produzidos pela genética ou pela zootecnia contemporânea, que também lidam com sangue, mas de outra maneira? Quem, sobretudo, define a qualidade ou imponência de bois considerados de elite? Os olhos neutros do juiz, do público, dos investidores ou dos técnicos das centrais de inseminação? O valor alcançado nas vendas depende das qualidades intrínsecas da rês ou de seu criador? O bovino de um criador novato com a mesma genealogia de uma rês de Jonas Barcelos, de Claudio Totó ou de Arnaldinho necessariamente terá menos preço em um leilão?

Estas controvérsias e tantas outras relações e contingências transformam um animal em alimento ou em um modelo racial ou estético. Mas não devemos perder de vista, que tanto um boi que vira bife (cujo destino é o abate), quanto um reprodutor (cujo devir é o de produzir outras vidas) compartilham certas semelhanças. Eles podem pertencer à mesma raça, são efeito da manipulação de substâncias, de acasalamentos, de manejo, das misturas e das purezas envolvidas no empenho de tornar o zebu como o “gado dos trópicos”. As relações entre estes dois ramos da bovinocultura também podem ser pensadas através de conexões merográficas: as razões de seleção, manejo, comercialização, precificação e valoração da pecuária de gado de elite, concomitantemente, iluminam, são iluminadas, eclipsam e são eclipsadas pelos critérios da pecuária de corte.

Ao viabilizarem as purezas e misturas que fazem bifés ou artefatos especiais, o “sangue” e a genética são sempre atualizados nesse universo. Mas mesmo sangue e genética podem ser pensados como redutos de saberes específicos, ora são termos intercambiáveis, ora dizem respeito a coisas distintas. É o “sangue” que produz a distinção tanto de criadores, quanto de bovinos. Nas centrais de inseminação artificial e nos laboratórios, lida-se com a genética. Se ambos dizem respeito sobre tudo àquilo que é transmitido hereditariamente, que é passível de ser manipulado e expresso em genealogias, a genética, através do uso de

biotecnologias, é o que “democratiza” e o sangue, enraizado na continuidade, é o que “purifica”.

Estes “sangues”, ora “concentrados”, ora “refrescados”, que fazem bovinos, famílias, raça, saberes, reputações, a forma preço dos animais, classe, bons negócios e mesmo os conhecimentos da genética, evidenciam um projeto. Foi selecionando animais e lidando de maneira original com as ideias de “pureza”, miscigenação e adaptação, que os zebuzeiros, de outro ponto de vista, fizeram-se a si mesmos e ao seu gado como uma elite. Se as importações de gado de Índia foram, e ainda são, necessárias para “refrescar” e “apurar” o sangue dos zebus, afinar estes rebanhos como um projeto nacional também se fez essencial tanto para a pecuária de elite, quanto para a de corte. Neste sentido, o saber dos criadores em selecionar, tão valorizado neste universo, influencia e é influenciado por um projeto político e econômico maior, de Estado.

A leitura de manuais de criação de bovinos (Domingues: 1963, Silva: 1947, Borges: 1946, Cotrim: 1913), de documentos e mesmo a comparação dos saberes produzidos por antropólogos, naturalistas, eugenistas e zootecnistas de certo período, demonstraram a partilha de um mesmo campo de enunciação: naquela primeira metade de século no Brasil, e mesmo no mundo, pensava-se sobre políticas de desenvolvimento de populações mais aptas, fossem elas homens ou bois. E isto também foi decisivo para a consolidação da pecuária zebuína brasileira.

Todo um campo do saber e de debates em tornos dos conceitos de raça e de nação, sobre o qual me debrucei no capítulo 5, permitiu compreender e contextualizar parte dos porquês da “audácia” dos expedicionários “triangulinos” que participaram da importação de bovinos da Índia (um discurso nativo descrito e levado a sério no primeiro capítulo da tese), o que estava em jogo na aposta de “azebuamento” dos rebanhos; o porquê do Triângulo Mineiro naquela década de 30 do século XX, em que se fazia uma apologia ao bandeirantismo e aos sertões brasileiros, tornar-se o principal centro da pecuária de elite nacional e mesmo as razões da invenção e da consolidação do zebu com um gado adaptado às necessidades do Brasil.

Vale ressaltar, que nessa tentativa de explicitar várias perspectivas sobre a pecuária de gado de elite brasileira, a narrativa da tese não se construiu de forma linear ou progressiva, nem do ponto de vista cronológico, nem rumo a uma conclusão generalizante. Há incursões por diferentes ramos do conhecimento e recuos históricos nos capítulos. Foi ao tratar de

temas, e tempos, aparentemente diversos e realizar comparações com outros contextos etnográficos, que foi possível demonstrar como certas questões centrais para a pecuária de gado de elite concomitantemente iluminam e escondem umas às outras.

É somente no último capítulo, e não no primeiro como usualmente fazem antropólogos ou historiadores que lidam com a pecuária bovina, que autores clássicos do pensamento social brasileiro que trataram da bovinocultura no país aparecem. Foi ali, com o objetivo de explicitar os saberes da zootecnia tropical da primeira metade do século XX e das relações entre os investimentos em raças zebuínas com um projeto de Estado, que os preceitos produzidos por Abreu (1988), Caio Prado Jr. (1961), Celso Furtado (1959), Werneck de Sodré (1941) ou mesmo de Mário de Andrade e Câmara Cascudo (Amoroso: 2012) foram utilizados para iluminar os caminhos de consolida o do zebu no Brasil. Se estes autores demonstram a centralidade da bovinocultura desde a colônia, que fez charqueadas, civiliza es, vaqueiros, “fábricas” e ocupou os sertões, concomitantemente, eles também ajudam a pensar as rupturas da passagem do pastoreio para a pecuária na virada do século XIX para o XX. O investimento em zebras, caracus e herefords, animais de “raça” que vieram a substituir os “curraleiros” e “chinas”, engendrou novas maneiras de cria o, sele o, comércio e ocupa o, ou seja, transformou os bois e também os homens brasileiros.

Ao longo da tese, uma série de especificidades das práticas e racionalidades que procurei descrever me suscitaram aproximar inova es tecnológicas ou científicas de notável dura o. No segundo capítulo   registrado que muito em virtude da pecuária de gado de elite, o país realiza a maior quantidade de *fertiliza es in vitro* do mundo e que está   frente das pesquisas com clonagens. E que tudo isso, ao mobilizar um mercado, mas também a ciência e a política brasileiras, aliado ao êxito do zebu com um gado de corte e de elite em zonas tropicais, atrai criadores de todo mundo a Uberaba. A partir da descri o de práticas de biotecnologias contemporâneas, da história da insemina o artificial no Brasil e no mundo, os discursos sobre a influência de atributos masculinos e femininos na reprodu o, trazem no es patriarcais que eventualmente se reproduzem desde Aristóteles. (Cassidy: 2007)

No capítulo sobre leilões, em que   descrita a pompa de um pregão na fazenda Mata Velha, ultra profissionalizado, realizado através do trabalho de leiloeiras, “pisteiros” e “assessores”, mas também de outros profissionais não menos importantes para a realiza o destes eventos, tais como decoradores, chefes de cozinha e DJ’s, também foi esboçada uma história da realiza o de leilões no mundo e mesmo no Brasil. Algumas conexões com o

mercado da arte da Paris do século XIX foram estabelecidas para dar destaque e sugerir sentidos aos mecanismos de apreciação, feitura, compra, venda e precificação destes bovinos, sempre relacionados a uma autoria, ao empenho técnico em desenvolvê-los como raros e especiais. Em virtude de o comércio destes artefatos que são os espécimes de elite ser realizado em leilões, permitiu perceber as maneiras de intercâmbio de influências e substâncias entre bovinos e criadores, produtoras de valor, em um universo que mobiliza quantias consideráveis de dinheiro e que faz uso de alta tecnologia, e que não obstante comporta elementos ou aspectos presentes nas economias da dádiva da Melanésia.

Para tratar dos efeitos produzidos pelo “sangue” e pensar como os Borges têm prestígio nesse mercado por trabalharem em família, foi necessário voltar até Teófilo de Godoy, aquele que foi primeiro à Índia na virada do século XIX para o XX em busca de espécimes e mesmo de técnicas que pudessem ser adaptáveis às condições ambientais encontradas no Brasil. Sem mencionar outros personagens da pecuária zebuína deste mesmo período como Lontra, Antônio e Zacarias Borges de Araújo, Manuel Lemgruber, Arthur Olver, Kavardi e Torres Homem Rodrigues da Cunha, que aparecem em quase todos os capítulos.

Tais recuos históricos e a incursão em diversos campos se fizeram necessários, porque a pecuária de gado de elite é mesmo pautada pela genealogia, em mais de um sentido. Nas rupturas, acasos e continuidades dos saberes zootécnicos, dos negócios, das relações com o Estado, dos efeitos produzidos pelas biotecnologias, das importações de gado da Índia, da dinâmica de produção de reputações e da forma preço destes animais, das alianças entre famílias que fazem sangues, raças, classes e mesmo um projeto de nação, pedigrees bovinos produzem pedigrees humanos e vice-versa. E assim, se fez, e se faz, criadores e reses de elite.

Porque as genealogias desse universo produzem muito mais que registros dos traçados de aliança ou descendência de bovinos ou criadores. Se são artifícios que demonstram os caminhos do “sangue”, da genética, das famílias, que são mesmo imprescindíveis para a pecuária de elite se realizar, ideias, técnicas, acordos, negócios e saberes também se encadeiam à maneira de arranjos de parentesco.

A narrativa sobre as práticas de “registro” dos zebus brasileiros elucidou isso. Para os técnicos da ABCZ, é ele quem configura a superioridade das reses (e isto foi demonstrado no capítulo 1). Há uma série de protocolos que regulamentam a concessão de um animal registrado. Mas se estes mecanismos fazem espécimes “de raça”, P.O’s (Puros de Origem),

não necessariamente fazem reses de elite. Estas precisam dos julgamentos, da influência de seus selecionadores e dos selecionadores de seus ascendentes e descendentes, do “manejo” e dos leilões. Precisam ter pedigrees, e não genealogias, para serem consideradas com tal. Como ensinam Bouquet (2006), Cassidy (2009) e Ingold (2009), os pedigrees são bem mais que relações de ascendência ou descendência, elucidam trajetórias e memórias, para além do parentesco, que produzem distinção.

Um dos esforços analíticos desta tese foi versar sobre a invenção de elites de zebus e de zebuzeiros no Brasil que operando com purezas e misturas se fizeram como tal, e por isso a centralidade das genealogias e do “sangue” neste universo. Vale pensar, que neste processo, que tem início ainda durante a colônia, há uma transformação do gado e dos homens que os selecionaram. Se o primeiro zebu a chegar em Uberaba no alvorecer da república era nobre porque tinha sido de propriedade do imperador, na década de 20, zebuzeiros envolvidos com o patrocínio de expedições à Índia tiveram que lidar com a resistência de criadores de caracu com o seu gado. Com vistas a atender à demanda da Inglaterra, que controlava a indústria frigorífica mundial, tiveram de desfazer a ideia de que os zebus tinham uma carne “dura” e “fétida”. A partir de década de 30, a “rusticidade” destes espécimes é valorizada através do investimento na publicação de pedigrees e na seleção de espécimes com orelhas, barbelas e cupins protuberantes, com todas aquelas características que os faziam distintos dos de origem europeia e exatamente por isso passaram a enobrecê-los. Na ausência de novos “pareadores”, zebuzeiros inventaram uma raça “mestiça”, o Indubrasil, depois voltaram a valorizar a “pureza racial” com o gado Gir. Com a chegada de nelores na importação de 1962, transformaram estes tipos, de orelhas curtas, nos principais fornecedores de carne bovina do mundo. E a proliferação desta raça no Brasil em virtude do uso de biotecnologias, da informática e do incentivo de atividades agropecuárias pelo Estado no Centro-Oeste, a partir da década de 90, atraiu investidores que transformaram as maneiras de comercialização nos leilões e tornaram a pecuária um mercado de luxo.

Todos estes processos, que ao transformarem zebus, transformaram zebuzeiros, e conseqüentemente, os sentidos das genealogias, do uso de tecnologias reprodutivas, dos saberes da zootecnia, da genética e do “sangue”, são efeitos de muitas perspectivas. Este gado e estes criadores se fizeram como uma elite devido a muitas influências.

Em todos esses processos, há influência do Estado. Ao longo da primeira metade do século XX proibiram-se ou permitiram-se novas importações, fazendas-experimentais e

parques de exposição foram instalados, a pecuária beneficiou-se de incentivos através de crédito rural para a aquisição de terras e de reses, investiu-se na produção de saberes zootécnicos e eugênicos. Mais recentemente, já nos anos 2000, através da influência de Lula, chegaram embriões de espécimes indianos ao Brasil que estão em vias de promover um novo “choque de sangue” nos rebanhos. A bovinocultura, como argumentei, é indubitavelmente um projeto político e por isso a presença de presidentes e presidentiáveis, desde Getúlio Vargas, nas exposições de Uberaba. Mas todo este estímulo, fundamental para a bovinocultura de corte e de elite, não obscurece o protagonismo destes criadores. Eles são, de certo ponto de vista, o próprio Estado.

É através das “parcerias” com ministérios, universidades, institutos de pesquisa agropecuária que as clonagens e *fertilizações in vitro* são realizadas contemporaneamente. Todavia, para elas acontecerem, é necessário que os criadores mantenham laboratórios e fazendas apropriadas. Mas todo esse investimento em equipamentos, tecnologias e em acordos e lobbies não exclui a necessidade de um saber (“bom olho”, conhecimento de pedigrees) para fazer o gado.

Nesse sentido, a pecuária de gado de elite brasileira, como esta tese, não permite uma conclusão generalizante a seu respeito. Se é do domínio da zootecnia, também é da política. Se estes bois são “arte”, concomitantemente, são consideráveis montantes de dinheiro. O “olho do dono” engorda o gado assim como os suplementos alimentares, os “casqueamentos”, os banhos, as “cocheiras” e os confinamentos. Os zebuzeiros fazem zebus de elite, assim como tratadores, peões, juízes, “assessores”, veterinários, técnicos de laboratórios e mesmo a indústria frigorífica. Este gado é classificado como elite nas fazendas, mas também nos julgamentos, nas exposições, nas centrais de inseminação, nos leilões. A “paixão” sobre o gado é tão imprescindível quanto o investimento em biotecnologias, propriedades, na realização de leilões, na feitura de pedigrees certos e no “bom relacionamento” com outros criadores.

Certamente, há ainda muito que escrever sobre a pecuária de gado de elite brasileira. Os efeitos das biotecnologias renderiam muito mais linhas sobre as relações entre os espécimes de elite e de corte ou mesmo sobre a clássica dicotomia natureza \times cultura. A análise sobre os leilões, que produzem valor e a forma preço deste gado, em si mesma é uma tese. As trajetórias e as genealogias das famílias de zebuzeiros tradicionais e as relações que estabelecem com novos criadores, os “investidores”, também renderiam tantas outras

conexões. E as relações que estes criadores estabeleceram, e continuam a estabelecer, com o Estado, com a ideia de raça e de nacionalismo poderiam compor outros tantos enunciados sobre os sentidos e alcances do agronegócio no Brasil.

A análise da pecuária de gado de elite como um constructo, através de distintos vieses, foi uma tentativa de explicitar como economia, raça, ciência, sangue e Estado, e tantas outras coisas, estão relacionadas e continuamente produzem novas relações. Mas este trabalho, certamente, não se encerra com este doutorado. Se o esforço foi o de apresentar perspectivas, ainda há muito o que pensar sobre os zebus e mesmo sobre o mercado de gado de elite brasileiro. Sobre um tipo de boi, sagrado na Índia e “de elite” no Brasil, que não é abatido. Esse paralelo, da pecuária indiana com a brasileira, capaz de conjugar sacralidade e ciência, e que não foi desenvolvido nesta tese, talvez seja uma nova pista e o tema de outras conversas.

Referências Bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, 1988.

ABREU FILHO, O. Parentesco e Identidade Social. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 47-67, 1982.

ALENCAR, M. M. Melhoramento genético animal. **Embrapa. Avanços do melhoramento genético animal na Embrapa**. Brasília: 2004.

APPADURAI, A. **A vida social das coisas**. As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

AMOROSO, M. **Os sentidos da etnografia em Câmara Cascudo e Mário de Andrade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 54, p. 177-182, 2012.

ANDERSON, B. **COMUNIDADES IMAGINADAS- Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Companhia das Letras: São Paulo, 1983

ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1973.

BAILEY, F. G. **Gifts and Poisons: The politics of reputation**. New York: Schocke Books, 1997.

BAMFORD, S.; LEACH, J. **Kinship and beyond**. The genealogical model reconsidered. Oxford: Berghahn Books, 2009. (Series Fertility, Reproduction and Sexuality, 15).

BANDUCCI JR., Álvaro. **A Natureza do Pantaneiro. Relações Sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia**. Editora UFMS: Campo Grande, 2007.

BANTON, M. **Racial Theories**. Cambridge: University Press, 1998.

BARBOSA, R. T.; MACHADO, R. Panaroma de inseminação artificial em bovinos. **Documentos 84**, Brasília: Embrapa, 2008.

BARNES, J. A. Agnation among the Enga. A Review Article. **Oceania**, v. 38, p.33-43, setembro de 1967.

BARROSO, G. **Terra de sol. Natureza e costumes do Norte**. Rio de Janeiro, 274 p., 1912. Editado por Benjamin De Aguilá.

BAUDRILLARD, J. O sistema não-funcional ou o discurso subjetivo. In: **O sistema dos objetos**. _____. São Paulo: Perspectiva, 1981, p. 81-116.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Disponível em <http://www.mariosantiago.net/Textos%20em%20PDF/A%20obra%20de%20arte%20na%20era%20da%20sua%20reprodutibilidade%20t%C3%A9cnica.pdf>. Acesso em 20/10/2014.

BENEVIDES, M. V. **A UDN e o Udenismo**. Ambiguidades do liberalismo brasileiro. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

BENZAQUEN, R. Guerra e Paz - Casa- Grande & Senzala e A Obra de Gilberto Freyre Nos Anos 30. RIO DE JANEIRO: EDITORA 34, 1994.

BITTAR, Marisa. Geopolítica e separatismo. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BOAS, Franz. The mind of primitive man. Disponível em: <https://archive.org/details/mindofprimitivem00boasuoft>. Acesso em 20/05/2014.

BOUQUET, M. Family Trees and Their Affinities: The Visual Imperative of Genealogical Diagram. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 2, n. 1, 1996.

_____. **Reclaiming English Kinship**. Manchester: Manchester University Press, 1993.

BUAINAIN, A. M; BATALHA, M. O. Cadeia Produtiva da Carne Bovina. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria da Política Agrícola**. Brasília: 2007

BUTTLER, J. **Gender Trouble**. Feminism and the subversity of identity. New York: Routledge, 1993.

CALLON, M. **The Laws of the Markets**. London: Blackwell Publishers, 1998.

CANEDO, L. B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. **Pro-Posições**, v. 13, n. 3 (39), p. 169-198, set/dez de 2002.

CARDOSO, E.G. **Engorda de bovinos em confinamento**. Campo Grande: EMBRAPA CNPGC, 1996.

CARSTEN, J. **About the House: Lévi-Strauss and Beyond** (edited with Stephen Hugh-Jones). Cambridge: Cambridge University Press, 1995

_____. (Ed.) **Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. (Ed.) **Blood Will Out: Essays on Liquid Transfers and Flows**. Journal Royal Anthropological. Willey, 2013.

_____. **Substantivism, Antsubstantivism and Ant- Antsubstantivism**. In: Franklin, Sarah and McKinnon. *Relative Values. Reconfiguring Kinship Studies*. Duke University Press: 2001.

CASSADY, R. **Auctions and Auctioneering**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press: 1967.

CASSIDY, R. **The Sport of Kings**. Kinship, Class and Thoroughbred Breeding in Newmarket. Cambridge University Press: Cambridge, 2002.

_____. *Falling in Love with Horses: The International Thoroughbred Auction*. **Society and Animals**. Leiden, 13: 1, p. 51-68, 2005.

_____. **Where the wild things are now: domestication** Oxford/New York: Berg, 2007a.

_____. **Horse People**. Thoroughbred culture in Lexington & Newmarket. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007b.

_____. *Arborescent Culture: Writing and not writing racehorses Pedigrees*. In: BAMFORD, S.; LEACH, J (Eds). **Kinship and beyond. The genealogical model reconsidered**. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009, Series Fertility, Reproduction and Sexuality, 15).

CANDIDO, Antonio. *A Revolução de 30 e a Cultura*. SP: Novos Estudos Cebrap, vol 2, 4, p. 27-36, abril de 1984.

CASTANEDA, L. A. *Eugenia e casamento*. Hist. cienc. saude-Manguinhos vol.10 no.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2003

COMERFORD, J. C. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003

COTRIM, E. **A Fazenda Moderna**. Bruxellas: Typographa V. Verteneuil & L. Desment, 1913.

CRUZ, R. L. **Breve História de um Mercado Futuro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CUNHA, O. M. G. Sua alma em sua palma: identificando a raça, inventando a Nação. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo, 60 anos**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 121-145.

CUNNINGHAM, H. Genes, mobilities and the enclosures of Capital. Contesting ancestry in Iceland and its Applications in Iceland. In: Bamford, S. e LEACH, J. **Kinship and beyond. The genealogical model reconsidered**. Berghahn Books: 2009.

DAL POZ, João, SILVA, Marcio. Informatizando o método genealógico: um guia de referência para a Máquina do Parentesco. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v.3, n.1/2, p. 63-78, jul, dez, 2008.

DARWIN, Charles. **Origem das espécies**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2002.

DAVIS, J and GOLDBERG, R. The Genesis and Evolution of Agribusiness. In: DAVIS J; GOLBERG, R. **A concept of Agribusiness**. Harvard University, 1957.

DEL CONT, V. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008.

DE ZEN, Sergio. Mercado futuro: boi gordo. I Simpósio de Gado de Corte, Viçosa, 1999, **Anais...**, Viçosa, 1999.

DETURCHE, Jeremy. As vacas da discórdia: Gestão e raça do rebanho entre os criadores de vacas montbéliardes na Haute-Savoie - França. **Ilha. Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 14, p. 139-169, 2012.

DOMINGUES, O. **Sobre o fator hereditariedade no melhoramento dos gados**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1929.

_____. **Uma escala de julgamento de reprodutores da raça Caracu**. Piracicaba: [s. n.], 1931.

_____. **A hereditariedade em face da educação**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1935.

_____. **Hereditariedade e eugenia**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1936.

____. Formação do Indubrasil. **O Zebu. Publicação da Sociedade Rural do Triângulo Mineiro**, n. 1, ano 1, agosto de 1939.

____. Introdução a Zootecnia. **Serviço de Informação Agrícola**, Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro, 1944, 380 p. (Serie didática, 5).

____. **O fenômeno da variação nos animais domésticos**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ministério da Agricultura, 1958. (Série de Estudos Técnicos, 12).

____. **O gado nos trópicos**. Editado pelo Instituto de Zootecnia, Projeto ETA n.27, Rio de Janeiro, 1961. (Série Monografias, 4).

____. **Origem e introdução da palma forrageira no nordeste**. Recife: Ministério da Educação e Cultura. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1963.

____. **O gado indiano no Brasil**. Historiografia, exterior, reprodução, criação, melhoramento. Editado pela Sunab, 1966. (Série Estudo, 1).

EDLER, F. C. **Medicina Tropical: uma ciência entre a nação e o império**. Revista Diálogos, v. 14, p. 305-325, 2010.

EDWARDS, J. et al. **Technologies of Procreation: kinship in the age of assisted conception**. 2 ed. London: Taylor & Francis, 1999.

ESTERCI, Neide. As Bandeiras: modelo de democracia para o Estado Novo. In: Joel Orlando Bevilaqua Marin; Delma Pessanha Neves. (Org.). **Campesinato e Marcha para Oeste**. 1ed.Santa Maria: Ediufsm, 2013, v. 1, p. 29-39.

EVANS- PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FATORI, F. **Na Trilha do Nelore**. Fazenda Mata Velha, 2007.

FERREIRA, O. **Terra Madrasta**. Uberaba: O Triângulo, 1928

FIGUEIREDO, Aline. **A Propósito do boi**. Cuiabá: UFMT Editora,1994

FORTES, G. **O dono do olho: A história de José da Silva, o Dico**. 1. Ed. Porangaba: Publique, 2000.

FORTES G; YASSU, F. **O milagre do boi brasileiro**. Publique, São Paulo: 2009.

- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.
- FRANKLIN, S; MCKINNON, S. (Eds). **Relative Values**. Reconfiguring Kinship Studies. Durham: Duke University Press, 2001
- FRANKLIN, S. Introduction: kinship studies reconfigured. In: FRANKLIN, S. e MCKINNON, S. (orgs). **Relative Values: reconfiguring kinship studies**. Durham: Duke University Press, 2001.
- _____. Dolly's Body: gender, genetics, and the new genetic capital. In: KALOF, L. e FITZGERALD, A (orgs). **The Animals Reader: the essential classic and contemporary writings**. Oxford and New York: Berg, 2002, p. 349-361.
- _____. **Dolly mixtures**. The remaking of genealogy. Duke University Press, 2007.
- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Novo Mundo nos Trópicos**. São Paulo: Global, [1947] 2011.
- FRIESE, Carrie. Models of cloning, models for the zoo: Rethinking the sociological significance of cloned animals. **BioSocieties**, 4 (4), p. 367-399, 2009.
- FURTADO, C. **A Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, [1959] 2007.
- GALTON, F. **Hereditary genius**. An inquiry into its laws and consequences. Londres: MacMillan & Co. Limited, 1925.
- GEISMAR, H. "What's in a Price? An Ethnography of Tribal Art at Auction. **Journal of Material Culture**. London: Sage Publications, 2001.
- GELL, A. **Art and Agency: An Anthropological Theory**. Oxford: Clarendon, 1998
- GOBINEAU, A. **Essai sur Vinégalité des races humaines**, 1953. Disponível em http://www.congoforum.be/upldocs/essai_inegalite_races_2.pdf. Acesso em 24/06/2014.
- GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GODOY, T. **Do Brasil à Índia**. Cópia em Xerox. Publicado originalmente no Jornal O Araguari, 1889

GRAEBER, D. **Toward an anthropological theory of value**: the false coin of our own dreams. Nova York: Palgrave, 2001

GRASSENI, C. Designer Cows: The Practice of Cattle Breeding Between Skill and Standardization. **Society and Animals**, v. 13, n. 1, 2005.

GREGORY, C. A. **Gifts and commodities**. Cambridge: Academic Press, 1982

HARAWAY, D. **Modest_Witness@_Second_Millennium**. FemaleMan_Meets_Onco Mouse: Feminism and Technoscience. New York: Routledge, 1997.

HARRIS, M. India's sacred cow. **Human Nature**, p. 28-36, fevereiro de 1978.

HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S. **Thinking through things**. Theorising artefacts ethnographically. London and New York: Routledge, 2007.

HERZFELD, Michael. **Intimidade Cultural**: poética social no Estado-Nação. Lisboa: Edições 70, 2008.

_____. **The Social Production of Indifference. Exploring the Symbolic Roots of Western Bureaucracy**. The University Chicago Press: Chicago, 1997.

INGOLD, T. The genealogical line. In: _____. **Lines, a brief history**. London/New York: Routledge, 2007.

_____. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2011

_____. Stories against Classification Transport, Wayfaring and the Integration of Knowledge. In: BAMFORD, S. e LEACH, J. **Kinship and beyond. The genealogical model reconsidered**. New York/Oxford: Berghahn Books, 2009, (Series Fertility, Reproduction and Sexuality, 15).

KOURY FILHO, W. **O Brasil é off-road**. Disponível em: <http://site.s.beefpoint.com.br/brasilcomz/o-brasil-e-off-road/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

LACERDA, J. B. Sur le métis au Brésil. In: Premier Congrès Universel des Races, **Anais...**, julho de 1911, Paris: Devouge, 1911.

_____. Congresso Universal das Raças. **Anais**, Rio de Janeiro: s.n., 1912.

LATOURE, B. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Ed.34, 2003.

_____. **Reflexão sobre culto moderno dos deuses fe(i)tiches**. Bauru: EDUSC, 2002.

_____. **Reassembling the Social**. An introduction to Actor-Network. Theory. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. **Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.

LEACH, Edmund. The Kula: an alternative view. In: LEACH, J e LEACH, E. **The Kula**. New Perspectives on Massim Exchange. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LEAL, N. S. **É de Agronegócio!** Circuitos, relações e trocas entre peões de manejo, peões de rodeio e tratadores de gado em feiras de pecuária. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

_____. Touros de genética, touros de genealogia: Controvérsias da pecuária brasileira. **Periferia, revista de pesquisa e formação em antropologia**, Barcelona n. 15, dezembro de 2011.

_____. Dando nome aos bois: Redes de circulação, comércio e trocas no agronegócio de gado de elite. In: 27º Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, 2010, Belém. **Anais...**, Belém 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. **O Pensamento Selvagem**. Campinas: Papyrus, 1968

_____. **Estruturas Elementares do Parentesco**. Campinas: Papyrus, 1973.

_____. Raça e História. In: **Antropologia Estrutural Dois**. _____. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987, p.328-363.

LONGHI, Rogata Soares Del Gaudio. O movimento separatista do Triângulo Mineiro. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 4, p. 119-135, 1998.

LOPES, Maria Antonieta Borges, REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. **ABCZ: Histórias e histórias**. São Paulo: Comdesenho Estúdio e Editora, 2001.

LOURENÇO, Luiz Gustavo Bustamante. **Das fronteiras do império ao coração da república**. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo 2007.

MACHADO BORGES, P. **Memórias de um Zebuzeiro**. São Paulo: Empresa das Artes, 2012.

MACHADO FILHO, Claudio Pinheiro. Leilões de animais no Brasil. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 76-82, 1994.

MARCUS, George. **Lives in Trust: The Fortunes of Dynastic Families in Late Twentieth Century America**. Boulder: Westview Press, 1992

MARQUES, A. C. e VILLELA, J. M. **Le Sang et la Politique Production de la Famille dans les Disputes Électorales du Sertão du Pernambouc, Brésil**. (MS)

MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões**. Tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. Natureza darwiniana, domesticação científica e pensamento moderno. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v. 1, p. 3-35, 2011.

MARTINS, C. F. **Perspectivas da clonagem de bovinos para a pecuária**. Planaltina: Embrapa Cerrado, 2011. Disponível em: <<http://www.cpac.embrapa.br/noticias/artigosmidia/publicados/349/>>. Acesso em: 08 nov. 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo, Nova Cultural, v. 1, 2 e 3, 1985.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 1988. [1950]

McFEE, R.P. & McMILLAN, J.: Auctions and Bidding. **Journal of Economic Literature**, n. 25(2), junho de 1987.

MEDRADO, Joana. **Do pastoreio à Pecuária**. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central. Tese (Doutorado em História) - UFF, Rio de Janeiro, 2013.

MERLEAU- PONTY, M. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

MICHELS, I (coord.); MENDONÇA, C. G.; SPROESSER, R. L. **Cadeia produtiva da carne bovina em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Editora Oeste, 2001.

MICHELS, I. **A bovinocultura de corte brasileira e o mercado externo**: regiões sanitárias e a cadeia produtiva da carne bovina de Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH, USP, São Paulo, 2001

MILLER, D. **Trecos, Troços e Coisas**. Estudos Antropológicos Sobre a Cultura Material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

MOURA, M. M. **Os herdeiros da terra**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1978.

MUNN, N. D. 1986. **The Fame of Gawa**. A Symbolic Study of Value Transformation in a Massim (Papua New Guinea) Society. Durham and London: Duke University Press.

NEVES, M. F. Agribusiness: Conceitos, tendências e desafios. In: ZILBERZTAJN, D; GIORDANA, S. R.; GONÇALVES, M. L. **Fundamentos do Agribusiness**. I Curso de Especialização em Agrobusiness. Campina Grande: UFPB/PEASA/USP/PENSA, 1996.

NOGUEIRA, M. P. Custos e viabilidade do confinamento frente aos preços baixos. In: Encontro confinamento: gestão técnica e econômica, 1, 2006, Jaboticabal. **Palestras...** Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2006.

OLIVEIRA, J. H. F., MAGNABOSCO, C. e MACHADO BORGES, A. M. **Nelore: base genética e evolução seletiva no Brasil**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2002.

OLIVEIRA, R. Para além do Rio Grande: os impactos da economia paulista sobre o Triângulo Mineiro. **História**, São Paulo, n. 27, 2008.

OLIVEN, R. G. **A Parte e o Todo**. A diversidade cultural no Brasil-nação - Reedição. 2. ed. Porto Alegre: Editora Vozes, 2006.

OLVER, A. **A Brief Survey of some of the Importance Breeds of Cattle in India**. The Imperial Council of Agricultural Research, 1938.

ORLAND, B. Turbo Cows: Producing a Competitive Animal in the Nineteenth and Early Twentieth Centuries. In: SCHREPFER, S R. e SCRANTON, P. **Industrializing Organisms**. Introducing Evolutionary History. New York/London: Routhledge, 2003, p. 167-189.

OTTO, T. e WILLERSLEV, R. Introduction: Value as theory. Comparison, cultural critique, and guerilla ethnographic theory. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, n. 1 p.1-20, 2013.

PALMEIRA, M. G. S. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, v. 3, n.7, p. 87-108, 1989.

PÁLSSON, Gísli. The web of kin: An Online Genealogical Machine. In: BAMFORD, S. e LEACH, J., **Kinship and beyond. The genealogical model reconsidered**. New York-Oxford: Berghahn Books, 2009. (Series Fertility, Reproduction and Sexuality, 15).

PEIXOTO, A. M. **História da Sociedade Brasileira de Zootecnia**. 1 ed. Piracicaba: ESALQ, 1982.

PEREIRA, M. As atividades modernas da genética bovina no Brasil: funções e lógicas de especialização em Uberaba (MG). **Boletim Goiano de geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 13-32, julho a dezembro de 2012

PEREIRA, E. M. C. **O Estado Novo e a Marcha para o Oeste**. História Revista, Goiânia, v. 2, n. 1: 1997.

PISCITELLI, A. **Jóias de família, gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

PRADO JR. C. P. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

QUEIROZ, M. I. P. Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, V. 19, São Paulo: 1977.

RADDER, A. **A Theoretical Approach at Understanding the Origins of the Sacred Cow in India**. University of Florida, November 24, 2009. Disponível em : <http://vaishnava.me/iskcon-organization/krishna-consciousness-and-ecological-awareness/2010/02/a-theoretical-approach-at-understanding-the-origins-of-the-sacred-cow-in-india/#.U7wrqpRdXIM>. Acessado em 12 de agosto de 2011.

RAMOS, A. **As Culturas Negras no Novo Mundo**. São Paulo: Editora Nacional, [1935] 1979.

RICARDO, C. **Marcha para o Oeste. A influência da bandeira na formação social e política no Brasil**. In: Coleção Documentos Brasileiros. SOUZA, Octavio T. (org.). Rio de Janeiro: Ed. Livraria José Olympio, v. 1, n. 25, 1942.

- RICCIOPPO, Thiago . **Orlando Ferreira: O Boca do Inferno da Farinha Podre**. In: XIII Simpósio Nacional de História: História: guerra e paz, 2005, Londrina. Anais do XXII Simpósio Nacional de História, 2005. p. 1-11.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. A integração dos indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras: [1970] 1996.
- RIBEIRO, R. F. Triângulo Mineiro e a construção da identidade regional de autonomia e modernidade. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Rio de Janeiro, n.39, p.19-30, 2008.
- RIBEIRO, R. F. **O BOI, O CAPIM E A CERCA. História ambiental da pecuária no Sertão Mineiro**. Anais do 5. Encontro das Redes de Estudos Rurais, 2012.
- RODRIGUES, R. N. **As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil**. 1894. Disponível: em: http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/As_racas_humanas_responsabilidade_penal_Brazil.pdf. Acessado em 31 de maio de 2014.
- ROMERO, Silvio. **O evolucionismo e o positivismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria Clássica de Álvares & C: 1894
- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 2001.
- RUSSEL, N. The domestication of anthropology. In: **Where the Wild Things Are Now: Domestication Reconsidered**. CASSIDY, R.; MULLIN, M. H. (Eds.). Oxford: Bloomsbury Academi, 2007, p. 27-48.
- SÁ, G. J. S. **No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras (Viveiros de Castro Editora Ltda), 2013.
- SANTIAGO, A. A. **O Nelore**. São Paulo: Editora dos Criadores, 1983.
- SANTOS FILHO, L. **Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo** (Aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- SAX, B. **Animals in the Third Reich: pets, scapegoats and the Holocaust**. New York/London: Continuum, 2000.

SCHNEIDER, David. **American Kinship**. A Cultural Account. Chicago: The University Chicago Press, 1968.

_____. **A critique of the study of Kinship**. Michigan: University of Michigan Press, 1980.

SAUTCHUK, C. E. ; STOECKLI, P. **O que é um humano? Variações da noção de domesticação em Tim Ingold**. Anuário Antropológico, v. 2011/2, p. 227-246, 2012.

SCHWARCZ, L. K. M. **O Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Gilberto Freyre: adaptação, mestiçagem, trópicos e privacidade em Novo Mundo nos trópicos. In: LUND, J.; MCNEE, M. (Org.). **Gilberto Freyre e os estudos latino-americanos**. 1ed. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2006, v. 1, p. 305-334.

SEYFERTH, G. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 199-228.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 53, p. 117-149, 2002.

SILVA, A. B. **O Zebu da Índia e no Brasil**. S. Ed. Rio de Janeiro, 1947.

SILVA, M. F. 1871: o ano que não terminou. **Revista Cadernos de Campo**, v. 19, p. 326-336, 2010.

SKIDMORE, T. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SMITH, C. Auctions: The Social Construction Of Value. The serch of a Fair Price. In: BIGGART, N. W. **Reading in Economic Sociology**. New York: Blackwell Publishers, 2002.

SODRÉ, N. W. **Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril**. Rio de Janeiro: Olympo, 1941.

SORDI, C. Pelo boi e sua carcaça: manejo racional e sustentabilidade nos discursos do sistema-carne brasileiro. In: 28º Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012, **Anais...** São Paulo, 2012.

_____. **De Carcaças e Máquinas de Quatro Estômagos: Estudo das controvérsias sobre o consumo e a produção de carne no Brasil.** Mestrado em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

SOUZA, C. F. G. S. **Nelore CS 50 Anos: Bibliografia e Ensaio.** Três Lagoas: Gráfica Idealiza, 2011.

SOUZA, R; CUNHA, C.; WANDER, A. Efetividade e razão ótima de hedge para operações de boi gordo em Goiás. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Belo Horizonte, 2011, **Anais dos 49**, Belo Horizonte, 2011.

STEFANO, W.; NEVES, M. **Mestiçagem e eugenia: um estudo comparativo entre as concepções de Raimundo Nina Rodrigues e Octavio Domingues.** 2007. Disponível em: http://www.abfhib.org/FHB/FHB-02/FHB-v02-26-Waldir-Stefano_Marcia-Neves.pdf. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

STOCKING JR., George. **Race, Culture and Evolution: Essays in the History of Anthropology.** Londres: Macmillan Limited, 1968.

_____. **Franz Boas. A Formação da Antropologia Americana 1883-1911.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto – UFRJ: 2004.

STRATHERN, M. **After Nature. English kinship in the late twentieth century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

_____. **O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Tradução André Villalobos. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

_____. **Cutting the Network.** In: The Journal of the Royal Anthropological Institute. Vol. 2. No.3, pp – 517-535. Sep. 1996.

SÜSSEKIND, F. **O rastro da onça - Relações entre humanos e animais no Pantanal.** 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

TAUSSIG, M. T. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul.** São Paulo: Ed Unesp, 2010.

THOMSEN. F.L. **Agricultural Marketing.** New York: Mc Graw Hill, 1951.

TURATTI, M. C. M. **Antropologia Econômica e Marxismo**. Uma revisão Crítica. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - FFLCH, USP, São Paulo, 2005.

VANDER VELDEN, F. F. **Por onde o sangue circula**: os Karitiana e a intervenção biomédica. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Unicamp, Campinas, 2004.

_____. Inveja do gado: o fazendeiro como figura de poder e desejo entre os Karitiana. **Anuário Antropológico**, v. 2010/1, p. 55-76, 2011.

_____. **Inquietas companhias**: sobre os animais de criação entre os Karitiana. 1. ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012. v. 1, 355p.

VEIGA, J.B.; TOURRAND, J.F.; PIKETTY, M.G.; POCCARD-CHAPPUI, R.; ALVES, A. T. M. C. **Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia, Pará, Brasil**. Brasília: Edunb, 2004.

VELTHUIS, O. Damien's Dangeours Idea: Valuing Contemporary Art at Auction. In: BECKERT, J.; ASPERS, P. **The Worth of Goods**: Valuation & Pricing in the Economy. New York: Oxford University Press, 2011.

VERGUEIRO, J. **O rigor da morte**: A construção simbólica do 'animal de corte' na produção industrial brasileira. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Campinas, Campinas 2009

VICKREY, W. Counterspeculation, Auctions, and Competitive Sealed Tenders. **The Journal of Finance**, 16 (1): p. 8-37, 1961.

VILLELA, J. L. M. A dívida e a diferença. A reflexão a respeito da reciprocidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, 2001, v. 44 n. 1.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. The gift and the given: three nano-essays on kinship and magic. In: BAMFORD, S.; LEACH, J. (Org.). **Kinship and beyond**: the genealogical model reconsidered. Oxford: Berghahn Books, 2009, p. 237-268.

WAGNER, R. A. V. **Papel das Elites no Desenvolvimento Político e Econômico do Município de Uberaba (MG) - 1910 a 1960**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALTON, J. Pedigree and productivity in the British and North American cattle kingdoms before 1930. **Journal of Historical Geography**, v. 4, outubro de 1999, p. 441-462.

WEINER, A. Inalienable Wealth. **American Ethnologist**, 12(2), p. 178-183, 1986.

WESTON, K. Lifeblood, liquidity, and cash transfusions: beyond metaphor in the cultural study of finance. **Blood Will Out: Essays on Liquid Transfers and Flows**. Journal of Royal Anthropological Institute of Great Britain & Ireland. Wiley Blackwell, 2013. Edited by Janet Carsten.

WILKIE, R.M. Sentient commodities and productive paradoxes: the ambiguous nature of human-livestock relations in Northeast Scotland. **Journal of Rural Studies**, v. 21, n. 2, p. 213-230, 2005.

_____. **Livestock/Deadstock: Working with Farm Animals from Birth to Slaughter**. Philadelphia: Temple University Press, 2010.

WOORTMAN, E. F. **Herdeiros Parentes e Compadres**. Brasília: Hucitec/EdunB, 1995.

YANAGISAKO, S. **Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis**, co-edited by Jane Collier. Stanford University Press, 1997.

_____. **Producing Culture and Capital: Family Firms in Italy**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

Páginas da internet consultadas:

[http://www.farmersweekly.co.za/article.aspx?id=25401&h=Elite-Cattle-Sale-\(Ayrshire\)](http://www.farmersweekly.co.za/article.aspx?id=25401&h=Elite-Cattle-Sale-(Ayrshire)). (Acesso em 30 de novembro de 2013).

<http://www.stuff.co.nz/business/farming/dairy/8808852/> Prices-soar-for-elite-cattle (Acesso em 30 de novembro de 2013).

<http://www.thechronicle.com.au/news/breeder-pays-over-one-hundred-grand-for-stud-bull/886965/> (Acesso em 30 de novembro de 2013).

<http://www.bbc.co.uk/news/business-22108592> Acesso em 30 de novembro de 2013.

<http://spendlikeaking.blogspot.com.br/2012/12/worlds-most-expensive-bulls-fabio-vexour-garth-charolais-bull.html> (Acesso em 30 de novembro de 2013).

<http://blogs.ruralbr.com.br/leiloblog/2011/09/18/sucesso-nas-vendas-prosegue-na-fazenda-mata-velha/> (Acesso em 10 de abril de 2014)

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/ribeiraopreto/2013/09/1349033-touro-brasileiro-ja-distribuiu-650-mil-doses-de-seu-semen.shtml> (Acesso em 20 de novembro de 2013)

<http://www.abcz.org.br/noticias/Noticia/39456> (Acesso em 05 de junho de 2014)

Glossário:

Acasalamento – Reprodução dirigida de machos e fêmeas.

Aprumo- Indica equilíbrio dos membros dos animais com seu corpo. Um bom “aprumo” produz a simetria das reses.

Azebuamento – Reprodução dirigida de bovinos, com vistas a imprimir, através de acasalamentos, características de espécimes zebus em outros tipos.

Barbela- Pele pendente sob o pescoço do boi.

Brahman- Raça bovina resultante do acasalamento entre zebus de tipo Gir, Nelore e Krishna Valley. Originária dos Estados Unidos.

Carcaça - Animal abatido, sangrado, esfolado, eviscerado, desprovido de cabeça, patas (mocotós), rabada, glândulas mamárias, verga e testículos.

Casqueamento – Ação de tratar os cascos dos bovinos com lixas e esponjas.

Cocheira- Curral ou abrigo. Local habitado por bovinos ou cavalos. Adjetivo que qualifica espécimes de elite como “bovinos de cocheira”.

Concentrado- Tipo de ração bovina feita com algodão, soja, milho e farelo de arroz.

Confinamento – Sistema de criação de bovinos em que animais são mantidos em piquetes ou currais de área restrita, onde alimentos e água são fornecidos em cochos.

Conformação Racial – Capacidade dos bovinos de corporificar um conjunto de características fenotípicas de sua raça.

Contemporâneos – Conjunto de reses nascidas no mesmo ano.

Cruzamento- Ato de acasalar espécimes de raças distintas.

Doadora- Fêmea utilizada como reprodutora cujos oócitos (óvulos não-maturados) são utilizados em fertilização in vitro. Doadora de oócitos.

Forrageira- Gramíneas ou leguminosas utilizadas como fonte de alimento para animais.

Funcionalidade – Aptidão dos bovinos em serem “funcionais”. Tanto na reprodução de espécimes de elite, quanto na transmissão de características capazes de melhorar a qualidade da carne dos rebanhos.

Genearca – Raçador que dá origem as principais linhagens e genealogias de uma raça.

Giba – Cupim ou corcova. Lombada que espécimes como bois ou camelos têm em suas costas.

Gir- Raça de gado bovino originária do norte da Índia.

Guzerá – Raça de gado bovino originária do estado de Gujarat, no centro da Costa Ocidental da Índia.

Indubrasil - Raça bovina resultante do acasalamento entre zebus de tipo Gir, Nelore e Guzerá. Originária do Brasil.

Manejo – Ação de conjugar atividades manuais como alimentação e uso de biotecnologias, cujo objetivo é desenvolver estratégias no sistema de produção agropecuário.

Marmoreio – Acumulação de gordura intramuscular em bovinos e suínos. Indica maciez da carne.

Matriz – Fêmea utilizada como reprodutora. Tanto utilizada em montas naturais, quanto em fertilizações in vitro.

Melhoramento Animal – Processo de melhoria da produção animal a partir de conhecimentos aplicados (genéticos, de manejo, de gestão) que objetivam gerar indivíduos ou populações “melhoradas”.

Nelore - Raça de gado bovino indiano originária da província da Madras.

Pareadores – Raçadores ou reprodutores.

Parição – Período de nascimento de rebanhos bovinos submetidos a estações de monta.

Pista – Local onde espécimes de elite são apresentados, tanto nos julgamentos, quanto nos leilões. Adjetivo que qualifica espécimes de elite como “bovinos de pista”.

Posterior – Patas bovinas traseiras.

Raçadores – Reprodutores ou Pareadores. Espécimes de elite utilizados para aprimorar a raça de seus descendentes.

Raceamento – Seleção e melhoramento dirigidos com vistas a desenvolver ou aprimorar raças bovinas.

Receptora – Fêmea que desenvolve gestações de espécimes de elite. Barriga-de-aluguel.

Registro – Genealogia ou pedigree. Registro genealógico.

Oócitos – Ovócitos. Óvulos não maturados.

Úbere- Mama ou teta.

Tabapuã- Raça de origem indiana desenvolvida no Brasil a partir de misturas com os tipos Nelore, Gir e Guzerá.

Volumoso- Tipo de ração bovina feita com feno e silagens.

Zebu – Bois de cupim. Conjunto de raças bovinas de origem indiana.